



CORTEVA
agriscience

Mulheres rurais no mundo • Edição corrigida e aumentada



Lutadoras

Fotografias de Sebastião Salgado

Lutadoras

Mulheres rurais no mundo



Luchadoras: mujeres rurales en el mundo = Lutadoras: mulheres rurais no mundo / Instituto Interamericano de Cooperación para a Agricultura. – 2da ed. – San José, C.R.: IICA, 2019. 270 p.; 17.78 cm x 22.86 cm.

ISBN: 978-92-9248-852-9
Também publicado em inglês

1. Mulheres 2. Setor agrário 3. População rural 4. Papel da mulher 5. Mercado de trabalho 6. Desenvolvimento sustentável 7. Equidade de gênero no acesso à terra 8. Segurança alimentar 9. Pobreza rural 10. Cultivos 11. Entorno socioeconômico 12. Agricultura 13. Equidade de gênero 14. América Latina 15. Caribe I. IICA II. Título

AGRIS
E50

DEWEY
305.42

São José, Costa Rica
2019

Instituto Interamericano de Cooperación para a Agricultura (IICA), 2019



Luchadoras: mujeres rurales en el mundo = Lutadoras: mulheres rurais no mundo por IICA está sob uma Licença Creative Commons Reconocimiento-Compartir igual 3.0 IGO (CC-BY-SA 3.0 IGO) (<http://creativecommons.org/licenses/by-sa/3.0/igo/>) Criado a partir da obra em www.iica.int.

O Instituto incentiva o uso correto deste documento. Solicita-se que seja mencionado apropriadamente, quando pertinente.

Essa publicação também está disponível em formato eletrônico (PDF) no site institucional em <http://www.iica.int>

Conceito e edição: Manuel Otero

Coordenação editorial: Jorge Werthein e Guido Nejamkis

Organização e correção de estilo da edição corrigida e ampliada: Randall Cordero e Lidý Astorga

Tradução: Unidade de Idiomas do IICA

Diagramação e design da capa: Carla Cartín e Gabriela Wattson

Créditos fotográficos: Sebastião Salgado

Um agradecimento especial a CORTEVA Agriscience por se somar com entusiasmo na materialização desta publicação, assim como também ao fotógrafo Sebastião Salgado.

Lutadoras

Mulheres rurais no mundo

Silvana Abdo	Sarah Paterson
Verónica Alfíe	Angela Joo-Hyun-Kang
Josette Altmann Borbón	Mara Marinaki
Pilar Álvarez Molero	Phumzile Mlambo-Ngcuka
Susana Balbo	Rosa Monteiro
Alicia Bárcena	Carmen Moreno
Dana Bolden	Luis Alberto Moreno
Carmen Calvo	Mia A. Mottley
Epsy Campbell	Soledad Murillo de la Vega
Margarita Cedeño Lizardo	Patricia Palma de Fulladolsa
Laura Chinchilla Miranda	Susana Pinilla
Tereza Cristina Corrêa da Costa Dias	Marta Lucía Ramírez de Rincón
Nuria Costa Leonardo	Gabriela Ramos
Carmen Rosa de León-Escribano	Francisco Rojas-Aravena
Isabel de Saint Malo de Alvarado	Ricardo Sibrian
María Fernanda Espinosa Garcés	Carolina Stanley
Daniela Falcão	Olivia Sylvester
Ana Isabel García Quesada	Katie Taylor
Melinda Gates	Rita Teixeira
Marie Haga	Yasmeen Zahar
Julia Klöckner	



Sumário

- 05** **PREFÁCIO**
Lutadoras
Manuel Otero
Diretor Geral
Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
- 11** **SEÇÃO 1**
As mulheres rurais na agenda...
A agenda das mulheres rurais
- 15** **É hora de dar visibilidade às mulheres rurais**
Susana Balbo
Presidenta
Women 20
Argentina
- 21** **Mulheres rurais e a agenda 2030 na América Latina e no Caribe: um olhar pelo mercado de trabalho**
Alicia Bárcena
Secretaria Executiva
Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe (CEPAL)
- 27** **O apoio às mulheres rurais é questão de justiça e de direitos fundamentais**
Carmen Calvo
Vice-Presidenta do Governo
Espanha
- 31** **A mulher rural no desenvolvimento sustentável**
Margarita Cedeño
Vice-presidenta Constitucional da República Dominicana e Embaixadora Extraordinária da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO)
- 37** **O empoderamento das mulheres nos entornos rurais: avanços e desafios no contexto da Agenda 2030**
Laura Chinchilla Miranda
Ex-presidenta
República da Costa Rica

- 43** **Desafios e oportunidades das mulheres rurais no México**
Nuria Costa Leonardo
Diretora Geral Rede Nacional de Mulheres Rurais (RENAMUR)
Cuernavaca, México
- 51** **A desigualdade é o nosso maior desafio**
Isabel de Saint Malo de Alvarado
Ex Vice-presidenta e Ex Ministra das Relações Exteriores
República do Panamá
- 57** **A inédita parceria entre a Vogue, o IICA e o Women 20**
Daniela Falcão
Diretora Geral
Edições Globo Condé Nast
Brasil
- 61** **Empoderamento da “força da natureza”: coordenação da política internacional para o reconhecimento das mulheres rurais**
Angela Joo-Hyung Kang
Fundadora e Presidenta Executiva do Global Competitiveness
Empowerment Forum (GCEF)
Membro do B20 e Delegada da República da Coreia ao W20
- 69** **Mulheres rurais – Uma perspectiva de gênero**
Mara Marinaki
Embaixadora, Assessora Principal em Gênero e na implementação da
resolução UNSCR1325 do Conselho de Segurança da ONU sobre Mulher,
Paz e Segurança; Serviço Europeu de Ação Externa (SEAE)
Bruxelas, Bélgica
- 75** **Os direitos à terra geram novas oportunidades para as mulheres rurais**
Phumzile Mlambo-Ngcuka
Subsecretaria Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) e Diretora
Executiva da ONU Mulheres
- 81** **Mulheres rurais de ontem, de hoje e de amanhã**
Rosa Monteiro
Secretaria de Estado para a Cidadania e a Igualdade
Governo de Portugal
- 87** **Quatro propostas para empoderar a mulher rural e acabar com a insegurança alimentar**
Luis Alberto Moreno
Presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

- 93 As mulheres rurais e as suas políticas, um assunto de igualdade**
Marta Lucía Ramírez de Rincón
Vice-presidenta
República da Colômbia
- 101 Mulheres rurais: tornando visível o invisível**
Gabriela Ramos
Chefe de Gabinete da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), Sherpa junto ao G7 e o G20 e Conselheira Especial do Secretário Geral
Paris, França
- 109 Imaginemos o futuro: as mulheres rurais na América Latina e no Caribe**
Katie Taylor
Diretora Executiva da Fundação Pan-Americana de Desenvolvimento (PADF)
- 115 SEÇÃO 2**
Dados que gritam a realidade
- 119 Pobreza e inserção produtiva das mulheres rurais**
Josette Altmann Borbón
Secretaria Geral da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO)
- 127 Espaço e representatividade para as mulheres do campo**
Tereza Cristina Corrêa da Costa Dias
Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Brasil
- 133 Mulher rural: a necessidade de um modelo de desenvolvimento com olhar diferenciado**
Carmen Rosa de León-Escribano
Diretora Executiva do Instituto de Ensino para o Desenvolvimento Sustentável e Representante no Conselho de Administração do Banco de Desenvolvimento Rural (BANRURAL)
Guatemala
- 139 A diversidade de cultivos e os esforços das mulheres rurais proporcionam uma melhor alimentação para a América Latina**
Marie Haga
Diretora Executiva
Crop Trust

- 145 O futuro da agricultura é feminino**
Julia Klöckner
Ministra de Alimentação e Agricultura
República Federativa da Alemanha
- 153 Corrigir os persistentes hiatos de gênero é essencial para o desenvolvimento econômico e social de nossa região**
Carmen Moreno
Embaixadora , Secretária Executiva da Comissão Interamericana de Mulheres (CIM), Organização dos Estados Americanos (OEA)
- 159 Mulheres rurais no Caribe: agentes fundamentais da transformação para um desenvolvimento genuíno e sustentável**
Mia A. Mottley
Primeira Ministra
Barbados
- 165 As necessárias contribuições das mulheres rurais**
Soledad Murillo de la Vega
Secretaria de Estado de Igualdade, Ministério da Presidência, Relações com os Tribunais e a Igualdade
Espanha
- 169 As mulheres rurais do Triângulo Norte da América Central têm um papel fundamental na segurança alimentar e nutricional de suas famílias**
Patricia Palma de Fulladolsa
Diretora
Programa de Sistemas de Informação para a Resiliência em Segurança Alimentar-Nutricional na Região do Sistema da Integração Centro-Americana (PROGRESAN-SICA)
- 173 Desenvolvimento territorial, melhores oportunidades para as mulheres rurais**
Susana Pinilla
Diretora Representante
Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF)
Panamá
- 183 Do conhecimento à ação: apoio à mulher na agricultura da América Latina**
Francisco Rojas
Reitor
Universidade para a Paz,
São José, Costa Rica

- 191 Rumo à igualdade de gênero, um desafio que nos une**
Carolina Stanley
Ministra de Desenvolvimento Social
República da Argentina
- 199 SEÇÃO 3**
Em nosso DNA
- 203 O papel fundamental da mulher rural no desenvolvimento do Paraguai**
Silvana Abdo
Primeira Dama
República do Paraguai
- 209 Assim eu me entrelacei com os fios e teares das mulheres rurais argentinas**
Verónica Alfie
Designer de moda. Criadora da marca Veroalfie
Buenos Aires, Argentina
- 215 A mulher que chorava com um olho**
Pilar Álvarez Molero
Jornalista. Correspondente de gênero do jornal El País
Espanha
- 221 Mais mulheres na agricultura para alimentar o mundo**
Dana Bolden
Vice-Presidente Sênior de Assuntos Externos e Sustentabilidade
Corteva Agriscience
- 227 Meu nome é Epsy, como minha avó, uma valente mulher rural**
Epsy Campbell
Vice-presidenta
República da Costa Rica
- 233 Declaração dos Direitos dos camponeses para melhor a situação das mulheres rurais do mundo**
María Fernanda Espinosa Garcés
Presidenta da 73ª sessão da Assembleia Geral da ONU
- 239 Como eu aprendi a ver a agricultura (e tudo o mais) como uma questão de gênero**
Melinda Gates
Copresidenta
Fundação Bill & Melinda Gates

243 Mulheres rurais da Nova Zelândia: passado, presente e futuro

Sarah Paterson

Especialista em agricultura. Perita em política comercial e relações com contrapartidas
Nova Zelândia

251 Uma história de luta efetiva e afetiva pelos direitos de todas

Rita Teixeira

Movimento das Mulheres do Nordeste Paraense (MMNEPA)
Pará, Brasil

Prefácio

Cafetal
Sierra de los Cuchumatanes,
Guatemala
2006
©Sebastião Salgado



Prefácio

Lutadoras

A publicação deste livro pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e CORTEVA Agriscience, edição corrigida e ampliada em relação àquela lançada em 2018 em comemoração do Dia Internacional da Mulher Rural, tem um duplo propósito.

O primeiro e mais explícito é o de se prestar uma homenagem imprescindível a uma figura fundamental para a segurança alimentar e o progresso econômico e social do nosso continente.

O momento para esse reconhecimento é mais que oportuno, agora que boa parte do mundo está às voltas com um movimento contagioso e de grandes proporções que tornou visível um enorme problema: quase metade da sociedade é discriminada. Esse movimento, essencialmente urbano, chegou aos territórios rurais.

O segundo objetivo, mais ambicioso e que obriga a nossas instituições a uma atividade continuada e tenaz, é o de estimular a discussão pública necessária para incentivar a formulação e a execução de políticas de qualidade que melhorem a situação das mulheres que vivem no campo.

Estamos dando passos concretos nessa direção.

Indicadores, testemunhos e experiências de campo “gritam” a invisibilidade da mulher rural, que sofre com a falta ou acesso insuficiente à propriedade da terra, aos recursos produtivos, ao financiamento, à conectividade, à água potável, à educação e capacitação, à saúde e à justiça.

Na América Latina e no Caribe, quase 40% das mulheres que vivem no campo não têm renda própria, contra 14% dos homens na mesma situação. Menos de um terço das mulheres rurais, além disso, possui a titularidade da terra em que mora. No meio rural, existe também a ausência generalizada de reconhecimento aos diversos tipos de trabalho realizados pelas mulheres.

As mulheres rurais estão em desvantagem em relação aos homens que vivem no campo e às mulheres urbanas, e o estreitamento desses hiatos cabe não só aos governos, mas também à sociedade civil que deve se empenhar na solução do problema.

Essa tarefa requer, ainda, um trabalho de conscientização nos meios de comunicação de massa, promovendo-se a gestão e o interesse na abordagem de um tema sem espaço suficiente para se conseguir a formação de uma grande coalizão social transformadora da realidade.

Vistos desde o meio urbano, os estudos das relações de gênero em assentamentos rurais se assemelham a um retrato por daguerreótipo ou a uma foto em sépia produzidos na era contemporânea.

Revelam uma parte dessas relações, que se refletem em frases como “ela ajuda nas tarefas de campo” ou “ela não tem responsabilidades econômicas”, pinçadas no irretocável trabalho “Companheiras de luta ou coordenadoras de caçarolas?”, das pesquisadoras Maria das Graças Rua e Miriam Abramovay.

O certo é que as mulheres rurais, além de cumprir um papel fundamental no lar, também têm um peso muito grande nas tarefas produtivas. É dizer, são corresponsáveis pelo desenvolvimento produtivo e, para além disso, asseguram a estabilidade e a sobrevivência de suas famílias.

Apesar disso, os censos agrícolas confirmam o inegável estado de fragilidade social que tanto nos alarma, ao mostrar como a participação das mulheres na agricultura é subestimada, muitas vezes devido à omissão, até por elas mesmas, de seus nexos com a atividade agrícola em razão de se privilegiar os trabalhos domésticos.

Não obstante os avanços registrados nos últimos anos no empoderamento das mulheres e na atenção dispensada à igualdade de gênero, no meio rural elas continuam sendo as principais encarregadas do cuidado dos filhos e da casa, do preparo da comida e do suprimento de lenha e água. O trabalho doméstico não é reconhecido como trabalho. É considerado “natural e obrigatório”, e sua valorização é rara.

As mulheres que vivem em zonas rurais da América Latina e do Caribe são as que mais sofrem a disparidade social, política e econômica dos nossos países.

Torna-se necessário, então, incentivar a participação política das mulheres rurais para se visibilizar seus problemas e começar a resolvê-los por meio de sua genuína representação no seio de suas comunidades, nos parlamentos e nos governos nacionais, provinciais e municipais. O empoderamento tem a ver também com isso.

Em todos os âmbitos, o avanço sem precedentes das tecnologias da comunicação e da informação permite um intercâmbio extraordinário de ideias e reflexões em escala mundial. Este livro também é produto desses fenômenos, ao reunir, com

foco no problema de gênero no campo, especialistas e personalidades dos cinco continentes.

Trata-se de uma convocação ampla, que fala da projeção global das iniciativas do IICA e da CORTEVA Agriscience e envolve a participação de pessoas de diversas áreas, sobretudo mulheres, que têm o privilégio de circular entre culturas, tendências e opções e que apresentam, no conjunto dessa obra, todos os lados e matizes da mesma história.

Os autores captam, descrevem, interpretam e transmitem realidades e, com elas, experiências, estados de ânimo, emoções, compromissos e pontos de vista, em artigos em que cabem a indignação, as histórias íntimas e familiares, mas, sobretudo, ideias e propostas, revelando fatos e dimensões que permaneceriam na opacidade não fossem a sensibilidade e o sentimento de liberdade que caracterizaram essa iniciativa.

As contribuições destacam reiteradamente a dívida pendente no tocante à participação econômica da mulher rural, repisam a necessidade de se garantir seu acesso pleno à educação, ao emprego, à propriedade, à saúde e à justiça, e a urgência de se favorecer seu envolvimento na tomada de decisões.

Nelas estão presentes reivindicações fundamentadas e apelos pertinentes à implementação de políticas públicas sólidas e de longo prazo que beneficiem as mulheres rurais. É que, sem uma atenção maior do poder público e da sociedade civil diante da situação de vulnerabilidade em que vivem, os hiatos se aprofundarão, e isso acarretará dolorosas consequências sociais.

Alguns dos autores colaboradores do livro sustentam que os desafios pendentes não estão condicionados a vultosos desembolsos de dinheiro público, mas a uma decidida vontade política neutralizadora da discriminação.

Chamam a atenção também para a ausência de incentivos às mulheres jovens para desenvolverem ideias inovadoras em seus locais de origem. Lembram que a migração da população rural responde à carência de serviços e que o arraigamento populacional depende diretamente das mulheres.

Insistem em que é imprescindível aproveitar e maximizar as oportunidades por meio das denominações de origem dos produtos agrícolas e da recuperação das artes e dos ofícios artesanais que a sustentabilidade consagrou como novos nichos de mercado.

São mensagens que estão em plena consonância com os eixos de trabalho e os programas do IICA em favor do desenvolvimento agropecuário e rural, porque questionam o lugar do setor agrícola nas agendas governamentais, instando a que lhe seja dada prioridade para a consecução de um desenvolvimento harmonioso e integrado.

Considerar prioritário esse objetivo é uma aposta segura, pois constrói cidadania e capacita recursos humanos mediante a formulação de planos estratégicos enriquecidos com a cooperação técnica internacional, uma das avenidas pelas quais transitam as relações internacionais. Além da dimensão solidária, essa cooperação tem a capacidade de impulsionar o desenvolvimento, ao incentivar a modernização do setor produtivo, a inovação da gestão pública e o comércio.

Os autores e as autoras deste livro também reforçam a necessidade de se entender a atividade agropecuária como capaz de criar oportunidades de progresso e agregação de valor, promovendo ações ousadas em busca de coesão social e territorial.

Outro chamado de atenção que atravessa os textos aqui reunidos, cuja singularidade e diversidade potenciam o conjunto e fazem desse livro um documento de grande relevância, é o que refere ao significado do enfoque de gênero.

Fica claro e estabelecido que não se alcança o componente feminino ou de equidade de gênero em um projeto ou em uma iniciativa qualquer. Tampouco se trata apenas de aumentar neles a participação das mulheres. O verdadeiro enfoque de gênero requer a incorporação da experiência, do conhecimento, dos interesses e das necessidades das mulheres com o objetivo de empoderá-las.

Este é o caminho indicado a ser percorrido para se transformar o que consideramos estruturas sociais e institucionais desiguais em estruturas iguais e justas para homens e mulheres.

Outro ponto relevante destacado, no contexto de urbanização acelerada e crescente em nosso continente, é a necessidade de se realçar a importância estratégica das áreas rurais como cenário insubstituível para a transformação produtiva, ancorado na competitividade, na inclusão e no desenvolvimento da ciência e da tecnologia e tendo a sustentabilidade como horizonte.

Esta obra contribui também para o preenchimento de lacunas nas informações sobre os problemas que afetam as mulheres rurais, carências que restringem a análise e limitam a extensão da consciência social sobre os problemas que enfrentam.

Sua publicação oferece novos elementos e maior precisão sobre o que são e como vivem as mulheres rurais latino-americanas, adultas e meninas: com baixo nível de escolaridade e alto percentual de analfabetismo, sobrecarregadas de trabalho, com renda nula ou magra, trabalhadoras informais e temporárias, com escassa cobertura dos sistemas de proteção social, com possibilidades mínimas de acesso à propriedade da terra, à tecnologia e ao conhecimento técnico, e duplamente discriminadas no caso das mulheres rurais indígenas.

É imprescindível e urgente, levando-se em conta os avanços alcançados, caminhar mais rapidamente e chegar mais longe. A meta é o cumprimento cabal do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5 da ONU, “Alcançar a igualdade de gênero e

empoderar todas as mulheres e meninas”. Essa conquista depende dos governos, dos organismos internacionais e das nossas sociedades.

Uma das obrigações das democracias modernas é a criação de mais e novos espaços para que as camadas da população que são discriminadas deixem de sê-lo. Uma maneira de abri-los é acender os refletores sobre essas questões para que possam ser compreendidas, passo inicial da transformação. Esta nova edição de *Lutadoras – Mulheres rurais no mundo* oferece todas as ferramentas para isso, e esta é justamente a sua contribuição mais importante.

As palavras-chave são empoderamento e equidade. Este é nosso objetivo. Esta publicação, uma conjunção estreita de conhecimento e vontade, é, antes de tudo, uma contundente estratégia para alcançá-lo.

Nós do IICA agradecemos a resposta imediata e solidária das personalidades que contribuíram para tornar este livro realidade. Essa resposta é uma demonstração clara da corresponsabilidade assumida por todos os prestigiosos participantes e compromete ainda mais o Instituto na grande associação de luta pela visibilidade da mulher rural.

Esta publicação também constitui um ponto de partida que reposiciona o IICA em um tema fundamental para o desenvolvimento sustentável da nossa América e que deve ser seguido de projetos transformadores que melhorem as condições de empoderamento e equidade. O cumprimento desses objetivos depende de todos nós.

Manuel Otero

Diretor Geral

Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura

1

**As mulheres rurais na agenda...
A agenda das mulheres rurais**

Recolhedora de café
San Marcos de Tarrazú,
Región Central, Costa Rica
2013
©Sebastião Salgado



É hora de dar visibilidade às mulheres rurais

No Women 20, procuramos convencer aos líderes do mundo de que não há desenvolvimento sem uma maior incorporação das mulheres

*Susana Balbo**

Womem 20 (W20) é o grupo de afinidade que defende os interesses das mulheres frente aos líderes do G20 — fórum de cooperação internacional que reúne a 20 economias —, principalmente aqueles vinculados à autonomia econômica. Trabalhamos para convencer aos líderes de que não há desenvolvimento possível sem uma maior incorporação das mulheres à força de trabalho.

Embora tenham ocorrido avanços nas últimas décadas, existem muitos desafios pendentes. A inserção da mulher no mercado de trabalho foi massiva e crescente nas últimas décadas, causando uma significativa redução da pobreza e da desigualdade. No entanto, nos últimos anos, os avanços têm desacelerado. Apesar da diminuição dos hiatos de gênero nas taxas de participação na força de trabalho, há uma diferença de 27% entre homens e mulheres¹. Ainda hoje, 55% das mulheres no mundo carecem de rendimentos próprios. Embora a realidade dos países do G20 seja melhor, nenhum deles conseguiu eliminar o hiato da participação trabalhista da mulher.

* Presidente do
W20
Empresária da
Argentina
Primeira mulher
enóloga do país

1 OIT (Organização Internacional do Trabalho). 2016. Women at Work: Trends 2016. Suíça, Genebra. 138 p.

A presidência argentina do W20 herdou três eixos centrais de trabalho: inclusão trabalhista, inclusão digital e inclusão financeira das mulheres, os quais foram o centro dos debates em anos anteriores. Embora todos esses eixos sejam de grande relevância, no presente ano decidimos agregar um de grande importância para a Argentina, para a região e para o mundo: o desenvolvimento das mulheres rurais.

Há muitas razões por trás dessa decisão. Em primeiro lugar, isso é estratégico para os fins desta presidência do G20, pois alcançar um futuro alimentar sustentável ocupa o centro da agenda. No W20, cremos que esse objetivo só é possível com uma maior participação das mulheres, e em melhores condições. Além disso, o G20 representa 60% das terras cultiváveis no mundo, e 80% da produção de alimentos². Cremos que os consensos que possam ser alcançados em relação ao papel da mulher na produção de alimentos e no desenvolvimento do âmbito rural terão impacto em todo o mundo.

“

Dada a escassa voz e participação das mulheres rurais, o W20 Argentina propõe garantir a participação plena e efetiva das mulheres rurais nos processos de tomada de decisões, em especial das mulheres indígenas, camponesas, migrantes e afrodescendentes. Para isso, pedimos o estabelecimento de programas para fortalecer a capacidade das comunidades locais, a liderança, a negociação, bem como para promover a paridade e a democratização dos sistemas políticos e a reforma das leis eleitorais para garantir a participação plena e efetiva das mulheres. Esse pedido está alinhado com a recomendação 35 da Comissão da Condição Jurídica e Social da Mulher das Nações Unidas, que destaca a importância de ampliar a intervenção, a capacidade de atuar, a participação e a liderança das mulheres e meninas rurais.”

Outro motivo de grande importância está relacionado à sua situação de desvantagem e invisibilidade. Elas enfrentam uma dupla desvantagem: o fato de ser mulheres e de viver em zonas rurais. Todos os indicadores de gênero e desenvolvimento revelam que, no âmbito mundial, as mulheres rurais estão em pior situação do que os homens rurais e as mulheres urbanas. As mulheres em zonas rurais têm piores índices de emprego e de acesso aos serviços básicos. Há zonas rurais onde as mulheres carecem de documentos de identidade, o que lhes impossibilita ter acesso a recursos públicos, proteção social, saúde e educação, bem como a eleger a seus representantes ou se candidatar para incluir seus interesses e necessidades nas políticas públicas.

Seu predomínio em trabalhos informais, de má qualidade e

2 2018. Reunião dos ministros de agricultura do G20. 26 e 27 de julho de 2018. Buenos Aires, Argentina.

baixa remuneração põe em risco sua qualidade de vida e a de suas famílias. Neste sentido, as mulheres rurais representam um coletivo esquecido que enfrenta discriminações sistemáticas e com pouca visibilidade no momento de elaborar políticas públicas.

Por isso, mas sobretudo por sua contribuição fundamental ao desenvolvimento das economias, priorizamos o tratamento desse tema. As mulheres rurais contribuem enormemente para as economias, sendo responsáveis por 43% da produção de alimentos em escala mundial e se estima que, se tivessem o mesmo acesso aos recursos produtivos que seus pares homens, os rendimentos das colheitas aumentaria entre 20 e 30%, com 12 a 17% de redução da fome³. Em um mundo onde a mudança do clima gera maiores secas, escassez de água e carestia dos alimentos, devemos pensar em estratégias para aumentar e melhorar a produção de alimentos. Para isso, o papel das mulheres, com acesso a maiores recursos e à inovação tecnológica, é imprescindível.

O papel das mulheres rurais no sustento das famílias, no fortalecimento das comunidades e na redução da pobreza é decisivo. As mulheres contribuem com um maior investimento em capital humano na forma de saúde, nutrição e educação das crianças; portanto, proporcionar-lhes mais acesso a recursos econômicos representa um bom uso do dinheiro e uma aposta para melhorar o futuro das gerações vindouras. São medidas com grande efeito multiplicador.

Cabe destacar que as mulheres rurais não são um grupo homogêneo: há indígenas, mestiças e afrodescendentes. A diversidade também se apresenta nas atividades que elas desenvolvem: são agricultoras, coletoras, pescadoras ou assalariadas. Também atuam em atividades não agrícolas, como artesanato ou o turismo.

Em muitos casos, as mulheres rurais são as que guardam os saberes e as culturas de seus povos, são as que transmitem as tradições entre as gerações, as formas de vida e de subsistência de seus antepassados. Esse conhecimento deve ser resguardado, uma vez que valorizar o passado é a única forma de assegurar o futuro: um povo que não tem passado ou raízes não tem futuro algum. Sem dúvida, esses saberes e tradições devem ser mais valorizados.

A dívida da Argentina com as mulheres rurais

A Argentina apresenta um forte fenômeno de despovoamento nas zonas rurais; 90% da população vive em áreas urbanas⁴, com um maior abandono nas zonas dispersas. Cabe esclarecer que a situação de despovoamento do país parecer chegar a um equilíbrio e se estabilizado⁵. Embora a distribuição de homens e

3 FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura) The State of Food and Agriculture 2010-2011. Women in Agriculture: Closing the Gender Gap for Development. FAO, Roma, Itália. 150 p.

4 INDEC (Instituto Nacional de Estadística y Censos). 2010. Censo Nacional de Población, Hogares y Viviendas 2010: censo del Bicentenario: resultados definitivos, Serie b, nº 2. 1ª ed. INDEC. Buenos Aires, Argentina. 378 p.

5 Alegre, S; Lizárraga, P; Brawerman, J. 2015. Las nuevas generaciones de mujeres rurales como promotoras del cambio. Un estudio cuanti-cualitativo de la situación de las mujeres rurales jóvenes, de sus necesidades y oportunidades en Argentina. UCAR, IIPE-UNESCO. Buenos Aires, Argentina. 279 p.

mulheres em zonas rurais é bastante homogênea, observa-se uma pequena prevalência de homens nas zonas dispersas. As mulheres rurais se concentram mais em zonas rurais agrupadas, situação associada frequentemente ao fato de ter filhos homens e com a busca de melhores ofertas de educação, trabalho, saúde, cuidados, conectividade e qualidade de vida.

A maioria dos serviços de saúde está concentrada em zonas urbanizadas, enquanto, na maioria das áreas rurais, são precários, fundamentalmente pela falta de recursos humanos e de especialidades para a atenção de mulheres e crianças, em especial os vinculados à saúde sexual e reprodutiva. Existem novas formas de ter acesso à saúde, como os programas que aproximam unidades móveis equipadas, pessoal médico ou promotores de saúde das zonas rurais. Isso melhora a situação das mulheres jovens frente às gerações anteriores, mas ainda não há garantia de acesso⁶.

Em relação ao vínculo das mulheres rurais com o mercado de trabalho, a residência no meio rural e o gênero conjuram uma acumulação de desvantagens que se intensificam nas zonas dispersas. Essas menores oportunidades que enfrentam estão relacionadas às dificuldades para participar do mercado de trabalho e, simultaneamente, atender aos cuidados dos membros do lar. As mulheres no campo têm uma intensa carga de trabalho: são responsáveis pelas tarefas domésticas e de cuidados, por tarefas produtivas dentro das unidades familiares (fundamentalmente para o autoconsumo e para a venda de excedentes), além de participar de espaços comunitários. A falta de serviços de cuidado e a indistinta fronteira entre o produtivo e reprodutivo invisibilizam todo o esforço feito pelas mulheres rurais para conciliar esses mundos.

Diversos estudos mostram que, no âmbito rural da Argentina, prevalecem problemas estruturais, como o acesso ao mercado de trabalho, a recursos naturais e produtivos e às novas tecnologias, ou a falta de acesso à terra, o encolhimento dos lotes e o deslocamento da fronteira agrária, situações que incidem na motivação para migrar e nas possibilidades de desenvolvimento econômico das mulheres rurais.

Além disso, as mulheres das zonas rurais correm o risco de ser vítimas de violência, por causa da persistência de atitudes tradicionais relacionadas à subordinação da mulher, mas são ainda mais vulneráveis à falta de acesso à justiça e aos serviços de proteção social. A dependência econômica é um obstáculo para que as mulheres possam abandonar relações de abuso, sobretudo quando existem filhos presentes no lar.

O legado do W20

O W20 Argentina elaborou um conjunto de recomendações que, em nossa opinião, compõem o caminho que os líderes do G20 deveriam tomar para alcançar

6 *ib.*

uma maior participação das mulheres rurais nas economias. Essas ações foram elaboradas com o consenso das delegadas dos 20 países membros.

Em primeiro lugar, defendemos que os países possam garantir que o investimento e as melhorias nos serviços de infraestrutura, especialmente de transporte, rodovias, água, eletricidade, energia e conectividade, considerem as necessidades das mulheres e priorizem seu empoderamento econômico. Para isso, indicamos a inclusão das mulheres rurais nos processos de identificação, projeto, implementação e manutenção dos projetos de infraestrutura. Há muita evidência de projetos de infraestrutura malsucedidos que não levaram em conta as necessidades das mulheres, nem os usos e costumes das zonas rurais.

Em segundo lugar, defendemos que os países membros do G20 avancem para sistemas que possam garantir a posse legal da terra, a proteção contra o desalojamento, a apropriação de terras e a desapropriação das mulheres rurais. A partir da posse da terra, pedimos que lhes seja garantido o acesso a recursos produtivos, tecnologias e mercados e que lhes seja oferecida a assistência técnica necessária para qualquer atividade que realizem.

Por último, buscamos promover o empoderamento econômico das mulheres rurais pela criação do Fundo Mundial das Mulheres Rurais 2030. Esse fundo teria como objetivo financiar os projetos produtivos das mulheres rurais dos países do G20.

Dada a escassa voz e participação das mulheres rurais, o W20 Argentina propõe garantir a participação plena e efetiva das mulheres rurais nos processos de tomada de decisões, em especial das mulheres indígenas, camponesas, migrantes e afrodescendentes. Para isso, pedimos o estabelecimento de programas para fortalecer a capacidade das comunidades locais, a liderança, a negociação, bem como para promover a paridade e a democratização dos sistemas políticos e a reforma das leis eleitorais para garantir a participação plena e efetiva das mulheres. Esse pedido está em conformidade com a recomendação 35 da Comissão da Condição Jurídica e Social da Mulher das Nações Unidas, a qual destaca a importância de se ampliar a intervenção, a capacidade de atuação, a participação e a liderança das mulheres e meninas rurais, bem como a participação plena, efetiva e em pé de igualdade em todos os níveis da adoção de decisões; ele reconhece, além disso, o papel fundamental que as organizações da sociedade civil, os sindicatos, as empresas e as cooperativas de mulheres rurais desempenham para reunir, unir e apoiar as mulheres rurais em todos os âmbitos⁷.

Por fim, e de grande importância, pedimos que os países trabalhem em direção a sistemas estatísticos que colem, analisem e compartilhem dados discriminados por sexo (qualitativos e quantitativos) sobre a situação das mulheres rurais para elaborar políticas baseadas em evidências para melhorar suas oportunidades

7 ONU (Organização das Nações Unidas). 2018. Conselho Econômico e Social. Comissão da Condição Jurídica e Social da Mulher, 62º período de sessões. 26 de março de 2018. 24 p. Disponível em <http://undocs.org/es/E/CN.6/2018/L.8>

de desenvolvimento, empoderamento econômico e empreendedorismo das mulheres. Essa recomendação é de grande importância, dada a escassez de dados oficiais sobre a situação das mulheres rurais no mundo. Para poder visualizá-las e elaborar políticas focalizadas, precisamos entender quem elas são, onde estão e a que se dedicam, seus usos e costumes, padrões migratórios, acesso à terra e a recursos produtivos, seu vínculo com o mercado de trabalho, seu acesso à oferta de bens públicos e a qualidade dos mesmos, entre outras coisas.

Qual é o futuro das mulheres rurais no G20? A incorporação desse tema por parte da Argentina foi um acerto que recebeu muito apoio na comunidade internacional, por isso, estamos otimistas de que o eixo de Desenvolvimento das Mulheres Rurais tenha continuidade na presidência do Japão e que se instale como uma área de trabalho permanente do W20.

Mulheres rurais e a Agenda 2030 na América Latina e no Caribe: um olhar pelo mercado de trabalho

Muitas das mulheres rurais só conseguem empregos precários e mal remunerados

*Alicia Bárcena**

Durante a década atual, a CEPAL posicionou a igualdade como valor fundamental do desenvolvimento e como princípio ético irredutível.

A desigualdade não é apenas injusta mas também ineficiente, pois gera e sustenta instituições que não promovem a produtividade nem a inovação. Além disso, a discriminação fecha oportunidades que também representam trajetórias de aprendizado e de inovação favoráveis à produtividade. As desigualdades de gênero, traço estrutural da América Latina, são o mais claro exemplo disso. Elas implicam uma distribuição desigual do poder, dos recursos, do tempo e da riqueza entre homens e mulheres e estão na base da insustentabilidade do estilo de desenvolvimento dominante. O desafio é avançar para uma mudança estrutural progressiva que contribua para transformar as relações de poder de gênero nas dimensões econômica, social e ambiental do desenvolvimento sustentável e ações que articulem os desafios de curto e longo prazo.

* Secretaria
Executiva da
Comissão
Econômica das
Nações Unidas
para a América
Latina e o Caribe
(CEPAL)

Em âmbito global, o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável Nº 5 (ODS 5) da Agenda de Desenvolvimento 2030 estabelece a aspiração de “*Alcançar a igualdade*”

entre os gêneros e empoderar todas as mulheres e meninas”. Para avançar nessa direção, são propostas metas em meios de implementação relacionados ao empoderamento econômico das mulheres (5.a), ao uso de novas tecnologias (5.b) e ao desenvolvimento de estruturas jurídicas e de políticas que promovam a igualdade de gênero e o empoderamento em todos os níveis (5.c).

No âmbito regional, a Estratégia de Montevideu para a Implementação da Agenda Regional de Gênero, aprovada em 2016, na XIII Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe, propõe um roteiro para avançar com passo firme na direção proposta pelo ODS 5. Desatar os nós críticos da desigualdade de gênero é uma questão de justiça e uma condição necessária para passar de uma cultura de privilégios para uma cultura de direitos e de igualdade. A cultura de privilégios se expressa na hierarquização e valorização do masculino e cristaliza, reproduz e perpetua as relações desiguais de poder entre homens e mulheres.

Os números disponíveis sobre a situação trabalhista das mulheres na área rural indicam que os hiatos de gênero na participação e na taxa de ocupação em detrimento das mulheres são muito mais acentuadas do que nas zonas urbanas. Isso se deve às dificuldades maiores que as mulheres têm para conseguir um emprego em comparação com os homens, bem como à invisibilidade das trabalhadoras rurais que cumprem atividades familiares não remuneradas ou produtoras para o autoconsumo, não são captadas como ocupadas nas pesquisas.

O desafio global e regional para 2030 requer desatar os nós da desigualdade de gênero. Trata-se de transitar da desigualdade socioeconômica e do crescimento excludente para estilos de desenvolvimento que assegurem uma igualdade substancial entre homens e mulheres; de se avançar de uma rígida divisão sexual do trabalho e uma injusta organização social dos cuidados para a redistribuição do tempo, dos trabalhos e das oportunidades; de mudar os padrões culturais patriarcais, discriminatórios e violentos e o predomínio da cultura de privilégios, encaminhando-nos para uma cultura de direitos e igualdade; bem como de mudar a concentração do poder para uma democracia igualitária.”

Com uma atribuição tradicional dos papéis de gênero mais rígida, as mulheres estão restritas ao âmbito e tarefas vinculadas à reprodução. Assim, muitas mulheres rurais são consideradas trabalhadoras secundárias, que, em última instância, complementam as receitas do lar. Esse papel se reflete na maior participação das mulheres em empregos agrícolas temporários. Consequentemente, muitas das mulheres rurais conseguem apenas empregos precários e mal remunerados, passando assim a fazer parte do contingente de “pobres que trabalham”, ou seja, trabalhadoras cujos salários não lhes permitem satisfazer suas necessidades mínimas, apesar das extensas jornadas de trabalho. Essa situação não apenas exacerba a precariedade

das atuais condições trabalhistas dessas mulheres, mas dificulta seu acesso futuro à seguridade social.¹

Neste artigo, são examinadas tendências regionais relacionadas ao empoderamento das mulheres rurais, a partir de sua participação no mercado de trabalho², que constitui um mecanismo de empoderamento econômico. A evidência é de *chiaroscuro*.

Uma primeira tendência é o aumento da proporção de lares rurais chefiados por mulheres, observada em quase todos os países que dispõe de informações comparáveis. Se tomarmos isso como um indicador de empoderamento econômico, a tendência é positiva, especialmente nas zonas rurais, pois, entre 2002 e 2014, a região registrou um aumento de 40% na proporção de lares rurais encabeçados por mulheres (CEPAL-FAO-IICA, 2017). No entanto, os lares chefiados por mulheres podem ser mais vulneráveis aos choques econômicos e em risco de pobreza, especialmente quando a receita da mulher é a única do lar ou quando essa provém de fontes não trabalhistas (por exemplo, transferências, inclusive remessas). As informações disponíveis sobre a distribuição de empregos rurais evidenciam isso. Mais da metade dos lares encabeçados por mulheres são classificados como inativos, enquanto de 25 a 30% apresentam um emprego remunerado não assalariado (CEPAL-FAO-IICA, 2017). Além disso, a proporção de mulheres rurais chefes de família ainda é baixa, menos de 25% na maioria dos países (CEPAL-FAO-IICA, 2017). Isso provavelmente reflete as normas sociais regionais quanto aos papéis de gênero, pois são os homens que geralmente assumem o papel de chefia, inclusive quando tanto os homens como as mulheres aportam economicamente para o bem-estar total do lar.

A tendência ao aumento na chefia feminina ocorre independentemente da redução da pobreza que se tem observado entre os lares rurais desde os princípios do século. A evidência indica que estaria mais vinculada à mudança estrutural no meio rural, que se manifesta na contração do setor agrícola e posterior expansão de setores não agrícolas. Estimativas a partir das informações disponíveis (CEPAL-FAO-IICA, 2015) indicam que, quanto mais a ocupação no setor agrícola se retrai, maior é o aumento da chefia feminina rural. Além disso, a idade média das chefes de famílias rurais se reduziu, com um marcado aumento na proporção dos lares rurais com chefia feminina no grupo de mulheres com menos de 35 anos (CEPAL-FAO-IICA, 2015); uma tendência que é mais marcada nas zonas rurais do que nas zonas urbanas. Isso é relevante, pois se trata de uma faixa etária na qual os papéis de gênero associados aos cuidados da família pesam menos e, portanto, a mulher goza de maior independência para estabelecer seu próprio lar.

1 Coyuntura Laboral de América Latina y el Caribe, nº 14, CEPAL/OIT, maio de 2016.

2 Os dados apresentados derivam de processamentos especiais de pesquisas domiciliares realizadas pela CEPAL para os capítulos de bem-estar rural dos dois últimos relatórios conjuntos CEPAL-FAO-IICA sobre as perspectivas da agricultura e do desenvolvimento rural na América Latina e no Caribe (CEPAL-FAO-IICA, 2015 e 2017).

A segunda tendência relevante é o aumento nas taxas de emprego rural das mulheres. Nas últimas décadas a ALC mostrou avanços consideráveis no ODS 5, apresentando importantes avanços na paridade de gênero em educação, saúde e participação na força de trabalho. O aumento da taxa de participação feminina na força de trabalho regional foi o maior do mundo; e essa tendência foi mais pronunciada no âmbito rural (CEPAL-FAO-IICA, 2015). Os aumentos foram maiores que as taxas de emprego nacionais e, com poucas exceções, foram observados em todas as faixas etárias³. No entanto, os perfis de emprego das mulheres rurais por faixas etárias apresentam diferenças significativas (segundo sejam remunerados, por conta própria, como empregadora ou como familiar não remunerada), que também mostram indícios de papéis de gênero.

No grupo mais jovem, a principal categoria de emprego na maioria dos países é como assalariadas não agrícolas; e uma parcela significativa está empregada como familiares não remuneradas (mais de 20% em diversos países). Ao passar para a faixa etária intermediária (35-60 anos), apresenta-se uma transição para o emprego por conta própria, sobretudo nos setores não agrícolas. Em idades mais altas, há uma nova redução de emprego assalariado não agrícola, bem como maiores aumentos do emprego por conta própria, tanto agrícola como não agrícola.

Esses perfis são congruentes com a expansão das oportunidades de emprego para as mulheres mais jovens, como resultado da expansão do setor não agrícola. Também sugerem que, conforme as mulheres envelhecem e assumem papéis mais tradicionais, por exemplo, nos cuidados da família, elas têm mais probabilidades de abandonar o mercado de trabalho formal e participar de atividades mais informais ou de desenvolver empreendimentos próprios, que possam conciliar com seus papéis de provedoras de cuidados.

Embora não existam números detalhados, há uma clara tendência das mulheres rurais para ingressar no mundo do trabalho por empreendimentos próprios. De acordo com os números de censos agropecuários de alguns países, a proporção de mulheres que são chefes de exploração gira em torno de 25%. Isso implica que são elas que tomam as decisões técnicas e comerciais e, em muitas ocasiões, realizam a maior parte do trabalho produtivo. No âmbito do trabalho por conta própria, de natureza mais informal, os empreendimentos são de naturezas diversas e se desenvolvem paralelamente às suas atividades de cuidados da família; por exemplo, estufas com hortaliças, elaboração de produtos alimentares processados, artesanatos, vendas em feiras locais, empreendimentos turísticos, entre outros. A diversidade de negócios é ampla e, em geral, percebe-se um traço comum: tais empreendimentos funcionam com êxito graças ao impulso, à prolixidade e à disciplina com que são executados. É por isso que as mulheres rurais estão atraindo cada vez mais atenção dos bancos de desenvolvimento e dos programas públicos para promover o empreendedorismo produtivo.

3 Identificam-se três faixas etárias que poderiam ser caracterizadas como: população jovem ativa (menores de 35 anos), força de trabalho adulta (de 25 a 60 anos) e população em idade de aposentadoria (maiores de 60 anos).

O desafio global e regional para 2030 requer desatar os nós da desigualdade de gênero. Trata-se de transitar da desigualdade socioeconômica e do crescimento excludente para estilos de desenvolvimento que assegurem uma igualdade substancial entre homens e mulheres; de se avançar de uma rígida divisão sexual do trabalho e uma injusta organização social dos cuidados para a redistribuição do tempo, dos trabalhos e das oportunidades; de mudar os padrões culturais patriarcais, discriminatórios e violentos e o predomínio da cultura de privilégios, encaminhando-nos para uma cultura de direitos e igualdade; bem como de mudar a concentração do poder para uma democracia igualitária.

As tendências destacadas sugerem a necessidade de políticas para apoiar os lares chefiados por mulheres, bem como para aumentar o empoderamento das mulheres e a paridade de gênero. Para isso, os governos devem assegurar que as mulheres possam adquirir as mesmas habilidades e desfrutar de salários semelhantes aos dos homens, em condições de trabalho equivalentes.

Maior educação, acesso a recursos financeiros e conhecimentos (meta 5.a) aumentarão o empoderamento e a independência das mulheres, especialmente nos lares chefiados por elas. No entanto, embora muitos países tecnicamente proporcionem igualdade legal às mulheres, a aplicação de tais proteções é, muitas vezes, débil. Assegurar que as mulheres tenham direitos iguais e, tão importante quanto, que sejam conscientes desses direitos aumentará o empoderamento das mulheres e melhorará a paridade de gênero a curto e longo prazo. Com uma maior proteção legal, as mulheres terão maior controle sobre os recursos financeiros. Isso beneficiará a próxima geração de meninas, pois quando as mulheres têm um maior controle dos recursos do lar, direcionam mais dinheiro para a educação e a saúde das meninas.

Também é importante melhorar a paridade no local de trabalho (meta 5.c). Isso incluiria a igualdade de remuneração e mecanismos de conciliação trabalhista, por exemplo, em aspectos relacionados a licenças maternidade e paternidade. O primeiro aumenta o incentivo para que as mulheres ingressem na força de trabalho, conforme aumenta o custo de oportunidade de tempo. O segundo reduz a preferência de uma empresa para empregar homens, uma vez que cada empregado terá benefícios parentais equivalentes.

A promoção do emprego feminino requer a consideração de políticas que fomentem a permanência e a finalização dos estudos das mulheres rurais para aumentar sua produtividade, promover a visibilidade das mulheres como trabalhadoras (formalizando as relações trabalhistas, por contratos de trabalho), fortalecer as políticas e os serviços de cuidados no campo e promover uma distribuição mais equilibrada do trabalho doméstico não remunerado entre homens e mulheres.

À luz do processo de mudança estrutural no meio rural, também deveriam ser desenvolvidos programas de capacitação para que as mulheres possam aproveitar as oportunidades que surjam no crescimento dos setores não agrícolas. A aquisição de habilidades, seja pela educação formal ou pelos programas de desenvolvimento de capacidades, é relevante para a adoção de novas tecnologias e inovações,

para ter acesso a postos de trabalho mais bem remunerados, dentro e fora da agricultura, e para facilitar a reconversão produtiva. A aquisição de habilidades adicionais contribui, em última instância, para reduzir a pobreza e a desigualdade rural no longo prazo.

A introdução de novas tecnologias (meta 5.b) é uma via para motivar o desenvolvimento de novos empreendimentos por parte das mulheres e da população mais jovem e qualificada, pois sua disposição para adotar novas tecnologias é maior do que entre os homens e a população de maior idade (CEPAL-FAO-IICA, 2011). Uma característica importante das novas tecnologias — sobretudo das novas tecnologias da informação e da comunicação — é que elas podem permitir saltar etapas em termos de desenvolvimento tecnológico, abrindo “janelas de oportunidade” para as economias rurais e, em particular, para as mulheres.

Ao anterior, se devem agregar ações em muitos outros âmbitos (meta 5.c) que transcendem no que diz respeito ao empoderamento econômico; por exemplo, ações destinadas a melhorar a autoestima, reduzir a violência intrafamiliar, reconhecer seu papel como guardiãs de sementes tradicionais, evidenciar seus papéis nas estatísticas dos programas públicos, assegurar sua participação em instâncias da sociedade civil e, em geral, sua participação em âmbitos de direção tanto de empresas agropecuárias como de organismos do Estado. Além disso, o elevado nível de inatividade entre as mulheres rurais chefes de família maiores de 60 anos destaca a importância das políticas de proteção social no meio rural, com relevante foco na proteção das mulheres (meta 5.c).

As mulheres rurais da região estão alcançando avanços, mas a tarefa é imensa e requer muito mais. A aspiração do ODS N° 5, de alcançar a igualdade entre os gêneros e empoderar todas as mulheres e meninas no meio rural, é um imperativo ético, uma questão de justiça e uma condição necessária para passar de uma cultura de privilégios para uma cultura de direitos e de igualdade também nas zonas rurais da América Latina e do Caribe.

O apoio às mulheres rurais é questão de justiça e de direitos fundamentais

A sustentabilidade do meio rural implica enfrentar as desigualdades que as mulheres ainda sofrem ali

*Carmen Calvo**

As mulheres que vivem no meio rural desempenham um papel essencial na economia rural e são agentes-chave para garantir a vida das zonas rurais, facilitar a renovação das gerações, evitar o despovoamento e alcançar um desenvolvimento social economicamente e ambientalmente sustentável, tanto do meio rural como de toda a sociedade.

Na Espanha, dos mais de 8.000 municípios existentes quase 72% têm população menor que 2.000 habitantes.¹ A metade das pessoas que reside no meio rural são mulheres. Mulheres que trabalham todos os dias em suas atividades agrárias; mulheres empreendedoras, empresárias autônomas que apostam na implementação de iniciativas empresariais inovadoras, que oferecem produtos ou serviços de que seu entorno carece e que são agentes poderosas de mudança para uma agricultura mais sustentável e ecológica.

As mulheres do meio rural, em particular as mais jovens – que têm na Espanha um nível de formação superior ao

* Vice-Presidenta
do Governo
Espanha

¹ Zona rural, segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), é o conjunto de municípios com 2.000 ou menos habitantes de fato.

dos homens jovens – entenderam perfeitamente as possibilidades que se abrem com a diversificação da economia em seus territórios, por meio de atividades que complementam as da agricultura e de criação de gado, como é o caso, entre outros, do turismo rural, do ecoturismo, do agroturismo, do turismo de experiência, do artesanato e dos ofícios artesanais, bem como da transformação de produtos autóctones e do setor da agroalimentação.

No entanto, essas mulheres enfrentam obstáculos que reduzem suas oportunidades de acesso a um emprego de qualidade e as submetem a jornadas de trabalho intermináveis, para além daquela remunerada – muitas vezes, mais mal remunerada que a dos homens –, incluindo a responsabilidade quase exclusiva dos cuidados de filhos e filhas, idosos e pessoas em situação de dependência. Tudo isso dificulta e reduz as suas oportunidades de acesso ao emprego, à participação social e política, aos lugares onde se tomam as decisões – em resumo, à igualdade real e efetiva de oportunidades.

Trata-se de barreiras estruturais, de estereótipos arraigados que perpetuam papéis tradicionais de gênero que tornam as mulheres responsáveis pelas tarefas invisíveis e não remuneradas; e da masculinização enraizada da atividade agrária e pesqueira, que dificulta a participação das mulheres e sua presença nos postos decisórios e impede seu acesso à propriedade das terras e aos serviços e infraestruturas.

A eliminação dessas barreiras e o apoio às mulheres que vivem nesse entorno são uma questão de justiça e direitos fundamentais, pois sem as mulheres a vida nos povoados se esvai, envelhece e acaba por desaparecer.

A avaliação e o reconhecimento pleno do seu trabalho – remunerado e não remunerado – o seu empoderamento e a facilitação de acesso aos serviços de cuidados disponíveis e de qualidade são uma tarefa indispensável para o cumprimento dos compromissos assumidos na Agenda 2030, em concreto no tocante ao Objetivo 5, “Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas”. Esse Objetivo está intimamente relacionado com o Objetivo 1, “Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares”; com o Objetivo 2, “Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria

A avaliação e o reconhecimento pleno do seu trabalho – remunerado e não remunerado – o seu empoderamento e a facilitação de acesso aos serviços de cuidados disponíveis e de qualidade são uma tarefa indispensável para o cumprimento dos compromissos assumidos na Agenda 2030, em concreto no tocante ao Objetivo 5, “Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.”

da nutrição”; o Objetivo 8, “Promover o emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos”; e o Objetivo 13, “Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos”.

Na Espanha, modificamos o nosso ordenamento jurídico e incorporamos novas normas para cimentar uma sociedade mais justa. A aprovação da Lei 3/2007, de 22 de março, estabelece a efetiva igualdade de mulheres e homens ao introduzir o princípio de igualdade de tratamento e de oportunidades entre mulheres e homens no conjunto das políticas. Essa lei dispensa atenção especial à situação das mulheres que vivem no meio rural, e, além das ações voltadas para a melhoria do nível educativo e de formação, leva em conta também as que favorecem sua incorporação ao mercado de trabalho e aos órgãos de direção de empresas e associações.

De importância especial é a modificação jurídica trazida pela Lei 35/2011, de 4 de outubro, referente à titularidade compartilhada das atividades agrárias, tão demandada pelas associações e entidades de mulheres do meio rural. Com essa lei se deu um passo adiante na modificação das estruturas agrárias, ao se reconhecer a equiparação de direitos das mulheres no setor agrário, o valor do seu trabalho e a proteção da seguridade social. Ela possibilita a administração, representação e responsabilidade na atividade compartilhada entre as suas duas partes, a divisão das receitas em 50%, a consideração dos dois titulares como beneficiários diretos das ajudas e dos subsídios de que seja objeto a atividade e um modo singular e específico de cálculo na seguridade social. Mas, embora tenha representado avanços importantes, essa lei não acabou com todos os problemas que pretendia combater. Por isso, seu aperfeiçoamento contínuo continua sendo necessário.

Além disso, é indispensável aproximar as novas tecnologias da informação e da comunicação aos núcleos rurais, na medida em que constituem uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento de mulheres e meninas. Garantir o seu acesso às TIC, promover a sua participação na sociedade da informação, aumentar a sua confiança e segurança no uso das novas tecnologias, promover as aptidões e proporcionar as informações e os conhecimentos necessários podem contribuir, juntamente com a ampliação da banda larga para todos os núcleos da zona rural, para a incorporação das mulheres ao ambiente trabalhista.

Seguindo essas diretrizes, estamos trabalhando, mediante programas que facilitam a formação, o assessoramento, a mentoriação e o coaching das mulheres rurais que desejam autoempregar-se ou implementar projetos de negócio. Disponemos de uma plataforma de comércio eletrônico (<http://desafiomulherrural.es/ecommerce/>) que dota as empreendedoras do meio rural de um canal telemático pelo qual podem divulgar e vender seus produtos nos mercados local, nacional e internacional, de forma acessível. Essa plataforma de comércio eletrônico é acompanhada por um serviço de tutorização personalizada para facilitar sua utilização pelas empreendedoras, a divulgação de seus produtos e transações econômicas seguras.

Trabalhamos com o setor agroalimentar, em particular nas cooperativas em que gira a economia da maioria dos povoados das zonas rurais da Espanha,

promovendo uma mudança cultural de mulheres e homens que permita às mulheres alcançarem postos de alta responsabilidade, inclusive nos conselhos diretores em que atualmente a sua presença é extremamente baixa.

Outra parte essencial é o apoio ao associacionismo das mulheres rurais, instrumento poderoso de participação que lhes permite ocupar espaços públicos, distribuir estratégias de ação coletiva, facilitar a participação ativa na vida social e trabalhista e desenvolver os seus direitos de cidadania.

Além disso, é necessário ter presente a situação especial de vulnerabilidade em que se encontram as mulheres rurais diante da violência de gênero. Na Espanha, o Pacto de Estado contra a Violência de Gênero, aprovado sem nenhum voto contrário por todos os grupos parlamentares, contempla medidas específicas para o combate à violência de gênero nesse coletivo. Essas medidas abrangem, entre outras, áreas como a prevenção e a conscientização; a resposta institucional, a coordenação e o trabalho em rede; a assistência, a ajuda e a proteção às vítimas; o saneamento básico; e a melhoria do conhecimento.

Definitivamente, a sustentabilidade do meio rural implica enfrentar de forma decidida as desigualdades que as mulheres que nele vivem ainda sofrem, melhorar a sua situação e as suas oportunidades trabalhistas e aumentar a sua presença e participação ativa nos diversos órgãos de direção de empresas, câmaras agrárias e de comércio, entidades sindicais e organizações profissionais e instituições de participação política e social.

Devemos romper as barreiras que nos dias de hoje ainda impedem as mulheres rurais de participar da nossa sociedade em igualdade de condições com os homens, e multiplicar os esforços para superar os obstáculos que dificultam a plena igualdade de oportunidades no mundo rural.

A mulher rural no desenvolvimento sustentável

Trabalhemos para que as mulheres rurais possam influenciar na construção de um país melhor

*Margarita Cedeño**

Parte importante do desenvolvimento da humanidade e da realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) está baseada na relação entre gênero e segurança alimentar, duas questões importantes que, separadamente, garantem um futuro mais próspero para a humanidade, mas que, em conjunto, formam uma área de ação estratégica para o bem-estar daqueles que habitam o nosso planeta.

Talvez ambos os temas sejam diferentes para alguns; no entanto, a participação da mulher na agricultura é de interesse estratégico, devido ao seu impacto decisivo e benefício que reflete diretamente na família.

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) colocou grande ênfase na importância da mulher como pedra angular da economia rural, especialmente para os países da América Latina e do Caribe.

É por isso que a mulher rural depende do apoio decisivo das políticas públicas para poder fazer a transição para a produção intensiva e industrializada; para que possa ter

* Vice-presidenta
Constitucional
da República
Dominicana e
Embaixadora
Extraordinária
da Organização
das Nações
Unidas para a
Alimentação e a
Agricultura (FAO)

seguranças ante as ameaças potenciais a seu cultivo; e para poder se inserir, de forma equânime, nos mercados de produção.

Um estudo que aborda esse tema — publicado em 2012 pela FAO — propõe o seguinte: “A formulação e o fortalecimento de políticas públicas, bem como a instalação de estruturas formais nas instituições que trabalham o setor rural, são propostos como solução para resolver os hiatos mencionados, de modo que homens e mulheres tenham um tratamento equitativo na implementação de projetos e programas sociais sustentáveis.”

Ao analisar alguns fatos que conhecemos e que são o reflexo da grave situação das mulheres na economia rural, nós nos damos conta de que elas têm uma participação mínima na titularidade das explorações agrícolas e, quando chegam a ser titulares da terra, seus lotes são menores e de menor qualidade do que os dos homens. Além disso, a qualidade dos plantios das mulheres é menor, por não terem acesso a insumos e tecnologias como os homens, o que limita a sua capacidade de produção.

As mulheres se veem obrigadas a envolver seus filhos homens entre 5 e 14 anos na capina, o que resulta no aumento dos índices de trabalho infantil. As mulheres

só recebem 10% da ajuda total destinada à agricultura, às atividades florestais e à pesca, ao mesmo tempo em que têm um menor acesso ao crédito em comparação com os homens.

Em consequência, o hiato do rendimento entre agricultores e agricultoras se situa entre 20% e 30%, semelhante ao hiato existente no âmbito salarial entre homens e mulheres. Se esse hiato for fechado, o aumento na produção feminina poderia resultar em alimentos para 150 milhões de pessoas em todo o mundo.

Não se pode deixar de mencionar, igualmente, que os índices de analfabetismo são maiores entre as mulheres rurais; e o número médio de anos de instrução escolar é muito menor que o dos homens. Como propôs o antigo Secretário Geral da ONU, Bam Ki-moon: “Coletivamente, as mulheres rurais são uma

“

Com o apoio decisivo de organismos internacionais, é possível dissipar a vulnerabilidade da mulher rural latino-americana para transformar as estruturas de poder e os costumes sociais que historicamente têm caracterizado as zonas rurais e que levam essas mulheres a sofrer uma dupla marginalização: por ser mulheres e por ser rurais. A oportunidade de mudança que a Agenda 2030 nos outorga servirá para promover um novo paradigma no desenvolvimento rural, o impulso de uma sociedade onde a mulher rural não seja nem inferior nem superior ao homem, mas possa cultivar as qualidades que constituem sua força e valor, uma nova mulher rural com capacidade para aperfeiçoar a comunidade onde vive.”

força que pode promover o progresso em nível mundial”. Trabalhemos para que essa força possa incidir na construção de um país melhor, com equidade e sustentabilidade.

A questão ética

Qualquer reflexão sobre um tema tão importante como a segurança alimentar não pode deixar de lado o papel da mulher rural na Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável: a mulher rural na América Latina e no Caribe é um pilar da agricultura de pequena escala, do trabalho camponês e da subsistência familiar cotidiana.

Vivemos em um mundo onde prima um uso e uma exploração egoísta dos recursos postos à nossa disposição, o que torna insustentável a vida para o futuro do planeta Terra, como nos recorda o Papa Francisco em sua encíclica “*Laudato si’ Sobre o cuidado da casa comum*”.

É um insulto à dignidade humana e um problema ético que centenas de milhões de pessoas sofram de desnutrição e escassez de alimentos, enquanto no mundo são desperdiçadas 1.300 milhões de toneladas de alimentos ao ano, o suficiente para erradicar a fome.

Em consequência, é urgente embarcarmos na tarefa de propiciar mecanismos que assegurem a disponibilidade e o gozo de uma alimentação adequada, imprescindível para a vida e o desenvolvimento humano, ao mesmo tempo em que cuidamos dos recursos que tornam possível a existência dos seres vivos no planeta.

Isso não se pode ser alcançado virando-se as costas para metade da população, esse motor de mudança que são as mulheres e, acima de tudo, não se pode ser alcançado virando-se as costas para as mulheres que trabalham dia a dia no campo. Porque sem a mulher rural não haverá segurança alimentar.

A região dispõe de um amplo conjunto de documentos que são o reflexo de acordos importantes no âmbito regional e que fixam um roteiro para a integração plena da mulher na matriz produtiva.

Um deles é a Estratégia de Montevideu, adotada no âmbito da décima terceira Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe, da CEPAL, que propõe a valorização e o reconhecimento da contribuição econômica do trabalho agrícola da mulher.

A radiografia da mulher, proposta no mencionado documento, sugere que as famílias mais pobres, chefiadas por mulheres em mais de 60%, vivem em terras marginais e não se beneficiam dos avanços tecnológicos vinculados à produção de variedades de alto rendimento. Elas não dispõem dos recursos necessários para adquirir fertilizantes, pesticidas e combustível; enfrentam grandes desafios técnicos que lhes impedem de se inserir nas cadeias de produção e comercialização e estão obrigadas a duplicar seus esforços, para poder avançar.

A preocupação leva à ação

Existe uma preocupação sobre a segurança alimentar, sobre as dificuldades que muitos enfrentam para obter alimentos para garantir a nutrição adequada dos cidadãos. Essa preocupação deve ser convertida em um plano de ação para trabalhar com as mulheres rurais que inclua estratégias de acompanhamento sociofamiliar e de vinculação a intervenções de desenvolvimento, sob um enfoque de liderança comunitária e de participação social da mulher.

Para isso, é necessário promover a agricultura familiar, a formação profissional, a produção agrícola, o cooperativismo, a inclusão financeira e o acesso a crédito como estratégias de saída de pobreza que permitam às mulheres rurais criar suas capacidades para empreendimentos com base nos recursos locais e na sustentabilidade ambiental.

Também é necessário apoiar empreendimentos associativos de mulheres na produção de estufa, vermicultura, piscicultura, plantio de árvores frutíferas, produção de alimentos e produção artesanal.

Todas as estratégias de intervenção voltadas para mulheres rurais devem estar baseadas em um enfoque de direitos, de atenção aos ciclos de vida e de prevenção à violência contra a mulher.

Como disse Madre Teresa de Calcutá: “Juntos, podemos fazer grandes coisas”.

Empoderar à mulher rural nos ODS

Toca-nos agora explorar como a Agenda 2030 pode servir para promover a mulher rural e empoderá-la nos desafios que enfrenta.

A mulher rural é um agente de transformação que realiza uma enorme contribuição que hoje é invisível à opinião pública e aos grupos de interesse. Hoje em dia, a mulher rural assume uma carga excessiva de atividades de cuidados sem remuneração nem reconhecimento, está exposta a padecer maiores desigualdades e violências e a sua valorização social é menor do que a do homem.

É inadiável a necessidade de exaltar a importância da mulher rural como gestora na reconstrução do tecido social da zona rural.

Em países em desenvolvimento, as mulheres do campo desempenham um papel importante como produtoras de alimentos e geradoras de receitas, um papel que a FAO e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) consideram vital para o futuro da humanidade e que consideram que cheguem a 45% da produção de alimentos na América Latina e no Caribe.

Em consideração a essa realidade, cabe aos organismos coordenadores da implementação dos ODS em cada país, apoiados pelas instituições relacionadas à

agricultura, gerar os espaços de diálogo e participação necessários que permitam identificar as ações requeridas para empoderar a mulher rural.

Com o apoio decisivo de organismos internacionais, é possível dissipar a vulnerabilidade da mulher rural latino-americana para transformar as estruturas de poder e os costumes sociais que historicamente têm caracterizado as zonas rurais e que levam essas mulheres a sofrer uma dupla marginalização: por ser mulheres e por ser rurais.

A oportunidade de mudança que a Agenda 2030 nos outorga servirá para promover um novo paradigma no desenvolvimento rural, o impulso de uma sociedade onde a mulher rural não seja nem inferior nem superior ao homem, mas possa cultivar as qualidades que constituem sua força e valor, uma nova mulher rural com capacidade para aperfeiçoar a comunidade onde vive.



O empoderamento das mulheres nos entornos rurais: avanços e desafios no contexto da Agenda 2030

Nunca como agora, o mundo precisa de um potente movimento feminista rural

*Laura Chinchilla Miranda**

Em outubro, a comunidade internacional comemorará três datas fundamentais para entender a relevância atual e futura de novos aspectos da agenda global sobre o desenvolvimento sustentável. Nos dias 15 e 17 de outubro próximo, a Organização das Nações Unidas celebrará, como faz desde o ano 2008, o Dia Internacional das Mulheres Rurais, o Dia Mundial da Alimentação e, finalmente, o Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza. Os três eventos estão estreitamente vinculados, não só sob o ponto de vista cronológico, mas fundamentalmente por um eixo transversal que propõe a relevância do trabalho feminino no âmbito rural e o empoderamento das mulheres rurais para a produção de alimentos, a erradicação da pobreza e a luta contra a desigualdade em um entorno especialmente desafiador para cumprir os 17 grandes Objetivos do Desenvolvimento Sustentável para o ano 2030.

Essa nova visibilidade do papel das mulheres nos espaços rurais, algo que também é evidente na literatura, na cinematografia, nas artes cênicas e no desenvolvimento de novas linhas de pesquisa nas ciências sociais e humanidades, está relacionada a uma crescente

* Ex-presidenta
República da
Costa Rica

valorização de seu potencial como agentes que desencadeiam o desenvolvimento econômico e o investimento, a mudança social, a proteção do meio ambiente e muitos outros efeitos positivos para o bem-estar das sociedades não urbanas. No âmbito regional, essas foram precisamente as conclusões mais importantes da Conferência da Mulher Rural na América Latina e no Caribe (Brasília, 2014) e da XIII Conferência Regional da Mulher (Montevidéu, 2016), as quais implementaram a campanha chamada Mulheres Rurais que enquadrou esse esforço no intercâmbio e divulgação de experiências, boas práticas, políticas, mecanismos inovadores e ações especificamente orientadas para o fortalecimento do papel das mulheres rurais, a defesa de seus direitos e o fomento à participação das mulheres no desenvolvimento sustentável de seu entorno.

Em termos gerais, as mulheres representam 40% da força produtiva do planeta e seu envolvimento presente e futuro na atividade econômica das nações do mundo é visto como fundamental, posto que os setores decisivos para o crescimento competitivo nos países em desenvolvimento dependem, em grande proporção,

do trabalho feminino. Nos denominados mercados emergentes, de acordo com o Banco Mundial, as mulheres são proprietárias de aproximadamente 37% de todas as pequenas e médias empresas. Isso inclui os agronegócios, onde se multiplicam muitos dos desafios que enfrentam as mulheres na atividade econômica. As mulheres rurais compõem até dois terços dos 800 milhões de pessoas analfabetas no planeta.

Como se bem sabe, o setor agroalimentar tem um caráter estratégico para o futuro da população mundial. Em primeiro lugar, em 2050, a população mundial alcançará incríveis 9.600 milhões de pessoas, o que significará um aumento substancial na demanda de alimentos em âmbito global. Conforme diversas estimativas realizadas por instituições como a Organização das

Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura



No contexto da vinculação de esforços com a agenda de desenvolvimento global, é evidente que muitas iniciativas precisam ser propostas. Refiro-me, em primeiro lugar, à promoção da organização das mulheres rurais em cooperativas ou associações para garantir sua participação equitativa na tomada de decisões. Empoderar também significa assegurar uma participação crescente da liderança feminina rural nos órgãos para a decisão pública em todos os níveis. Implica também, para isso, gerar melhores indicadores para medir o rendimento das políticas públicas focalizadas nisso, enfrentar as diversas formas de violência política e patrimonial contra as mulheres e promover sua participação nos processos de comercialização e distribuição de produtos agrícolas.”

(FAO, por sua sigla em inglês) para satisfazer essa demanda, será necessário um aumento de pelo menos 70% da produção alimentar atual. Para isso, devem ser utilizados não apenas os avanços tecnológicos mais importantes nas últimas décadas, mas também e de maneira decisiva, as políticas públicas que, em âmbito global, favoreçam o empoderamento, a capacitação, a igualdade jurídica e condições substancialmente melhores às atuais, em que a discriminação contra as mulheres continua sendo um elemento predominante.

Os níveis de exclusão das mulheres nos entornos rurais costumam ser consideravelmente maiores que os registrados em zonas urbanas. As disparidades de gênero são especialmente profundas e histórica e culturalmente enraizadas em termos de posse da terra (não mais de 20% do total da posse da terra cultivável no planeta é propriedade de mulheres), acesso a recursos produtivos e a serviços financeiros. Conforme o *Global Findex*, um banco de dados que dispõe de informações de 148 países em termos de economia e crédito, as mulheres estão em menor proporção como titulares de contas bancárias do que os homens. Nos países em desenvolvimento, as mulheres têm um acesso geralmente mais restrito ao crédito (pelo menos 20% menos que os homens) e ainda, em diversos países, se obtêm um, precisam da autorização de um homem da família, têm menor acesso a outros serviços financeiros como poupança, seguros e meios digitais de administração de seus recursos.

Mais ainda, no entorno rural, existem obstáculos culturais que impedem que as mulheres possuam gado, tomem decisões financeiras por elas mesmas ou sejam beneficiárias de ações públicas no contexto de programas de financiamento rural que parecem ter sido criados para as necessidades e os requisitos que normalmente podem cumprir os pais de família. Conforme a FAO, reduzir as desigualdades de gênero no campo tão somente em relação ao acesso a recursos, serviços e empregos poderia aumentar a produção agrícola em mais de 4% e ajudar, com isso, a reduzir o número de pessoas que sofrem de fome em aproximadamente 150 milhões. Convém recordar que, de acordo com estudos recentes realizados na América Latina, na África e no Sudeste Asiático, as mulheres atribuem uma proporção maior de suas receitas ao lar e a seu entorno familiar do que os homens. Isso tem implicações relevantes no âmbito rural, onde as disparidades de receita entre gêneros, as taxas de desocupação das mulheres e o volume de trabalho não remunerado que realizam alcançam dimensões ainda maiores do que nos entornos urbanos.

Mas o empoderamento das mulheres rurais também passa por lhes garantir pleno acesso a oportunidades educativas e de capacitação. A integração das mulheres rurais à educação formal, assim como a seminários tecnológicos e formação agrícola de vanguarda, tem se mostrado ser fundamental para lhes proporcionar as habilidades e os conhecimentos necessários para que engrossem as fileiras de uma nova geração de empresários do setor agrícola conscientes do meio ambiente e da importância das energias renováveis, determinados a melhorar a qualidade de vida de suas comunidades e conscientes de seu papel para garantir a segurança alimentar. Felizmente, embora ainda existam desafios formidáveis nesse sentido, começam a ser apresentados exemplos bem-sucedidos. Na Índia, agências das

Nações Unidas conseguiram que amplos grupos de mulheres rurais recebessem capacitação para dominar a engenharia solar e aplicá-la na iluminação de suas comunidades e aproveitá-la em seus campos de cultivo. No Egito, uma nova geração de microcréditos para as mulheres chefes de família no campo está fazendo uma enorme diferença ao vir acompanhada de iniciativas de capacitação copatrocinadas pelo Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e, na América Latina, o empreendimento da mulher rural teve resultados cada vez mais relevantes na Costa Rica, no México, no Brasil, na Bolívia, na Guatemala e no Paraguai.

O tema da vinculação entre o trabalho rural feminino e a segurança alimentar também oferece um campo fértil para a ação. Na denominada agricultura de autoconsumo e na agricultura familiar, as mulheres tomam parte ativa nas primeiras etapas de toda a cadeia produtiva, desde a preparação da terra para plantio até a coleta da colheita. O fazem, porém, padecendo de uma posição estruturalmente desvantajosa, dado que menos de 40% das mulheres rurais maiores de 15 anos recebem receitas por essa atividade. Segundo uma análise do Programa Mundial de Alimentos (PMA), em boa medida isso é resultado, por um lado, de um limitado acesso à propriedade e acesso a ativos de subsistência, como a terra e o crédito, mas também à energia e à água e, pelo outro, de seu menor envolvimento na comercialização dos produtos agrícolas e processos associados ao transporte e à infraestrutura de distribuição. As políticas especificamente voltadas para encerrar esses hiatos têm recebido, por isso, uma especial atenção por parte da FAO e de outras agências. Não deixa de surpreender, entretanto, que 43% dos postos de trabalho na produção de alimentos de países em desenvolvimento sejam ocupados por mulheres, o que converte seu trabalho em um instrumento para a segurança alimentar.

Desde a publicação do relatório do Secretário Geral da Organização das Nações Unidas intitulado “O empoderamento das mulheres rurais e seu papel na erradicação da pobreza e da fome, no desenvolvimento e nos desafios atuais”, em 2015, os esforços nessa direção têm se multiplicado consideravelmente. De maneira recente, a Iniciativa América Latina e Caribe Sem Fome, como parte de uma colaboração da Comunidade de Estados Latino-Americanos e do Caribe (CELAC) com autoridades da FAO e outras agências regionais, como a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), adotou um Plano para a Segurança Alimentar, a Nutrição e a Erradicação da Fome 2025, a partir do qual a região gerou uma nova consciência a esse respeito. Onde a nova Lei de Agricultura Familiar que, na Guatemala, dispõe de orçamentos específicos para atender as desigualdades de gênero, a Lei de Políticas Públicas para Mulheres Rurais, no Paraguai, que adota o princípio da garantia do acesso ao crédito, à terra, ao mercado e ao comércio justo, e, mesmo, a criação de uma nova Direção da Mulher Rural, do Ministério da Agricultura da Colômbia, e a inclusão, no Plano de Igualdade de Gênero da Costa Rica, de meios de visibilidade e articulação das demandas e oportunidades para o desenvolvimento de microempresas para as mulheres rurais.

Com efeito, o segundo objetivo da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável está relacionado à eliminação da fome, ao alcance da segurança

alimentar, à melhoria da nutrição e à promoção da agricultura sustentável. Para atingir esse objetivo, assim como o quinto, em termos de igualdade de gênero, o empoderamento da mulher rural contribui diretamente, assim como para outro, verdadeiramente fundamental, que não necessariamente recebe atenção suficiente. Refiro-me ao terceiro, que evoca a necessidade de garantir uma vida saudável e promover a saúde para todos em todas as idades, combatendo especificamente a mortalidade infantil e materna. A vulnerabilidade, em termos de acesso a serviços médicos adequados, representa uma barreira fundamental para o exercício pleno dos direitos das mulheres rurais e um obstáculo frequentemente intransponível para o desenvolvimento de todas as suas potencialidades. O fornecimento de serviços médicos suficientes e especializados deveria, portanto, receber uma atenção prioritária em todos os esquemas de empoderamento da mulher rural.

Mas, no contexto da vinculação de esforços com a agenda de desenvolvimento global, é evidente que muitas outras iniciativas precisam ser propostas. Refiro-me, em primeiro lugar, à promoção da sua organização em cooperativas ou associações para garantir sua participação equitativa na tomada de decisões. Empoderar também significa assegurar uma participação crescente da liderança feminina rural nos órgãos para a decisão pública em todos os níveis. Implica também, para isso, gerar melhores indicadores para medir o rendimento das políticas públicas focalizadas nisso, enfrentar as diversas formas de violência política e patrimonial contra as mulheres e promover sua participação nos processos de comercialização e distribuição de produtos agrícolas. Convém recordar que as mulheres rurais não são somente mulheres agrárias, dado que, para além da atividade agropecuária, são parte central das cadeias de valor de produção de alimentos e colocam em operação micronegócios.

Não menos importante, porém, deve ser sua plena incorporação às deliberações que, em benefício de sua situação, a comunidade internacional empreende, especialmente no âmbito dos organismos internacionais. Nunca como agora, o mundo precisa de um potente movimento feminista rural. Nós contribuimos para isso e para aumentar a relação entre a mulher e a terra como eixo central das políticas públicas deste século.



Desafios e oportunidades das mulheres rurais no México

A magnitude do atraso nas regiões indígenas é ultrajante

*Nuria Costa Leonardo**

Existe, no México, de acordo com o Censo 2010, 28,1 milhões de casas de recenseamento. As localidades rurais registram 6,1 milhões de lares, os quais representam 21,9% do total e, neles, residem 25,8 milhões de pessoas: a quarta parte da população total do país. Esses dados contrastam com os de 1950, em que a população rural significava 57,40% da população total, com 14,8 milhões de habitantes.

Com relação à população indígena, em 2010, eram 6.695.228 pessoas, das quais, 3.407.389 (50,9%) eram mulheres e 3.287.839 (49,1%), homens. Em termos absolutos, essa população registrou um aumento de 1.412.881 pessoas em comparação com 1990, tendo crescido nesses 20 anos a uma taxa média anual de 2,2%.

De acordo com a medição multidimensional da pobreza no México, realizada em 2012 pelo Conselho Nacional de Avaliação da Política de Desenvolvimento Social (CONEVAL), 45,5% da população mexicana vive em condições de pobreza multidimensional, da qual 27,6 milhões são mulheres e, delas, 8,5 milhões habitam zonas rurais.

* Diretora Geral da
Rede Nacional de
Mulheres Rurais
(RENAMUR),
Cuernavaca, México

Seis de cada 10 mulheres rurais (62,1%) estão em situação de pobreza; mais de 3 milhões estão em extrema pobreza e 5,5 milhões, de pobreza moderada. A extrema pobreza na população feminina é uma situação sobretudo presente no âmbito rural, pois, nesse âmbito, 35,2% das mulheres pobres multidimensionais estão em extrema pobreza, enquanto em sua contrapartida urbana, apenas 15 em cada 100 mulheres pobres multidimensionais estão em extrema pobreza.

Outro dos aspectos relevantes na medição multidimensional da pobreza no México é a vulnerabilidade por carências sociais, a qual é definida pelo CONEVAL como a falta de acesso da população a benefícios como educação, saúde, seguridade social, infraestrutura da moradia, serviços básicos e alimentação.

Cabe destacar, além disso, que nove em cada 10 mulheres de localidades rurais têm pelo menos uma carência social e quase a metade (46,9%) tem pelo menos três carências. Entre essas se destacam a carência por acesso à seguridade social (81,2%), a carência por serviços básicos na moradia (57,4%) e a carência por acesso à alimentação, 31,1%. Todos são percentuais muito superiores no âmbito rural em relação ao urbano (INEGI, 2014).



O campo mexicano deve ocupar um lugar prioritário como gerador de alimentos frente a uma crescente crise alimentar; frente à necessidade de dispor dos recursos naturais e serviços ambientais que dão vida ao desenvolvimento; frente ao combate à insegurança e à deterioração de nosso tecido social que tem refúgio em muitas das zonas rurais; frente à necessidade de construir, no meio rural, territórios que representem uma oportunidade e qualidade de vida, e não pontos de expulsão do potencial humano que migra para o norte ou para os cinturões de miséria das cidades, afundando nos piores círculos de marginalidade e na frequentemente chamada “tarefa pendente” com os povos indígenas. Em todos e em cada um desses elementos, indiscutivelmente, as mulheres desempenham um papel determinante, mas pouco valorizado.”

A magnitude do atraso nas regiões indígenas é ultrajante, e representa, sem dúvida, a maior dívida do Estado mexicano.

Conforme o Programa Nacional para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas, nas zonas indígenas não há nem 0,1% de médicos por cada mil habitantes, enquanto a média nacional é de 1,38. É possível continuar enumerando as carências em termos de moradia digna, acesso a serviços de luz, água, caminhos e muito mais, sendo paradoxal que em seus territórios se albergue a maior riqueza de recursos naturais e grande parte da inestimada riqueza cultural e a cosmovisão que vemos refletida nos belos artesanatos que nos dão identidade.

Conforme os resultados da Pesquisa Nacional de Emprego

em Zonas Indígenas de 1997, no grupo de 15 anos e mais, 37% da população de língua indígena não tinha instrução alguma, sendo as mulheres as mais afetadas, tanto que 45,8% delas não recebeu instrução educacional. No caso dois homens, também grave, 28% estava nessa condição.

O desafio se intensifica e a atenção governamental para essa população se complica, dada a grande dispersão de mais de 40.000 localidades, das quais quase 14 mil têm entre 100 e 1.500 habitantes.

É inevitável, ante essa desigualdade social, identificar o papel e a contribuição das mulheres rurais para valorizá-las e desenvolver um intenso trabalho de conscientização da sociedade e dos responsáveis pela formulação e execução da política pública do setor e do país em geral. As mulheres rurais e indígenas são agentes econômicos e sociais cujas capacidades, competências, contribuições e direitos obrigam a adequar as políticas de desenvolvimento com uma perspectiva e visão equitativa de gênero que lhes conceda maiores e melhores espaços de participação e desenvolvimento.

A insuficiência de informações não apenas foi evidenciada como restrições na análise dos fenômenos relacionados à mulher, mas também como limitante para a consolidação da consciência social que deve prevalecer sobre os problemas que enfrentam as mulheres rurais e indígenas e a muito urgente necessidade de resolvê-los. As soluções devem ocorrer tendo como base a própria mobilização da energia social desse setor do campo mexicano, sob a visão de um Estado facilitador de um modelo de desenvolvimento alternativo, com políticas públicas capazes de enfrentar com sensibilidade e capacidade o desafio que representa o atraso que segura o nosso México Rural.

A geração de capacidades da população rural é viabilizada pelo fomento e apoio ao funcionamento de estruturas organizacionais que permitam a interação entre mulheres e homens em níveis microrregionais, desenvolvendo sua capacidade de se congregar e influenciar em níveis combinados de intervenção e decisão.

Isso nos leva ao reconhecimento de que o âmbito de ação e mobilização das mulheres rurais é territorial e que, portanto, o âmbito de planejamento e gestão deve ser territorial.

Acrescentamos que o campo mexicano deve ocupar um lugar prioritário como gerador de alimentos frente a uma crescente crise alimentar; frente à necessidade de dispor dos recursos naturais e serviços ambientais que dão vida ao desenvolvimento; frente ao combate à insegurança e à deterioração de nosso tecido social que tem refúgio em muitas das zonas rurais; frente à necessidade de construir, no meio rural, territórios que representem uma oportunidade e qualidade de vida, e não pontos de expulsão do potencial humano que migra para o norte ou para os cinturões de miséria das cidades, afundando nos piores círculos de marginalidade e na frequentemente chamada “tarefa pendente” com os povos indígenas. Em todos e em cada um desses elementos, indiscutivelmente, as mulheres desempenham um papel determinante, mas pouco valorizado.

Uma visão territorial do desenvolvimento de nosso México Rural e, portanto, de nosso país, abarca desde o seu posicionamento de diversificação e aglomeração produtiva, grandes e promissoras possibilidades em termos de equidade de gênero, posto que repõe a hierarquia produtiva tradicional existente não só no setor agrícola, como fora de este. O fortalecimento da participação das mulheres no âmbito territorial representa um estímulo fundamental à ação e, sobretudo, à elevação da autoestima e a associação e solidariedade que lhes permite transitar de agentes passivas para iniciativas de mobilização como força para promover mudanças em sua posição e condição.

Aspectos críticos que afetam as estratégias

Podríamos resumir da seguinte forma alguns aspectos críticos que afetam a formulação de estratégias adequadas para as mulheres rurais no México:

- a) A falta de visão e conceituação do territorial para a participação das mulheres.
- b) A insuficiente dotação orçamentária para investir em formação seria, no entendimento daquilo que implica a inclusão e o desenvolvimento com perspectiva de gênero nas ações com homens e mulheres, não só com as mulheres.
- c) O incipiente desenvolvimento de metodologias focalizadas e adequadas que facilitem a participação e o fortalecimento de capacidades.
- d) A falta de articulação de componentes indissolúveis de capacitação, investimento produtivo, desenvolvimento humano e fortalecimento das capacidades próprias, para que, a partir deles sejam incorporados outros elementos que assegurem uma verdadeira integralidade e articulação produtiva, social e política.
- e) O pouco e/ou mal orientado fomento à organização das mulheres e o temor à transferência de poder às mesmas.
- f) A inevitável sujeição aos processos e tempos burocráticos que não só provocam perda de tempo pelo atraso de suas normativas, mas também a incompatibilidade ou complementaridade dos programas e políticas entre as diversas instituições; ou seja, uma impossibilidade de articulação e coordenação “inter” e “intra” institucional.
- g) A falta de análise e avaliação de resultados das políticas públicas voltadas para mulheres.
- h) O paternalismo e/ou a gestão clientelista dos programas, não unicamente por parte institucional, mas de organizações que dizem representar as mulheres rurais.

- i) A falta de entendimento e adequação de políticas junto à diversidade da sociedade rural e das próprias mulheres rurais, particularmente nos povos indígenas.

Muito importante é destacar o tema da conservação e o aproveitamento racional dos recursos naturais junto à cultura de cuidados do meio ambiente e o desenvolvimento de capacidades para a separação e aproveitamento de resíduos considerados como “lixo”, mostrando-nos mais uma face da pobreza existente, altamente depredadora e danosa aos territórios rurais. As políticas voltadas para promover esse tipo de articulação para a coesão territorial requerem uma visão de gênero que possibilite o fomento a práticas de conservação e aproveitamento racional e integral dos recursos existentes, a rentabilidade social, a equidade de oportunidades, processos de democratização das instituições e entendimento do bem viver frente a visões consumistas depredadoras e muito danosas.

O desenvolvimento territorial requer que o Estado seja parceiro dos processos territoriais e, portanto, respeitoso para com os mesmos e efetivo no cumprimento de suas funções próprias como Estado na prestação de serviços, regulamentação da economia e fortalecimento da cultura democrática.

Nesse sentido, a aplicação do enfoque territorial deve se basear no investimento para a igualdade de oportunidades ser um princípio e uma prioridade comunitária e um fator estratégico de cidadania ativa que reforça o valor da democracia.

Precisamos promover a integração territorial das dimensões econômica, social e cultural. Isso significa aplicar uma visão global à multiplicidade de soluções locais que são necessárias no meio rural: 1) melhorar a qualidade de vida; 2) incrementar o valor agregado dos produtos locais; 3) revalorizar e potencializar os cuidados e o aproveitamento dos recursos locais e centrar nos cuidados do meio ambiente e dos ecossistemas existentes; 4) aproveitar os novos conhecimentos e tecnologias inovadoras para a diversificação e a pluriatividade; 5) facilitar e promover processos de participação representativa dos diversos setores da sociedade; e 6) desenvolver uma tarefa incansável em termos de capacitação e formação não formal para a inserção trabalhista produtiva e social que revolucione os processos de marginalidade recorrentes.

Requisitos para a igualdade de oportunidades

Alguns dos requisitos para a igualdade de oportunidades que podem ser mencionados são os seguintes:

- Aumento da presença de mulheres rurais nos processos de desenvolvimento, seja de estruturas governamentais em programas de desenvolvimento, como promotoras de projetos ou como beneficiárias finais de fundos.
- Identificação e eliminação das discriminações reais sofridas pelas mulheres rurais.

- Adaptação das condições de trabalho às necessidades das mulheres, da família e da empresa.
- Diversificar as opções profissionais para as famílias e as mulheres. Incentivar sua participação em profissões emergentes.
- Fomentar a formação/desenvolvimento como critério para a aquisição de conhecimentos e o desenvolvimento de capacidades e habilidades das mulheres rurais.
- Formação de quadros multiplicadores de processos que possam ser replicados.

Recomendações

Levando em conta tudo o que foi dito, são feitas as seguintes recomendações:

- Geração de âmbitos de análise e metodologias para a integração do gênero e o enfoque territorial.
- Sistematização e divulgação de experiências e boas práticas, bem como de casos concretos que evidenciem sua viabilidade e pertinência.
- Desenvolver metodologias para processos de empoderamento das mulheres para sua participação em políticas e na construção de alternativas de desenvolvimento comunitário e revalorização do meio rural como opção e qualidade de vida.

Medidas a serem tomadas

Faz-se necessário tomar medidas que conduzam ao seguinte:

- a) Promover mecanismos de acesso a ativos em conformidade com as necessidades dos atores e grupos sociais, inclusive mecanismos de financiamento sustentável e culturalmente adequados, para o empreendimento produtivo gerador de empregos e receitas.
- b) Funcionamento de instâncias de encontro e convergência local das mulheres e de espaços mistos de mulheres e homens, para propiciar o intercâmbio de experiências, a reflexão, a capacitação, o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação de seus processos de desenvolvimento e a promoção de sua transição a esquemas associativos e de cooperação mais desenvolvidos que fortaleçam as iniciativas locais autogestionadas para um desenvolvimento sustentável.
- c) A adaptação das condições de trabalho às necessidades das mulheres com políticas de participação e interação familiar para o fortalecimento das opções de desenvolvimento e das relações das mulheres com os homens e filhos.

- d) O fortalecimento da autonomia das mulheres empresárias para contratar e controlar a assistência técnica e a capacitação.
- e) A permanente formação de capital humano e de capital social.
- h) Fomento à cultura de corresponsabilidade e sustentabilidade por esquemas de economia, capitalização, reinvestimento e fortalecimento da autonomia, entre outros.

Finalmente, a revalorização das mulheres rurais e sua contribuição para a nossa sociedade está ligada, indiscutivelmente, à necessidade de revalorização do meio rural pelo Estado e a sociedade; e à urgente tarefa de repropormos um modelo diferente de desenvolvimento do México sob uma visão de construção comprometida com novas relações de solidariedade e vinculação entre os diversos setores da sociedade e com novas ferramentas para sanar os males gerados pela desigualdade e a injustiça, bem como conscientizar sobre a necessidade de um mundo harmonioso e mais amoroso.

A recuperação de saberes, valores, recursos naturais e humanos para um melhor aproveitamento e potencialização de toda a nossa diversidade cultural e sua biodiversidade para um desenvolvimento sustentável e harmonioso já não podem ser adiada, e nessa tarefa o papel das mulheres é indispensável.



A desigualdade é o nosso maior desafio

O Panamá tem uma das taxas mais elevadas de mulheres produtoras agrícolas da América Latina

*Isabel de Saint Malo de Alvarado**

Durante 15 anos, trabalhei com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), onde pude conhecer, em primeira mão, a importância que os diversos setores têm no desenvolvimento nacional. Em seguida, ao dirigir o Acordo Nacional para o Desenvolvimento (CCND), confirmei o anterior, enquanto constituíamos um roteiro inclusivo que servira de orientação nacional com uma visão do desenvolvimento a longo prazo.

Celebro a oportunidade que me hoje oferecida para escrever sobre esse tema, que entrelaça dois objetivos que têm definido minha carreira profissional, os quais são alcançar o desenvolvimento sustentável e a equidade de gênero, a fim de fornecer oportunidades para todas as pessoas.

A equidade de gênero é, para mim, uma prioridade tanto em nível pessoal como profissional. Além da justiça, dos direitos ou do equilíbrio social, a evidência demonstra que se o hiato de gênero, tão somente na economia, melhorasse 25%, em 2025, o Produto Interno Bruto (PIB) mundial poderia aumentar 5,3 bilhões de dólares, de acordo com o

* Ex Vice-presidenta
e Ex Ministra das
Relações Exteriores
República do
Panamá

Fórum Econômico Mundial. Melhorias na economia da mão de obra com equidade de oportunidades garantem uma melhor distribuição das riquezas, o que nos aproxima da eliminação de hiatos alarmantes, como a pobreza.

É um segredo aberto que as mulheres não têm a mesma oportunidade de aspirar a cargos como os homens. Historicamente, a mulher tem ocupado um status de segunda categoria na sociedade. Não foi senão até o século passado que ela obteve o direito à educação, ao voto, a poder aspirar a cargos públicos e a uma licença de maternidade.

Um claro exemplo que demonstra essa falta de equidade é a obrigação implícita que recai na mulher de atender ao lar e à família, o que a leva a ter menos tempo para seu desenvolvimento profissional. Atualmente, ainda persiste a crença de impor uma obrigação a um gênero sobre o dever pelos cuidados, quando é óbvio que compartilhá-los beneficia a todos.

No entanto, a corresponsabilidade nas tarefas do lar para um grupo como as mulheres rurais é uma meta quase inimaginável. Os papéis de gênero, estabelecidos pela cultura e a sociedade, prevalecem com firmeza nesse setor da população, trazendo como resultado mulheres unicamente dedicadas à esfera reprodutiva, bem como aos cuidados com crianças e idosos, tarefas que não são remuneradas.

“

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nos oferecem a conjuntura ideal para dar prioridade às mulheres rurais, um grupo que foi atrasado historicamente. Atualmente, temos as ferramentas necessárias para oferecer-lhes as oportunidades de que precisam para se destacar pessoal e profissionalmente. Aproximando-nos de 2030, cada governo, cada empresa e cada cidadão deve alinhar e priorizar em seu desenvolvimento a Agenda 2030, a qual inclui as mulheres rurais em todos os seus objetivos de maneira direta ou indireta.”

As mulheres rurais enfrentam situações ainda mais desfavoráveis do que as atravessadas pelo restante do gênero e os que se desenvolvem no âmbito rural.

As mulheres chefes de família representam menos de 25%, embora entre 2002 e 2014 tenha sido registrado um aumento de 40%¹ na proporção de lares rurais encabeçados por mulheres. Além disso, três quartos desses lares são classificados como inativos em termos trabalhistas ou em agricultura autônoma. Tudo isso gera um impacto direto na situação econômica das mulheres rurais, que se vê

1 CEPAL, FAO, IICA. 2017. Perspectivas da agricultura e do desenvolvimento rural nas Américas: Um olhar para a América Latina e o Caribe.

refletida nos baixos números de participação, que alcança apenas 45%, enquanto os homens rurais ficam em 81%.

O setor agropecuário no Panamá representa uma baixa porcentagem do PIB, mas é o setor que mais gera empregos. Isso define a sua importância e o apoio que lhe deve ser oferecido com o objetivo de fortalecê-lo. É precisamente com esse fim que essa administração promoveu o programa Panamá Exporta, que tem como propósito promover, pela capacitação, assessoria e assistência técnica, o aumento, a diversificação das exportações agroalimentares do Panamá e a vinculação de agroempresários aos mercados de exportação. O anterior, mediante uma marca centrada na promoção de uma cultura exportadora de qualidade que posicione os produtos panamenhos no mercado internacional sob um selo de excelência.

Grande parte das mulheres rurais que desempenham um papel profissional se dedicam ao setor agropecuário. Cabe mencionar que o Panamá tem uma das taxas mais elevadas de mulheres produtoras agrícolas da América Latina.

No entanto, nos últimos dez anos, temos registrado no Panamá um aumento importante na incorporação de mulheres rurais no mercado de trabalho. Além disso, uma maior diversificação nos trabalhos às quais se dedicam, deixando de lado o setor agropecuário, ao entrar no setor de fabricação, em serviços sociais, no comércio, no ensino, na saúde, no trabalho doméstico e em turismo.

Iniciativas panamenhas a favor das mulheres rurais

Levando em conta os desafios que as mulheres rurais ainda têm para buscar a superação pessoal e profissional, a República do Panamá, por suas instituições governamentais, implementou várias iniciativas.

Em termos de empoderamento da mulher rural, a Direção de Desenvolvimento Rural do Ministério do Desenvolvimento Agropecuário (MIDA) realizou, em 2017, o IV Encontro Latino-Americano e do Caribe de Mulheres Rurais (ENLAC), cujo objetivo foi promover a discussão sobre os principais problemas que tangem as mulheres rurais dos diferentes países da América Latina e do Caribe. Alguns dos temas foram: a realização da Agenda 2030, as implicações da mudança do clima, a proteção dos direitos humanos das mulheres rurais e as tecnologias da informação e comunicação (TIC) como ferramentas de gestão e empoderamento. O MIDA, por sua vez, oferece diariamente assistência técnica a 200 organizações de mulheres rurais localizadas no Panamá. Pelo Projeto de Transferência de Oportunidades, são abertas portas para as mulheres rurais de recursos escassos para diminuir os níveis de pobreza.

Por sua vez, o Escritório de Gênero do Ministério do Trabalho e Desenvolvimento Social (MITRADEL), em conjunto com o Instituto Nacional da Mulher (INAMU) e outras instituições, têm ministrado, em âmbito nacional, diversos seminários de formação e conscientização para as mulheres nas comunidades e áreas rurais. Entre os temas tratados nas capacitações, podemos destacar: habilidades leves

para artesãos, redução dos hiatos de gênero, autoestima, empoderamento, custo e investimento, elaboração de planos de negócio, desenvolvimento de talentos humanos, saúde sexual e reprodutiva, estilo de vida saudável e atenção primária de saúde. As capacitações têm como objetivo formar microempresárias para fortalecer a autonomia econômica das mulheres, ajudando-as a sair do autoconsumo e a se orientar para a produção para o mercado.

Além disso, o INAMU e o MITRADO implementaram a iniciativa chamada “*Tú puedes mujer*”, na qual as mulheres são capacitadas no cultivo de hortaliças, em como iniciar seus próprios negócios e no processamento de pescados e mariscos. O INAMU, juntamente com a Autoridade da Micro, Pequena e Média Empresa (AMPYME), também executam o projeto “*Criando oportunidades para as mulheres*” que busca capacitar as mulheres rurais em termos de planos de negócios. Ao finalizar a capacitação, podem acordar para receber capital semente que lhes permita abrir seu primeiro negócio.

Os governos devem implementar políticas públicas focadas em diminuir os hiatos de gênero, inclusive a essas mulheres, em sua formulação e permitindo sua participação na liderança política. Devemos incentivar que adquiram mais direitos sobre a propriedade, assegurar o acesso ao crédito e financiamento, o aumento da participação em cadeias de produção e a distribuição de produtos, apoiar o fortalecimento das organizações de mulheres rurais, para mencionar algumas ações necessárias. Essas políticas públicas, além disso, devem levar em conta as particularidades da mulher rural e da mulher indígena. Seu idioma, educação, cultura, tradições e crenças devem ser considerados, sem que isso lhes prive de acesso a tecnologias e infraestrutura para garantir uma maior produtividade e qualidade.

No Panamá, os resultados do estudo do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) de 2017, revelaram que 19% da população vive em situação de pobreza e existe uma maior incidência nas áreas rurais e indígenas, onde as mais afetadas são as mulheres, que, por tradições como o casamento, o estabelecimento de famílias em idades precoces, a discriminação étnica e o pouco acesso à educação, sofrem uma maior pobreza e marginalização. Embora o IPM reflita uma diminuição de alguns pontos percentuais no índice de pobreza, estamos conscientes de que temos um longo caminho a percorrer, não só a nível nacional, mas também a nível regional. A desigualdade é o nosso maior desafio, mas temos a capacidade de superá-lo e já demos passos muito concretos nessa direção.

Foram priorizados projetos direcionados a aumentar o acesso a uma educação e a serviços médicos de qualidade nas áreas rurais, assim como a implementação de infraestruturas que facilitem o acesso de seus produtos ao mercado.

Programas interinstitucionais promovem a inclusão financeira das mulheres no setor rural, outorgando-lhes as ferramentas que lhes permitam administrar seus recursos de maneira planejada. O objetivo é que, no momento que começam a gerar renda, consigam economizar e, assim, realizar um planejamento financeiro que, sob suas próprias decisões, dê lugar a investimentos que potencializem os

negócios, garantam sua sustentabilidade e o acesso a uma melhor qualidade de vida.

Equidade de gênero na Agenda 2030

O interesse de alcançar a equidade de gênero, diminuir a pobreza e oferecer melhores condições de vida a todos está reunido na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável por 17 objetivos e 169 metas. Acredito fielmente que, ao avançar na realização do Objetivo 5: “Alcançar a igualdade entre os gêneros e empoderar todas as mulheres e meninas”, avançaremos no cumprimento dos demais 16 objetivos. As mulheres representam 50% da população, sem a participação ativa da metade da população, será impossível cumprir a Agenda 2030. É fundamental contar com todos os atores da sociedade para acelerar o desenvolvimento sustentável, e isso inclui as mulheres.

A Agenda 2030 também busca erradicar a pobreza, conforme estabelecido no Objetivo 1 “Pôr fim à pobreza em todas as suas formas, em todo o mundo”. Esse flagelo tem como presa grupos como as mulheres rurais, por seu nível de vulnerabilidade. Busca-se alcançar os objetivos, tendo um especial enfoque nesses grupos, a fim de obter a equidade em todos os âmbitos, graças ao acesso a recursos e serviços. Quanto às mulheres rurais, sua condição de vulnerabilidade as levou a permanecer entre altos níveis de pobreza. A possibilidade de que as mulheres vivam em pobreza é desproporcionalmente alta em relação aos homens, outra evidência da necessidade de alcançar a equidade de gênero.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nos oferecem a conjuntura ideal para dar prioridade às mulheres rurais, um grupo que foi atrasado historicamente. Atualmente, temos as ferramentas necessárias para oferecer-lhes as oportunidades de que precisam para se destacar pessoal e profissionalmente. Aproximando-nos de 2030, cada governo, cada empresa e cada cidadão deve alinhar e priorizar em seu desenvolvimento a Agenda 2030, a qual inclui as mulheres rurais em todos os seus objetivos de maneira direta ou indireta.

Sonho com um mundo em que as mulheres tenham as mesmas oportunidades que os homens, onde não sejam discriminadas por ser mulheres, que seu futuro não seja definido por seu gênero, mas por seus méritos. Tenho a certeza de que esse sonho pode ser realidade, desde que todos contribuamos para alcançá-lo.



A inédita parceria entre a Vogue, o IICA e o Women 20

Retratando o poder e os desafios de nossas mulheres rurais

*Daniela Falcão**

Vogue Brasil é moda, passarela e beleza, mas é também estilo de vida. Conhecemos as mulheres e tentamos proporcionar-lhes informações que as ajudem a viver melhor, no mais amplo sentido da palavra. Abordamos a vida moderna por diversos ângulos... Nossas páginas destacam as mulheres que mudam o mundo, o seu mundo, mediante pequenas ou grandes transformações.

Sempre fazemos isso – e continuaremos fazendo em todas as edições, a cada edição.

Nossas leitoras estão satisfeitas, como confirmado diariamente pelos 1,1 milhões de membros de nossa comunidade virtual. E como no âmbito editorial não deixamos de buscar novos desafios, decidimos assumir um novo desafio: destacar a força feminina que alimenta o mundo, dar voz e presença às mulheres rurais de nossos países na América Latina e no Caribe.

Para isso, estabelecemos uma parceria com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e com o Women 20, grupo que busca influenciar na agenda do G20 para tornar realidade os chamados Objetivos de

***Diretora Geral
Edições Globo
Condé Nast
Brasil**

Desenvolvimento Sustentável, com cujo cumprimento todo o planeta deveria estar comprometido.

Essa parceria é especial e inédita. Pela primeira vez, a Vogue Brasil une forças com uma agência do Sistema Interamericano, o IICA, e com o grupo de mulheres que busca influenciar as políticas de desenvolvimento no âmbito do G20, um fórum global crítico para a cooperação econômica, financeira e política, bem como para a coordenação de políticas públicas.

Somos movidos por um propósito: retratar, chamar a atenção e potencializar o papel das mulheres no mundo rural da América Latina e do Caribe.

Por quê? Porque, mesmo sem incentivos nem infraestrutura, as mulheres são responsáveis por metade da produção mundial de alimentos. Porque elas fazem uso de saberes ancestrais que têm passado de geração em geração para dar sustento a suas famílias e participar dos mercados de alimentos de nossos países. Por isso temos somado esforços para abrir mais espaços e oportunidades de desenvolvimento para as mulheres em um mundo historicamente dominado pelos homens, embora, para dizer verdade, a força delas é efetiva, eficaz e crescente.

A essas mulheres protagonistas no grande mercado agrícola latino-americano, a Vogue Brasil dará voz, com apoio do IICA. Estamos fazendo reportagens e ensaios fotográficos especiais para retratar o estilo de vida, as necessidades e as conquistas das mulheres rurais de quatro países: Brasil, Guatemala, Jamaica e Argentina.



Essa parceria é especial e inédita. Pela primeira vez, a Vogue Brasil une forças com uma agência do Sistema Interamericano, o IICA, e com o grupo de mulheres que busca influenciar as políticas de desenvolvimento no âmbito do G20, um fórum global crítico para a cooperação econômica, financeira e política, bem como para a coordenação de políticas públicas. Somos movidos por um propósito: retratar, chamar a atenção e potencializar o papel das mulheres no mundo rural da América Latina e do Caribe.”

Sob as luzes e as lentes de nossas câmaras estarão as trajetórias de mulheres líderes. Retratemos o legado vivo das gerações passadas, as adversidades, os valores e os saberes regionais que são a base dessa força comovedora da mulher nas zonas rurais.

Nossos artigos falarão sobre o desenvolvimento, a cultura, a economia e a sustentabilidade. Ao escrever essa nota para o livro sobre as mulheres rurais do mundo, para o qual fomos convidadas pelo IICA, os jornalistas da Vogue estão escrevendo e fotografando.

Visitamos quatro países buscando os melhores ângulos, a melhor luz e as cenas mais

representativas da vida cotidiana e, paralelamente, preparamos uma amostra fotográfica que queremos apresentar para os líderes políticos, sociais e econômicos globais.

Desejamos ser parte desse mundo que aspira alcançar níveis de desenvolvimento superiores.

Creemos que o papel das mulheres rurais e o reconhecimento de sua contribuição deve ser algo prioritário nas agendas do G20 e do W20. Creemos que é importante promover iniciativas que garantam a inclusão e a capacitação das mulheres mediante incentivos financeiros e acesso a tecnologias. Creemos que devem ser dadas maiores oportunidades e espaços mais amplos nos quais as mulheres possam ser protagonistas e onde as mulheres do campo gozem de um ambiente sustentável e justo.

Quando a Vogue Brasil se propõe a mostrar as condições de vida das mulheres no campo, quer dizer ao mundo que o quadro atual, caracterizado por falta de acesso a recursos e serviços, deve ser revertido.

Reconhecimento, desenvolvimento, direitos, fortalecimento, legado... Essas são as palavras chaves desse esforço inovador e inédito que a Vogue Brasil assumiu com entusiasmo.

A Vogue Brasil adere ao chamado do IICA para que políticas públicas sólidas e de longo prazo se ocupem do bem-estar das mulheres que vivem nas zonas rurais. Quanto mais vulneráveis, piores serão as sequelas sociais.

A adesão mostra o sentido e a grandeza do apelo do IICA aos meios de comunicação de massa para que se comprometam com um tema que não pode estar ausente da agenda pública.



Empoderamento da “força da natureza”: coordenação da política internacional para o reconhecimento das mulheres rurais

As mulheres rurais devem continuar sendo observadas pelo W20 para impactar a agenda do G20

*Angela Joo-Hyun Kang**

Quantas pessoas pensam nos agricultores enquanto tomam uma xícara de chá ou de café, bebem uma taça de vinho ou desfrutam de uma boa comida? Suponho que sou umas poucas e, quando se trata das agricultoras, o número é menor.

* Fundadora
e Presidenta
Executiva
do Global
Competitiveness
Empowerment
Forum (GCEF)
Membro do B20
e Delegada da
República da
Coreia ao W20

Esse artigo é uma homenagem às mulheres rurais que, embora contribuam enormemente à segurança alimentar da humanidade, enfrentam muitas mais desvantagens do que os homens rurais ou as mulheres das cidades. Depois de assistir a uma mesa-redonda sobre a promoção da mulher rural na Argentina, faço aqui algumas observações a esse respeito e faço várias sugestões em torno da coordenação da política internacional na governança mundial, reconhecendo e empoderando as mulheres rurais, a quem prefiro chamar de “força da natureza”, uma vez que nos ajudam a conectar-nos mais estreitamente com a Mãe Terra.

Escolha do W20 do tema da política “inclusão do desenvolvimento rural”

Em 2018, a Argentina assume a presidência do G20. O tema principal da agenda da Cúpula de Líderes do G20 de 2018 (G20 Argentina 2018) é a “construção de consenso para um desenvolvimento equitativo e sustentável” e inclui três prioridades: o futuro do trabalho, a infraestrutura para o desenvolvimento e um futuro alimentar sustentável. Ao assumir a presidência do Grupo em 2018, a Argentina procura lançar nova luz acerca do futuro da agricultura sustentável. O Women 20 (W20), o grupo de mulheres do G20 encarregado das recomendações sobre políticas, acrescentou o tema do desenvolvimento rural aos três temas atuais de inclusão financeira, digital e trabalhista. Levando em conta o papel essencial que as mulheres rurais cumprem na agricultura e na segurança alimentar, a decisão do W20 Argentina se mostra muito significativa.

O W20 Argentina patrocinou quatro mesas redondas para tratar desses quatro temas, a fim de formular recomendações sobre políticas mediante a emissão de quatro comunicados que se integrarão em um comunicado final em uma sessão de redação, a qual será realizada em 1 de outubro de 2018 e da qual farão parte todos os delegados dos países membros do Grupo. A versão final será apresentada aos líderes do G20 na Cúpula 2018 do W20 (W20 Argentina 2018), que será realizada de 2 a 3 de outubro em Buenos Aires, Argentina.

A mesa redonda sobre desenvolvimento rural, presidida pela entidade da ONU para a igualdade de gênero e o empoderamento da mulher (ONU Mulheres), ocorreu no

Hotel Sheraton em 3 de agosto de 2018, em Salta, Argentina. Foi uma grande honra para mim participar pessoalmente nesse evento como a única delegada não proveniente das Américas entre os delegados da Argentina, Brasil, México e Estados Unidos. Na reunião, inaugurada por Susana Balbo, presidente do W20, foram realizadas quatro apresentações pelos peritos Jam Weetjens, Gerente de Prática Global de Desenvolvimento Social para a América Latina e o Caribe do Banco Mundial; Lara Blanco, Diretora Regional Adjunta da ONU Mulheres para a América Latina e o Caribe; Elisabet Golerons, Ponto Focal de Gênero do Escritório da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a

Conviria que os países do Grupo dos 20 (G20) trabalhassem de maneira conjunta na identificação de desafios comuns e possíveis soluções a estes, enquanto consideram a participação das mulheres rurais em seus contextos histórico, político, cultural, econômico, social e ambiental. Todos devemos unir nossa sabedoria, entusiasmo, compromisso e apoio para a definição e o intercâmbio de boas práticas para levantar fortes vozes a favor do aumento da visibilidade, do reconhecimento e do empoderamento das mulheres rurais como uma força natural que nutre a humanidade.”

Agricultura (FAO) na Argentina; e Jorge Werthein, Assessor Especial do Diretor Geral do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA).

Os desafios do reconhecimento e empoderamento das mulheres rurais nas políticas do G20

Mediante diálogos relacionados a recomendações sobre políticas com base no consenso efetuados entre todos os delegados, peritos, líderes dos setores público e privado e representantes da sociedade civil, o Comunicado sobre as mulheres rurais da Cúpula do W20 na Argentina em 2018 foi adotado com cinco recomendações: garantir os investimentos e as melhorias nos serviços de infraestrutura, aplicar medidas jurídicas, institucionais e técnicas relacionadas à terra, oferecer acesso a serviços sociais que considerem as questões culturais e de gênero, permitir a participação plena e eficaz nos processos de tomada de decisões e estabelecer sistemas estatísticos com dados quantitativos e qualitativos discriminados por sexo e idade sobre a situação das mulheres rurais, incluindo medidas concretas como a criação do Fundo Mundial da Mulher Rural de 2030.

No entanto, essas não são tarefas fáceis, uma vez que ainda falta enfrentar muitos grandes desafios. Como foi destacado por Susana Balbo em seus comentários iniciais na Cúpula do W20 na Argentina em 2018, pela primeira vez foi abordado o tema do desenvolvimento das mulheres rurais no âmbito do W20. É difícil implementar a promoção de políticas baseadas no gênero, e será ainda mais complicado reconhecer as políticas que centradas nas mulheres rurais.

Como o tema é importante não apenas nas Américas, mas também nos demais países do G20, devem ser aplicadas medidas que garantam sua contínua discussão nas futuras presidências do W20 e que assegurem que terá um grande impacto nas agendas do G20.

A diversidade das mulheres rurais, que representam 43% da mão de obra agrícola do mundo, em particular das indígenas, afrodescendentes, migrantes e camponesas, considerando sua inter-relação com a inclusão financeira, digital e trabalhista, bem como a complexidade das políticas, pode contribuir para o entendimento mútuo entre os formuladores, os executores e os promotores de políticas.

Conviria que os países do G20 trabalhassem de maneira conjunta na identificação de desafios comuns e possíveis soluções a estes, enquanto consideram a participação das mulheres rurais em seus contextos histórico, político, cultural, econômico, social e ambiental. Todos devemos unir nossa sabedoria, entusiasmo, compromisso e apoio para a definição e o intercâmbio de boas práticas para levantar fortes vozes a favor do aumento da visibilidade, do reconhecimento e do empoderamento das mulheres rurais como uma força natural que nutre a humanidade.

Exemplos do reconhecimento e do empoderamento das mulheres rurais da República da Coreia

O Ministério de Igualdade de Gênero e Família (MOGEF) da Coreia do Sul participou do planejamento e da coordenação no estrangeiro de políticas sobre as mulheres, a família e a juventude.

Desde 1990 o Governo da Coreia do Sul tem respaldado as mulheres rurais mediante sua política intitulada “Projeto de Atividades Geradoras de Receitas das Mulheres Rurais”, no âmbito da qual o Estado apoia as mulheres que dirigem famílias de agricultores para que se convertam em empreendedoras de pequenas empresas de processamento de alimentos. Uma política mais integral de assistência às mulheres rurais para transformá-las em empreendedoras entrou em vigor com a Lei de Apoio às Mulheres Agricultoras e Pescadoras, promulgada em 1 de julho de 2002.

Recentemente, o MOGEF realizou uma análise das políticas sobre as mulheres rurais juntamente com o Instituto de Economia Rural da Coreia e o Instituto Coreano para o Desenvolvimento das Mulheres, com base na Lei de Análise e Avaliação do Impacto de Gênero, publicada em 16 de março de 2012, e descobriu uma redução do número de programas de apoio às mulheres rurais entre as políticas vigentes, bem como a ausência de um enfoque nessas mulheres na formulação de novas políticas de desenvolvimento rural.

Originalmente o “Projeto de Atividades Geradoras de Receitas das Mulheres Rurais” se dirigia exclusivamente a essas mulheres; não obstante, em 2016, passou a ser um projeto neutro sob a perspectiva de gênero que presta assistência técnica ao empreendedorismo masculino e feminino de pequeno porte nas zonas rurais. Como resultado, a percentagem de mulheres beneficiárias diminuiu de 57%, em 2016, para 43%, em 2017.

Em conformidade com a Lei de Fomento e Apoio à Indústria de Convergência Rural, promulgada em 4 de junho de 2015, deve ser prestado apoio prioritário às mulheres rurais em termos de financiamento e capacitação para a sexta indústria, que se refere à atividade de convergência relacionada à agricultura rural, que abrange a primeira, a segunda e a terceira indústrias. Não obstante, não se encontram políticas desse tipo no primeiro Plano Básico para o Desenvolvimento da Sexta Indústria (2016-2020), em conformidade com a Lei sobre a Indústria da Convergência Rural.

Segundo a Lei de Análise e Avaliação do Impacto de Gênero, que empodera o MOGEF para realizar uma avaliação analítica das políticas sobre o impacto de gênero e recomendações vinculantes sobre políticas de instituições e ministérios relacionados para que efetuem modificações e melhorias, esse ministério sugeriu ao Ministério da Agricultura, Alimentação e Assuntos Rurais e à Administração de Desenvolvimento Rural que preparem medidas para promover a participação das mulheres rurais no projeto de assistência técnica às pequenas empresas das zonas rurais, que iniciem um projeto de incubação e que ofereçam fundos de apoio

para suas novas empresas. O MOGEF sugeriu também considerar positivamente as mulheres rurais nos critérios de avaliação do Sistema de Certificação da Sexta Indústria, por meio do qual o Governo coreano outorga certificações a profissionais rurais qualificados, empresas agrícolas, associações de produção agrícola, empresas sociais e cooperativas que fazem parte da sexta indústria. Além disso, esse sistema garante diversos benefícios, como consultorias, financiamentos, canais de mercado e um tratamento favorável em outros projetos, como o Projeto de Apoio à Indústria das Zonas Rurais e o *Rural Resource Composite Industry Project*. Por exemplo, se as mulheres representarem legalmente alguma entidade ou se a percentagem de mulheres empregadas superar um nível determinado, o solicitante receberá pontos adicionais na avaliação para obter a certificação.

Os ministérios e as instituições que receberam recomendações sobre políticas devem aplicar medidas para efetuar melhorias e apresentar uma revisão legal pertinente, bem como um plano orçamentário revisto em agosto de 2019.

As políticas do Governo de Coreia do Sul para reconhecer e empoderar as mulheres rurais em outros países são implementadas pelo Organismo de Cooperação Internacional de Coreia (KOICA), mediante políticas de assistência oficial para o desenvolvimento (AOD), que cobrem as áreas de educação, saúde, governança, agricultura e desenvolvimento rural, recursos hídricos, transporte, energia, ciência, tecnologia e inovação (CTI), igualdade de gênero e resposta à mudança do clima. Essas políticas estão relacionadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, aprovada pela Organização das Nações Unidas (ONU). As mulheres rurais são consideradas principalmente nas áreas de agricultura e desenvolvimento rural e de igualdade de gênero, e de forma parcial nas de educação e saúde.

Importância da coordenação da política internacional sobre mulheres rurais nos países membros e não membros do G20

A reunião de ministros da agricultura do G20 foi realizada de 27 a 28 de julho de 2018 em Buenos Aires, Argentina. Por meio de uma declaração conjunta, os ministros reconheceram, nesse evento, os importantes papéis desempenhados pelas famílias de agricultores, pequenos produtores, mulheres e jovens em sua luta contra a insegurança alimentar e a desnutrição em todas as suas formas. Além disso, enfatizaram a necessidade de estabelecer âmbitos de políticas coerentes que gerem um entorno propício para a agricultura sustentável e o empreendedorismo, discutiram oportunidades e impactos potenciais, abordando aspectos científicos, tecnológicos, institucionais e comerciais, e reconheceram a importância de realizar investimentos de maneira responsável, pela aplicação de boas práticas e princípios internacionalmente aceitos com respeito a esses grupos.

Para dar maior visibilidade às políticas sobre as mulheres rurais nas plataformas mundiais de políticas, o G20 pode iniciar um estudo de pesquisa para explorar formas conjuntas de identificar políticas desse tipo vigentes e desafios comuns, bem como para gerar soluções de colaboração.

O primeiro passo seria identificar as políticas de outros países em que se reconhece e empodera as mulheres rurais, como se faz na Coreia do Sul.

O segundo passo consistiria em comparar as políticas dos diversos países, para o que deve existir um vínculo entre os países membros e não membros do G20 em cada continente. Essa comparação intercontinental de políticas, que pode ser usada para o diálogo, a análise e o intercâmbio, pode continuar a ser desenvolvida como uma ponte para a transferência de políticas e o estabelecimento de redes de apoio que conectem os países membros e não membros do G20 dos diversos continentes.

O terceiro passo seria acelerar a formulação das políticas bilaterais e multilaterais de AOD dos países membros e não membros do G20, inclusive suas parcerias públicas e privadas com empresas de pensamento semelhante.

Depois de unir as políticas nacionais, intercontinentais e intracontinentais, o passo final seria a ampliação para outras áreas de políticas, como de comércio mundial com enfoque no gênero para o desenvolvimento equitativo e sustentável das mulheres rurais nas cadeias de suprimento agrícola.

Todos esses possíveis passos poderiam influenciar significativamente nas políticas públicas e privadas eficazes dos governos e empresas, levando as contribuições das mulheres rurais ao processo de formulação de políticas para sua consideração, levando em conta as perspectivas de responsabilidade social nos âmbitos nacional, corporativo e mundial.

Consenso sobre o empoderamento das mulheres rurais, “a força da natureza”

Em todos os possíveis passos, a consideração desse assunto no plano intercontinental poderia ser crucial para o diálogo, a análise, o intercâmbio, a transferência e a coordenação em termos de políticas entre os países membros e não membros do G20, dada a natureza mundial, regional e local do problema.

O IICA constitui um bom exemplo do anterior, não só porque promove a colaboração nacional sobre políticas entre seus 34 estados membros, mas também porque intensifica a cooperação regional entre os países pertencentes e não pertencentes ao G20. Seus esforços se coordenam por reuniões de ministros de seus estados membros. Seu papel decisivo se reflete também na agenda de políticas agrícolas das Cúpulas das Américas.

Os amplos conhecimentos especializados do Instituto nos temas do reconhecimento e empoderamento das mulheres rurais em todo o hemisfério seriam úteis em outras partes do mundo, como na África e na região Ásia-Pacífico. Por exemplo, poder-se-ia iniciar a identificação, a comparação e a análise em profundidade das políticas sobre as mulheres rurais das Américas e promover iniciativas de intercâmbio de políticas entre continentes que poderiam contribuir para alcançar os ODS em todo o mundo.

Além disso, o IICA pode colaborar com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para estabelecer políticas de salvaguarda focadas nas mulheres rurais, como as Normas de Desempenho Ambiental e Social da Corporação Financeira Internacional (CFI), do Grupo do Banco Mundial. O Instituto e o BID poderiam apoiar outros bancos multilaterais de desenvolvimento para que realizem esforços semelhantes e promovam iniciativas globais que maximizem as contribuições dessas mulheres em todo o mundo.

Há um ditado segundo o qual um entusiasta é melhor do que cem pessoas desinteressadas. Tenho visto muitos entusiastas, apaixonados, em Salta, Argentina, todos eles plenamente comprometidos a ajudar as mulheres rurais para que suas vozes sejam ouvidas.

Minha primeira viagem para a América do Sul, especificamente para Salta, Argentina, foi inesquecível, não só porque conheci sua gente maravilhosa, firmemente comprometida com o bem-estar das mulheres rurais, mas também porque fui capaz de visualizar que há muitas outras pessoas como essas em todo o planeta. Tudo o que temos a fazer é acreditar em nós mesmos e deixar que a força da natureza esteja conosco, guie-nos e nos uma.

Referências

- G20, Argentina, 2018. 2018. Declaración: reunión de ministros de Agricultura del G20 (on-line). Buenos Aires, Argentina. Disponível em http://www.g20.utoronto.ca/2018/2018-07-28-declaracion_ministros_de_agricultura_es.pdf.
- G20, Argentina, 2018. 2017. Visión de la Presidencia Argentina G20 2018: construyendo consenso para un desarrollo equitativo y sostenible (on-line). Buenos Aires, Argentina. Disponível em <http://www.g20.utoronto.ca/2018/2018-Overview-es.pdf>.
- Jeong, E., 2016. The column on the 6th industry: rural women are heroines of the 6th rural industry. Instituto de Economía Rural da Coreia; 12 de setembro.
- KOICA (Organismo de Cooperação Internacional da Coreia). 2017. KOICA's mid-term sectoral strategy 2016-2020 (on-line). Disponível em <http://usid.org/doc/10.pdf>.
- The policy news of the Ministry of Gender Equality and Family: The more vigorous measures are needed for expanding participation of rural women in the 6th rural industry (em linha). Consultado em 9 de junho de 2018.
- W20, Argentina, 2018. 2018. Communiqué on rural women (on-line). Buenos Aires, Women 20. Disponível em http://w20argentina.com/wp-content/uploads/2018/08/comm_rural_development.pdf.
- W20, Argentina, 2018. 2018. Guide Document of the Roundtable on Rural Women.
- W20, Argentina, 2018. Inclusión de la mujer rural: las principales recomendaciones del W20 para los líderes del G20 (on-line). Disponível em <http://w20argentina.com/inclusion-de-la-mujer-rural-las-principales-recomendaciones-del-w20-para-los-lideres-del-g20/>.

Mulheres rurais – uma perspectiva de gênero

Desempenham um papel decisivo na meta da União Europeia de chegar à fome zero e erradicar a pobreza

*Mara Marinaki**

A igualdade de gênero e o empoderamento da mulher são prioridades centrais da União Europeia (UE). Em 2015, a UE adotou um novo âmbito de transformação para abordar a igualdade de gênero nas relações externas da UE e em sua cultura institucional chamado Plano de Ação em Matéria de Gênero 2016-2020 (GAP II, por sua sigla em inglês). A Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, a qual constitui a base da agenda de cooperação da UE para o desenvolvimento, tem uma política de incorporação transversal do gênero, enquanto um objetivo específico (o ODS 5) está orientado para alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento de mulheres e meninas. O GAP II responde a esse objetivo.

Na agenda da UE, a segurança alimentar e nutricional mundial é de alta prioridade. As mulheres rurais, cujos papéis e responsabilidades são múltiplos e complexos, são atores essenciais para produzir, processar e comercializar alimentos, prepará-los para o consumo nos lares e manter a segurança nutricional nestes. Elas têm o potencial de aumentar a produtividade, o que permite aumentar as receitas; e contam, além disso, com os conhecimentos necessários para diversificar seus meios de vida em épocas de estresse. Em resumo, as mulheres rurais desempenham

* Embaixador,
assessora Principal
em Gênero e na
implementação
da resolução
UNSCR1325 do
Conselho de
Segurança da ONU
sobre Mulher, Paz e
Segurança; Serviço
Europeu de Ação
Externa (SEAE),
Bruxelas, Bélgica

um papel decisivo para alcançar a meta da UE de chegar à fome zero e erradicar a pobreza rural. Apesar de seu grande potencial não aproveitado, as mulheres rurais enfrentam muitas barreiras para aumentar a produtividade agropecuária e alcançar a segurança alimentar e nutricional de suas famílias. Contam com menos acesso que os homens aos recursos produtivos, menos informações e menos possibilidades de tomar decisões por conta própria. Sua função reprodutiva faz com que as mulheres e as meninas enfrentem mais riscos de insegurança nutricional que os homens e os meninos.

As mulheres rurais respondem por metade da produção de alimentos do mundo e por até 80% da produção na maior parte dos países em desenvolvimento. Estima-se que 7 em cada 10 das pessoas famintas no mundo são mulheres. Além disso, as mulheres possuem menos de 15% das terras em todo o planeta e menos de 2% das propriedades nos países em desenvolvimento; embora realizem dois terços do trabalho no mundo, recebem apenas 10% das receitas mundiais. É por isso que a desigualdade de gênero não é só um problema das mulheres, mas também da produtividade agropecuária, da segurança alimentar e do desenvolvimento rural. As

mulheres rurais não constituem um grupo homogêneo. Seus papéis e contribuições para a sociedade diferem, bem como suas necessidades e interesses, dependendo de sua idade, suas origens, do tamanho e da composição de sua família e a idade de seus filhos. No entanto, uma característica comum a todas elas é a discriminação, embora em grau variável. As políticas de âmbito mundial consideram a igualdade de gênero como um objetivo estratégico, e as políticas de desenvolvimento rural da UE convertem a transversalidade do gênero na diretriz que rege a Política Agrícola Comum da UE, bem como o Programa de Desenvolvimento Rural.

No cerne dessas desigualdades estão as normas sociais que discriminam em razão do gênero, as quais se refletem em atitudes, comportamentos, políticas e leis que limitam as mulheres e as meninas. É por isso que o GAP II exige um enfoque

“

A desigualdade de gênero não é só um problema das mulheres, mas também da produtividade agropecuária, da segurança alimentar e do desenvolvimento rural. As mulheres rurais não constituem um grupo homogêneo. Seus papéis e contribuições para a sociedade diferem, bem como suas necessidades e interesses, dependendo de sua idade, origens, tamanho e composição de sua família e a idade de seus filhos. No entanto, uma característica comum a todas elas é a discriminação, embora em grau variável. As políticas de âmbito mundial consideram a igualdade de gênero como um objetivo estratégico, e as políticas de desenvolvimento rural da UE convertem a transversalidade do gênero na diretriz que rege a Política Agrícola Comum da UE, bem como o Programa de Desenvolvimento Rural.”

transformador que não só procure melhorar o acesso das mulheres aos recursos, mas também lhes garante a igualdade de direitos. Desnecessário dizer que um enfoque transformador que tende a melhorar a vida das mulheres e meninas rurais nos setores da agricultura e a segurança alimentar e nutricional deve vir acompanhado de esforços em outros setores que garantam seus direitos, inclusive os relacionados à sua saúde sexual e reprodutiva.

A fim de produzir essa transformação social, precisamos de uma análise sistemática de gênero fundamentada em evidências geradas a partir de dados distribuídos por sexo e cuidadosamente compilados com o objetivo de explorar as tendências discriminatórias que deixam as mulheres em situação de desvantagem. Os papéis que as mulheres rurais desempenham na agricultura, na segurança alimentar e nas cadeias de nutrição do mundo em desenvolvimento são complexos e variam segundo muitos fatores, como sua condição socioeconômica, a localização geográfica, a idade, a condição reprodutiva, a educação, a religião e o grupo étnico. As generalizações correm o risco de simplificar demais os relatos sobre a vida das mulheres rurais. Além disso, as tendências passadas e emergentes, como a mudança do clima, a migração, os surtos de doenças, a comercialização e o aumento das tecnologias, a globalização e o conflito podem alterar o comportamento de homens e mulheres.

Em geral, as mulheres são as principais provedoras de atenção às crianças, idosos e enfermos. Muitos acreditam que esse trabalho subvalorizado de cuidados, dentro da economia reprodutiva, mantém as mulheres pobres e que o valor desse trabalho não remunerado deve ser avaliado e reconhecido adequadamente. No entanto, devemos destacar que, dados os conhecimentos das mulheres rurais sobre seu entorno natural, seu habitat e seus recursos naturais, elas desempenham um papel importante na resiliência do lar e na busca de uma agricultura climaticamente inteligente. Quando dispõem de oportunidades, as mulheres rurais podem ser empreendedoras industriais, capazes de administrar agonegócios bem-sucedidos que aportam receitas importantes para a efetivação da segurança alimentar e nutricional do lar. Os papéis agrícolas e empreendedores das mulheres complementam seu papel de fornecedoras de alimentos e nutrição. Sua contribuição para a nutrição infantil é iniciada na gravidez, uma vez que a desnutrição costuma começar no útero e continuar pelo período de amamentação e por toda a vida da criança. Seu predomínio na agricultura de subsistência, em contraposição ao que exercem os homens, nos cultivos comerciais, as converte em guardiãs da segurança alimentar do lar, encarregando-se em geral de cozinhar e preparar as comidas da família. Nos lares rurais pobres, cujas receitas e segurança alimentar podem ser afetados por eventos extremos, como a volatilidade dos preços, secas, inundações, catástrofes naturais ou conflitos, as mulheres podem se ver obrigadas a conceber medidas de curto prazo para alimentar suas famílias, como deslocamento local, migração e venda de gado.

As mulheres e as meninas rurais também são as principais coletoras de lenha para cozinhar e de água para uso doméstico e de consumo humano e animal. Estas podem ser tarefas pesadas e que implicam jornadas frequentes e arriscadas longe do lar, as quais podem ficar ainda mais longas, conforme os recursos naturais se esgotam

cada vez mais. Como consequência de seus múltiplos papéis de fornecedoras de alimentos e cuidadoras domésticas, as mulheres rurais costumam carecer de tempo para atividades mais produtivas. Essa tendência é conhecida comumente como a “carga de trabalho” das mulheres ou sua “pobreza de tempo”. Os papéis das mulheres rurais são afetados, tanto positiva como negativamente, pela constante transformação rural que está ocorrendo nos países em desenvolvimento no mundo todo. Foi iniciado um processo de mudança social conforme as economias rurais se diversificam, reduzem sua dependência da agricultura, alcançam mais acesso à informação, graças à tecnologia da informação e das comunicações, fortalecem seus nexos com as zonas urbanas e se tornam mais móveis, sobretudo pela migração dos homens jovens. Essa mudança pode empoderar as mulheres rurais, conforme elas assumem maiores responsabilidades dentro e fora das propriedades rurais, enquanto os homens passam para empregos no agrícolas ou emigram em busca de receitas alternativas. Além disso, assumir mais responsabilidades também pode aumentar a pesada carga de trabalho das mulheres rurais e deixá-las inclusive com menos tempo para elas e suas famílias.

Por que os direitos sobre terras/propriedades para as mulheres importam

Em termos gerais, se for aumentado o acesso, o controle, a gestão e o uso da terra por parte das mulheres, isso terá um efeito positivo em suas vidas e no bem-estar de suas famílias e comunidades. Isso também redundará em um benefício de longo prazo para o seu país e a sociedade em geral.

Os direitos assegurados sobre terras/propriedades contribuem para a concretização dos direitos humanos fundamentais. O acesso equitativo das mulheres à terra ajuda a garantir o respeito aos direitos humanos fundamentais, inclusive os direitos à alimentação adequada, ao abrigo, à não discriminação e à igualdade; ao direito de não ser desalojado; e ao direito à tutela judicial efetiva etc. Além disso, os direitos assegurados sobre terras/propriedades podem ajudar a proteger as mulheres contra a violência.

A evidência sugere que a posse de bens imóveis por parte das mulheres, bem como sua participação na administração das terras, estão associadas a uma maior capacidade para se livrar de relações violentas; a posse segura lhes oferece segurança econômica, sobretudo às mulheres vulneráveis, como viúvas, idosas, divorciadas ou afetadas por HIV/AIDS.

Os direitos assegurados à terra poderiam ajudar a aumentar os investimentos agrícolas e a melhorar a produtividade agropecuária. Reconhece-se a necessidade de mais evidência empírica para medir a relação positiva entre uma posse segura da terra e a produtividade agropecuária. No entanto, há muita concordância de que a existência de direitos assegurados constitui um fator crítico que favorece a produtividade agropecuária, juntamente com outros elementos que costumam estar estritamente vinculados à disponibilidade de terras cuja posse é segura, como o acesso ao crédito, aos suprimentos de insumos, à tecnologia e aos serviços de extensão, entre outros.

Dado que as mulheres enfrentam mais restrições que os homens para a posse segura de terras, elas encontram mais dificuldades do que os homens para tomar decisões sobre sua utilização efetiva e produtiva. Por exemplo, as mulheres frequentemente enfrentam limitações para tomar decisões com respeito a cultivos, pois os homens tendem a usar a terra mais produtiva para cultivos comerciais de maior valor.

Além disso, as mulheres poderiam ter um acesso mais limitado à mão de obra, carecer de conhecimentos e tecnologias adequadas e ter uma pesada carga de trabalho que lhes impõe restrições temporais que prejudicam ainda mais a sua produtividade. Se for permitido às mulheres desfrutar eficazmente de um acesso seguro à terra e lhes for concedida mais voz sobre quais cultivos plantar, que contribuições utilizar, o que vender e como gastar ou investir as receitas, seu trabalho poderia ajudar a efetuar melhores investimentos nas propriedades rurais, a aumentar a produtividade agropecuária e, em última instância, a alcançar maiores ganhos com a terra.

Por conseguinte, os direitos assegurados sobre terras/propriedades são fundamentais para melhorar a segurança alimentar e a nutrição e podem melhorar a segurança alimentar e nutricional do lar, bem como os investimentos familiares. Existe evidência de que as mulheres que dispõem de direitos mais seguros sobre terras/propriedades realocam a despesa da família de maneira que melhora o consumo de alimentos e permite responder a outras necessidades básicas, por exemplo, contribuir para melhorar a condição sanitária e nutricional de seus filhos.

Os direitos assegurados sobre a terra podem melhorar a voz e a participação da mulher. As mulheres das zonas rurais, especialmente as quais vivem em sociedades mais tradicionais, costumam depender das decisões dos homens. Elas podem carecer do direito a votar ou a participar das decisões comunitárias, porque não são consideradas como membros qualificados da comunidade. Inclusive em comunidades que incluem as mulheres na tomada de decisões comuns, o direito da mulher ao voto pode estar solapado por regras de procedimentos, como as que permitem apenas um voto por família, que automaticamente cabe ao chefe de lar, que costuma ser homem. É fundamental derrubar as barreiras à participação e fortalecer a voz das mulheres para ajudá-las a defender seus direitos, tanto dentro de suas comunidades como também quando atores/fatores externos ameaçam as terras comunitárias.

Entre esses fatores externos, o fenômeno da aquisição (em grande escala) de terras (tomada de terras) por atores – sejam nacionais ou internacionais – que não pertencem à comunidade e que reclamam terras com fins comerciais representa um desafio particularmente crítico, sobretudo para as mulheres indígenas, que lutam pelo reconhecimento de seus direitos. Embora o impacto varie de um contexto a outro, é amplamente aceito que as mulheres têm mais probabilidade do que os homens de se ver negativamente afetadas por esse fenômeno porque, em geral, são mais vulneráveis como grupo. Nessas circunstâncias, as mulheres costumam ser excluídas das consultas e negociações sobre a transação de terras. Além disso, nos casos em que a terra comunitária é redistribuída depois da concessão de parte

dela, as mulheres têm mais probabilidade do que os homens de ser excluídas dessa redistribuição ou de que lhes sejam dados lotes de terra menos produtivas.

Se as mulheres desfrutarem de um direito mais seguro à terra, podem melhorar sua capacidade para exercer sua “voz” e “voto” nas decisões que afetem o uso e o controle de sua própria terra e/ou das terras comunitárias. No entanto, para que a participação das mulheres seja significativa, deve-se ir além de sua simples presença nas reuniões, de maneira que tenham tanto o espaço como os conhecimentos para falar sem riscos, como a segurança e a capacidade para defender seus direitos. Quanto mais informadas estejam as mulheres de seus direitos, maiores serão suas possibilidades de participar da tomada de decisões.

Para concluir, a UE continua sendo um parceiro forte e um líder mundial na promoção da igualdade de gênero, do empoderamento das mulheres e do desenvolvimento sustentável, tanto dentro como fora da UE, o que se estende às mulheres rurais de ambas as áreas geográficas. Isso é importante não só para essas mulheres, mas também para suas famílias, comunidades e países.

Combater a violência de gênero com a iniciativa *Spotlight*

Em setembro de 2017, a UE e a Organização das Nações Unidas (ONU) lançaram em conjunto a iniciativa *Spotlight*, com um investimento inicial de EUR 500 milhões. Seu objetivo consiste em eliminar todas as formas de violência contra as mulheres e as meninas no mundo todo. As mulheres rurais algumas vezes estão desproporcionalmente expostas aos riscos da violência de gênero, que abrange desde infanticídios até feminicídios, violações e assassinatos brutais, bem como práticas nocivas, como a mutilação genital feminina, o matrimônio infantil, a violência doméstica e familiar, o tráfico de pessoas e a exploração sexual e econômica (trabalhista).

Na UE já identificamos as regiões da África, Ásia, América Latina, Pacífico e Caribe nas quais implementaremos nossas ações e projetos focalizados; já identificamos as formas de violência mais prevalentes que devem ser atacadas e, agora, estamos convertendo nossas políticas de combate à violência de gênero em programas para países selecionados, no que trabalhamos em colaboração com o governo, a sociedade civil e outros atores locais fundamentais.

A iniciativa *Spotlight* propõe tirar a violência das sombras e colocá-la no foco da atenção, abordando-a em todas as suas manifestações no mundo todo, com o objetivo de criar um mundo em que todas as mulheres e meninas possam se sentir empoderadas para caminhar livremente e de cabeça erguida, sem perigos e com dignidade.

Os direitos à terra geram novas oportunidades para as mulheres rurais

As mulheres e meninas rurais estão longe do interesse público e da mídia, mas suas lutas merecem atenção urgente

*Phumzile Mlambo-Ngcuka**

A Sexagésima Segunda Comissão da Condição Jurídica e Social da Mulher (CSW62), realizada em março de 2018, focou no empoderamento das mulheres e das meninas das zonas rurais, o que representa um compromisso internacional para enfrentar alguns dos maiores desafios de nosso tempo: a pobreza, a desigualdade, as múltiplas e inter-relacionadas formas de discriminação e o fim da violência contra mulheres e meninas, independentemente de onde ou como vivem, para que nenhuma seja excluída. As comunidades rurais e as mulheres e meninas que nelas habitam ou trabalham costumam estar longe do centro de atenção do público ou dos meios de comunicação; não obstante, suas lutas devem ser atendidas de imediato.

Abordar os desafios específicos que as mulheres e as meninas rurais enfrentam em toda a sua diversidade e abrir sua vida às oportunidades que se lhes apresentam implica, em primeiro lugar e sobretudo, dar mais visibilidade a suas necessidades e prioridades. Somente então poderão exercer plenamente seus direitos humanos a uma adequada qualidade de vida, a uma vida sem violência nem práticas nocivas, à educação e à saúde, à inclusão quanto à saúde e aos direitos sexuais e reprodutivos, à segurança alimentar, à nutrição, aos bens de produção e à terra.

* Subsecretaria Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) e Diretora Executiva da ONU Mulheres

De fato, os direitos sobre a terra são essenciais para alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres em uma ampla variedade de temas de desenvolvimento. Pelas suas estreitas inter-relações, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) reafirmam essa conexão com diversos objetivos que se referem explicitamente à importância de assegurar o acesso dos homens e mulheres à terra, inclusive o objetivo nº. 1, sobre a eliminação da pobreza; o nº. 2, acerca da segurança alimentar; e o nº. 5, relacionado à igualdade de gênero. Os direitos sobre a terra e a igualdade de gênero também estão relacionados ao

objetivo nº. 11, sobre cidades sustentáveis; ao nº. 16, relacionado à paz e à justiça; e ao nº. 15, sobre a vida nas terras, pertinente principalmente quanto aos direitos das mulheres rurais, que costumam depender de recursos comunitários, como as florestas, para obter combustível, água e alimento para suas famílias.

No que se refere aos direitos sobre a terra, muitas vezes a desigualdade de gênero está em seu ponto mais extremo. Mundialmente, as mulheres constituem apenas 13% dos latifundiários, de acordo com o banco de dados sobre gênero e direito à terra da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). Além disso, segundo o Índice de Gênero e Instituições Sociais (SIGI) da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), apenas em 37% dos 161 países do mundo as mulheres e os homens têm os mesmos direitos de propriedade, uso e controle das terras. Em 59% desses países, embora a lei garanta os mesmos direitos para ambos, as práticas tradicionais e religiosas frequentemente discriminam as mulheres e solapam a plena implementação dos códigos jurídicos nacionais.

Para apoiar as agricultoras, devemos conhecer mais sobre os desafios que enfrentam. Isso envolve a coleta de dados desagregados por sexo e com características distintas com relação a diversos tópicos e atividades, incluindo tarefas desempenhadas por homens e mulheres, responsabilidades domésticas e a gestão e governança da terra e dos recursos. Precisamos dos números para entender e dar visibilidade ao problema e às mulheres e meninas envolvidas. Por exemplo, em todos os países em desenvolvimento do mundo, até 70% das terras não são registradas, o que deixa as pessoas que ganham a vida trabalhando nela, particularmente as mulheres, vulneráveis à expropriação ou deslocamento por expropriação ou tomada indiscriminada de terra, com pouca ou nenhuma compensação. Na entidade da ONU para a igualdade de gênero e o empoderamento da mulher (ONU Mulheres), estamos comprometidos em coletar dados sobre esse tipo de dificuldades, a fim de defender que as mulheres rurais possam registrar suas terras e obter um título de propriedade, independentemente de seu estado civil.”

Nos 4% restantes, elas não têm direito legal para possuir, utilizar ou controlar a terra.

Em numerosos contextos, as mulheres rurais dependem de recursos comuns, como as florestas, a água e os pastos comunitários para obter os elementos que precisam para a subsistência de suas famílias, como, por exemplo, alimentos, lenha e forragem para o gado. O uso de tais recursos costuma ser regulado por uma divisão do trabalho em função do gênero no qual as mulheres e meninas são as principais responsáveis por obter o combustível e a água, processar e cozinhar os alimentos e garantir a boa nutrição da família, um trabalho não remunerado, não reconhecido e subvalorizado.

Quando as mulheres se dedicam a ajudar na coleta de lenha, água e alimentos, perdem oportunidades únicas de acesso à educação, a um trabalho remunerado e a atividades recreativas e de liderança. De acordo com uma pesquisa realizada pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), as meninas de cinco a quatorze anos de idade destinam 550 milhões de horas todos os dias para realizar as tarefas do lar, ou seja, 160 milhões de horas a mais do que os meninos dessas idades, o que pode pôr em risco sua participação na escola e seu tempo disponível para realizar outras atividades. Quando os terrenos públicos ou comuns são privatizados, seja de forma legal ou ilegal, ou conforme os recursos escasseiam como resultado da mudança do clima, o tempo e o esforço dedicados ao trabalho assistencial não remunerado aumentam, bem como o risco de violência. Quanto mais longo é o caminho para achar os já escassos recursos, maior é a possibilidade de se expor à violência sexual e ao esgotamento físico.

Para compreender os desafios que as mulheres enfrentam nas zonas rurais acerca de seus direitos, convém olhar com calma os pequenos agricultores. A maior parte dos 1000 milhões de pessoas de todo o mundo que continuam vivendo na pobreza está concentrada, em grande medida, nas zonas rurais. Trata-se principalmente de produtores de pequeno porte ou trabalhadores agrícolas que trabalham na economia informal e dispõem de escassa proteção social. Isso ocorre sobretudo com as agricultoras, as quais, sem dispor de uma pensão, um seguro médico ou uma licença por doença, ficam expostas a condições trabalhistas inseguras, uma segurança de receita precária e uma maior probabilidade de viver sua velhice na pobreza. As produtoras enfrentam muitos dos mesmos desafios enfrentados por seus colegas masculinos, como obstáculos para ter acesso à informação, à tecnologia, ao financiamento e aos mercados; não obstante, elas têm probabilidades ainda menores de dispor da terra, de crédito, das ferramentas, de dados sobre o tempo e o clima e de outros recursos que precisam; portanto, embora trabalhem tão arduamente como os homens, elas tendem a ser menos produtivas.

Conforme a mudança do clima gera secas, inundações e degradação das terras em suas regiões, aumentam os riscos para a segurança alimentar e a produtividade agrícola. Os conhecimentos das mulheres sobre as práticas agrícolas e o uso da terra, juntamente com técnicas de gestão dos recursos naturais, são essenciais para enfrentar os iminentes desafios do clima e da degradação do meio ambiente.

Para apoiar as agricultoras, devemos conhecer mais sobre os desafios que enfrentam. Isso envolve a coleta de dados desagregados por sexo e com características distintas com relação a diversos tópicos e atividades, incluindo tarefas desempenhadas por homens e mulheres, responsabilidades domésticas e a gestão e governança da terra e dos recursos. Precisamos dos números para entender e dar visibilidade ao problema e às mulheres e meninas envolvidas. Por exemplo, em todos os países em desenvolvimento do mundo, até 70% das terras não são registradas, o que deixa as pessoas que ganham a vida trabalhando nela, particularmente as mulheres, vulneráveis à expropriação ou deslocamento por expropriação ou tomada indiscriminada de terra, com pouca ou nenhuma compensação. Na ONU Mulheres, estamos comprometidos em coletar dados sobre esse tipo de dificuldades, a fim de defender que as mulheres rurais possam registrar suas terras e obter um título de propriedade, independentemente de seu estado civil.

Mostra-se fundamental promover o acesso das mulheres e meninas à justiça e ao apoio jurídico, uma vez que, sem eles, as mulheres rurais devem enfrentar não só o desafio do acesso desigual à terra, mas também o da falta de conhecimento sobre seus direitos ou os meios para lutar pela terra da qual dependem e que lhes é tirada quando se divorciam ou enviúvam. De fato, em um de cada cinco países nos quais existem dados, as esposas sobreviventes carecem dos direitos sucessórios que gozam os homens. Mesmo quando as leis levam em conta os direitos das mulheres, geralmente é necessário um esforço maior para garantir que as mulheres conheçam seus direitos e sejam capazes de reivindicá-los.

No entanto, apesar desses desafios, as mulheres e meninas das zonas rurais estão longe de ser vítimas passivas da injustiça. Muitas delas têm lutado contra as desigualdades estruturais e gerações de patriarcado profundamente arraigado para poder desempenhar um importante papel na melhoria de seus meios de vida e bem-estar, bem como na conservação e uso sustentáveis dos recursos. Em conformidade com várias pesquisas, contar com uma representação feminina de 25% a 30% nas instituições florestais comunitárias tem um impacto positivo nas condições e a regeneração das florestas. A participação das mulheres na tomada de decisões sobre os recursos naturais cria uma seção transversal mais ampla de pessoas, que inclui os meninos, ou que demonstra as possibilidades de transformação que surgem quando as mulheres participam plena e igualitariamente das decisões e dos assuntos que as afetam de maneira direta, bem como a suas famílias e comunidades.

As oportunidades de transformação se abrem quando as mulheres têm mais direitos sobre a terra, uma vez que isso contribui para aumentar sua segurança alimentar e de receitas e a de suas famílias e promove a independência econômica e os meios de vida sustentáveis. Quando as mulheres têm maior acesso às ferramentas e aos recursos necessários para alimentar e manter a suas famílias, isso pode oferecer às futuras gerações uma menor mortalidade infantil, maiores níveis de educação e saúde materna, bem como comunidades mais fortes e resilientes.

No Paquistão, a ONU Mulheres colaborou com seus parceiros locais, Baanhn Beli e a Fundação Gorakh, para oferecer apoio a mil agricultoras em situações de vulnerabilidade, a fim de que adquiram direitos de posse de terras dos latifundiários feudais. A segurança da posse de terras constitui um ativo essencial para as mulheres que carecem delas. Antes de se tornarem arrendatárias com certa segurança de posse, eram incapazes de fazer planos de longo prazo e de investir na agricultura, de se proteger de desastres naturais e de melhorar sua qualidade de vida. Em muitos casos essas mulheres se viram forçadas a deixar suas terras na temporada de colheita e, devido à ausência de acordos escritos formais, sofreram grandes perdas e traumas. Por meio de atividades de capacitação e tutorias, foram capazes de elaborar contratos de arrendamento e mapas de posse de terras e de negociar com os homens que possuem as terras.

A Organização para o Desenvolvimento da Mulher Masái, da ONU Mulheres, estabelecida na Tanzânia, tem empoderado centenas de mulheres masái para que adquiram terras, encontrem empregos adicionais e diversifiquem suas atividades econômicas para aumentar as receitas de suas famílias. Mama Neema Olenriya, de 42 anos, que atua como presidente do conselho da aldeia, referiu-se à sua luta de 20 anos para adquirir terras: “durante gerações, apenas aos homens era permitido possuir e herdar terras, então, eles questionam se as mulheres são aptas para ser latifundiárias. Mas também sou masái, então posso lutar por meus direitos”. Junto com outras mulheres da aldeia, ela recebeu capacitação sobre direitos à terra e à propriedade e adquiriu a confiança e os conhecimentos necessários para exigir das autoridades a atribuição de terrenos às mulheres.

A propriedade da terra continua a ser um assunto essencial para as mulheres rurais de El Salvador. Nas últimas quatro décadas, tentou-se reverter a historicamente desigual distribuição da terra mediante reformas agrárias; no entanto, o avanço foi lento e as reformas foram direcionadas principalmente aos homens chefes de família. As mulheres, que são mais de 50% da população, constituem apenas 11% dos agricultores do país. A cooperativa Mulheres em Ação é um dos 26 grupos de mulheres de El Salvador aos quais a ONU Mulheres ofereceu apoio, juntamente com o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e a Cidade Mulher, uma iniciativa governamental que apoia o empreendedorismo feminino. Como nenhuma das mulheres membros da cooperativa Mulheres em Ação possuía terras, elas buscaram um terreno e os advogados da iniciativa Cidade Mulher as ajudaram a garantir um arrendamento de longo prazo. Mulheres em Ação produz tomates, pimentões e berinjelas suficientes para seu próprio uso e para a venda. A cooperativa espera obter receitas que permitam assegurar o futuro de suas famílias. Como afirma Mercedes García, uma de seus membros, “economizarei para apoiar a minha filha, para que ela possa terminar o ensino médio e entrar na universidade, algo que eu não era capaz de fazer”.

Por conseguinte, a mudança está acontecendo, mas não com a rapidez ou a amplitude suficientes.

É imperativo que os governos abordem as leis discriminatórias que impedem as mulheres de desfrutar de um acesso igualitário e seguro à propriedade e ao uso da

terra. Em todo o mundo, 102 países aplicam leis ou práticas consuetudinárias que negam às mulheres o acesso igualitário à terra.

Nas conclusões acordadas na CSW62 com respeito ao tema prioritário de 2018 “desafios e oportunidades para alcançar a igualdade entre os gêneros e o empoderamento das mulheres e meninas rurais”, os Estados membros recomendaram que os países promulgassem uma legislação e empreendessem reformas para que as mulheres e os homens e, quando for o caso, as meninas e os meninos, tenham iguais direitos a recursos naturais, inclusive o acesso à terra e seu uso, à propriedade e ao controle e direitos de propriedade e herança, levando em conta os diversos tipos de posse da terra e possibilitando o acesso igualitário à justiça e à assistência jurídica para exercer tais direitos. Além disso, os países devem promover que as mulheres obtenham o registro de suas terras e títulos de propriedade, independentemente de seu estado civil, bem como abordar práticas e estereótipos que solapam seus direitos sobre a terra, inclusive no contexto de sistemas tradicionais e consuetudinários que costumam reger sua gestão e transferência nas zonas rurais.

A recente publicação acerca dos direitos das mulheres sobre a terra, realizada pela ONU Mulheres em conjunto com o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU Habitat) e intitulada *Pathways for Secure & Equal Land Tenure for Women*, pode constituir um valioso recurso em apoio aos esforços das organizações de desenvolvimento, dos governos, da sociedade civil e das instituições acadêmicas e de pesquisa para superar os obstáculos que impedem as mulheres rurais de exercer seus direitos sobre a terra e de participar plenamente na sociedade. Além disso, consolida a pesquisa e o conhecimento global na matéria e estabelece um âmbito para a análise, pela criação de perfis de posse de terras que consideram as questões de gênero e as múltiplas e inter-relacionadas identidades das mulheres.

Também pode ser usado para desenvolver ferramentas sólidas e inovadoras que deem respostas adaptadas às necessidades das mulheres e meninas.

Só nos resta pouco mais do que uma década para alcançar os ODS. Todos os países do mundo têm se comprometido a cumprir a Agenda 2030; além disso, sabemos que alcançar seus objetivos e conseguir que as mulheres e meninas rurais façam valer seus direitos humanos requer um compromisso renovado com essa tarefa e um maior financiamento que o acompanhe.

Assim como uma colheita bem-sucedida depende do resultado favorável de uma combinação de fatores interdependentes como a qualidade do solo, as sementes, a água, as condições do tempo e as ferramentas, alcançar a igualdade de gênero depende da garantia de que as mulheres gozem dos mesmos direitos que os homens em todos os âmbitos. O momento de apoiar as mulheres e meninas rurais e de agir é agora. As sementes plantadas hoje podem dar frutos às futuras gerações.

Mulheres rurais de ontem, de hoje e de amanhã

São dignas de igualdade
e seguirão lutando até
obtê-la

*Rosa Monteiro**

1

Existe uma história oficial, que é a que todos conhecem. Até pouco tempo, Portugal era, em sua maioria, um país rural. Em 1960, 65% da população nacional vivia em zonas rurais¹. As receitas eram obtidas em grande parte pela agricultura, pela criação de gado e atividades relacionadas. Muitas pessoas trabalhavam de sol a sol por um salário muito baixo.

A pobreza e os significativos desequilíbrios econômicos nos ajudam a compreender por que, nas décadas posteriores, o interior do país foi sendo despovoado progressivamente. Em 2017, apenas 35% da população do país vivia em zonas rurais. Em 1981, 27% dos indivíduos estava empregado no setor primário da economia, enquanto em 2017, apenas 6% trabalhava nesse setor².

Essas cifras sugerem amplas e profundas mudanças na sociedade, inclusive nos fluxos massivos de imigrantes.

* Secretaria de Estado
para a Cidadania e a
Igualdade,
Governo de Portugal

1 Dados do Banco Mundial, extraídos de <https://data.worldbank.org/indicator/SPRUR.TOTL.ZS>

2 Statistics Portugal e Pordata, extraídos de <https://www.pordata.pt>

Felizmente, as experiências dos homens que se viram obrigados a deixar sua cidade natal devido às dificuldades econômicas que enfrentavam estão bem documentadas. Muito menos se sabe sobre as mulheres que também emigraram e sobre as que permaneceram em sua cidade natal.

Preencher esse vazio é uma tarefa para a qual devemos dirigir nossos melhores esforços. Devem-se tirar conclusões. Por exemplo, poderíamos aprofundar nas obras de Ana de Castro Osório, uma autora feminista do início do século XX, que se inspirava em relatos orais de camponesas pobres para escrever alguns de seus ensaios e histórias. Poderíamos examinar um precioso livro, publicado originalmente em fascículos no período de 1948 a 1950 com o título *As Mulheres do Meu País*, no qual a jornalista e ativista política María Lamas descreve as condições de vida e de trabalho das mulheres nesse momento, as quais também inspiraram novelistas como Alves Redol, Soeiro Pereira Gomes e Ferreira de Castro.

Pouco a pouco se levantam as vozes perdidas das mulheres rurais e se apresenta uma nova história, que inclui as numerosas meninas e mulheres que foram apartadas

de tudo o que lhes era familiar e se tornaram empregadas em uma cidade distante, as muitas que se aventuraram em países estrangeiros sem estar seguras de se poderiam regressar algum dia ao seu país e as mulheres que ficaram. Eram camponesas, mas também trabalhavam em fábricas, vendiam produtos em mercados e feiras e eram costureiras e professoras.

Todas essas ocupações foram combinadas com um desproporcional peso das tarefas domésticas e familiares injustamente colocado sobre os ombros das mulheres desde sua primeira infância.

No entanto, essas mulheres fizeram algo mais do que trabalhar. Não esqueçamos sua participação em atividades comunitárias e políticas, sem levar em conta os numerosos obstáculos que enfrentaram pelo caminho e o frequente menor valor de seu papel, de acordo com testemunhos posteriores.

“*É uma responsabilidade de todos cumprir a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, em que a igualdade de gênero constitui um dos principais objetivos. O crescimento econômico é fundamental, assim como o empoderamento de todas as mulheres e meninas, a eliminação da violência e das práticas nocivas, o investimento na educação continuada e um desenvolvimento científico e tecnológico inclusivo, bem como a paridade de gênero na tomada de decisões nas esferas política, econômica e pública e outras prioridades que se manifestam imediatamente quando as experiências de homens e mulheres são consideradas equitativamente. Apenas será possível produzir efeitos positivos na vida diária das mulheres e dos homens se for dado um ênfase significativo na territorialização da política pública.*”

Um dos acontecimentos gravados em nossa memória coletiva aconteceu na primavera de 1846, quando várias mulheres de Fontarcada, um pequeno povoado localizado ao norte de Minho, desempenharam uma função essencial em um movimento popular contra o governo nacional que se prorrogaria eventualmente a outras partes do país.

*As sete mulheres do Minho
Mulheres de grande valor
Armadas de fuso e roca
Correram com o regedor*

Retirado da canção *As sete mulheres do Minho*, de José Afonso, 1979

Na primavera de 1954, em um povoado do sul chamado Baleizão, quatorze mulheres coletoras uniram suas vozes para exigir um aumento de salário. A líder do grupo recebeu um tiro da polícia. Assassinada aos 26 anos de idade, Catarina Eufémia se converteu no símbolo da luta pelos direitos das trabalhadoras rurais e por um regime democrático em Portugal.

*Tinha chegado o tempo
Em que era preciso que alguém não recuasse
E a terra bebeu um sangue duas vezes puro
Porque eras a mulher e não somente a fêmea
Eras a inocência frontal que não recua*

Do poema “Catarina Eufémia” de Sophia de Mello Breyner Andresen, 1972

2

O ano é 2018.

Apesar das consideráveis melhorias observadas no acesso à assistência médica e à educação, que têm consequências muito significativas para a vida das pessoas que habitam as zonas rurais, a realidade contemporânea dessas zonas de Portugal ainda se vê afetada por diversos motivos de preocupação. Um deles é o envelhecimento da população. Além disso, os indicadores sobre a educação formal são alarmantes. Mais da metade das mulheres nas zonas rurais têm apenas a educação básica e, em alguns casos, não chegaram sequer a concluí-la. A grande maioria dos produtores agrícolas carecem de qualquer tipo de capacitação específica para realizar seu trabalho.

As limitações no acesso a serviços essenciais para a qualidade de vida, como os concernentes aos cuidados infantis e dos idosos, são prejudiciais especialmente para as mulheres, uma vez que elas continuam realizando a maior parte do trabalho não remunerado da família. Algumas delas ainda precisam da autorização de seus maridos ou de seus pais para trabalhar ou participar de atividades recreativas.

A busca da autonomia e da liberdade expõe às mulheres a uma depreciação e um controle social intensos, o que pode colocar em perigo não só o respeito que merecem dos demais, mas também suas receitas, sua rede de apoio social e, inclusive, sua integridade física.

Não obstante, uma análise mais profunda mostra que algumas mulheres rurais são jovens e muito qualificadas e ocupam cargos profissionais que antes estavam fora de seu alcance, várias das quais desenvolvem projetos inovadores dentro de cooperativas ou microempresas nos setores agrícola e turístico, entre outros. Muitas experiências inovadoras lideradas por mulheres no âmbito artesanal têm se mostrado bem-sucedidas e promovido as comunidades e as tradições locais, com o apoio de avançadas ferramentas tecnológicas, de projeto e de comercialização.

Os formuladores de políticas devem levar em conta o contexto histórico e enfrentar os problemas, aumentando o potencial e os recursos disponíveis.

É uma responsabilidade de todos cumprir a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, em que a igualdade de gênero constitui um dos principais objetivos. O crescimento econômico é fundamental, assim como o empoderamento de todas as mulheres e meninas, a eliminação da violência e das práticas nocivas, o investimento na educação continuada e um desenvolvimento científico e tecnológico inclusivo, bem como a paridade de gênero na tomada de decisões nas esferas política, econômica e pública e outras prioridades que se manifestam imediatamente quando as experiências de homens e mulheres são consideradas equitativamente.

Apenas será possível produzir efeitos positivos na vida diária das mulheres e dos homens se for dada uma ênfase significativa na territorialização da política pública. Mas o que significa realmente territorializar?

Quer dizer introduzir as características e as necessidades locais no processo de projeto de políticas desde seu início, criar ferramentas específicas que assegurem e estimulem a utilidade das iniciativas sobre o terreno, investir no estabelecimento de redes e parcerias e atribuir às autoridades locais e organizações não governamentais o papel de agentes estratégicos na definição e na implementação de medidas.

É nisso em que estamos ocupados.

A aplicação de medidas justas e firmes no campo da igualdade é só o início. Também devemos insistir que se preste atendimento às assimetrias de gênero em todas as demais esferas da governança. A integração é fundamental para garantir intervenções coerentes e eficazes sobre as terras. Neste sentido, recentemente foram alcançados avanços significativos em Portugal, em particular, o reconhecimento da perspectiva de gênero nos programas nacionais de coesão e organização territorial e no Programa de Desenvolvimento Rural, que inclui o oferecimento de apoio financeiro, capacitação e assistência técnica.

Em 2016, mais de três milhões de adultos participaram de atividades de aprendizado permanente, ou seja, quase um milhão a mais do que em 2007, com uma distribuição equilibrada entre mulheres e homens³. No final de 2016, 42% dos projetos financiados pelo Programa de Desenvolvimento Rural na categoria de novos trabalhadores agrícolas eram liderados por mulheres⁴.

3

Há mais de uma história. As sociedades variam enquanto falamos e as desigualdades perduram e mudam de forma; ainda assim, vitórias são possíveis.

Hoje mais do que nunca sabemos que as mulheres que vivem e trabalham nas zonas rurais são tão diversas como podem ser. Além de receber um tratamento desigual por seu gênero, algumas delas são vítimas de discriminação e violência por sua idade, origem étnica ou racial, deficiência, nacionalidade, orientação sexual, identidade e expressão de gênero ou características sexuais. Em lugar de reduzir as mulheres a uma categoria monolítica, os formuladores de políticas devem prestar atenção a suas necessidades e experiências específicas e garantir respostas adequadas a elas.

De fato, nenhum desses assuntos pode ser completamente separado dos demais. A promoção da igualdade e da não discriminação constitui um requisito para a qualidade de vida, de modo que nenhuma comunidade que deseja um futuro atraente e sustentável deve esquecer isso.

As mulheres rurais merecem a igualdade; e por muito tempo têm clamado por ela e, indubitavelmente, continuarão a lutar até conseguir.

3 Oliveira, Célio et al. (2017), *Educação e Formação de Adultos em Portugal: Retrato Estatístico de uma Década*, Lisboa, Statistics Portugal.

4 Dados administrativos do Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, Governo de Portugal.



Quatro propostas para empoderar a mulher rural e acabar com a insegurança alimentar

Ainda temos tempo para trabalhar nas principais dimensões da segurança alimentar

*Luis Alberto Moreno**

Segundo uma antiga anedota da indústria de desenvolvimento, há muitos anos uma equipe de inspeção viajou para uma comunidade rural para controlar um projeto de irrigação. Ao chegar, encontraram apenas mulheres brandindo picaretas e pás, enquanto outras empurravam carrinhos de areia e pedras. “Onde estão os homens contratados para cavar os canais?”, perguntou um visitante. “Estão jogando ao futebol contra outra comunidade”, respondeu uma mulher. “E como vocês estão trabalhando?”, quis saber o inspetor, perplexo. “Não estamos trabalhando. Estamos apenas ajudamos”, foi a resposta, sem nenhuma ironia.

O conto poderá ser apócrifo, mas encerra mais que um vestígio de verdade. As contribuições econômicas das mulheres de zonas rurais costumam ser sistematicamente subestimadas. Nas zonas rurais da América Latina e do Caribe há cerca de 58 milhões de mulheres. Segundo dados oficiais, cerca de 17 milhões delas estão economicamente ativas, mas apenas 4,5 milhões são consideradas produtoras agrícolas. Numerosos peritos concordam que geralmente há uma redução significativa no registro, dado que os trabalhos agrícolas realizados por mulheres costumam ser computados como tarefas domésticas não

* Presidente
do Banco
Interamericano de
Desenvolvimento
(BID)

remuneradas. Por mais arduamente trabalhem cuidando de hortas, criando aves ou moendo milho, seus esforços tipicamente não são valorizados como parte da produção rural.

Além do erro e da injustiça que essa subestimativa representa, a falta de reconhecimento do valor do trabalho das mulheres rurais destaca outro aspecto da desigualdade de gênero: os homens que se dedicam à agricultura dispõem de maior acesso a terras, crédito, tecnologias e serviços de extensão do que as mulheres. Isso explica o hiato na produtividade entre os gêneros. Em minha região, por exemplo, as mulheres recebem apenas 10% dos empréstimos para agricultura. Mas segundo alguns cálculos, se elas tivessem o mesmo acesso a recursos que os homens, as mulheres poderiam aumentar sua produção rural significativamente.

Tal aumento contribuiria em boa medida para reduzir outro persistente desafio: a insegurança alimentar, fenômeno que ocorre quando parte da população carece de acesso a comida suficiente para cobrir suas necessidades e levar vidas saudáveis e ativas. Que isso ocorra em nossa região pode parecer paradoxal, dado o nosso fenomenal potencial agrícola. Apesar de ser a única região do mundo a alcançar o Objetivo de Desenvolvimento do Milênio de reduzir a fome à metade entre 1990 e 2015, a quantidade de pessoas que padecem de insegurança alimentar aumentou.

Essa aparente contradição ocorre porque as melhorias em produção alimentar na América do Sul superaram as do resto da região, elevando a média geral. De fato, entre 2015 e 2016, a quantidade de pessoas que padecem de fome aumentou em 2,4 milhões, alcançando um total de 42,5 milhões na região, uma quantidade semelhante à população da Argentina.

Essa preocupante tendência semeia dúvidas sobre nossas probabilidades de alcançar o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável de eliminar a fome em 2030. Pior ainda, a região enfrenta a chamada “carga tripla” da desnutrição: a presença simultânea da desnutrição, da deficiência de micronutrientes e da obesidade. Esses problemas acarretam todo tipo de complicações, desde limitar o desenvolvimento cognitivo na infância até

A evidência demonstra que empoderar as mulheres aumenta a segurança alimentar. A partir de agora, os programas de desenvolvimento rural deveriam combinar esses objetivos. Além disso, os formuladores de políticas devem procurar incluir as abordagens de gênero em todos os programas destinados às populações rurais. Finalmente, para projetar e implementar intervenções sólidas, são necessários dados de qualidade, desagregados por gênero, para medir as necessidades e as contribuições das mulheres relacionadas à segurança alimentar. Estou seguro de que, se fizermos bem as coisas e empoderamos a mulher rural, chegaremos a ver o fim da fome em nossa região.”

aumentar a incidência de doenças crônicas, como a diabetes ou o câncer, que já estão inflando os custos de nossos sistemas de saúde.

No entanto, ainda há tempo para trabalhar nas principais dimensões da segurança alimentar: a disponibilidade, o acesso, a utilização e a estabilidade. Além disso, ao empoderar as produtoras rurais de nossa região para que maximizem seu rendimento, poderíamos alcançar nossas metas mais rapidamente.

Disponibilidade alimentar

A disponibilidade alimentar em nível local ou nacional depende da produção agrícola e da importação. Em nossa região, as mulheres desempenham um papel fundamental na disponibilidade, participando em cada uma das etapas da produção, processamento e distribuição dos alimentos. No entanto, a falta de tempo para tais trabalhos pode limitar sua participação na produção agrícola, gerando maiores desigualdades de gênero. A disparidade no acesso das mulheres à mão de obra, terra, capacitação e tecnologias prejudica ainda mais a sua produtividade e eficiência. Logicamente, uma diminuição do hiato de gênero ao acesso a contribuições e recursos produtivos aumentaria a disponibilidade de alimentos e reduziria a fome.

Para alcançar esses objetivos, devemos promover ações específicas que incentivem a participação feminina em programas produtivos, os quais devem oferecer assistência técnica com um enfoque de gênero. Isso implica fixar certos objetivos sobre a quantidade de mulheres participantes e oferecer capacitação agrícola que leve em conta suas necessidades específicas em termos de idioma, acessibilidade, tempo e periodicidade. Os projetos de titulação de terras deveriam ser uma linha de ação chave. Eles devem ser projetados e implementados de modo de promover a equidade e a igualdade de gênero mediante: (i) a promoção de instituições que protejam o acesso equitativo de homens e mulheres à terra; (ii) o fornecimento de informações às mulheres sobre seus direitos e deveres jurídicos em relação aos bens imóveis; e (iii) a promoção da copropriedade de terras entre cônjuges.

Acesso a alimentos

Ainda que haja alimentos suficientes disponíveis em âmbito local ou nacional, uma família pode sofrer de insegurança alimentar, se carecer de meios econômicos para obter comida. A pobreza e a disparidade de receitas entre homens e mulheres constituem riscos típicos ao acesso a alimentos. Em nossa região, as mulheres chefe de família sofrem maiores índices de pobreza do que os homens. Em zonas rurais, de acordo com organizações internacionais, isso se deve em grande parte ao fato de 40% das mulheres maiores de 15 anos não receber remuneração por seus trabalhos, que com frequência incluem atividades agrícolas. Naturalmente, aumentar as receitas das mulheres e reduzir o hiato salarial entre gêneros pode ajudar a melhorar o acesso a alimentos.

Com essa finalidade, devemos considerar duas grandes linhas de ação. Em primeiro lugar, devem ser promovidas mais atividades rurais produtivas remuneradas para as mulheres, por exemplo, expandindo seu acesso ao crédito e oferecendo capacitação sobre atividades de produção e comercialização. Em segundo lugar, devemos gerar mais oportunidades econômicas para as mulheres, ampliando sua participação trabalhista, observando o hiato salarial e de receitas entre gêneros e promovendo o acesso a empregos de melhor qualidade para mulheres em zonas rurais. Por exemplo, o empreendimento feminino em zonas rurais pode ser promovido por capacitações e programas de certificação que ajudem também a reduzir a discriminação de gênero.

Utilização dos alimentos

Historicamente, as mulheres têm desempenhado um papel indispensável para garantir a nutrição e o bem-estar de suas famílias, especialmente em zonas rurais onde são as principais cuidadoras e estão tradicionalmente a cargo da escolha, preparação e provisão de alimentos. No entanto, as mulheres também enfrentam maiores desafios com relação à nutrição, particularmente com a obesidade. Em nossa região, o índice de obesidade feminina é de 26,8%, contra 18,5% no caso dos homens. Essa tendência se mostra especialmente preocupante no Caribe, onde o índice de obesidade feminina é quase quatro vezes maior do que o masculino. Empoderar as mulheres é fundamental para melhorar os resultados nutricionais. De fato, o empoderamento feminino se relaciona a melhorias na diversidade da dieta familiar, à nutrição materno-infantil e a outros indicadores de desenvolvimento inicial.

Por isso devemos elaborar e implementar intervenções nas áreas de agricultura, água e saneamento e proteção social visando melhorar a nutrição e empoderar as mulheres. Por exemplo, os programas de desenvolvimento rural deveriam incluir ativamente as mulheres em sua implementação, elevando sua posição social e econômica. Entretanto, os programas de proteção social deveriam estabelecer metas baseadas em índices de nutrição e saúde feminina. Além disso, é necessário promover projetos que induzam mudanças de condutas que conduzam a dietas saudáveis e à redução do excesso de peso e da obesidade, principalmente em mulheres e crianças, os quais constituem a população mais afetada. Finalmente, é essencial aumentar o acesso à água potável em zonas rurais.

Estabilidade alimentar

A estabilidade alimentar significa que a oferta não será ameaçada por variações imprevistas nos preços ou no clima. As medidas para garantir um fluxo alimentar estável se mostram particularmente importantes para o bem-estar das populações mais vulneráveis, que geralmente coincidem com as mais afetadas por imprevistos, pois carecem de mecanismos efetivos para estabilizar o consumo de alimentos. Isso é especialmente relevante no caso das mulheres, que são os membros da família mais propensos a reduzir seu consumo ante uma repentina escassez.

Para garantir a estabilidade alimentar, devemos elaborar e implementar instrumentos com um enfoque de gênero que reduza a vulnerabilidade dos sistemas alimentares à mudança do clima e aos desastres naturais. Também devemos melhorar a capacidade dos institutos nacionais de pesquisa agrícola para desenvolver e divulgar variedades melhoradas de cultivos comumente plantados por mulheres que sejam mais resistentes à mudança do clima. Deve-se incentivar as mulheres a ocupar papéis ativos em associações de usuários de água e a participar das decisões com respeito à irrigação em suas comunidades. Finalmente, devemos elaborar intervenções de gestão de risco de desastres com atividades especialmente destinadas a mulheres.

Em resumo, a evidência demonstra que empoderar as mulheres aumenta a segurança alimentar. A partir de agora, os programas de desenvolvimento rural deveriam combinar esses objetivos. Além disso, os formuladores de políticas devem procurar incluir as abordagens de gênero em todos os programas destinados às populações rurais. Finalmente, para projetar e implementar intervenções sólidas, são necessários dados de qualidade, desagregados por gênero, para medir as necessidades e as contribuições das mulheres relacionadas à segurança alimentar. Estou seguro de que, se fizermos bem as coisas e empoderamos a mulher rural, chegaremos a ver o fim da fome em nossa região.

Referências

- Ali, D., Bowen, D., Deininger, K. e Duponchel, M. (2016). Investigating the Gender Gap in Agricultural Productivity: Evidence from Uganda.
- Deere, C. D. (2005). The feminization of agriculture? Economic restructuring in rural Latin America (Nº 1). UNRISD Ocasional Paper.
- Doss, C. R. (2018). Women and agricultural productivity: Reframing the Issues. *Development Policy Review*, 36(1), 35-50.
- FAO (2006). *The State of Food Security in the World, 2006. Eradicating world hunger: taking stock ten years after the World Food Summit.*
- FAO (2011). *The State of Food and Agriculture 2011. Women and Agriculture: Closing the Gender Gap for Development.* Roma, Itália.
- FAO (2017). Women in Latin America and the Caribbean face greater poverty and obesity compared to men. Recuperado de <http://www.fao.org/americas/noticias/ver/en/c/473028/>
- FAO e OPAS (2017). *Panorama of Food and Nutrition Security in Latin America and the Caribbean.* Santiago, Chile.
- FAO, IFAD e WFP (2013). *The State of Food Insecurity in the World 2013. The Multiple Dimensions of Food Security.* Roma, FAO.
- FAO, IFAD, WFP (2015). *The State of Food Insecurity in the World 2015.* FAO, Roma.

- Finkelstein, J., Mehta, S., Udipi, S., et al., 2015. A randomized trial of iron-biofortified pearl millet in school children in India. *J. Nutr.*
- FAO, IFAD, WHO, WFP e UNICEF (2017). *The State of Food Security and Nutrition in the World 2017. Building Resilience for Peace and Food Security*. Roma, FAO.
- FAO (2018). *Food and nutrition security in Latin America and the Caribbean*. Recuperado de <http://www.fao.org/americas/prioridades/seguridad-alimentaria/en/>
- Kilic, T., Palacios-Lopez, A. e Goldstein, M. (2015). Caught in a productivity trap: A distributional perspective on gender differences in Malawian agriculture. *World Development*, 70, 416–463.
- Kumar, N. e Quisumbing, A. (2013). Gendered Impacts of the 2007–2008 Food Price Crisis: Evidence Using Panel Data. *Food Policy* 38:11–22.
- Malapit, H., Kadiyala, S., Quisumbing, A., Cunningham, K., Tyagi, P. (2015). Women's Empowerment Mitigates the Negative Effects of Low Production Diversity on Maternal and Child Nutrition in Nepal.
- Mulheres, ONU. (2013). *Trabajo decente e igualdad de género: políticas para mejorar el acceso y la calidad del empleo de las mujeres en América Latina y el Caribe*.
- Sraboni, E., Malapit, H., Quisumbing, A. e Ahmed, A. (2014). Women's Empowerment in Agriculture: What Role for Food Security in Bangladesh?
- Udry, C. (1996). Gender, agricultural production, and the theory of the household. *Journal of Political Economy*, 104(5), 1010–1046.
- Van den Bold, M., Quisumbing, A. e Gillespie, S. (2013). *Women's Empowerment and Nutrition: An Evidence Review*. IFPRI Discussion Paper 01294. Disponível em SSRN: <https://ssrn.com/abstract=2343160> ou <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2343160>
- Zambrano, P., Maldonado, J., Mendoza, S., Ruiz, L., Fonseca, L.A. e Cardona, I. (2011). *Women Cotton Farmers: Their perceptions and experiences with transgenic varieties. A case study for Colombia*. International Food Policy Research Institute, Washington, DC. (IFPRI Discussion Paper).

As mulheres rurais e as suas políticas, um assunto de igualdade

As mulheres rurais da Colômbia, o que se pode expandir para muitos países, sofrem de discriminação estrutural por ser rurais e por ser mulheres; uma terceira discriminação está ligada à sua pertença a um grupo étnico e uma quarta, por ser vítimas do conflito armado

*Marta Lucía Ramírez de Rincón**

Refletir sobre o marco inicial para a formação das políticas públicas que convocam as mulheres rurais com o objetivo de transformar as suas condições de vida implica, por um lado, fazer esforços para definir ou redefinir quem são as mulheres rurais e, por outro lado, quais são as novas dinâmicas e estratégias de vida dessas mulheres que moram no interior, ou vêm dele.

Partindo de um diagnóstico localizado de quem são e o que elas fazem poderíamos criar ações de política pública que permitem abordar de forma pertinente as necessidades práticas e os interesses estratégicos dessas mulheres. Ter um diagnóstico, dados e análise sobre as mulheres rurais se converteu em uma boa ferramenta para visibilizar as brechas das mulheres rurais comparadas com as mulheres urbanas e com os homens rurais. Infelizmente, hoje em dia existe ainda uma falta geral de dados, não só separados por gênero mas também em zonas rurais e urbanas. Isso tem um impacto sobre a nossa capacidade de monitorar o progresso e criar políticas públicas apropriadas. Por tanto, é imperativo trabalhar para reduzir a discriminação estatística: os dados permitem ajudar de forma acertada a melhorar a qualidade de vida das populações vulneráveis como as mulheres rurais, porque somos conscientes de que

* Vice-presidenta
República da
Colômbia



É essencial considerar que entre os elementos comuns que caracterizam a vida das mulheres rurais na América Latina e no Caribe estão a sobrecarga de trabalho, dada a divisão de trabalho entre gêneros, que elas sejam responsáveis do cuidado dos filhos, dos idosos e dos doentes; a invisibilização do trabalho que elas realizam no âmbito reprodutivo, produtor e para o consumo próprio. O trabalho produtor realizado pelas mulheres rurais é considerado uma ajuda à casa e deveria ser reconhecido como um trabalho em si.”

a pobreza é feminizada, e mais ainda no setor rural.

As políticas públicas devem ser baseadas nos dados, só assim podemos criar linhas de ação pertinentes que tenham o enfoque necessário para superar os problemas específicos das mulheres rurais de cada região. Um dos grandes desafios da política pública é garantir a autonomia econômica e o empoderamento das mulheres rurais em âmbitos da vida como a participação comunitária, política e cultural. Nobre e Hora (2017) explicam que o acesso a saúde, educação, assistência e segurança social, propriedade da terra e ao crédito são fatores determinantes para que as mulheres possam se considerar membros da comunidade e se desenvolver como cidadãs.

Por que são importantes as políticas públicas para mulheres rurais?

A resposta está fundamentada na relação estreita entre a igualdade de gênero e o desenvolvimento, expressada na Agenda de Desenvolvimento Sustentável 2030. O desenvolvimento econômico e o processo pelo qual uma nação melhora o bem-estar econômico, político e social da sua população. É assim que o desenvolvimento é concebido como a melhoria das condições de vida por e para as pessoas de forma equitativa para homens e mulheres.

No caso específico das políticas públicas para mulheres rurais, há uma necessidade implícita de avançar processos de transformação e mudança nas condições de vida da sociedade rural (homens e mulheres). A transformação dessa sociedade está sujeita a políticas alheias a ela, e a planos internos das sociedades locais que pretendem utilizar os recursos internos e negociar recursos externos para essa mudança de condições de vida.

É só a traves da politica publica que podemos criar um plano de ação para articular todos os setores responsáveis pelo fortalecimento do campo para que tenham um enfoque de gênero, e assim assistam as mulheres. Se não trabalhamos explicitamente a favor das mulheres rurais nunca alcançaremos a igualdade, porque sabemos que o mercado sozinho não chegará em um equilíbrio de igualdade entre homens e mulheres no setor rural.

Dados os condicionantes exigidos para transformar a sociedade rural, o planejamento do desenvolvimento não deve ser realizado somente como um processo técnico, senão como um processo político onde o conflito de interesses entre homens e mulheres esteja presente na negociação e que leve a um processo de transformação social estrutural, não a soluções pontuais e momentâneas para as necessidades práticas de homens ou de mulheres.

A igualdade produz melhoramentos na qualidade de vida tanto dos homens como das mulheres. Ver-se como iguais reduz a pressão social dos homens para serem os provedores da família e os níveis de violência que são fomentados neles começando na infância, e assim permite que eles aproveitem a sua vida familiar por completo. Ao mesmo tempo, a igualdade faz que as mulheres possam seguir e prosperar em diversos trabalhos, adiantar-se economicamente, ter poder de negociação dentro do lar para tomar decisões que favorecem a família, como o melhoramento da educação e da nutrição, e ter relações menos violentas.

Quem são as mulheres rurais?

Primeiro é necessário indicar que a tentativa de definir quem são as mulheres rurais ainda é um tema de debate e construção, com uma ampla gama de propostas, todas muito válidas. Porém, com o fim de enriquecer o análise para tornar mais preciso o campo de ações das políticas públicas, apresento algumas considerações que podem limitar o alcance das estratégias de política para esse setor da população.

A primeira tentativa: deve ser reconhecido que as mulheres rurais são um coletivo amplo com semelhanças e diversidades. Essa diversidade pode ser expressada, por uma parte, pelas atividades que elas realizam e por outra parte pelas inter-relações territoriais e culturais que definem elas como tais.

O que deveríamos saber sobre as suas atividades?

Dadas as atividades que elas realizam a maioria das definições separam elas segundo a premissa de que a sua atividade produtiva está relacionada diretamente com o rural, mesmo se essa atividade não é reconhecida pelos sistemas de informação e medidas do Estado ou se não é paga.

Dessa consideração concluímos que são agricultoras, colhedoras, pescadoras, amas de casa, assalariadas em empresas rurais agrícolas, participantes inclusive em atividades não-agrícolas como agroindústrias e microempresas, além de outras atividades desempenhadas no marco de uma perspectiva mais ampla de “ruralidade”, como o turismo rural e ecológico, a parte organizativa de cadeias agroprodutoras e comerciais, a transformação de metais e pedras preciosas, o artesanato e novos campos de oportunidade como atividades de comércio e a transformação de produtos e prestação de serviços que giram em torno a elas. (Congresso da República de Colômbia, 2002).

Por outra parte, é essencial considerar que entre os elementos comuns que caracterizam a vida das mulheres rurais na América Latina e no Caribe estão a sobrecarga de trabalho, dada a divisão de trabalho entre gêneros, que elas sejam responsáveis do cuidado dos filhos, dos idosos e dos doentes; a invisibilização do trabalho que elas realizam no âmbito reprodutivo, produtor e para o consumo próprio.

O trabalho produtor realizado pelas mulheres rurais é considerado uma ajuda à casa e deveria ser reconhecido como um trabalho em si. O desafio é visibilizar o trabalho que as mulheres já realizam e os conhecimentos ligados a esse trabalho, além de ampliar as suas possibilidades de escolha sobre o que elas vão fazer e como, e a apropriação dos resultados.

Onde elas estão localizadas?

Dada a inter-relação territorial, é necessária uma visão longitudinal que acompanha o ciclo de vida das mulheres e suas gerações. Existem etapas em que migram para as cidades ou até para outros países, porém não perdem o laço com o interior, por exemplo investindo recursos monetários na unidade de produção onde esperam voltar quando seja possível. Também há, com o passo das gerações, filhas e netas de agricultores jovens que desejam voltar para o interior.

Assim também as novas dinâmicas de conformação dos territórios obrigam a revisão da relação cada vez mais interdependente entre o que consideramos rural e urbano, especificamente dos laços que são estabelecidos pela localização da moradia, o lugar e o alvo do trabalho.

A conformação de territórios rururbanos e as práticas de agricultura urbana são exemplos concretos dessas dinâmicas. Os territórios rururbanos são espaços perto das cidades com atividades agropecuárias de tipo industrial, com atividades terciárias como serviços de hospedagem, descanso e recreação, e com a presença de bairros e condomínios com pessoas de origem urbana com maior poder de compra que valoram muito as condições ambientais rurais e levam todos os serviços públicos aos que possam ter acesso em uma cidade.

Pela sua parte, a agricultura urbana é uma prática que tem origem na migração da população camponesa para a cidade por diferentes motivos. Essa população leva às grandes urbes os seus conhecimentos sobre atividades agrícolas. Hoje em dia, essa prática está amplamente difundida na população, para o consumo próprio e também devido à necessidade de produzir alimentos saudáveis, melhorar a segurança alimentar. Esse método de produção tem como característica o uso de espaços reduzidos e o aproveitamento simultâneo de materiais de reuso e reciclagem disponíveis no lar (Jardim Botânico de Medellín, 2013).

É importante considerar que esses novos territórios e práticas de produção, com a ampla participação de mulheres, ficam fora dos lineamentos da política pública frequentemente; porém, definem padrões culturais como a preservação

da cultura camponesa nas cidades e a inclusão de hábitos de vida urbanos no interior.

Que fatores afetam a mulher rural?

A partir do análise da sua interação social, as mulheres rurais para o caso colombiano (caso que pode ser aplicado a muitos países), sofrem e sofreram historicamente de uma discriminação estrutural, por serem rurais e por serem mulheres. Em alguns casos convergem adicionalmente com uma terceira discriminação ligada com pertencer a um grupo étnico e uma quarta por ser vítimas do conflito armado. Por isso é possível que elas enfrentem, simultaneamente, até uma discriminação quádrupla. (PNUD, 2011, pg. 15)

A primeira discriminação está relacionada com a sua condição de habitante rural – uma situação que afeta as mulheres e os homens do interior de forma igual. Existe uma profunda brecha em relação ao acesso a bens e serviços sociais com respeito às possibilidades dos habitantes de zonas urbanas na áreas de saúde, educação, água potável, saneamento básico, eletrificação, vias de comunicação, áreas recreativas, serviços de cuidado, acesso á ferramentas tecnológicas, acesso á justiça, entre outros.

O fato de serem mulheres constitui outro tipo de discriminação, o tratamento histórico, cultural e socioeconômico que elas recebem é uma desvantagem comparado com os homens do interior. Isso significa maiores índices de pobreza, formas de participação limitadas, rendas inferiores, menores possibilidades de inserção ao mercado de trabalho e ao sistema de educação, barreiras no acesso á justiça, oportunidades de participação em programas de adjudicação e formalização de terras reduzidas: em geral persistem condições que limitam a sua autonomia e a construção da sua cidadania. A brecha entre gêneros é mais pronunciada ainda no interior do que nas cidades.

Um terceiro cenário de discriminação tem a ver com características étnicas e raciais, um fator determinante com respeito às condições de vida, oportunidades e inserção social às esferas políticas, econômicas e culturais das mulheres afrodescendentes, indígenas e do povo Rom.

Finalmente agregamos o fato de que certos fenômenos violentos como a expulsão, a violência sexual e o recrutamento tem um impacto diferenciado e desproporcional nas mulheres rurais.

Não devemos esquecer as jovens

Segundo a FAO (2017) entre os jovens de 15 a 29 anos existem altos índices de migração á cidade, principalmente de mulheres entre 15 e 29 anos. Os jovens que continuam morando no interior aumentaram a sua educação formal e o

contato com as tecnologias informáticas, fato que pode ajudar a mudar as suas expectativas ante a vida.

A FAO (2017) também indica que na América Latina e no Caribe 51,3% das jovens e 29,9% dos jovens que trabalham no setor agrícola não recebem pagamento. Os jovens assalariados, assim como os adultos, tem salários menores, expedientes mais longos e condições mais duras de trabalho. As jovens tendem a trabalhar mais horas em total, e menos horas renumeradas. Seu papel no trabalho doméstico significa que é alta a proporção entre aquelas que nem estudam nem trabalham, já que o trabalho doméstico não é considerado uma atividade econômica nas estatísticas oficiais (Nobre e Hora, 2017).

Não dispor de renda própria faz com que as jovens mantenham uma forte dependência do pai ou do companheiro, o que leva muitas vezes a situações de controle ou abuse de poder que terminam em casos de violência.

Uma pesquisa sobre a juventude rural e emprego decente na América Latina (FAO, 2016) mostra que “as jovens que trabalham no lar são um dos grupos mais vulneráveis á pobreza, dado que elas não tem trabalho renumerado, nem estudam, nem são reconhecidas pela sua contribuição ao lar, não tem muitas perspectivas de crescimento pessoal, nem de participar em organizações sociais ou passatempos lúdicos.” Essas condições também restringem a sua capacidade aquisitiva de fatores de produção como a terra, mão de obra, capital de trabalho. Por tanto a sua participação em atividades de produção é muito baixa e isso é uma grande motivação para abandonar o interior.

Agora sim: formulemos políticas

Para dispor das variáveis já mencionadas, em uma tentativa de definir a mulher rural com referencia a o que elas fazem, onde elas estão, que fatores a afetam e as condições particulares das jovens rurais, é preciso que os governos realizem maiores investimentos para preencher os vazios de dados e dar seguimento aos avanços na implementação de ações de política.

Reunir dados supõe um grande desafio na hora de medir as normas sociais discriminatórias para as mulheres rurais, dado principalmente uma percepção amplamente difundida de que as normas sociais não podem ser quantificadas. Uma boa ferramenta que os Estados deveríamos usar é o Índice de Instituições Sociais e Gênero (SIGI) da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) que mostra que as leis formais e informais, as normas e praticas sociais que restringem o acesso das mulheres e das meninas aos recursos e oportunidades de empoderamento, definidos como instituições sociais discriminatórias, pioram as disparidades de gênero no setor agropecuário (Ramos 2018).

A traves da medição das leis (formais e informais), as atitudes, as normas e as praticas discriminatórias de todas as regiões de um país podemos ver não só os efeitos da discriminação de gênero, pobreza e marginalização das mulheres,

senão também como essa discriminação interage com uma variedade de fatores, assim como as diferenças rurais-urbanas ou níveis de educação.

Consequentemente, com a informação juntada é necessário fazer uma avaliação nacional e territorial da oferta disponível das instituições para a mulher rural e a capacidade institucional de adequar essa oferta, assim como a necessidade de implementar novos programas ou ampliar os existentes.

Com o fim de harmonizar as ofertas institucionais com a realidade da mulher rural é imperante fomentar a participação das organizações de mulheres rurais no seguimento, ajuste e na criação de programas de desenvolvimento rural dirigidos às mulheres.

Finalmente, propor que na designação de recursos do governo central aos governos territoriais, um dos critérios seja a igualdade de oportunidades para mulheres rurais e incluir uma porcentagem do investimento na infraestrutura social. Isso asseguraria um nível alto de implementação das políticas públicas para as mulheres rurais.

Bibliografia

Congreso de la República de Colombia. (2002). Ley de Mujer Rural. Ley 731 de 2002. Bogota, Colombia: Congreso de la República de Colombia.

Jardín Botánico de Medellín. (2013). Jardín Botánico de Medellín. Recuperado el 09 de 04 de 2019, de <https://www.botanicomedellin.org/servicios/educacion-y-cultura/agricultura-urbana>

Nobre, M., & Hora, K. (2017). Atlas de las Mujeres Rurales de América Latina y el Caribe: Al Tiempo de la Vida, Los Hechos. Santiago de Chile: FAO.

PNUD. (2011). Mujeres Rurales Gestoras de Esperanza. Bogotá: PNUD.

Ramos, G. (2018). Mujeres rurales: haciendo visible lo invisible. En IICA, “Luchadoras Mujeres rurales en el mundo: 28 voces autorizadas”. IICA.



Mulheres rurais: tornando visível o invisível

As mulheres das comunidades rurais continuam a ser um dos grupos mais marginalizados

*Gabriela Ramos**

A lcançar a igualdade de gênero nunca teve uma prioridade tão alta na agenda política. Nos fóruns internacionais, a ênfase é muitas vezes colocada na obtenção da igualdade em termos de salários, acesso a oportunidades no mercado de trabalho ou representação nos parlamentos, conselhos e governo. Grande parte desse trabalho decisivo está em focar nas mulheres em contextos urbanos; além disso, é prestada pouca atenção às mulheres das comunidades rurais, **as quais continuam sendo um dos grupos mais marginalizados da sociedade.**

As mulheres rurais enfrentam numerosos obstáculos que limitam suas oportunidades sociais e econômicas: carência de direitos à terra, à infraestrutura e a serviços básicos, acesso restrito ao trabalho decente e à proteção social e exclusão dos processos de tomada de decisões e postos de direção.

Empoderar essas mulheres é essencial para o desenvolvimento rural, a agricultura sustentável, a segurança alimentar e a melhoria da nutrição. Com efeito, o acesso das pessoas aos alimentos depende, em grande parte, do duplo trabalho que as mulheres rurais desempenham como produtoras e cuidadoras.

* Chefe de Gabinete da OCDE, Sherpa junto ao G7 e G20 e Conselheira Especial do Secretário Geral Paris, França



Em países membros e não membros da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) as mulheres rurais são particularmente vulneráveis à discriminação de gênero nas normas sociais. Certamente, as populações rurais têm menores probabilidades do que as urbanas de conhecer os direitos e as prerrogativas das mulheres. De acordo com várias pesquisas, nos meios rurais, homens e mulheres são mais propensos a obedecer normas e práticas de costumes, as quais geralmente são mais discriminatórias do que as estruturas legais reguladoras. Infelizmente, as normas e as práticas consuetudinárias de 102 países, ou seja, de mais da metade dos países do mundo, ainda negam às mulheres os mesmos direitos de acesso à terra que os homens. Além disso, as estruturas jurídicas contra a discriminação têm se mostrado insuficientes para proteger, em sua totalidade, os direitos das mulheres aos recursos e aos bens devido a opiniões e práticas discriminatórias.”

Nos países em desenvolvimento, as mulheres representam em média 43% da mão de obra agrícola dedicada aos cultivos, à criação de gado e à piscicultura, entre outras atividades e 65% dos trabalhadores familiares não remunerados¹.

Em 2018, a Comissão da Condição Jurídica e Social da Mulher das Nações Unidas reconheceu a importância de assegurar os direitos sobre a terra das mulheres, garantindo a igualdade de oportunidades econômicas e empoderando as mulheres rurais para atender à Agenda 2030². Nos países em desenvolvimento, oferecer acesso igualitário a essas mulheres aos recursos produtivos poderia aumentar a produção de suas propriedades rurais de 20% para 30%. Não obstante, para evitar que sejam ignoradas ou excluídas, devemos compreender as diversas facetas do problema.

O problema

As mulheres rurais continuam sofrendo as consequências de um acesso limitado a serviços de creche, capacitação, transporte

- 1 FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação, Itália). 2011. El estado mundial de la agricultura y la alimentación 2010–11: las mujeres en la agricultura, cerrar la brecha de género en aras del desarrollo (on-line). Roma. Disponível em <http://www.fao.org/3/a-i2050s.pdf>.
- 2 ECOSOC (Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, Estados Unidos da América). 2018. Desafios y oportunidades en el logro de la igualdad entre los géneros y el empoderamiento de las mujeres y las niñas rurales (on-line). Disponível em <http://undocs.org/sp/E/CN.6/2018/L.8>.

e serviços médicos e culturais, além de enfrentar uma grande escassez de oportunidades trabalhistas. O afastamento dos centros, dos serviços e dos dados sanitários e de profissionais de saúde qualificados representa um obstáculo significativo para as mulheres e meninas rurais. Nos países menos desenvolvidos, uma mulher rural tem uma probabilidade 38% menor do que uma urbana de dar à luz com a assistência de um profissional da saúde capacitado³.

Além disso, tendem a dispor de menor acesso aos meios de produção (terra, água e semente, entre outros) e a insumos agrícolas, bem como escasso acesso aos sistemas de proteção social. As mulheres têm menores probabilidades de possuir terras: devido a dificuldades de natureza cultural e legal, apenas 20% dos latifundiários são mulheres. Na América Latina e no Caribe (ALC), por exemplo, essas constituem menos de um terço dos agricultores: 8% na Guatemala e Belize, 30% na Jamaica e 31% no Peru⁴.

Neste sentido, a educação é outro fator importante e, embora tenha avançado significativamente, as meninas das zonas rurais apresentam o dobro de possibilidades de deixar a escola do que as das cidades. Somente 39% das meninas rurais frequentam o ensino médio, em comparação com 45% de meninos rurais e 59% das meninas que vivem em zonas urbanas⁵. Além disso, as meninas rurais se acham em desvantagem frente aos meninos rurais em termos de nível educacional.

As mulheres rurais têm menos autonomia, voz, intervenção e poder de decisão em seu grupo familiar, bem como menores possibilidades do que os homens de ser eleitas como representantes na maioria de conselhos rurais⁶. Na Nicarágua, por exemplo, existem poucos casos de mulheres viúvas ou síndicas, ou seja, ocupando postos chave com poder sobre as terras comunais.

Obstáculos sociais, culturais e jurídicos

O Índice de Gênero e Instituições Sociais (SIGI)⁷ da OCDE mostra que as leis formais e informais, bem como as normas e práticas sociais que restringem o acesso das mulheres e meninas a recursos e oportunidades de empoderamento,

3 *Ibid.*

4 Centro de Desenvolvimento da OCDE (França). 2017. Latin America and the Caribbean: SIGI regional report (on-line). Paris, OCDE. Disponível em http://www.oecd.org/dev/development-gender/Brochure_SIGI_LAC_web.pdf.

5 ONU (Organização das Nações Unidas, Estados Unidos da América). 2010. Objetivos de desarrollo del milenio: informe 2010 (on-line). Nova York. Disponível em http://www.un.org/es/millenniumgoals/pdf/MDG_Report_2010_SP.pdf.

6 Mairena, E; Lorio, G; Hernández, X; Wilson, C; Müller, P; Larson, AM. 2012. Gender and forests in Nicaragua's indigenous territories: from national policy to local practice (on-line). Bogor, Indonésia, CIFOR. Disponível em http://webdoc.sub.gwdg.de/ebook/serien/yo/CIFOR_WP/WP95.pdf.

7 O SIGI, da OCDE, é uma medição efetuada entre países sobre a discriminação de gênero nas instituições sociais.

definidas como instituições sociais discriminatórias⁸, pioram as disparidades de gênero no setor agropecuário⁹.

Em países membros e não membros da OCDE as mulheres rurais são particularmente vulneráveis à discriminação de gênero nas normas sociais. Certamente, as populações rurais têm menores probabilidades do que as urbanas de conhecer os direitos e as prerrogativas¹⁰ das mulheres¹³. De acordo com várias pesquisas, nos meios rurais, homens e mulheres são mais propensos a obedecer normas e práticas de costumes, as quais geralmente são mais discriminatórias do que as estruturas legais reguladoras. Infelizmente, as normas e as práticas consuetudinárias de 102 países, ou seja, de mais da metade dos países do mundo, ainda negam às mulheres os mesmos direitos de acesso à terra que os homens¹¹. Além disso, as estruturas jurídicas contra a discriminação têm se mostrado insuficientes para proteger, em sua totalidade, os direitos das mulheres aos recursos e aos bens devido a opiniões e práticas discriminatórias.

Nas normas sociais discriminatórias ditadas no âmbito familiar as mulheres são designadas como as principais cuidadoras, deixando-as com uma divisão desigual do trabalho e uma maior proporção de trabalho de cuidados não remunerado. Isso as obriga a conciliar suas responsabilidades domésticas com o trabalho no campo, frequentemente em detrimento de sua produtividade¹². Portanto, as mulheres rurais costumam dedicar mais tempo a atividades domésticas e reprodutivas do que as urbanas, inclusive o tempo empregado na coleta de água e combustível, como resultado da falta de infraestrutura básica e de serviços públicos.

Por causa das normas sociais em que o trabalho de cuidados não remunerado é considerado como uma prerrogativa feminina, mulheres de diversas regiões, classes socioeconômicas e culturas destinam em média de três a seis horas à realização de atividades de cuidados não remuneradas, enquanto que os homens investem nelas só entre meia hora e duas horas¹³. As mulheres rurais da ALC dedicam dez horas adicionais ao trabalho de cuidados e às responsabilidades domésticas, em relação às mulheres das cidades e o triplo do tempo em relação aos homens rurais. Isso também faz que tenham menos mobilidade e que dependam mais de seu entorno imediato, o que as torna particularmente vulneráveis aos efeitos da mudança do clima na agricultura. Além disso, costumam ser as primeiras a “absorver as perturbações” das crises alimentares.

8 Centro de Desenvolvimento da OCDE (França). 2014. Social institutions and gender index: 2014 synthesis report (on-line). Paris, OCDE. Disponível em <https://www.genderindex.org/wp-content/uploads/files/docs/BrochureSIGI2015.pdf>.

9 Jütting, J; Morrison, C. 2009. Women, bad jobs, rural areas: what can “SIGI” tell us? Paris, França, Centro de Desenvolvimento da OCDE.

10 OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico, França). 2018. OECD rural policy reviews: Poland 2018. Paris, OECD Publishing.

11 OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico, França). 2014.

12 Banco Mundial. 2017.

13 Ferrant G; Pesando, LM; Nowacka, K. 2014. Unpaid care work: the missing link in the analysis of gender gaps in labour outcomes (on-line). Paris, França, Centro de Desenvolvimento da OCDE. Disponível em https://www.oecd.org/dev/development-gender/Unpaid_care_work.pdf.

Como tornar visível ou invisível: soluções

O trabalho realizado pela OCDE em diversas frentes para abordar essas desigualdades e empoderar as mulheres rurais se estrutura em torno de quatro pilares.

Primeiro, devem ser empreendidas reformas jurídicas e formular políticas com perspectiva de gênero para proteger os direitos das mulheres rurais e promover a igualdade de gênero, atendendo ao solicitado no indicador 5.1.1. dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)¹⁴. Em particular, harmonizar as leis consuetudinárias com as leis nacionais, em conformidade com os compromissos internacionais sobre direitos humanos, melhoraria consideravelmente os direitos das mulheres sobre as terras. Inclusive onde a lei garante esses direitos, as práticas e os costumes discriminatórios restringem sua capacidade para possuir, controlar, herdar e administrar terras e para tomar decisões sobre elas. As reformas jurídicas devem ser acompanhadas de intervenções de longo prazo, como campanhas de conscientização e diálogos comunitários, que assegurem a total aceitação da harmonização entre as leis consuetudinárias e estatutárias. A isso se devem somar programas de conhecimento legal que ajudem às mulheres e a suas famílias e comunidades a conhecer seus direitos de propriedade. Entre os instrumentos jurídicos eficazes de proteção aos direitos das mulheres sobre a terra, estão a concessão de títulos conjuntos de propriedade e de iguais direitos sucessórios, o reconhecimento das mulheres chefes de família e a melhoria da capacidade das mulheres para ter acesso à tecnologia e a outros insumos agrícolas.

Em termos das políticas que levam em consideração as questões de gênero, é importante garantir o acesso das mulheres aos serviços básicos, em especial aos de educação e saúde, mediante a melhoria das disposições e a provisão de uma infraestrutura e de uma conectividade adequadas. De fato, todas as políticas devem olhar através da perspectiva de gênero. A OCDE promove a elaboração de orçamentos com enfoque de gênero como uma forma eficaz para que governos e autoridades locais possam fomentar a igualdade no processo orçamentário. Levar em consideração o empoderamento das mulheres no planejamento dos orçamentos pode ajudar os formuladores de políticas a abordar diversas desigualdades de gênero que estão arraigadas nas políticas públicas e na alocação de recursos.

Segundo, é essencial desafiar as normas e as práticas sociais discriminatórias. De um lado, isso supõe assegurar a implementação de reformas jurídicas que promovam os direitos das mulheres rurais e reduzam a discriminação atual. Isso acarreta o desenvolvimento e a execução de programas que abordem o trabalho de cuidados não remunerado realizado pelas mulheres, de acordo com a meta 5.4 do ODS nº. 5, pela provisão de infraestrutura, serviços públicos, programas de proteção social e campanhas em apoio à redistribuição equitativa das

14 Indicador 5.1.1. dos ODS: Se existem ou não estruturas jurídicas para promover, aplicar e monitorar os princípios de igualdade e não discriminação com base no sexo.

responsabilidades domésticas. Além disso, devem ser eliminados os estereótipos e as percepções “tradicionais” sobre as mulheres que impedem alcançar uma divisão mais equitativa das tarefas domésticas, que impossibilitam sua incorporação ao mercado de trabalho formal e que evitam que as meninas continuem estudando. Os estereótipos de gênero podem ser eliminados pela educação, por exemplo, examinando os livros didáticos para assegurar que são neutros quanto ao gênero ou pela promoção de modelos de papéis que as meninas rurais possam seguir. No México, a OCDE trabalhou juntamente com a Secretaria de Educação Pública para estabelecer a NiñaSTEM Pueden¹⁵, uma iniciativa cujo objetivo é motivar as meninas de idade escolar para que curssem matérias de ciências, tecnologia, engenharia e matemáticas (STEM), apresentando-as a modelos de papéis femininos mexicanos que se mostraram bem-sucedidos nesses campos.

Terceiro, é necessário aumentar a participação das mulheres rurais no mercado de trabalho, uma vez que isso se mostra essencial para a sustentabilidade de muitas comunidades rurais dos países membros da OCDE. Cerca de 6% da população dessas nações vive em regiões rurais afastadas, o que contrasta com os 20% que habitam as zonas rurais próximas às cidades. Nas regiões rurais remotas, os obstáculos demográficos são significativos, pois essas zonas enfrentam o duplo desafio do envelhecimento da população e do declive demográfico. As tendências dessa população não serão invertidas a menos que as mulheres se integrem melhor a seus mercados de trabalho, o que poderia envolver não só o setor agropecuário, mas também outros setores. Para isso, são necessárias políticas eficazes, o que inclui programas específicos de empreendedorismo feminino ou o estabelecimento de cooperativas, que muitas vezes oferecem trabalho a mulheres desempregadas. Também é essencial dispor de mais políticas favoráveis para a família e de educação e planejamento familiar, bem como realizar investimentos em serviços de saúde, infraestrutura e ensino secundário.

Por último, mas não menos importante, devem ser realizados maiores investimentos para preencher os vazios de dados e dar seguimento aos avanços. Reunir dados representa um grande desafio no momento de medir as normas sociais discriminatórias para as mulheres rurais, sobretudo devido a uma percepção amplamente divulgada de que as normas sociais não são quantificáveis. No entanto, segundo o SIGI da OCDE, é possível medir essas normas e dar seguimento aos avanços nos esforços para atacar as causas da desigualdade em todas as regiões, independentemente de seu nível de desenvolvimento. Esse índice pode ajudar a medir os motivadores subjacentes da desigualdade de gênero; além disso, os estudos sobre os países contemplados pelo SIGI oferecem aos formuladores de políticas e aos profissionais do desenvolvimento dados essenciais sobre as instituições sociais discriminatórias de todos os países. Pela medição das leis (formais e informais), das atitudes, das normas e das práticas discriminatórias de todas as regiões de um país, não apenas se destacam os efeitos

15 http://ninastem.aprende.sep.gob.mx/en/demo/home_.

da discriminação nas desigualdades de gênero, na pobreza e na marginalização das mulheres, mas também se mostra como a discriminação contra elas interage com diversos fatores, como as diferenças rurais/urbanas ou os níveis de educação.

Não obstante, o principal desafio por enfrentar é que a coleta dos dados nos países se mostra muito irregular para que seja significativa em termos de uma média global. A maioria dos dados proporciona médias nacionais que ocultam as disparidades rurais-urbanas entre as mulheres. Os países devem ter estatísticas discriminadas por gênero em todas as zonas que incorporem as dimensões de gênero nas pesquisas socioeconômicas. A aplicação de pesquisas mais específicas é fundamental para dar seguimento às mudanças e elaborar políticas apropriadas para as mulheres rurais e as agricultoras.

As mulheres rurais constituem o motor das comunidades rurais, uma vez que mantêm seus lares em funcionamento, enquanto desempenham um papel primordial na força de trabalho rural. No entanto, por muito tempo foram invisíveis e, com frequência, suas necessidades têm sido negligenciadas. Devemos elaborar e desenvolver as políticas inclusivas quanto ao gênero necessárias para empoderá-las mediante capacidades, empregos de qualidade, serviços de creche, boa saúde e um maior bem-estar. Além disso, como elas costumam se encontrar no ponto mais baixo da distribuição de receitas, apoiar seu desenvolvimento apoiaria também a vida das famílias que as acompanham. Desse modo, as mulheres não só determinarão seu próprio destino, mas também contribuirão para que as sociedades rurais sejam mais inclusivas, sustentáveis e dinâmicas.



Imaginemos o futuro: as mulheres rurais na América Latina e no Caribe

A tecnologia inovadora deve ser combinada com a inclusão total das mulheres e meninas, demandando a inclusão digital e financeira

*Katie Taylor**

Encontramo-nos em um ponto de inflexão quanto ao futuro da América Latina e do Caribe: as tecnologias avançam com rapidez e convergem, rompendo paradigmas tradicionais e modelos operacionais. Colocar às mulheres e as meninas no centro dessa transformação oferece enormes oportunidades para o desenvolvimento rural no futuro.

Avancemos até 2030, para um possível futuro. *Amoxtli Santos¹, mãe de três filhos, é uma bioempreendedora. Conforme o sol da manhã ilumina lentamente sua casa com um caloroso resplendor laranja, ela consulta seu telefone. São 7:00 da manhã e os níveis de energia do parque eólico e solar da comunidade permanecem constantes, o sistema de irrigação por gotejamento está programado para os cultivos de abacate e pimentão e os sensores monitoram os frangos criados em liberdade ciscando. Tudo está sob controle. Amoxtli desperta as crianças, prepara o café da manhã e caminha com elas até a escola do povoado. No caminho, faz uma selfie em frente a sua colheita fresca e a publica em seu site. Seus molhos vendem rapidamente e os clientes podem digitalizar, com seus telefones, os códigos de barras das etiquetas para ver a propriedade rural em tempo real. Amoxtli se transformou na imagem da sua*

* Diretora
Executiva da
Fundação
Pan-Americana de
Desenvolvimento
(PADF)



As mulheres desempenham uma função fundamental na produção agrícola e rural; não obstante, enfrentam um profundo hiato digital que agrava seu problema de acesso ao financiamento, a informações e a recursos. A completa inclusão das mulheres e das meninas deve eliminar esses vazios de maneira prática e rápida, se quisermos alcançar um substancial crescimento do desenvolvimento rural nos próximos dez anos.”

marca, promovendo seu enfoque ecológico e a comestibilidade de seus produtos.

Depois de cumprimentar os professores, ela e diversos pais de família assistem a uma aula on-line de ecoturismo, pois a comunidade deseja capitalizar sua cultura ancestral e o campo. Enquanto Amoxtli espera abrir uma pousada², seus vizinhos desejam ampliar seu restaurante por inovações culinárias empregando ingredientes nativos.

O que é necessário para tornar esse futuro uma realidade para os 18 milhões de meninas de menos de quatorze anos que

vivem em nossa região? Como podemos empoderar as quase 60 milhões de mulheres que habitam as zonas rurais? Duas coisas são necessárias: 1) impulsionar o desenvolvimento das comunidades rurais pela inovação na agricultura e no ecoturismo e 2) incluir de maneira radical as mulheres como líderes e tomadoras de decisões com respeito a seus próprios destinos.

Na região, 56% dos quase dois milhões de crianças que não frequentam a escola são meninas³. As mulheres trabalhadoras ganham de 49 a 68 centavos por cada dólar que os homens recebem⁴. Conforme a região se urbaniza, a o despovoamento das zonas rurais se associa a muitos aspectos negativos — falta de educação, emprego e oportunidades. No entanto, os avanços tecnológicos podem melhorar as condições de vida e de trabalho das comunidades rurais⁵. O uso de celulares, a Internet, a radiodifusão, as redes de sensores e o armazenamento e análise de dados pode favorecer as empresas rurais climaticamente inteligentes. A tecnologia pode melhorar o acesso aos preços de mercado e aos serviços bancários, o intercâmbio de boas práticas e o controle e monitoramento dos cultivos.

Nos últimos 10.000 anos, durante boa parte dos quais a civilização era rural e fundamentalmente agrícola, a região desenvolveu ricas tradições culturais e conhecimentos ancestrais profundos. Atualmente os sistemas agroalimentares mudam com rapidez, assim as modernas cadeias de valor agrícola costumam oferecer melhores salários e oportunidades de empreendedorismo do que a agricultura tradicional⁶ (iniciativa *Soil to Supper*). Os governos devem trabalhar com o setor privado na identificação das principais limitações ao desenvolvimento das cadeias de valor agrícola, na adoção de políticas e regulamentos aplicáveis e na realização de reformas nas instituições pertinentes para abordar esses limites. Para que as mulheres possam aproveitar essas oportunidades, elas devem ter acesso às contribuições e serviços correspondentes, aos mercados e informações

sobre preços e normas, bem como possuir as mesmas liberdades e poder de tomada de decisões que os homens intermediários de mercado têm.

Existem cinco indicadores chave⁷ de como se deve impulsionar o desenvolvimento das comunidades rurais pela tecnologia e a inovação: serviço de banda larga; capacitação dos empregados em conhecimentos sobre informática, incluindo todos os membros da comunidade; apoio à inovação; e promoção da comunidade no mundo. Os consumidores globais estão cada vez mais conscientes sobre como e onde obter seus alimentos e sobre como viajar. As comunidades que investem em sua conexão com o mundo podem ter acesso à informação e aos recursos, bem como para promover suas vantagens mais convincentemente — beleza natural, respeito pela tradição e pela cultura e maior consciência sobre o valor da comunidade.

Nas últimas décadas, o turismo foi um dos setores mais dinâmicos no âmbito mundial⁸. Parte do crescimento do turismo rural se baseia em “formas de vida e culturas mais antigas que respondem à busca por autenticidade dos turistas pós-modernos”⁹ e as mulheres têm um papel fundamental na preservação e na transmissão dessa cultura e dessas tradições. Os ritmos sazonais da agricultura e da vida rural incorporados a práticas que respeitam o meio ambiente podem ser promovidos para agregar valor.

Os governos desempenham um papel essencial na identificação e promoção de investimentos nas comunidades rurais. Eles podem apoiar e financiar o desenvolvimento da infraestrutura digital, capacitação a distância e educação CTIM¹⁰. Eles podem fomentar o estabelecimento de parcerias público-privadas para criar grupos virtuais de excelência, incentivar a geração de emprego ou contribuir para que os empresários se coloquem em contato com os investidores de forma presencial ou on-line.

Não obstante, a tecnologia inovadora é só uma parte dessa equação. Isso deve ser combinado com a inclusão total das mulheres e meninas, o que requer a inclusão digital e financeira, bem como a igualdade de acesso à informação e a recursos.

De acordo com diversos estudos, as mulheres que ganham dinheiro são mais propensas do que os homens a investir em alimentos para suas famílias ou na educação de seus filhos. Portanto, elas constituem o motor do desenvolvimento sustentável das comunidades. Nos países em desenvolvimento, as mulheres são as responsáveis por 60% a 80% da produção de alimentos, portanto, seu acesso à posse de terras e ao financiamento, entre outros, poderia aumentar a produção agrícola e a segurança alimentar¹¹.

Foi demonstrado que os direitos da mulher sobre a terra reduzem a violência doméstica e lhes permitem terminar relações violentas de forma mais adequada. Atualmente as mulheres rurais enfrentam muitos obstáculos para alcançar todo o seu potencial. Concretizar a sua participação proativa poderia gerar significativos benefícios econômicos e sociais¹².

As mulheres desempenham uma função fundamental na produção agrícola e rural; não obstante, enfrentam um profundo hiato digital que agrava seu problema de acesso ao financiamento, a informações e a recursos. A completa inclusão das mulheres e das meninas deve eliminar esses vazios de maneira prática e rápida, se quisermos alcançar um substancial crescimento do desenvolvimento rural nos próximos dez anos.

A hiato digital pode ser considerável. Nas zonas rurais do Brasil, o hiato de gênero em relação à propriedade de telefones móveis é de 15%, enquanto que a relacionada ao uso da Internet móvel aumenta significativamente para 32%. Na Guatemala, esses hiatos são de 8% e 13%, respectivamente¹³.

A tecnologia pode contribuir para a inclusão financeira das mulheres por menores custos de transação, acesso a capital, maior segurança e conveniência em termos de economias e menor necessidade de viajar longas distâncias¹⁴. Agricultores de Malawi a quem foram oferecidos depósitos eletrônicos diretos para cultivos comerciais experimentaram um aumento de 21% no valor de suas colheitas¹⁵. Facilitar o acesso a pagamentos digitais oferece às mulheres ferramentas seguras para ter um maior controle das finanças familiares, reduz a necessidade de intermediários e melhora as oportunidades econômicas¹⁶.

No entanto, a América Latina ainda está atrasada quanto a serviços de dinheiro móveis. Dos 480 milhões de adultos que vivem na região, só quinze milhões são usuários registrados desses serviços (apenas 3% de penetração no mercado)¹⁷. Embora as remessas cumpram uma função fundamental acerca das receitas de muitos dos países latino-americanos, barreiras como sistemas de pagamentos obsoletos, a falta de interoperabilidade e o âmbito regulador aumentam os custos e impedem o uso das novas plataformas de telefonia móvel para serviços de remessas¹⁸. Os governos cumprem a função essencial de facilitar soluções de políticas e financiamentos que promovam o crescimento, a equidade e a redução da pobreza¹⁹.

A Fundação BBVA oferece perspectivas interessantes. Mais de um milhão de usuárias têm ativos, vendas e créditos de 20% a 30% inferiores aos dos homens; não obstante, crescem mais rapidamente e representam 80% dos empresários da Fundação que saíram pobreza desde 2015. Elas constituem a melhor prova de que as mulheres só precisam uma oportunidade para prosperar²⁰.

Quais outros obstáculos impedem a inclusão das mulheres e meninas? Um é a carência dos sistemas governamentais de identificação adequados necessários inicialmente para abrir uma conta bancária. A biometria e a cadeia de blocos (*blockchain*), entre outras tecnologias, oferecem uma solução de autenticação simples, segura e conveniente para reduzir o hiato em termos de inclusão financeira. Por exemplo, a autenticação por impressão digital ou o reconhecimento de íris poderiam vincular de forma direta uma pessoa ao seu cartão bancário, sem a necessidade de apresentar um cartão de identificação oficial tradicional. O Programa Mundial de Alimentos foi especialmente inovador no uso de novas tecnologias para vincular a assistência aos clientes pela biometria e outras inovações²¹.

As mulheres e as meninas podem e devem desempenhar um papel essencial no aproveitamento do potencial de nossa região. Sonhemos e trabalhem para lhes proporcionar a tecnologia, o acesso e os recursos que requerem para alcançá-lo. Reavivemos o entusiasmo nas zonas rurais e na atividade agrícola. Aproveitemos o potencial do ecoturismo e da inovação. Fomentemos com brio um enfoque transformativo de gênero, no qual as mulheres e as meninas SERÃO o futuro.

- 1 Esse nome e essa personagem são fictícios. Sua semelhança com pessoas reais ou imaginárias é mera coincidência.
- 2 Old Moore's Almanac. 2019. The farmer of 2030: big changes are on the way (on-line). Dublin, Irlanda. Disponível em <https://oldmooresalmanac.com/the-farmer-of-2030/>.
- 3 UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, França). Regional overview: Latin America and the Caribbean (on-line). Disponível em <https://en.unesco.org/gem-report/sites/gem-report/files/laamcari.pdf>.
- 4 Baker McKenzie. 2018. Spotlight on the gender pay gap in Latin America (on-line). Illinois, Estados Unidos da América. Disponível em <https://www.bakermckenzie.com/en/insight/publications/2018/06/spotlight-on-the-gender-pay-gap-in-latin-america>.
- 5 A tecnologia pode ajudar a região a capitalizar seu potencial como celeiro do mundo e motor de um turismo que respeita o meio ambiente.
- 6 Khary, M. 2017. How to reverse the interest of youth and women in migration or rural exodus toward agriculture and rural entrepreneurship? (on-line). Expert Group Meeting Challenges and Opportunities in Achieving Gender Equality and the Empowerment of Rural Women and Girls (1, 2017, Roma, Itália). Roma, Itália. Disponível em <https://www.ngocsw.org/wp-content/uploads/2017/10/How-to-reverse-the-interest-of-youth-and-women-in-migration-or-rural-exodus-toward-agriculture-and-rural-entrepreneurship.pdf>.
- 7 Robert Bell, cofundador do Fórum de Comunidades Inteligentes (ICF) do projeto das Comunidades Rurais Inteligentes de Minnesota (MIRC), coletou dados essenciais sobre os cinco indicadores chave que o ICF considera fundamentais para alcançar o sucesso. Segundo sua análise, as onze comunidades examinadas alcançaram um avanço substancial, isso é, as pontuações médias melhoraram 9,49%. O relatório final do programa MIRC está disponível em https://www.intelligentcommunity.org/mirc_report.
- 8 Bogdan, I; Stoleriu, OM; Munteanu, A; Iatu, C. 2018. The impact of tourism on sustainable development of rural areas: evidence from Romania (on-line). Sustainability 10(10). Disponível em <https://www.mdpi.com/2071-1050/10/10/3529/htm>.
- 9 Bogdan, I; Stoleriu, OM; Munteanu, A; Iatu, C. 2018. The impact of tourism on sustainable development of rural areas: evidence from Romania (on-line). Sustainability 10(10). Disponível em <https://www.mdpi.com/2071-1050/10/10/3529/htm>.
- 10 Ciência, tecnologia, engenharia e matemáticas (CTIM).
- 11 Não obstante, quase nunca possuem a terra em que trabalham, nem têm segurança sobre a posse nem controle sobre a terra. SIDA (Agência Sueca Internacional de Cooperação para o Desenvolvimento). Quick guide to what and how: increasing women's access to land (on-line). Estocolmo, Suécia. Disponível em <https://www.oecd.org/dac/gender-development/47566053.pdf>.
- 12 Eliminar o hiato de gênero em termos de economia, em particular no que concerne ao acesso a recursos e uma indenização adequada, pode conduzir a um aumento na produtividade, à redução da pobreza e à promoção do crescimento econômico nacional pelo aumento dos rendimentos de 20% a 30%. Hatik, S; Moran, AM; Alexander, G. 2019. Financial inclusion through mobile technology: closing the agricultural gender gap (on-line). Winnipeg, Canadá, IISD. Disponível em <https://sdg.iisd.org/commentary/generation-2030/financial-inclusion-through-mobile-technology-closing-the-agricultural-gender-gap/>.
- 13 GSMA. (Associação GSM, Reino Unido). 2018. Connected women: The mobile gender gap report 2018 (on-line). Londres, Reino Unido, GSMA Intelligence. Disponível em https://www.gsma.com/mobileforddevelopment/wpcontent/uploads/2018/04/GSMA_The_Mobile_Gender_Gap_Report_2018_32pp_WFBv7.pdf.
- 14 Em todo o mundo, milhões de mulheres sem acesso a serviços bancários recebem salários ou pagamentos em dinheiro pela venda de produtos agrícolas, devido ao que pagam as despesas de escolaridade e os serviços públicos em dinheiro. Fletschner, D; Kenny, L. 2011. Rural women's access to financial services: credit, savings and insurance (on-line). Roma, Itália, FAO. Disponível em <http://www.fao.org/3/a-am312e.pdf>.
- 15 Better Than Cash Alliance. 2019. The benefits of digital payments (on-line). Nova York, Estados Unidos de América. Disponível em <https://www.betterthancash.org/why-digital-payments>.
- 16 No mundo, de todas as mulheres sem acesso a serviços bancários, 80 milhões recebem salários ou

- transferências em dinheiro do governo, enquanto 210 milhões recebem pagamentos em dinheiro pela venda de produtos agrícolas. 585 milhões de mulheres pagam os serviços públicos em dinheiro e 225 milhões de mulheres pagam despesas de escolaridade em dinheiro. Na Bolívia, Peru e Filipinas, as mulheres que receberam lembretes de economias específicas para o pagamento de despesas de escolaridade e moradia por mensagens de textos alcançaram um aumento de 16% em suas economias. Better Than Cash Alliance. 2019. The benefits of digital payments (on-line). Nova York, Estados Unidos de América. Disponível em <https://www.betterthancash.org/why-digital-payments>.
- 17 Medici Team. 2016. Mobile money in Latin America is a hidden goldmine (on-line). Carolina do Norte, Estados Unidos da América, Medici Global Inc. Disponível em <https://gomedici.com/mobile-money-in-latin-america-is-a-hidden-goldmine/>.
 - 18 Plaza, S. 2016. Remittances market in Latin America: will mobile money facilitate financial inclusion? (on-line). Washington, D.C., Estados Unidos da América, Banco Mundial. Disponível em <http://blogs.worldbank.org/peoplemove/remittances-market-latin-america-will-mobile-money-facilitate-financial-inclusion>.
 - 19 Conforme pesquisas efetuadas em Uganda, nas famílias agrícolas cada vez mais mulheres utilizam telefones móveis, o que gera resultados positivos em termos de produtividade e equidade. Segundo um estudo efetuado no Quênia sobre os impactos do produto de telefonia móvel M-PESA na pobreza e na igualdade de gênero, por uma plataforma segura e acessível de gestão de transações e contas, um significativo 2% do total de unidades familiares do Quênia saiu da pobreza (ODS 1.1 e 1.2) e, pelo acesso aos sistemas bancários, conseguiu-se um aumento na resiliência financeira e nas economias das mulheres. Hatik, S; Moran, AM; Alexander, G. 2019. Financial inclusion through mobile technology: closing the agricultural gender gap (on-line). Winnipeg, Canadá, IISD. Disponível em <https://sdg.iisd.org/commentary/generation-2030/financial-inclusion-through-mobile-technology-closing-the-agricultural-gender-gap/>.
 - 20 Em seu segundo ano de participação nos programas da Fundação BBVA, 37% das mulheres superaram o limiar de pobreza. Compromisso RSE. 2018. FMBBVA ayuda a empoderar a las mujeres rurales de América Latina (on-line). Barcelona, Espanha. Disponível em <https://www.compromisorse.com/rse/2018/03/19/fmbbva-ayuda-a-empoderar-a-las-mujeres-rurales-de-america-latina/>.
 - 21 Technology Facilitation Mechanism. 2019. SCOPE: WFP's Beneficiary and Management System (on-line). Disponível em <http://stisolutions4sdgs.globalinnovationexchange.org/innovations/scope-wfps-beneficiary-and-management-system>.

2

Dados que gritam a realidade

**Reunião do Movimento Sem Terra
(MST), antes de uma ocupação**

Paraná, Brasil

1996

©Sebastião Salgado



Pobreza e inserção produtiva das mulheres rurais

As mulheres minifundiárias
requerem incentivos para que
sejam líderes nos processos de
concentração de terras

*Josette Altmann Borbón**

*Ana Isabel García Quesada***

Há um amplo consenso na região sobre o papel crucial desempenhado pelas mulheres no desenvolvimento dos territórios rurais da América Latina e do Caribe (ALC). Além de participar do processo produtivo, elas asseguram a estabilidade e a sobrevivência de suas famílias. De fato, estima-se que quase a metade dos alimentos consumidos pelas famílias rurais é gerada diretamente pelas mulheres. Esse reconhecimento de sua liderança ocorre ao mesmo tempo em que, de maneira progressiva, se torna evidente a diversidade caracterizada pelo universo das mulheres rurais e que “se manifesta seja pela forma de vida, com mulheres de todas as gerações que habitam campos, florestas, selvas e áreas próximas a cursos das águas; seja pela organização social, com camponesas, indígenas e afrodescendentes. A diversidade também se apresenta nas atividades desenvolvidas pelas mulheres: elas são agricultoras, coletoras, pescadoras ou assalariadas e também atuam em atividades não agrícolas fora do mundo rural” (Nobre e outras/FAO, 2017). A esses fatores diferenciais somam-se também, nas últimas décadas, a presença de mulheres nos âmbitos profissionais de entidades de alta produtividade que atuam no desenvolvimento agropecuário, bem como em diversos espaços de tomada de decisões, embora tal presença ainda seja reduzida.

* Secretaria Geral da
Faculdade Latino-
Americana de
Ciências Sociais
(FLACSO)

** Consultora
internacional
especialista em
políticas sociais e
gênero

No entanto, apesar dessa diversidade e da evidência das mudanças sucedidas desde o século passado, persistem obstáculos de diferentes magnitudes que impedem as mulheres rurais latino-americanas de desfrutar plenamente dos benefícios do desenvolvimento agrícola e rural. Com efeito, uma alta proporção das mulheres que habitam territórios rurais está em condições de pobreza, em especial quando se ocupam do setor agropecuário. Com essa premissa, o presente artigo propõe observar a relação entre a condição de pobreza e a inserção produtiva das mulheres rurais.

Mudanças e persistências no panorama sociodemográfico

A população rural na América Latina e no Caribe continua decrescendo. Embora a um ritmo menor do que em décadas passadas, hoje representa em torno de 20% da população total, o que significa aproximadamente 120 milhões de pessoas, das quais quase a metade são mulheres, ou seja, cerca de 58 milhões. Há que ressaltar que a proporção da população rural varia consideravelmente segundo as condições específicas dos países.

O universo das mulheres rurais experimentou mudanças sociodemográficas de diferentes considerações. Entre os mais pronunciados, destaca-se o relacionado ao aumento de mulheres rurais chefes de família, em um contexto regional onde esse aumento é notável para o conjunto de residências. Existem diversas causas que explicam essa situação, inclusive as explicações sobre a mudança no

setor agrícola (Srinivasan, S.; Rodríguez, A.; CEPAL, 2016). Outra mudança importante se refere à diminuição da fecundidade rural, com a conseguinte redução progressiva do tamanho dos lares (OPAS, 2017). É importante indicar a considerável elevação do nível educacional das mulheres rurais com menos de 35 anos, que conseguiram ou superaram o de seus homólogos homens. Também está ocorrendo uma mudança quanto ao aumento das mulheres rurais no emprego rural não agrícola (ERNA), com o consequente aumento da diversidade produtiva das mulheres rurais.

Os poderes públicos, a cooperação internacional e outros agentes socioeconômicos devem oferecer incentivos às mulheres minifundiárias para que sejam líderes nos processos de concentração de terras, mediante a formação de associações produtivas, cooperativas, etc. Sobre essa base, as políticas para que as mulheres possam ter acesso a outros ativos, como créditos, capacitação técnica, acesso a mercados, etc., alcançando com isso um impacto efetivo que aumente de forma substantiva a possibilidade de superar a pobreza da grande maioria de mulheres rurais ligadas à produção agropecuária.”

Outras mudanças observadas, embora em menor dimensão, são as relacionadas à redução dos

níveis de extrema pobreza das mulheres rurais por ser as principais beneficiárias de programas de transferências condicionadas. Também se pode observar um crescimento relativo da participação das mulheres na produção agropecuária em relação aos homens, devido ao decréscimo da presença dos homens nesse setor. Também em termos relativos, cresceu levemente a presença de mulheres indígenas e afrodescendentes no universo de mulheres rurais.

Pelo contrário, são observadas poucas mudanças e maiores persistências em outros aspectos sociais. O trabalho global das mulheres rurais continua sendo considerável, quando se acrescenta o trabalho produtivo ou de cuidados familiares e comunitários, especialmente no emprego agrícola, onde os limites entre ambos os tipos de trabalho são difusos para as mulheres. Além disso, os hiatos dos serviços públicos e de proteção social continuam muito pronunciados para as mulheres rurais. Uma questão que mal avançou se refere à inclusão das mulheres rurais na seguridade social. Pode-se afirmar que a falta de proteção social das mulheres rurais procede de dois fontes: uma que se refere às debilidades próprias do sistema de seguridade social em âmbito nacional e outra que guarda relação com fatores de gênero. Tampouco há mudanças apreciáveis quanto à divisão sexual do trabalho, ficando nas mãos das mulheres a produção de alimentos para o grupo familiar. Além disso, no que concerne ao emprego agrícola, mantém-se a concentração da mulher na agricultura familiar, especialmente no âmbito do minifúndio de subsistência, de baixos níveis de produtividade e pouca viabilidade econômica.

As possibilidades de redução da pobreza estão relacionadas principalmente com dois fatores: por um lado, a obtenção de receitas e contribuições procedentes da participação produtiva e, por outro, os apoios, principalmente públicos, que possam ser obtidos pelas famílias e comunidades. A respeito desse segundo fator, estão sendo promovidos na região diferentes programas de luta contra a pobreza, sobretudo pela fórmula das transferências monetárias condicionadas, que tiveram impacto na redução da pobreza extrema nas zonas rurais. Não obstante, é necessário não supervalorizar a cobertura de tais ajudas públicas, pois, segundo estimativas da CEPAL, apenas 20% dos lares rurais na região recebem algum tipo de transferência pública (CEPAL, 2018). Recai, assim, uma maior relevância ao primeiro fator, o que obriga a observar com atenção a inserção produtiva das mulheres nos territórios rurais.

Inserção produtiva das mulheres rurais

Os registros estatísticos mostram uma diferença considerável entre mulheres e homens quanto à atividade econômica. De imediato, mostra-se necessário ressaltar que essas informações estatísticas estão marcadas pela dificuldade de reunir a atividade produtiva das mulheres que se declaram inativas em termos trabalhistas, o que tende a invisibilizar grande parte desse grupo da PEA agrícola. Estimativas da FAO indicam que pelo menos metade das mulheres que se declaram nessa condição, na verdade, realizam atividades que contribuem para a produção agrícola (FAO, 2016). Mas os registros formais mostram que 52% das

mulheres rurais se declaram inativas, enquanto apenas 15% dos homens agem dessa maneira. Essa diferença se reflete sobretudo na produção agropecuária: enquanto só um quinto das mulheres se ocupam nesse setor, isso ocorre com 53% dos homens. Essas diferenças são menos observáveis quanto ao emprego rural não agrícola (ERNA), onde os homens apresentam um volume de emprego ligeiramente superior.

As diferenças ocupacionais segundo a estrutura etária das mulheres rurais são observáveis. As mulheres jovens (entre 15 e 29 anos) mostram um maior grau de inatividade, posto que uma proporção delas ainda está no sistema educacional. A ocupação no emprego rural agrícola (ERA) concentra principalmente mulheres de 30 anos ou mais. Além disso, a taxa de migração para as cidades é maior entre as mulheres rurais jovens.

Uma característica da inserção produtiva das mulheres rurais é a multiatividade. Em termos gerais, as mulheres rurais são registradas: a) metade inativas e metade ativas, b) dessas últimas, cerca de metade se ocupa em ERA e a outra metade, em ERNA e c) a maior diferença entre essas últimas é que, na primeira, a maioria é não assalariada, enquanto ocorre o contrário com o emprego rural não agrícola.

Em suma, os três espaços que concentram a atividade trabalhista das mulheres rurais são os seguintes:

a) Agricultura familiar

Cerca dos dois terços de mulheres ocupadas em ERA o fazem na agricultura familiar, embora seja possível distinguir dois subsetores definidos. De um lado, o trabalho subsidiário na agricultura familiar, formado pelo grande bloco de mulheres que se registram como trabalhadores familiares não remunerados e o segmento das que se declaram inativas, mas realizam algum tipo de atividade produtiva. O traço que marca esse tipo de trabalho é que as mulheres não têm receitas próprias, algo que afeta metade das mulheres rurais na região. O outro setor é o que compõe o universo de mulheres camponesas independentes que dirigem propriedades rurais, principalmente localizadas em minifúndios de subsistência. Cabe assinalar que aqui se faz menção a esse tipo de inserção produtiva (minifúndio de subsistência) e não do reduzido setor de PME's dirigidas por mulheres, que já não se situam na agricultura familiar ou pertencem ao reduzido setor da agricultura familiar com acesso a mercados, que representa apenas 12% do total na ALC e no qual a presença de mulheres é escassa.

b) Emprego assalariado agrícola

Trata-se de um segmento não muito numeroso de mulheres rurais, mas em franco crescimento, sobretudo em alguns países, como consequência do tipo de produção crescente e regularizada de alguns itens como frutas, flores, etc. (Ballara e Parada/FAO-CEPAL, 2009).

c) Emprego rural não agrícola (ERNA)

A presença das mulheres rurais ocupadas nesse setor é semelhante em volume ao que corresponde ao emprego agrícola, algo que não acontece no caso dos homens rurais, onde a ocupação agrícola é estimada em torno do dobro da ocupada em ERNA. A maioria se ocupa como assalariadas, sendo um terço as que se ocupam por conta própria ou são proprietárias, principalmente no comércio, em outros serviços e em determinada produção manufatureira (artesanatos etc.).

Esses três setores concentram a grande maioria do emprego feminino nos territórios rurais. No caso das assalariadas, agrícolas ou não agrícolas, o problema reside nos níveis salariais e nas condições de emprego, que são em média inferiores aos que cobram os assalariados homens e assalariadas urbanas. Quanto às ocupadas por conta própria em ERNA, trata-se principalmente de microempresas situadas no setor informal da economia.

Quanto às mulheres ocupadas na agricultura familiar, o problema é mais complexo. Uma primeira questão é a grande quantidade de mulheres que, ocupadas como trabalhadoras familiares não remuneradas ou que se declaram inativas, carecem de receitas próprias. A superação dessa situação pelo acesso ao controle da terra, algo que não acontece com muita frequência (apenas 16% das unidades produtivas na ALC são dirigidas por mulheres), tampouco lhes permite sair da pobreza, dado que em sua grande maioria o fazem como parte do minifúndio de subsistência, com propriedades rurais muito reduzidas: “a proporção de explorações chefiadas por mulheres se concentra em explorações de pequeno porte (geralmente inferiores a um hectare)” (Salcedo e Guzmán/FAO, 2014).

Nessas unidades produtivas, as mulheres conseguem a alimentação básica para suas famílias, mas não geram receitas suficientes para sair da pobreza; sobretudo quando se leva em consideração que isso vem acompanhado pela existência de hiatos no acesso a outros ativos. Como ressalta a FAO: “Embora o panorama se apresente heterogêneo conforme os países, os estudos sempre detectam hiatos contra as mulheres em assistência técnica, capacitação e acesso ao crédito” (FAO, 2016). Pode-se concluir que “o trabalho das mulheres rurais é fundamental para a subsistência de seus lares; além disso, sua precariedade o transforma em uma alavanca insuficiente para sair da pobreza” (Ballara e Parada/FAO-CEPAL, 2009).

A melhoria das condições de vida e a superação da pobreza da grande maioria das mulheres rurais depende de um aumento substantivo do desempenho dos dois fatores já mencionados. Por um lado, isso está relacionado à cobertura dos sistemas de proteção social que ainda não alcançam três quartos da população rural, inclusive a ampliação dos programas de transferências condicionadas. Pelo outro lado, requer que a participação produtiva das mulheres gere receitas suficientes e recursos para que possa superar a condição de pobreza. É sobre esse fator que se faz aqui um enfoque especial.

No caso das mulheres assalariadas, tanto em ERA como em ERNA, a alavanca eficaz está relacionada com a possibilidade de obter um trabalho decente; ou seja, inscrito na regulamentação trabalhista em termos de salários e condições de emprego. Nesse contexto, a ação pública desempenha um papel fundamental, não tanto pelos ministérios ou entidades dedicadas ao desenvolvimento rural como por meio dos ministérios do trabalho e, em particular, dos departamentos de inspeção trabalhista.

No caso das mulheres inseridas na agricultura familiar, existe uma transição progressiva para a inscrição como camponesas independentes que, além do mais, é frequentemente considerada como a estratégia tradicional para melhorar a condição das mulheres rurais em ERA. No entanto, instalar-se como produtoras na agricultura de subsistência pode supor o estabelecimento de forma estável na pobreza estrutural. Com efeito, já existem evidências suficientes de que a baixa produtividade e a pouca viabilidade econômica do minifúndio de subsistência podem possibilitar a alimentação familiar, mas não a superação da pobreza. Para alcançar essa superação, é inevitável superar os parâmetros estruturais do minifúndio de subsistência.

Essa superação está relacionada às diferenças estabelecidas pela estrutura etária das mulheres rurais. No caso das mulheres jovens, quando não optam por emigrar para a cidade ou por se empregar em ERNA, e permanecer relacionadas à produção agrícola, as possibilidades de não ficar retidas na agricultura familiar de subsistência estão relacionadas à sua qualificação profissional, sobretudo frente ao salto tecnológico atual. Embora a oferta de se incorporar ao universo dos recursos humanos de suficiente nível tecnológico, tanto em ocupações técnicas dos setores dinâmicos como em postos de decisão, deva ser feita para mulheres de todas as idades, parece razoável pensar que serão as mulheres jovens que estarão em melhores condições para se inscrever nessa perspectiva, que, obviamente, também requer políticas públicas e apoio à cooperação.

No caso das mulheres de idades mais avançadas, a eventualidade de superar os parâmetros da agricultura familiar de subsistência passa principalmente pela possibilidade de se vincular aos setores dinâmicos do setor agrário. Dois instrumentos são propostos a esse respeito: o primeiro, conseguindo se inscrever em encadeamentos produtivos efetivos e o segundo, orientando-se para uma reestruturação de parcerias. Essa é a condição básica, sobretudo em contextos de minifúndio progressivo, como acontece no México e na América Central, para poder aumentar a produtividade e aumentar substantivamente a viabilidade econômica das unidades produtivas, o que permitiria uma superação sustentável da pobreza. Os poderes públicos, a cooperação internacional e outros agentes socioeconômicos, devem oferecer incentivos às mulheres minifundiárias para que sejam líderes nos processos de concentração de terras, mediante a formação de associações produtivas, cooperativas, etc.; como proposto nas Diretrizes Voluntárias para a Governança Responsável pela Posse da Terra da FAO (2012). Sobre essa base, as políticas devem facilitar que as mulheres possam ter acesso a outros ativos, como créditos, capacitação técnica, acesso a mercados, etc., alcançando, desse modo, um impacto efetivo que aumente de forma substantiva a

possibilidade de superar a pobreza da grande maioria de mulheres rurais ligadas à produção agropecuária.

Referências bibliográficas

- Ballara, M. e Parada, S./FAO-CEPAL. (2009). El empleo de las mujeres rurales. Lo que dicen las cifras. FAO-CEPAL, Santiago.
- Comissão da Condição Jurídica e Social da Mulher (CSW) das Nações Unidas. (2018). Desafios y oportunidades en el logro de la igualdad entre los géneros y el empoderamiento de las mujeres y las niñas rurales. 62º período de sessões, 12 a 23 de março de 2018. E/CN.6/2018/L.8, ONU, Nova York.
- Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). (2011). Declaração de Brasília. Segunda Conferencia regional intergubernamental sobre envejecimiento en América Latina y el Caribe: hacia una sociedad para todas las edades y de protección social basada en derechos. Brasília, 4 a 6 de dezembro de 2007. LC/G.2359, Santiago.
- _____. (2016). Panorama Social da América Latina 2015. CEPAL, Santiago.
- _____. (2017). Panorama Social da América Latina 2016. CEPAL, Santiago.
- _____. (2018). Panorama Social da América Latina 2017. CEPAL, Santiago.
- CEPAL. CEPALSTAT. Banco de dados e publicações estatísticas. Disponível em: <http://estadisticas.cepal.org/cepalstat/Portada.html>
- CEPAL/FAO/IICA. (2017). Perspectivas da agricultura e do desenvolvimento rural nas Américas: Um olhar para a América Latina e o Caribe 2017-2018. IICA, São José.
- Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC)/Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). (2017). Estrategia de género del Plan SAN-CELAC. FAO, Santiago.
- CELAC, REAF, FAO, CAC/SICA. (2014). Declaração de Brasília. Conferência sobre mulheres rurais da América Latina e do Caribe. Brasília.
- Nobre, M. e outras/FAO. (2017). Atlas de las mujeres rurales de América Latina y el Caribe. FAO, Santiago.
- ONU-Mulheres. (2015). Enfoque territorial para el empoderamiento de la mujer rural. América Latina y el Caribe. ONU-Mulheres, FAO, CEPAL, Impresiones y Ediciones Arteta EIRL, Lima.
- Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). (2012). Directrices voluntarias sobre la gobernanza responsable de la tenencia de la tierra, la pesca y los bosques en el contexto de la seguridad alimentaria nacional. FAO, Roma.
- _____. (2016). Nota de política sobre las mujeres rurales 1. Aumenta el porcentaje de mujeres a cargo de explotaciones agropecuarias en América Latina y el Caribe. FAO, Santiago.

- _____. (2016). Nota de política sobre las mujeres rurales 2. Urge hacer políticas específicas para las trabajadoras agrícolas familiares no remuneradas en pos de una mayor equidad en el mundo rural. FAO, Santiago.
- _____. (2016). Nota de política sobre las mujeres rurales 3. Más del 50% de las mujeres rurales trabajan en ERNA, empleos rurales no agrícolas. FAO, Santiago.
- Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). (2017). Salud en las Américas. Panorama regional y perfiles de país. OPAS/OMS, Washington, D.C.
- Salcedo, S. e Guzmán, L./FAO. (2014). Agricultura familiar en América Latina y el Caribe: recomendaciones de política. FAO, Santiago.
- Srinivasan, S. e Rodríguez, A./CEPAL. (2016). Pobreza y desigualdades rurales: perspectivas de género, juventud y mercado de trabajo. CEPAL, Santiago.
- Yáñez, S./FAO. (2015). Protección social de las trabajadoras de la agricultura familiar en Latina y el Caribe. Informe de consultoría. FAO, Santiago.

Espaço e representatividade para as mulheres do campo

A organização em associações e cooperativas representa, para as mulheres, ganhar espaços econômicos de forma coletiva, o que aumenta sua autoestima, rompe barreiras e contribui para superar desafios

*Tereza Cristina Corrêa da Costa Dias**

A participação feminina no mercado de trabalho é cada vez maior. Esse fenômeno ocorre não somente nos grandes centros urbanos, mas também nas áreas rurais do Brasil. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgados no Relatório do Censo Agropecuário de 2017, são mais de 15 milhões de pessoas atuando no campo e, desse total, 19% são mulheres. São mais de 2,8 milhões de trabalhadoras que permanecem em áreas rurais.

Esta pesquisa também mostra que o público feminino vem conquistando espaços cada vez mais relevantes no que se refere ao gerenciamento do agronegócio. De cada dez produtores rurais, pelo menos duas mulheres estão na direção de fazendas. De acordo com a Pesquisa Hábitos do Produtor Rural, realizada pela Associação Brasileira de Marketing Rural e Agronegócio (ABMRA), quase um terço dos cargos de administração dos empreendimentos rurais eram ocupados por mulheres em 2017. Se comparados com os dados de 2012, vemos que esse número praticamente triplicou, indo de 10% para 31%.

* **Ministra da
Agricultura,
Pecuária e
Abastecimento,
Brasil**

De acordo com estudo da Associação Brasileira do Agronegócio (Abag), a predominância da atuação feminina no campo está nos minifúndios (49,5%) e em pequenas propriedades (26,1%). Já em relação ao ramo da atividade, 73% das mulheres atuam dentro das fazendas. A participação delas vai da operação de máquinas agrícolas até a gerência e a administração dos negócios.

Apesar de representarem quase 50% da população rural, as mulheres ainda convivem com situações de vulnerabilidade social e econômica. Com o objetivo de superar esse quadro, o governo federal tem construído, por meio de diversas políticas públicas, ações relacionadas a cooperativismo, sustentabilidade e inclusão social e produtiva voltadas a mulheres rurais. O intuito é torná-las protagonistas no processo de comercialização de seus produtos e de gestão da renda originada com seu trabalho. Por meio da organização em associações e cooperativas, por exemplo, as mulheres conseguem conquistar espaços econômicos de forma conjunta, o que eleva sua autoestima e contribui para superar desafios e quebrar as barreiras do preconceito.

O acesso ao crédito possibilita às mulheres investir em atividades produtivas geradoras de renda. Isso, além de melhorar as condições de vida das famílias por meio de incremento na segurança alimentar, por exemplo, garante a elas mais autonomia e empoderamento, trazendo mais igualdade entre homens e mulheres tanto no âmbito familiar quanto no contexto comunitário. De acordo com dados de 2016 do Banco Central, a porcentagem de contratos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) concedidos a mulheres foi de 25% naquele ano. Em alguns estados, como Ceará e Piauí, esse número chega a 44% e 46% respectivamente. São cerca de 400 mil mulheres liderando este processo no campo, instrumento fundamental para garantir o empoderamento das mulheres rurais.

O acesso ao crédito possibilita às mulheres investir em atividades produtivas geradoras de renda. Isso, além de melhorar as condições de vida das famílias por meio de incremento na segurança alimentar, por exemplo, garante a elas mais autonomia e empoderamento, trazendo mais igualdade entre homens e mulheres tanto no âmbito familiar quanto no contexto comunitário."

O Brasil conta, ainda, com o Selo Nacional da Agricultura Familiar (Senaf Mulher), que visa o reconhecimento e empoderamento das mulheres garantindo a elas autonomia, processamento e comercialização da produção, além de fortalecer e fomentar as atividades produtivas. O selo reconhece o papel das mulheres na soberania alimentar e promove o protagonismo no desenvolvimento sustentável, dando visibilidade ao papel feminino como agente econômico e sujeito político.

O número de mulheres fornecedoras ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), de acordo com dados do Ministério da Cidadania, representa 48% dos participantes. Esta iniciativa brasileira é referência mundial por ter conseguido aliar o fortalecimento da agricultura familiar à produção de alimentos saudáveis, levando alimentação a pessoas em situação de insegurança alimentar.

Embora as mulheres ainda não possuam a mesma fatia de terras e nem ganhem a mesma quantia salarial que os homens, o conjunto de políticas públicas voltadas a este segmento representa importante avanço que vem sendo construído na busca da promoção da igualdade entre homens e mulheres no campo. A tomada de decisão das fazendeiras e a força das trabalhadoras rurais estão alterando o status quo da realidade agrária no Brasil.

A perspectiva é que as atividades ligadas ao agronegócio no Brasil sejam cada vez mais inclusivas e privilegiem a mão de obra mais qualificada. Nesse ponto, as mulheres se especializam bem mais que os homens. Tanto no campo, quanto na cidade, o nível de escolaridade das mulheres é superior ao dos homens. Há também a perspectiva de que mulheres com nível superior, nascidas no campo e formadas na cidade, retornem às suas origens, agregando o conhecimento adquirido e incrementando a cadeia produtiva na zona rural.

Quando as produtoras rurais conseguem ter acesso igual ao dos homens a recursos produtivos e financeiros, oportunidades de renda, educação e serviços, há um aumento considerável na produção agrícola e uma redução significativa nos índices de fome e de pobreza. Com a ajuda de políticas voltadas para garantir a autonomia e a igualdade de gênero para as mulheres rurais, é possível avançar no processo de empoderamento e conquistar melhores condições de vida e trabalho para a mulher do campo.

Políticas públicas a incluir

Outro aspecto importante é o cuidado com o ambiente. No Brasil, precisamos cuidar melhor de nossas águas, especialmente retendo as trazidas pelas chuvas. Estamos trabalhando na preparação de um grande programa de consolidação de microbacias para a utilização da água na agricultura e para assegurar o abastecimento para as pessoas. A Austrália tem limitações no crescimento de sua agricultura por causa dos limites impostos pela disponibilidade da água. No Brasil, temos abundância, mas precisamos cuidar dela cada vez mais. Precisamos de pequenas represas para garantirmos a água que hoje deixamos ir. Nossos estados de São Paulo e Paraná têm interessantes programas de microbacias e temos que levar esses programas para todo Brasil, sempre em um âmbito de respeito pelo ambiente, no qual a mulher está na vanguarda.

O mundo sabe que está passando por uma mudança no clima. E nossos agricultores e agricultoras são os maiores defensores do ambiente, uma vez que seu negócio depende da preservação. No Brasil preservamos muito: nos últimos 40 anos, nosso país passou de um importador líquido para um grande exportador de alimentos. Aumentamos nossa produtividade em 346% e expandimos nossa área agrícola

apenas 33%. O Brasil implementou um rigoroso Código Florestal, sem igual no mundo, que determina a conservação de vegetação nativa em até 80% das propriedades rurais.

Nosso trabalho também busca criar um entorno cada vez mais favorável para o trabalho dos agricultores. Os territórios rurais devem oferecer cada vez mais e melhores serviços. Para isso temos implementado, pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), um programa em conjunto com o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) denominado Câmara do Agro 4.0, o qual servirá para ampliar a conectividade no campo e estabelecer ações para que o Brasil seja um exportador de soluções da Internet das Coisas aplicadas aos agronegócios, algo que se mostra vital para produzir mais com sustentabilidade, ou seja, sem ampliar a área plantada. Aqui, também, o foco está nos produtores e produtoras de pequena escala.

Com esse programa, estamos levando mais conectividade às regiões do Brasil que mais precisam, como o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste. Somente no Nordeste, a segunda região mais populosa do país, serão investidos mais de 20 milhões de dólares para que a conectividade chegue ao ambiente rural. Na região Norte serão 9 milhões de dólares.

Além disso, pelo projeto Don Helder Câmara, beneficiamos a 57.486 famílias rurais que vivem na região semiárida brasileira, garantindo-lhes assistência técnica permanente. Esse projeto é fruto de uma associação entre a Secretaria de Agricultura e Cooperativas Familiares (SAF) do MAPA, o FIDA e a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater).

O projeto permite a implementação de ações referenciais para combater a pobreza e apoiar o desenvolvimento rural sustentável nas regiões semiáridas do Brasil. Seu propósito é reduzir as desigualdades ao moderar os efeitos causados pelas condições climáticas adversas pela integração de políticas públicas federais, estaduais e municipais.

Outro programa importante que serve de apoio às famílias rurais é o Plano de Ação para o Nordeste (AgroNordeste). Coordenado pelo MAPA, o plano tem como objetivo apoiar a organização de cadeias agrícolas, expandir e diversificar os canais de comercialização e aumentar a eficiência da produção e o benefício social no Nordeste.

Trata-se de um plano declarado prioritário e que foi projetado por uma equipe multidisciplinar, pensado para enfrentar os desafios que todos os dias põem à prova os agricultores do Nordeste brasileiro. O plano oferecerá soluções às barreiras identificadas para a competitividade e para apoiar a melhoria dos sistemas de produção. Também prevê o apoio para ampliar o acesso dos produtores rurais da região a diferentes mercados, créditos, serviços de assistência técnica e novas tecnologias, especialmente para o desenvolvimento de produtos e estratégias de valor agregado para enfrentar as condições de seca.

O AgroNordeste foi projetado no início de 2019, com visitas de campo que realizei, juntamente com minha equipe, aos estados de Piauí, Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte, Sergipe, Alagoas, Bahia e Pernambuco, onde conhecemos diferentes iniciativas de produção e comercialização.

Ele foi organizado, portanto, observando de perto a realidade enfrentada pelos agricultores da região Nordeste e decidimos nos centrar inicialmente em oito microrregiões. A ideia é ampliar a área beneficiada pelo projeto.

Também publicamos a ordenança que estabelece o modelo de gestão do plano. Estabelecemos a Unidade de Gestão do AgroNordeste, vinculada ao meu gabinete, a Comissão de Coordenação Central e as Comissões Coordenadoras dos estados para colocar em andamento os projetos nas unidades locais.

A Comissão de Coordenação Central é formada por todas as secretárias e agências federais vinculadas ao Ministério, como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), o Instituto Nacional de Meteorologia (Imet) e o Serviço Florestal Brasileiro, além das instituições associadas, o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

Trata-se de uma grande parceria entre o governo e a sociedade na qual as famílias rurais, e especialmente as mulheres rurais, estão no centro das preocupações e ações do Estado.



Mulher rural: a necessidade de um modelo de desenvolvimento com olhar diferenciado

Não entender as necessidades das mulheres rurais nem o papel que desempenham na economia familiar leva os tomadores de decisões a cometer erros

*Carmen Rosa de León-Escribano**

Quando nos aproximamos da questão das mulheres rurais na Guatemala, não podemos esquecer que os níveis de discriminação e invisibilidade delas atingem o mais alto patamar devido a três fatores: ser mulheres, ser pobres e ser indígenas. Não entender suas necessidades e situação e, sobretudo, o papel que desempenham no âmbito da economia familiar, leva os tomadores de decisões a cometer erros, não só em termos de políticas públicas, mas, o mais grave, em programas de desenvolvimento do setor agrícola, da economia e da segurança alimentar.

* Socióloga
Diretora Executiva
do Instituto de
Ensino para o
Desenvolvimento
Sustentável e
Representante
no Conselho de
Administração
do Banco de
Desenvolvimento
Rural (BANRURAL),
Guatemala

Com os fluxos de migração continuada de camponeses produtores — efeito da desigualdade e da ausência de políticas de investimento e de apoio creditício —, cada vez mais encontramos mulheres encarregadas da unidade produtiva rural. Na época, os serviços de extensão agrícola não conseguiram entender a urgência de apoiar e tecnificar as mulheres que ficaram a cargo dos lotes, com os consequentes efeitos na qualidade dos produtos para o consumo. Essa situação foi mudando em alguns países, mas, frente à falta de ferramentas e de conhecimento da produção agrícola na economia camponesa, somada à recepção das remessas enviadas pelos migrantes nos

Estados Unidos, o resultado não é, senão, um abandono paulatino da terra e, assim, o impacto que esse processo tem na economia nacional.

Nos últimos anos, o crescimento das remessas provenientes dos Estados Unidos promoveu a tendência de incorporar a mulher chefe de família e principal receptora do recurso ao sistema financeiro. Essa dinâmica também se viu reforçada pelos programas de transferências condicionadas que foram estabelecidos em diversos países da região. Segundo pesquisa de 2016 da Organização Internacional de Migrações (OIM), 55% (3.417.413 milhões de pessoas) dos beneficiários das remessas provenientes dos Estados Unidos são mulheres. 25% do total de beneficiários de remessas são chefes de família, dos quais, as mulheres representam 41,4%. Segundo esse relatório, embora no âmbito nacional as mulheres que encabeçam uma família representem um pouco mais de 22%, no caso dos beneficiários de remessas, essa quantidade é duplicada, o que “significa que as mulheres — que têm companheiros no exterior — assumem papéis, tomam decisões nos lares e participam de atividades da comunidade junto à responsabilidade dos cuidados e educação das filhas e filhos” (OIM, 2016:23). 50,5% dos beneficiários das remessas estão em áreas rurais.

“

É urgente o desenvolvimento de uma estratégia que entenda e atenda a mulher rural desde suas próprias realidades e necessidades. A prática nos mostra que, desde as economias e a gestão da economia familiar, as mulheres são capazes de gerar riqueza e mudar seu ambiente. O que faz falta é dar uma visão integral a um modelo baseado nas especificidades da mulher rural, oferecendo-lhe a possibilidade de ter acesso à formação, à criação de capacidades empresariais, ao crédito e ao mercado, onde possa desenvolver processos e cadeias produtivas em sua própria escala, mas que, em conjunto, possam gerar, igualmente, riqueza coletiva e uma qualidade de vida digna para ela e seu entorno.”

Esses dados reforçam a importância de estabelecer estratégias para alcançar uma participação da mulher que não recaia unicamente em um papel passivo como receptora dos recursos provenientes do exterior, mas possa exercer um papel ativo por dessa crescente incidência que está adquirindo nas economias locais e nacionais. No entanto, em um país com altos níveis de discriminação para a mulher em geral e para a mulher rural e indígena, particularmente marcadas, a tarefa de gerar ações que tenham um caráter integral não parece fácil. O peso que as remessas têm sobre as economias locais as torna um alvo atraente para diferentes entidades e mecanismos financeiros — a maioria não bancários —, para a colocação de créditos informais que acabam sufocando as mulheres com taxas abusivas sobre os empréstimos ou com prazos eternos na compra de bens de consumo.

O desafio, então, sob o contexto da ausência de políticas de investimento na economia camponesa, em um modelo de desenvolvimento que tem como consequência imediata os altos níveis de exclusão social e cultural da maior parte da população, a construção de alternativas reais e práticas para incorporar a mulher aos processos econômicos e de desenvolvimento em condições de dignidade e crescimento pessoal e familiar, parece quase impossível. Sobretudo porque é necessário conjugar um esforço interdisciplinar proveniente de diferentes âmbitos para alcançar essa integralidade em contextos nem sempre favoráveis. Três são as áreas em que me parece mais urgente intervir e em que, por exemplos provenientes da prática, podemos dizer que são factíveis de alcançar.

1. Educação financeira para a mudança

Dada a apreciação da mulher rural como destinatária de remessas do exterior, de um lado, e, por outro, a incursão crescente da mulher na economia local, cada vez mais têm se proliferado empresas que oferecem crédito fácil nas populações, endividando e aproveitando-se das mulheres, por sua escassa formação financeira. Às vezes o fato de as mulheres rurais serem monolíngues e pobres faz que não sejam submetidas a programas educativos nessa área, os quais se concentram em um nível superior, tanto educacional como de recursos, a partir dos quais o crédito pode estar sujeito.

Como um exemplo de que essa visão tradicional dos programas não é correta, desde 2010, no Instituto de Ensino para o Desenvolvimento Sustentável (IEPADES), temos trabalhado com mulheres rurais, indígenas e em extrema pobreza para fortalecer as capacidades para a economia e empréstimos comunitários. A partir da metodologia de “Saving for Change”, temos construído, por um enfoque integral, um novo processo não só de fortalecimento dos grupos de mulheres para que saibam manejar suas economias, mas, por uma formação como líderes em suas comunidades, que se converteram em verdadeiras agentes de mudança. Em 2010, a meta que estabelecemos foi de 400 mulheres envolvidas em grupos de economia, onde iniciam com contribuições de até US\$2,00. Neste ano atendemos mais de 13.000 mulheres, organizadas em mais de 600 grupos que, para além da economia, são grupos de influência em suas comunidades, participando ativamente na tomada de decisões locais, muitas delas por meio de redes estabelecidas para se tornar mais eficientes. Cada sócia administra uma economia acumulada de aproximadamente US\$612,00.

Dentro da metodologia que estamos construindo, as mulheres recebem formação para a exploração de hortas familiares (com um enfoque agroecológico e de soberania e segurança alimentar), e/ou para a melhoria de sua produção artesanal. A busca de mercado pela organização de feiras municipais para a venda de produtos, em parceria estratégica com os municípios, é uma forma de colocar as redes em contato, bem como a promoção de encontros de participantes para o intercâmbio de boas práticas. Com a colaboração de outras entidades, como a Procuradoria de Direitos Humanos, a Defensoria da Mulher Indígena, os Escritórios Municipais da Mulher e programas de alguns ministérios, fortaleceu-se a liderança

e o crescimento tanto pessoal, como dos grupos e, portanto, o efeito positivo nas comunidades. Mais de 70% das economias são dedicadas a empréstimos de curto prazo dentro das sócias dos grupos, sendo os recursos destinados a pequenos negócios, educação (sobretudo das meninas), saúde, alimentação e agricultura.

A partir dessa experiência, o IEPADES está buscando dar um passo além com dos objetivos: proporcionar serviços bancários à maior parte das sócias tanto por segurança, como pela integração no sistema financeiro; e encontrar um caminho para que os pequenos negócios e redes possam se converter em empresas competitivas que aumentem os recursos e a melhor qualidade de vida das mulheres e suas famílias. Para isso, é importante se conectar tanto com o banco, como com uma visão empresarial que parta da realidade das mulheres e não só por um enfoque tradicional.

A principal denuncia junto ao Ministério Público na Guatemala é a violência intrafamiliar. Nossa instituição trabalhou por anos em sua prevenção. Chegamos à conclusão de que processos de formação para as mulheres nesse tema não têm um efeito integral, a menos que as mulheres tenham recursos próprios que lhes proporcionem a independência econômica. E as mulheres entendem isso, o que é demonstrado no crescimento exponencial dos grupos.

2. Inclusão financeira/banco de desenvolvimento

O programa de autoeconomia e seus componentes significa, conforme proposto, a mudança e o crescimento da mulher desde o âmbito individual, fortalecendo-se no coletivo pelos grupos. Mas é indubitável que, para passar a uma segunda etapa de impacto econômico, as mulheres precisam de produtos específicos que sejam entendidos e construídos a partir de a necessidade das próprias usuárias. Sob essa perspectiva, podemos mencionar os esforços que foram feitos a partir do Banco de Desenvolvimento Rural S.A. da Guatemala para dar conteúdo e forma à inclusão financeira.

Talvez uma das inovações mais importantes nesse aspecto seja, em primeiro lugar, a utilização da impressão digital como ativador de qualquer serviço bancário, bem como a instalação de caixas automáticos em idiomas maias em nível nacional. Esses dois elementos foram fundamentais para incorporar a população rural maia ao sistema bancário, mas, sobretudo, beneficiou a mulher rural e indígena. Por meio desse serviço não apenas é possível administrar suas contas bancárias, mas ele também foi a base para poder ser receptora tanto das remessas enviadas dos Estados Unidos, como das transferências condicionadas dos programas de governo, na época.

Além disso, o banco projetou produtos e serviços financeiros sob medida, incorporando valores agregados que fomentam e promovem a saúde, a educação financeira de suas famílias e sua comunidade. Um dos produtos de destaque é “Senhora Conta”, que inclui a mais de um milhão e oitocentas mil mulheres (com uma poupança média de US\$283,00 e um valor atual de mais de US\$52

milhões e meio) que recebem educação financeira e capacitação técnica para seus negócios. Além disso, também podem ser usuárias de um microsseguro destinado à saúde preventiva da mulher. Por outro lado, o modelo Grameem (banco de desenvolvimento comunitário) também é promovido, incluindo quase 100.000 mulheres com créditos de mais de US\$1,5 milhões.

O êxito das modalidades de inclusão financeira estabelecidas pelo BANRURAL demonstra a importância do projeto de produtos diferenciados, entendendo as necessidades e as realidades das mulheres. O desafio é incorporar a esses produtos as chaves inovadoras de um empreendedorismo que leve a estabelecer redes de produtoras e pequenas empresárias que possam ter êxito em um entorno nem sempre fácil para o empreendedor rural.

3. Empreendedorismo

Os esforços refletidos nos exemplos anteriores nos levam a propor o terceiro âmbito que deve ser abordado para alcançar um impacto integral no desenvolvimento da mulher rural. Trata-se do investimento e do fortalecimento do aprendizado para o empreendedorismo como forma de alcançar níveis de impacto mais amplos e definitivos no crescimento econômico das mulheres. Sancho (2010:72) afirma, com base em outros autores, que um modelo de trabalho para fortalecer o empreendedorismo agrícola deve ser baseado em quatro passos consecutivos:

- a) A organização de produtores;
- b) Os serviços de apoio;
- c) A comercialização, o “aprender fazendo”; e
- d) O crédito.

Ou seja, no caso da mulher rural e com base nas experiências bem-sucedidas, o que se requer é uma parceria entre atores que possam estabelecer um roteiro que inclua esses quatro elementos no processo. De fato, se houver organização, educação financeira e crédito, o que falta será encontrar em conjunto as vias para a comercialização não só dos produtos, mas, antes, descobrir quais produtos poderiam ter êxito por serem inovadores e factíveis. Para isso, é necessário encontrar chaves diferenciadas que permitam à mulher desenvolver estratégias desde a sua própria realidade e em função de suas necessidades e potencialidades, com suporte tanto por uma tecnicidade adequada, como por produtos financeiros sob medida em seu entorno e espaço geográfico de inter-relação.

Dito isso, voltemos a um dos principais fatores ausentes nessa dinâmica: a existência de uma política pública formulada de forma diferenciada para a mulher em geral e para a mulher rural em especial. Políticas que entendam a mulher como atora e sujeita do desenvolvimento e da mudança social. Se, de fato, existe a falta de uma política para o setor camponês rural, onde até mesmo a inovação e o acesso ao crédito é difícil de articular, a atenção para a mulher rural é inexistente. Em um mundo tão discriminador como o produtivo e o rural, a mulher não foi identificada como sujeita de desenvolvimento econômico, mas, antes, como

objeto econômico a partir da recepção de remessas. Assim, pois, é urgente o desenvolvimento de uma estratégia que entenda e atenda a mulher rural desde suas próprias realidades e necessidades. A prática nos mostra que, desde as economias e a gestão da economia familiar, as mulheres são capazes de gerar riqueza e mudar seu ambiente. O que faz falta é dar uma visão integral a um modelo baseado nas especificidades da mulher rural, oferecendo-lhe a possibilidade de ter acesso à formação, à criação de capacidades empresariais, ao crédito e ao mercado, onde possa desenvolver processos e cadeias produtivas em sua própria escala, mas que, em conjunto, possam gerar, igualmente, riqueza coletiva e uma qualidade de vida digna para ela e seu entorno.

Bibliografia

BANRURAL (Banco de Desenvolvimento Rural). 2017. Memoria de labores 2017. Guatemala. 36 p.

IEPADES (Instituto de Ensino para o Desenvolvimento Sustentável). 2017. Informe del Programa Ahorro y Préstamo Comunitario: microfinanzas rurales manejadas grupalmente por mujeres. Cidade da Guatemala, Guatemala.

OIM (Organização Internacional das Migrações) 2017. Encuesta sobre migración internacional de personas guatemaltecas y remesas 2016. Cidade da Guatemala, Guatemala. 152 p. Disponível em: <http://onu.org.gt/wp-content/uploads/2017/02/Encuesta-sobre-MigraciOn-y-Remesas-Guatemala-2016.pdf>

Sancho, F. 2010. La empresariedad agrícola y rural: conceptos para modelar el desarrollo. COMUNIICA. Ano 5. Janeiro-julho. 65-78. Disponível em: <http://repiica.iica.int/docs/B2025E/B2025e.PDF>

A diversidade de cultivos e os esforços das mulheres rurais proporcionam uma melhor alimentação para a América Latina

Conforme as mulheres usam variedades melhoradas para gerar produtos de valor agregado, emergem cadeias de valor autossuficientes

*Marie Haga**

América Latina está comprometida com um esforço renovado para acabar com a fome e a desnutrição, o qual é liderado por mulheres. Esse esforço começa com a enorme e fascinante diversidade dos cultivos que promovem a agricultura latino-americana e é, aqui, na agricultura, que as mulheres desempenham o primeiro papel crítico. Quando os homens emigram para cidades ou para outros países em busca de trabalho, são principalmente as mulheres que ficam para cuidar dos lotes agrícolas, gerando assim alimentos e receitas para milhões de lares rurais.

Para cuidar do lote agrícola, elas devem fazer malabarismos. Os agricultores devem responder perguntas como as seguintes: Que cultivo pode ser semeado?; qual venderá no mercado?; e qual produzirá uma colheita confiável em um clima pouco confiável? Quanto maior a diversidade de cultivos e variedades úteis à disposição, maior a quantidade de respostas que podem ser oferecidas.

Se um campo é demasiado seco, se está situado a grande altitude nas montanhas ou se o conteúdo de nutrientes é muito pobre para um tipo de milho, poderia ser colhido nele outro tipo de milho ou outro cultivo (por certo,

* Diretora Executiva
de Crop Trust

são as mulheres as que frequentemente devem se conformar com campos que apresentam tais dificuldades).

O plantio de feijões muitas vezes é benéfico para o solo, mas também acarreta a tomada de diversas decisões, pois algumas variedades de feijão sobrevivem a doenças que dizimam outras, cozinham mais rapidamente do que outras ou possuem um conteúdo de nutrientes maior que o de outras.

Nesse sentido, a conservação e o uso da diversidade não só é uma solução que conduz a uma melhor agricultura, mas constitui uma caixa de ferramentas cheia de soluções para os agricultores. Na América Latina, a desnutrição é um desafio crescente que pode ser enfrentado com as soluções que contém essa caixa de ferramentas.

Com tantas perguntas a serem respondidas, as mulheres e os homens que tomam decisões agrícolas raras vezes podem pensar primeiro no teor de vitaminas e minerais do que semeiam, comem e vendem. No entanto, em toda América Latina,

particularmente as deficiências de zinco e ferro se somam a um problema enorme. Representam uma “fome oculta” que debilita o sistema imunológico e causa sérios problemas de saúde, como anemia, cegueira, atraso no crescimento, dificuldades de aprendizado e, inclusive, morte prematura. Embora a fome possa não ser tão grave nessa região, como em outras partes do mundo, ela atualmente aumenta em todo o continente, onde a desnutrição continua sendo uma ameaça constante¹.

Na Guatemala, cerca de 47% das crianças menores de cinco anos tem atraso no crescimento e 17% sofre de desnutrição crônica, um

“

Creemos que um maior grau de investimento e pesquisa sobre o potencial da biofortificação pode levar alimento e esperança a até 1.000 milhões de pessoas em 2030. Mas para isso, primeiro, devem ser reconhecidas duas verdades básicas: a diversidade de cultivos é essencial para enfrentar os desafios do sistema alimentar mundial e as mulheres — como agricultoras, científicas e tomadoras de decisões — são essenciais para que a diversidade de cultivos gere benefícios para todos.”

1 FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, Itália); FIDA (Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola, Itália); UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância, Estados Unidos da América); PMA (Programa Mundial de Alimentos, Itália); OMS (Organização Mundial da Saúde, Suíça). 2017. El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo 2017: fomentando la resiliencia en aras de la paz y la seguridad alimentaria. Roma, Itália, FAO.

número que chega a 53% nas áreas rurais e a 66% nas comunidades indígenas². Na Colômbia, uma em cada quatro crianças menores de um ano sofre de deficiência de ferro, e 27% das crianças de 6 a 59 meses são anêmicas. O continente também enfrenta uma epidemia de obesidade como consequência das dietas inadequadas: em torno de 7% das crianças, um terço dos adolescentes e mais da metade dos adultos têm sobrepeso ou são obesos³.

As desvantagens vitalícias desses problemas prendem famílias inteiras em ciclos de pobreza, saúde deficiente e menores possibilidades para o futuro. Mas esses ciclos podem ser rompidos. A nutrição é um primeiro passo para isso e algumas das respostas estão nas mãos dos agricultores, graças às engenhosas aplicações da diversidade de cultivos.

Biofortificação da dieta latino-americana

Para combater a fome e a desnutrição, a América Latina precisa desesperadamente de um suprimento confiável de alimentos nutritivos. Além disso, a diversidade dos cultivos alimentares do mundo oferece as ferramentas necessárias para alcançar esse objetivo. Uma das estratégias práticas e rentáveis para aproveitar a diversidade é a biofortificação: aumentar a densidade de vitaminas e minerais de um cultivo pela fitomelhoria convencional, de maneira que o consumo regular de um cultivo em um país ou região gere melhorias constantes ao estado nutricional.

Da mesma forma que muitos esforços de fitomelhoria, o processo de biofortificação começa com a diversidade de cultivos contidos nos bancos de genes. Eles conservam a diversidade de cultivos de todo o mundo, criados ao longo de milhares de anos por processos de adaptação e inovação realizados por inúmeros agricultores e os colocam à disposição dos cultivadores para que a estudem, testem e utilizem no desenvolvimento de novas variedades. O Crop Trust trabalha com bancos de genes para conservar esse material a longo prazo, visando disponibilizá-lo para formar a base da segurança alimentar, da adaptabilidade agrícola e da nutrição de amanhã.

A biofortificação pela fitomelhoria foi comprovada em campo, em grande parte graças ao trabalho da HarvestPlus. Essa iniciativa está desenvolvendo e ampliando cultivos biofortificados de alimentos básicos que proporcionam maiores quantidades de vitamina A, zinco e ferro, os três micronutrientes que mais carecem as dietas em todo o mundo, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS). Como parte do Programa de Pesquisa do CGIAR sobre Agricultura para a Nutrição e a Saúde, os fitomelhoradores utilizam o material genético disponível nos bancos de germoplasma do CGIAR e aplicam técnicas convencionais de fitomelhoria e

2 MSPAS (Ministério da Saúde Pública e Assistência Social, Guatemala); INE (Instituto Nacional de Estadística, Guatemala); ICF International. 2017. VI Encuesta Nacional de Salud Materno Infantil 2014-2015. Guatemala, Cidade da Guatemala.

3 FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, Itália); OPAS (Organização Pan-Americana da Saúde, Estados Unidos da América). 2017. Panorama de la seguridad alimentaria y nutricional en América Latina y el Caribe. Roma, Itália, FAO.

tecnologias modernas para desenvolver variedades de cultivos nutritivos e de alto rendimento que se adaptam às necessidades e preferências dos agricultores, inclusive mulheres rurais, que são de vital importância.

Até o momento, 29 cultivos biofortificados foram entregues a parceiros nacionais: cinco variedades de mandioca no Brasil e Nicarágua; sete variedades de batata-doce no Brasil, Panamá, Guatemala e Haiti; 15 variedades de feijão no Brasil, Colômbia, Guatemala, Nicarágua, Honduras, El Salvador e Panamá; e duas variedades de milho em Honduras, Nicarágua, Colômbia e Brasil. Para ilustrar o impacto nutricional dessas variedades, uma variedade de feijão liberada na Guatemala contém 84% mais ferro do que as variedades convencionais.

Vitaminas e minerais hoje, diversidade para sempre

A biofortificação é um processo que só pode ser alcançado quando se pensa na diversidade dos cultivos como um bem compartilhado em âmbito global; além disso, caso uma parcela significativa da diversidade desaparecer, isso não será possível. Infelizmente, isso é o que está acontecendo: pouco apreciada e esquecida pelo ritmo das mudanças, todos os dias a diversidade desaparece nos campos dos agricultores e na natureza. O papel do Crop Trust é assegurar que a diversidade persista para sempre em coleções que estejam disponíveis aos fitomelhoradores.

De fato, isso constitui o cerne de nossa missão. É por isso que a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e o CGIAR criaram o Crop Trust em 2004. Desde então, temos acumulando um fundo que permitirá oferecer financiamento de longo prazo a bancos de genes prioritários em todo o mundo e garantir que a diversidade de cultivos tenha um futuro absolutamente seguro. Temos a responsabilidade de supervisionar e oferecer financiamentos a bancos de genes que, em conjunto, representam a maior coleção de agrobiodiversidade do mundo.

Quando se utiliza o bem público mundial da diversidade dos cultivos, não ocorrem avanços apenas na nutrição. A caixa de ferramentas da diversidade também está repleta de itens que permitem aos agricultores e seus cultivos responder a problemas ambientais. O Centro Internacional de Melhoria de Milho e Trigo (CIMMYT), localizado no México, desenvolveu variedades de milho que sobrevivem a secas excepcionais; na Colômbia, o Centro Internacional de Agricultura Tropical (CIAT) tem produzido pés de feijão mais tolerantes ao calor; e o Centro Internacional da Batata (CIP), com sede no Peru, está trabalhando na adaptação das variedades tradicionais de batata para que resistam à requeima tardia, uma doença que, conforme aumentam as temperaturas, propaga-se para terrenos localizados a maior altitude. Todas essas são formas de adaptar a produção de alimentos à mudança do clima. E nenhuma dessas opções teria sido possível sem uma revisão detalhada dos bancos de genes para encontrar as características críticas.

Também trabalhamos com bancos de genes nacionais na América Latina que possuem uma surpreendente diversidade de genes de espécies próprias dessa

região de origem de muitos dos alimentos mais importantes da humanidade. Temos trabalhado com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) para hospedar e capacitar gerentes de bancos de genes de toda a região, e foi maravilhoso reunir tantas pessoas e instituições dedicadas a esse campo. Também foi maravilhoso fazer parte do processo de capacitação das gerações atuais e futuras de cientistas na coleta, conservação e uso da diversidade de cultivos.

Além disso, estamos financiando os esforços que muitos países, como Brasil, Costa Rica, Equador e Peru, dirigem à coleta de germoplasma, no momento em que nossos parceiros nacionais buscam em regiões remotas os parentes silvestres de cultivos como a batata, a batata-doce e o feijão. Alguns parceiros, como o Instituto de Pesquisas Agrícolas (INIA), do Chile, e o Zamorano, em Honduras, também participam dos esforços mundiais realizados antes da reprodução para cruzar parentes silvestres com cultivos domesticados e tornar suas características especiais úteis para os fitomelhoradores. Esses esforços têm resultado em cultivos mais resistentes, mais resilientes e mais tolerantes à seca, à salinidade, a inundações, ao calor, a geadas... A qualquer ameaça que o futuro possa apresentar.

Dos bancos de genes aos cultivos e às mulheres que os cultivam

Há um longo caminho entre o banco de genes e o lote familiar, e os conservacionistas de cultivos nem sempre podem ver as mudanças que seu trabalho possibilita. Portanto, causa grande alegria quando a diversidade de um banco de germoplasma gera um impacto imediato na vida dos agricultores, como se conseguiu pela biofortificação.

Muitos desses agricultores têm compartilhado suas histórias. Valdileia de Moura, uma camponesa de 21 anos do Piauí, um estado semiárido e propenso à seca localizado no nordeste do Brasil, adotou feijões biofortificados e irrigação por gotejamento, graças ao que o rendimento de seus cultivos aumentou substancialmente, apesar das condições adversas com as quais deve lutar.

Olivia Chunj Mijcohc, uma agricultora de 50 anos do distrito de Totonicapán, na Guatemala, adotou uma variedade de feijão rica em ferro e de maior rendimento (ICTA SuperchivaACM) cuja cozedura leva muito menos tempo. Nos últimos anos, Olivia tem conseguido alimentar bem a sua família e vender produtos excedentes no mercado local, o que se tem constituído em uma fonte adicional de receitas.

Francisca Chun Tayun, que reside em San Bartolo, também na Guatemala, cultiva a mesma variedade. Motivada pelos benefícios para a saúde de seus filhos pequenos, também conseguiu maiores rendimentos e pôde guardar sementes para os anos seguintes. Seu entusiasmo pelo feijão rico em ferro a levou a promover o cultivo dessa variedade entre outros agricultores.

As mulheres agricultoras foram parte integrante desse êxito, bem como o são da agricultura. Desde o começo da iniciativa HarvestPlus, ela tem oferecido orientação

sobre os traços que se preferem nos cultivos, dando ênfase, por exemplo, à necessidade de variedades que cozinhem rapidamente ou que tenham uma casca brilhante, que permita atrair compradores nos mercados locais. A diversidade dos cultivos permitiu aos fitomelhoradores desenvolver variedades nutricionalmente superiores e que também satisfaziam essas necessidades.

Agora que os cultivos biofortificados estão prontos, pessoas designadas como “campeões”, muitas vezes agricultoras pioneiras no cultivo de diversas variedades, converteram-se em seus embaixadores e promovem seus benefícios entre os agricultores e comunidades vizinhas. Essa interação estratégica de agricultor a agricultor foi um dos aspectos mais gratificantes da iniciativa. Conforme as mulheres usam variedades melhoradas para gerar produtos de valor agregado, estão emergindo cadeias de valor autossuficientes.

Além disso, uma quantidade crescente de jovens mulheres cientistas trabalha na iniciativa, as quais chegarão a ocupar postos de liderança em pesquisa agrícola a medida que a geração anterior de pesquisadores se aposenta nos próximos anos. É emocionante ver avanços que podem reorientar a pesquisa em toda a região, tornando-a mais sensível quanto ao gênero e receptiva aos interesses e necessidades das mulheres agricultoras.

As possibilidades futuras da pesquisa agrícola na América Latina, baseadas em sua rica agrobiodiversidade e na participação ativa dos agricultores, são realmente empolgantes. E esse sentimento de empolgação se reforça ao ver as realizações já alcançadas, que se resumem no desenvolvimento e fortalecimento de um sistema alimentar que vincula eficazmente os bancos internacionais de genes e as ciências avançadas dos cultivos com as prioridades dos agricultores e as necessidades nutricionais de todos.

Creemos que um maior grau de investimento e pesquisa sobre o potencial da biofortificação pode levar alimento e esperança a até 1.000 milhões de pessoas em 2030. Mas para isso, primeiro, devem ser reconhecidas duas verdades básicas: a diversidade de cultivos é essencial para enfrentar os desafios do sistema alimentar mundial e as mulheres — como agricultoras, científicas e tomadoras de decisões — são essenciais para que a diversidade de cultivos gere benefícios para todos.

O futuro da agricultura é feminino

Mostra-se essencial estimular as mulheres rurais a participar da arena política. Um século depois de introduzir o sufrágio feminino, as mulheres ainda estão sub-representadas nos parlamentos alemães

*Julia Klöckner**

Há uma coisa que devo deixar muito clara aos leitores desde o princípio: no plano pessoal, tive muitos privilégios. Cresci em um país e em uma época nos quais os direitos das mulheres já não eram objeto de negociação. No entanto, atualmente, como naquela época, há muito por fazer para garantir que as mulheres possam contribuir da mesma forma que os homens em todos os âmbitos da vida pública e ocupar cargos executivos, bem como para assegurar que não sejam elas, se não lhes é oferecida outra opção, quem devam renunciar à sua carreira ou assumir uma dupla carga extrema assim que formam uma família. Também nesses momentos a posição das mulheres em nossa sociedade pode ser considerada sumamente exemplar: durante muitos anos, tivemos a Dra. Angela Merkel à frente de nosso Governo.

A agricultura tem diversas facetas: em muitos países, pode simbolizar um árduo trabalho manual, enquanto em outros, constitui uma parte da economia que está digitalizada e que utiliza tecnologia de ponta. Embora em algumas regiões áridas do mundo os agricultores lutem para obter qualquer produto a partir dos escassos recursos naturais disponíveis, em outras regiões do planeta, as colheitas parecem sair do nada.

* Ministra de
Alimentação e
Agricultura
República
Federativa da
Alemanha



Em quase todas as propriedades rurais da Alemanha há mulheres trabalhadoras. Segundo os dados mais recentes, cerca de 341.000 mulheres realizam atividades no setor agropecuário. Não obstante, em 2016, só 9% dos 276.000 administradores de propriedades rurais do país eram mulheres. De acordo com uma pesquisa¹ realizada com 514 trabalhadoras agrícolas dentre 18 e 39 anos de idade, 25% delas eram empregadas em tempo integral ou parcial nas propriedades rurais, enquanto só 29% eram trabalhadoras independentes. A maioria, aproximadamente 40%, afirmou que trabalhava sem contrato.”

Não obstante, apesar das diferenças fundamentais quanto a requisitos como condições climáticas, tipos de cultivo e grau de tecnologia em uso, a agricultura se apresenta de forma semelhante em todas as partes do mundo. Ela proporciona, a todos nós, a base dos alimentos que consumimos, condição sem a qual não seria possível nossa existência. Por conseguinte, não se trata de um setor qualquer, mas de um dedicado à vida e a seus elementos essenciais.

Mas, a quem nos referimos quando falamos de agricultura? Que está por trás desse termo? Em várias regiões da Terra, a maioria dos agricultores é de mulheres. São principalmente as mulheres que alimentam o mundo!

Lamentavelmente, sua contribuição nem sempre é igualmente apreciada. Em minha opinião, devemos dirigir nossos esforços para combater essa falta de consciência e reconhecimento.

As mulheres rurais de todo o mundo

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, adotada pela Organização das Nações Unidas, ressalta acertadamente a transcendência da igualdade de gênero. Não se trata apenas de um fim em si mesmo, mas também de um princípio diretor global estabelecido em 11 dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Nenhum país pode esperar um desenvolvimento bem-sucedido se não incluir as capacidades, os conhecimentos e a criatividade de metade da sua sociedade. Em termos econômicos, isso constitui um intolerável desperdício de recursos.

No que diz respeito a como nos vemos e tratamos uns aos outros, a discriminação da mulher na sociedade é sinal de uma estrutura social obsoleta que precisa urgentemente de uma renovação. Corresponde a todas nós assegurar que essas mudanças ocorram em nossas próprias sociedades. Esse é um dos motivos pelos

¹ Publicação de Agravheute, 8 de março de 2019.

quais meu Ministério apoia as mulheres que habitam as zonas rurais e que se dedicam à agricultura.

Os fatos falam por si mesmos.

Sua função na agricultura e nas zonas rurais é de uma importância mundial: as mulheres constituem a pedra angular de nossas zonas rurais.

De acordo com a Organização Mundial de Agricultores, em todo o mundo, 43% das pessoas que trabalham na agricultura são mulheres, enquanto em alguns países, até 70% da mão de obra agrícola é feminina. Elas são as responsáveis por entre 60% e 80% da produção mundial de alimentos.

Em diversos países, industrializados ou em desenvolvimento, as mulheres rurais também são afetadas pela pobreza, pela desigualdade e por insuficientes oportunidades de educação, devido ao que costumam enfrentar escassas possibilidades de viver e prosperar nessas zonas.

No entanto, são principalmente as gerações mais jovens que lutam por uma vida melhor no país: as jovens rurais, que mostram grande entusiasmo e paixão por melhorar as condições de vida das zonas rurais, não só garantirão que essas continuem sendo zonas viáveis para se viver, mas também que suas regiões continuem sendo atrativas e dinâmicas.

As mulheres rurais da Alemanha

Em quase todas as propriedades rurais da Alemanha há mulheres trabalhadoras. Segundo os dados mais recentes, cerca de 341.000 mulheres realizam atividades no setor agropecuário. Não obstante, em 2016, só 9% dos 276.000 administradores de propriedades rurais do país eram mulheres. De acordo com uma pesquisa² realizada com 514 trabalhadoras agrícolas dentre 18 e 39 anos de idade, 25% delas eram empregadas em tempo integral ou parcial nas propriedades rurais, enquanto só 29% eram trabalhadoras independentes. A maioria, aproximadamente 40%, afirmou que trabalhava sem contrato. Além disso, se comprovou que eram trabalhadoras qualificadas, uma vez que quase 68% tinha completado cursos de formação vocacional, 29% tinha realizado estudos universitários em ciências agrícolas e 22% tinha recebido capacitação empresarial.

90% das pesquisadas trabalhava em empresas familiares e um terço delas trabalhava mais de 40 horas por semana na propriedade.

Em sua jornada, 67% das entrevistadas dedicava seu tempo cuidando de animais, 62% realizava trabalho de escritório e 43% efetuava trabalhos de gestão operacional. Um número muito menor delas trabalhava no campo (quase 24%),

² Publicação de Agravheute, 8 de março de 2019.

14% trabalhava em relações públicas e 12% realizava atividades relacionadas a vendas diretas de produtos agrícolas.

53% das mulheres afirmou que tomava decisões de negócios juntamente com seu par. Aproximadamente 29% delas era consultada na tomada de decisões, mas seu companheiro tinha a última palavra. Finalmente, cerca de 10% não exercia influência alguma no futuro da propriedade rural onde vivia e trabalhava. Somente 8% expressou que tomavam as decisões empresariais sobre a propriedade sozinhas.

Permita-me expressar o significado desses dados em termos da cotidianidade das mulheres na agricultura:

A maior parte dessas mulheres recebeu alguma forma de capacitação agrícola e mais da metade possui um título universitário em ciências agrícolas ou administração de empresas. A maioria trabalha em tempo integral. Uma percentagem significativa delas realiza trabalhos de gestão operacional. Então, que tipo de reconhecimento, remuneração e poder de tomada de decisões podem esperar essas mulheres? Trata-se de trabalhadoras familiares, que só aparecem nas estatísticas como “as esposas dos proprietários das explorações agrícolas”. Em numerosos casos, carecem de um contrato de trabalho, enquanto sua seguridade social depende de sua condição de cônjuges dos produtores. Apesar de muitas delas desempenharem funções de gestão operacional, não são capazes de tomar suas próprias decisões acerca do futuro da propriedade.

Isso apresenta uma imagem bastante antiquada da vida agrícola. Parece que a igualdade de gênero ainda não está totalmente arraigada em muitas propriedades rurais. Essa situação deve mudar. A agricultura não é um âmbito exclusivamente masculino; nunca o foi nem o será. De fato, muitas mulheres costumam trabalhar em explorações agrícolas, além de ter outro trabalho. Administram o lar, criam seus filhos e cuidam de seus pais idosos. Em muitos casos, atuam também como voluntárias em clubes e organizações ou participam da política no plano governamental local. Elas contribuem para configurar nossa coesão social e definir a maneira como vivemos no campo.

Organizações e redes de mulheres rurais

Essas jovens produtoras escolheram uma vida em que devem colocada as necessidades dos demais antes das suas. Sua vida cotidiana é consideravelmente diferente da das mães de nossas cidades, as quais frequentemente deixam seus filhos na creche para ir correndo para a próxima reunião ou conferência de negócios. Também na propriedade rural, as mulheres estão muito ocupadas. Já não aceitam sua situação; em vez disso, organizam eventos e reuniões, estabelecem redes e apoiam umas às outras. A LandFrauenverband (Associação Alemã de Mulheres Rurais), um bom exemplo dessas redes, dedica-se a melhorar as vidas dessas mulheres, aborda questões relativas a elas e as incentiva a participar desse trabalho.

As mulheres rurais e seu papel de empreendedoras

Implementar uma empresa abre novas portas às mulheres das zonas rurais, por isso a LandFrauverband respalda a iniciativa de lhes oferecer assistência para que, mediante o estabelecimento de um negócio, gerem seus próprios meios de vida. Isso oferece às mulheres com um alto nível educacional oportunidades para permanecer nessas zonas e, por conseguinte, melhorar sua infraestrutura. Além disso, pode constituir um passo para sua independência financeira e uma possibilidade de pôr em prática o princípio de igualdade por retribuição. Além disso, as empregadoras servem de modelo a ser imitado.

As mulheres rurais no âmbito da política

Também se mostra essencial estimular as mulheres rurais a participar da arena política. A paridade entre mulheres e homens no parlamento é uma norma que temos fixado a nós mesmos.

Aproximadamente 100 anos depois da introdução do sufrágio feminino, as mulheres ainda estão sub-representadas nos parlamentos alemães, o que também se aplica a cargos municipais. Um exemplo disso é o posto de administrador de distrito, o de mais alto nível nessa unidade administrativa. Dos 294 funcionários eleitos, 28 são mulheres, o que representa 9,5%³. Faz muito tempo que a percentagem de mulheres que ocupam postos ou posições na política municipal, em organismos administrativos rurais, conselhos de supervisão e comissões de cogestão na estrutura de autogoverno das instituições de seguridade social parou de crescer. Portanto, a LandFrauenverband apresentou uma campanha denominada *Frauen!Wählem* (As mulheres votam!), com o objetivo de aumentar consideravelmente a percentagem destas nas juntas administrativas e nos conselhos de administração e supervisão das empresas estatutárias alemãs de seguros de saúde, acidentes e pensões, uma vez que as decisões tomadas nessas comissões têm um enorme impacto na vida dos assegurados. As mulheres devem influenciar nessas decisões.

O dinamismo das zonas rurais: um motivo para que seus habitantes permaneçam nelas

Para garantir que as habitantes das zonas rurais façam parte na vida pública, devemos lhes proporcionar serviços de creche seguros e uma infraestrutura de comunicação digital confiável. Esses aspectos, unidos intrinsecamente, são a plataforma que lhes permitirá participar dos assuntos políticos dessas zonas.

Precisamos de pessoas que se preocupem, que assumam responsabilidades, que se envolvam e que abordem os problemas que requerem nossa atenção. Precisamos

3 Stöhr, M; Grigat, G. 2019. Frauen immer noch die Ausnahme sind (on-line). Spiegel Online, Alemanha. Disponível em <http://www.spiegel.de/politik/deutschland/gleichstellung-warum-frauen-in-der-kommunalpolitik-eine-minderheit-sind-a-1257217.html>.

de indivíduos interessados em uma causa e comprometidos com ela e que desejem compartilhar seus conhecimentos. A contribuição de agentes da sociedade civil é tão importante como os serviços públicos em funcionamento e o fortalecimento econômico de uma região. Vez por outra temos ouvido acerca da importância das parcerias tri-setoriais, pelo que devemos prestar a mesma atenção ao Estado, aos mercados e à sociedade civil. Já é hora de adotar medidas de políticas que estimulem o estabelecimento de uma sólida comunidade social no plano municipal, a fim de fortalecer o dinamismo das zonas rurais.

O trabalho voluntário nas zonas rurais

O voluntariado constitui uma atividade importante dos povos dinâmicos. Mais de 30 milhões de cidadãos alemães participam de diferentes formas desse trabalho — desde a participação individual em atividades locais, até o trabalho voluntário em clubes, igrejas, iniciativas de trabalho social, brigadas de bombeiros, grupos de interesses políticos e profissionais e parlamentos municipais. Em particular, as Landfrauen (mulheres rurais) costumam ser voluntárias ativas. Para manter e ampliar essas estruturas, devemos apoiar as voluntárias com empregados em tempo integral que fomentem as conexões entre a sociedade civil e a política municipal e que reconheçam e valorizem o trabalho dessas mulheres.

Essa cooperação seguirá prosperando se apropriadamente valorizada.

A igualdade de gênero como um dos objetivos do financiamento das zonas rurais

A igualdade entre homens e mulheres é um direito fundamental reconhecido. De acordo com a legislação europeia, todo financiamento e programa de ajuda deve promover esse direito.

Portanto, deve ser nosso objetivo melhorar a qualidade de vida e as condições de trabalho de todas as mulheres das zonas rurais. Nesse sentido, o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) constitui um instrumento chave de financiamento.

Entre os programas de financiamento de longo prazo⁴ criados pelo FEADER se incluem diversos que têm ajudado a proporcionar uma melhor infraestrutura às mulheres. Somente por esse tipo de enfoque podemos assegurar uma participação mais igualitária entre mulheres e homens em todos os níveis dos programas individuais. As finalidades desses programas nas zonas rurais são diversas, por exemplo, aumentar a percentagem de mulheres empregadas no setor, oferecer assistência para o estabelecimento de estruturas de cooperação e organizar

⁴ Por exemplo, o projeto "Medidas inovadoras destinadas às mulheres das zonas rurais", implementado pelo estado federal de Baden Württemberg, no âmbito do programa LEADER do FEADER.

campanhas de igualdade de gênero. Desejamos utilizar diversas medidas de financiamento para melhorar a infraestrutura demandadas pelas mulheres de todas as idades e suas famílias, reduzir o êxodo rural e criar incentivos para que as pessoas regressem às zonas rurais.

O estudo sobre mulheres rurais realizado pelo meu Ministério

Espera-se que a política esteja a serviço dos cidadãos, portanto, não deve ignorá-los nem passar por alto suas necessidades. Frequentemente me pergunto como é realmente a vida das agricultoras da Alemanha. Como é a sua rotina diária? Quais são as suas condições de vida e de trabalho? Que possibilidades elas têm de continuar a se desenvolver? Como podem continuar sua educação, iniciar processos de crescimento e gerar seu êxito pessoal?

Também me pergunto como a vida das mulheres rurais se vê afetada pela transformação que ocorre na agricultura e na sociedade.

Devemos realizar uma busca mais profunda das respostas a essas perguntas. Somente então saberemos o que exatamente nos falta e encontraremos soluções adaptadas que tornem a vida no campo mais atraente e fácil para as mulheres rurais.

É pelo que foi dito que meu Ministério está investindo meio milhão de euros em um estudo pelo qual se coletará, registrará e avaliará todos esses aspectos e iniciativas. Isso nos proporcionará uma base científica segundo a qual saberemos como promover e apoiar melhor as mulheres na agricultura. Além disso, permitirá sondarmos novas possibilidades e prepararmos o caminho para o seu futuro aproveitamento. Esse estudo apresentará um âmbito verificável de cifras e dados que me oferecerão informações para adotar as medidas políticas necessárias. Em um período de três anos, serão entrevistadas mais de 30.000 mulheres do setor agrícola e suas respostas serão analisadas.

Isso exigirá uma visão diferenciada dos desafios que enfrentam e as cargas que suportam. Meu objetivo é aumentar a visibilidade do compromisso dessas mulheres com as zonas rurais e fomentar o grande potencial para a inovação nesse âmbito.

Nossas zonas rurais constituem os motores de nosso país e as mulheres do campo são a força que os impulsionam.



Corrigir os persistentes hiatos de gênero é essencial para o desenvolvimento econômico e social de nossa região

Urge superar a exclusão política das mulheres rurais

*Carmen Moreno**

Criada em 1928, a CIM foi o primeiro organismo intergovernamental estabelecido para garantir o reconhecimento dos direitos humanos das mulheres. Desde então, transformou-se no principal fórum das Américas para o debate e a formulação de políticas sobre os direitos das mulheres e a igualdade de gênero.

Ao longo de seus noventa anos de existência, a Comissão se dedicou a trabalhar para garantir os direitos das mulheres e a igualdade de gênero nas Américas. Depois da Europa Ocidental, a estrutura jurídica e de políticas da nossa região em torno desses temas é a mais sólida do mundo. Os governos do hemisfério adotaram acordos legalmente vinculantes e declarações políticas de compromisso com respeito aos direitos humanos das mulheres e a igualdade de gênero, todos os quais se converteram em uma sólida estrutura jurídica e normativa para proteger e garantir os direitos das mulheres e punir a discriminação e a violência de gênero arraigadas nas Américas. Não obstante, continuam a existir hiatos entre a estrutura jurídica e normativa e a prática na real implementação dos direitos humanos e da igualdade das mulheres.

* Embaixadora,
Secretaria
Executiva da
Comissão
Interamericana de
Mulheres (CIM),
Organização
dos Estados
Americanos (OEA)

Mais recentemente, com a aprovação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, os países se comprometeram a buscar a igualdade de gênero e a empoderar todas as mulheres e meninas (Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº. 5). Esse compromisso inclui diversos propósitos que cabem ser destacados no contexto atual: empreender reformas destinadas a oferecer às mulheres direitos iguais a recursos econômicos, bem como acesso à propriedade da terra e ao controle sobre ela e a outros tipos de bens, a serviços financeiros, à sucessão e a recursos naturais; reconhecer e valorizar as tarefas de cuidados e domésticas não remuneradas pela prestação de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social e a promoção da responsabilidade compartilhada no âmbito doméstico e familiar; assegurar a participação plena e eficaz e a igualdade de oportunidades para as mulheres em todos os níveis da tomada de decisões na vida política, econômica e pública; e eliminar toda forma de violência contra as mulheres e meninas nos planos público e privado, inclusive o tráfico e a exploração sexual e outros tipos de exploração das mulheres nas zonas rurais.

As mulheres devem ter os mesmos direitos que os homens, o que significa igualdade em termos de direitos de sucessão, a possibilidade de possuir terras, gado e outros recursos econômicos e o acesso igualitário à capacitação em agricultura e outras

áreas úteis em seu entorno; além disso, devem conhecer muito bem a gestão dos recursos naturais, em especial da água e das formas e meios para evitar, ou pelo menos reduzir, o impacto da mudança do clima. Além disso, devem ter o direito de receber educação e acesso a novas tecnologias, de conhecer seus direitos e como defendê-los, a viver sem violência e sem medo e a contribuir para o bem-estar de suas famílias e comunidades.

As mulheres devem ter os mesmos direitos que os homens, o que significa igualdade em termos de direitos de sucessão, a possibilidade de possuir terras, gado e outros recursos econômicos e o acesso igualitário à capacitação em agricultura e outras áreas úteis em seu entorno; além disso, devem conhecer muito bem a gestão dos recursos naturais, em especial da água e das formas e meios para evitar, ou pelo menos reduzir, o impacto da mudança do clima. Além disso, devem ter o direito de receber educação e acesso a novas tecnologias, de conhecer seus direitos e como defendê-los, a viver sem violência e sem medo e a contribuir para o bem-estar de suas famílias e comunidades.”

Na análise da situação dos direitos humanos das mulheres e da igualdade de gênero, mostra-se imperativo considerar a interseccionalidade de outras dimensões da discriminação, como a idade, a raça, as deficiências e a condição de migrante ou deslocada e de habitante das zonas rurais, entre outras. A discriminação e a falta de acesso a direitos são agravadas por essas situações

especiais de vulnerabilidade, que perpetuam sua carência de acesso a direitos e à igualdade de trato e, em última instância, prolongam sua situação de pobreza. Deve-se considerar a interseccionalidade para alcançar a igualdade de gênero.

No caso concreto das mulheres rurais, de acordo com estatísticas do Escritório Regional da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) para a América Latina e o Caribe, embora trabalhem todos os dias, na América Latina, 40% das mulheres rurais maiores de quinze anos carece de receitas próprias. Sem receber qualquer retribuição econômica, sua contribuição para a economia assistencial foi de vital importância para a produtividade e a subsistência diária dos lares rurais. Além disso, segundo a FAO, as mulheres rurais da região só possuem parte da terra, do crédito, dos insumos produtivos e da educação que os homens têm.

No relatório sobre o hiato global de gênero de 2017¹ do Fórum Econômico Mundial (FEM) se reconhece que as diferenças entre as mulheres e os homens quanto à sua participação na vida econômica e seu empoderamento político continuam sendo consideráveis, uma vez que apenas 58% do hiato de participação econômica foi eliminado; além disso, estima-se que, com o ritmo atual de avanço, o hiato global de gênero na América Latina e no Caribe (ALC) poderá ser vencido dentro de 79 anos.

Corrigir essas diferenças persistentes em termos de gênero é fundamental não só para garantir a proteção plena dos direitos humanos das mulheres, mas também para avançar no desenvolvimento econômico e social de nossa região. No relatório sobre o hiato global de gênero de 2017 também se ressalta que, de acordo com diversos modelos e estudos empíricos, melhorar a paridade de gênero pode gerar importantes benefícios econômicos, e que compensações justas pelas capacidades e a disponibilidade de acervos mais ricos de talentos são afetadas pelos preconceitos de gênero, o que supõe perdas maiores quanto aos benefícios da diversidade na economia assistencial e o setor tecnológico emergente.

As contribuições das mulheres rurais às vantagens econômicas, ambientais e sociais para o desenvolvimento sustentável são de grande importância para a sociedade e suas comunidades. No entanto, elas enfrentam enormes desafios para ter acesso a serviços básicos, como assistência médica, educação, crédito e outras oportunidades de crescimento pessoal e econômico. Nesse sentido, seu empoderamento se torna essencial não só para seu bem-estar e de suas comunidades, mas também para o crescimento econômico e a produtividade de seus países.

Isso destaca a relevância do empoderamento das mulheres e meninas rurais. As políticas e os programas públicos direcionados a lhes oferecer acesso à educação e à capacitação especializada devem ser uma prioridade em nossa região. Além

1 Relatório sobre o hiato global de gênero de 2017 (Fórum Econômico Mundial): http://www3.weforum.org/docs/WEF_GGGR_2017.pdf.

disso, eles devem fomentar a corresponsabilidade da reprodução social, que inclui os cuidados, entre as mulheres, os homens, o Estado e o setor privado. Não basta lhes proporcionar acesso à educação e à capacitação especializada para empoderar e integrá-las na economia formal, com todos os benefícios que isso supõe, se não for abordada a redistribuição dos papéis e as responsabilidades tradicionais do lar. A medida que os homens participam mais das tarefas do lar e dos cuidados dos dependentes, as mulheres têm maiores oportunidades para aumentar sua participação na economia produtiva e seus ganhos e para realizar maiores contribuições para a economia do lar e a economia em geral.

Além de oferecer oportunidades às mulheres rurais para que façam parte da economia formal, na região, devem ser implementadas políticas públicas que, sob uma perspectiva de gênero e direitos, oferecem apoio integral e proteção social àquelas que participam de atividades econômicas no setor informal ou que realizam trabalho não remunerado em sua casa ou comunidade. Nas Américas ainda se enfrenta o desafio de incorporar um enfoque baseado nos direitos e nos direitos econômicos, sociais e culturais estabelecidos na estrutura jurídica da região, a seus sistemas de proteção social, mediante sólidas políticas públicas voltadas para facilitar a implementação da estrutura jurídica.

Em termos de seu empoderamento e liderança políticas, as mulheres das Américas fazem frente a grandes obstáculos para poder exercer seus direitos, o que se exacerba no âmbito local e nas zonas rurais, onde sua participação na política é ainda mais limitada do que no plano nacional. Alguns padrões culturais patriarcais que persistem perpetuam a discriminação e as desigualdades às quais as mulheres estão sujeitas, especialmente as rurais, as indígenas e as afrodescendentes. Basicamente sua participação na política é crucial para ter democracias inclusivas, capazes de representar uma pluralidade de interesses e demandas. Superar a exclusão das mulheres da vida política e de postos particulares de liderança, representação e formulação de políticas é um dos desafios essenciais enfrentados pelo seu empoderamento e os sistemas democráticos das Américas.

A transcendência do empoderamento das mulheres na esfera política foi reconhecida na região. A CIM trabalha atualmente em suporte ao exercício pleno da cidadania política das mulheres e da paridade na representação política como condições essenciais da governança e uma democracia dos cidadãos dos países das Américas. A fim de cumprir esse objetivo, a Comissão realiza atividades destinadas a sensibilizar os líderes políticos com relação aos impactos das desigualdades de gênero no contexto político, nos direitos políticos das mulheres e na paridade de gênero, bem como para fortalecer a capacidade institucional das autoridades políticas e eleitorais da região para mitigar a violência política e o assédio contra as mulheres. Como foi mencionado antes, deve-se levar em consideração a interseccionalidade conforme se avança para a plena participação política das mulheres. O trabalho com as mulheres rurais, indígenas e afrodescendentes continua a ser uma prioridade para a CIM em seu compromisso de fortalecer sua participação, liderança e empoderamento político.

Além disso, um dos pilares da Estratégia de Montevideu para a Implementação da Agenda Regional de Gênero no Âmbito do Desenvolvimento Sustentável para 2030² da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) é a “*participação popular e cidadã: democratização da política e das sociedades*”, que se refere à contribuição das mulheres, em toda a sua diversidade, ao projeto, à aplicação e ao acompanhamento das políticas nos âmbitos nacional e internacional.

No contexto do trabalho da CIM sobre a implementação eficaz da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará), está sendo abordada a prevenção e a erradicação de todas as formas de violência contra as mulheres. Pelo Mecanismo de Acompanhamento da Convenção de Belém do Pará (MESECVI), analisa-se o avanço na implementação da Convenção pelos estados partes e os desafios persistentes enfrentados pelo Estado para dar uma resposta eficaz a essa violência.

O Terceiro relatório hemisférico sobre a implementação da Convenção de Belém do Pará³, aprovado recentemente, inclui recomendações concretas para considerar a interseccionalidade das diferentes dimensões da discriminação, inclusive a relacionada às mulheres rurais. Algumas dessas recomendações conclamam os estados a (1) aprovar a legislação e a elaborar e implementar políticas públicas voltadas para prevenir e erradicar condutas e práticas culturais ou discriminatórias baseadas na subordinação ou na inferioridade das mulheres e meninas; (2) adaptar o aparelho estatal, que deve levar em conta as necessidades especiais e os obstáculos que enfrentam os grupos de mulheres e meninas com maior vulnerabilidade à violência para ter acesso à justiça (inclusive as que habitam nas zonas rurais em situações de pobreza e exclusão, com barreiras de idioma etc.); e (3) atribuir orçamentos significativos que permitam realizar campanhas, ações e programas nacionais massivos para a prevenção da violência contra as mulheres, a fim de cumprir cabalmente a obrigação de devida diligência para garantir uma vida livre de violência. O MESECVI reconhece a importância de investir na prevenção da violência contra as mulheres não só para assegurar o exercício de seus direitos, mas também para contribuir para reduzir os custos implicados pela assistência e punição quando se apresenta esse tipo de violência (saúde, serviços especializados, causas nos tribunais, reparação de direitos).

Em relação ao Dia Internacional da Mulher Rural, devemos reconhecer os hiatos consideráveis que perduram entre as mulheres das zonas rurais e as das zonas urbanas e aplicar as medidas necessárias para eliminá-las no menor prazo possível. Essa será a única maneira de honrar, em sua totalidade, o nosso compromisso com a igualdade de direitos e de gênero.

2 https://www.cepal.org/sites/default/files/events/files/estrategia_de_montevideo_para_la_implementation_de_la_agenda_regional_de_genero_en_el_marco_del_desarrollo_sostenible_hacia_2030_0.pdf.

3 <http://www.oas.org/en/mesecvi/docs/TercerInformeHemisferico-ES.pdf>.

Por meio da Carta Democrática Interamericana, os estados membros da OEA reconheceram que “a democracia e o desenvolvimento econômico e social são interdependentes e se reforçam mutuamente”. Além disso, admitiram que a eliminação de toda forma de discriminação e respeito à diversidade nas Américas contribui para o fortalecimento da democracia. O ponto forte de nossas instituições democráticas depende da inclusão, da diversidade e da pluralidade da participação de seus cidadãos. O valor do papel que as mulheres rurais desempenham em nossas sociedades, sua contribuição para a economia, seu empoderamento e liderança, o respeito por seus direitos humanos e sua igualdade de acesso a oportunidades e serviços contribuirão ainda mais para a consolidação de nossas democracias e práticas democráticas. As políticas públicas promulgadas pelos países das Américas devem abordar os hiatos que permanecem e oferecer as oportunidades, os serviços e o acesso que as mulheres rurais requerem para desenvolver o máximo de seu potencial e contribuir em maior medida para nossas comunidades e sociedades em geral.

Mulheres rurais no Caribe: Agentes fundamentais da transformação para um desenvolvimento genuíno e sustentável

Ainda é urgente trabalhar para alcançar a igualdade de gênero e a autonomia no âmbito do desenvolvimento sustentável

*Mia A. Mottley**

A história do desenvolvimento do Caribe não pode ser contada sem relatar as contribuições das mulheres rurais. Ao longo de nossa evolução, desde as economias de plantação e sociedades agrárias às nações modernas e independentes de hoje, as mulheres rurais têm desempenhado, e continuam desempenhando, papéis fundamentais no desenvolvimento econômico e social de nossos países e, de fato, na própria sustentabilidade da região.

Durante séculos, elas foram responsáveis pela produção, processamento e comercialização de produtos agrícolas, bem como pela nutrição e bem-estar de suas famílias e comunidades. Como mães, avós, tias e irmãs, diariamente têm orientado e cuidado de suas famílias e dos enfermos e idosos de suas comunidades. Seus conhecimentos sobre o uso das ervas naturais e da medicina tradicional, bem como a prática de estilos de vida saudáveis, foram em grande parte responsáveis pela quantidade recorde de mulheres centenárias que vivem em Barbados e Dominica.

A contribuição das mulheres rurais para a segurança alimentar e nutricional e para o desenvolvimento de sociedades saudáveis foi subestimada por muito tempo. Hoje, as mulheres desempenham um papel ainda mais

* Primeira Ministra
Barbados

importante, pois, graças à produção, ao comércio e à promoção de alimentos saudáveis e nutritivos produzidos localmente, lideram a luta contra o “tsunami” de doenças crônicas não transmissíveis (ECNT) que atualmente afeta a nossa região. Além disso, sua potencial contribuição ao desenvolvimento do setor de saúde e bem-estar, particularmente no setor de turismo, oferece possibilidades interessantes para a expansão das economias regionais.

Seu espírito empreendedor, nascido em muitos casos por pura necessidade de sobrevivência econômica, desempenhou um importante papel não só em termos do desenvolvimento da inovação e a tecnologia, mas também e talvez ainda mais importante, com respeito ao desenvolvimento social e econômico, pela criação de empregos e o aproveitamento da capacidade produtiva de outras mulheres, promovendo assim o aumento da renda per capita, a estabilização das famílias e a redução da pobreza.

Em uma região altamente vulnerável aos desastres naturais e impactos negativos da mudança do clima, as mulheres rurais têm promovido a conservação ambiental, cuidando da rica biodiversidade de nossa terra, das espécies de plantas e animais e dos recursos marinhos, além de terem participado de que hoje se conhece como “agricultura climaticamente inteligente”. Elas representam valiosos repositórios da sabedoria e do conhecimento tradicionais sobre o que é único e autêntico em nossa região e representam a “propriedade intelectual” que forma a base do pensamento inovador necessário para transformar nossas sociedades. Suas potenciais contribuições ao desenvolvimento das bioeconomias “azul” e “verde” são enormes.

Para alcançar o empoderamento econômico, as mulheres também devem ter voz, dispor de uma sólida rede de negócios e gozar de representação na tomada de decisões. A rigidez de algumas políticas, instituições, programas e projetos cegos ao gênero se perpetua devido à limitada participação das mulheres na formulação de políticas e nos processos de mudança de políticas e instituições, bem como ao insuficiente reconhecimento das agências e redes de mulheres.”

Além de assumir seus papéis produtivos e reprodutivos, as mulheres rurais se converteram em ativistas e líderes de suas comunidades e, de origens humildes, elas têm ascendido a altos cargos públicos nos âmbitos nacional, regional e internacional. Além disso, têm elevado o perfil de gênero; têm potencializado o desenvolvimento das artes e da literatura, da política, do sindicalismo e da academia; têm advogado pelos direitos das mulheres; têm liderado o posicionamento da região em temas da agenda global e traçaram caminhos de desenvolvimento pavimentados na cultura, na dignidade e no orgulho caribenho.

Apesar desses importantes avanços alcançados pelas mulheres caribenhas em várias facetas de sua vida, ainda resta um significativo e urgente trabalho a ser feito para alcançar a igualdade de gênero e a autonomia das mulheres no contexto do desenvolvimento sustentável. As mulheres e meninas estão entre as pessoas com maior probabilidade de ser pobres; de carecer de acesso a ativos, educação, atendimento médico e outros serviços essenciais e de sofrer os maiores impactos das crises econômicas e alimentares mundiais e da mudança do clima. Além disso, o assédio sexual e a violência de gênero são problemas que oprimem as mulheres rurais.

Em toda a região, as mulheres tendem a estar sobrerrepresentadas nos setores mais baixos do mercado de trabalho, especialmente no setor de serviços e sub-representadas nas áreas que requerem qualificações mais altas. Além disso, a taxa de desemprego é mais elevada entre as mulheres, cujos níveis de proteção social e seus salários em postos semelhantes são mais baixos do que os dos homens. Em quase todos os aspectos quantificáveis do desenvolvimento, as mulheres rurais têm piores resultados do que os homens rurais, devido às desigualdades de gênero e à discriminação. Portanto, é essencial empoderá-las, não só para promover o bem-estar das pessoas, das famílias e das comunidades rurais, mas também para melhorar a produtividade econômica geral e potencializar a sustentabilidade a longo prazo da região do Caribe.

As mulheres empresárias, especialmente nas zonas rurais, muitas vezes enfrentam dificuldades para ter acesso a produtos e serviços financeiros pertinentes, devido à falta de produtos apropriados, informações e compreensão de suas necessidades e garantias. Os serviços de desenvolvimento empresarial não estão disponíveis em muitas áreas rurais, o que afeta o crescimento das empresas de mulheres rurais. Em consequência, frequentemente as mulheres dependem de amigos e familiares para obter financiamento, capacidade de gestão e outro apoio informal para seus negócios. Muitas mulheres dependem de fundos pessoais para suas necessidades de investimento.

Para alcançar o empoderamento econômico, as mulheres também devem ter voz, dispor de uma sólida rede de negócios e gozar de representação na tomada de decisões. A rigidez de algumas políticas, instituições, programas e projetos cegos ao gênero se perpetua devido à limitada participação das mulheres na formulação de políticas e nos processos de mudança de políticas e instituições, bem como ao insuficiente reconhecimento das agências e redes de mulheres.

O tema do Dia Internacional da Mulher (DIM) de 2018, “Agora é o momento: as ativistas rurais e urbanas transformam a vida das mulheres”, reflete a coroação, até o momento, dos esforços sustentados e significativos de várias organizações nacionais, regionais e internacionais que trabalham para abordar os desafios e ajudar as mulheres a se converter legitimamente nos motores da mudança transformadora.

Esse artigo foca nas contribuições das mulheres rurais para a segurança alimentar e nutricional no Caribe e descreve como elas estão se organizando para alcançar o

êxito, adotando novas tecnologias, tornando-se resilientes diante da mudança do clima e envolvendo-se em novas iniciativas de turismo comunitário sustentável. O artigo também oferece algumas ideias sobre a crescente participação das mulheres jovens no setor agroalimentar e mostra alguns sinais positivos que predizem um melhor futuro para a nossa região.

Mulheres produtoras de alimentos

No Caribe, as mulheres rurais representam a maior proporção da força de trabalho agrícola e produzem a maioria dos alimentos cultivados, tanto pela agricultura de subsistência como em escala comercial e como agricultoras em tempo parcial e em tempo integral. Elas estão presentes em todos os aspectos da produção de cultivos, da criação de gado, da pesca, da aquicultura, da aquaponia e da apicultura.

Em termos de comercialização, as mulheres rurais são responsáveis pelo movimento de toneladas de produtos agrícolas nas paróquias e comunidades de nossos países. Desde o mercado Coronation, na Jamaica, até o mercado Stabroek, em Georgetown, as mulheres agricultoras e vendedoras intermediárias são as que fornecem, tanto à população local como aos turistas, uma grande variedade de alimentos. Seu trabalho e sacrifício têm proporcionado a muitas delas receitas que permitiram a seus filhos e netos ter acesso a uma boa educação e a gozar de um nível de vida decente.

As mulheres no agroprocessamento

As mulheres rurais tradicionalmente têm dominado o setor do agroprocessamento por PMEs, nas quais transformam os produtos agrícolas e pecuários em uma multiplicidade de outros produtos. Embora existam milhares de micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) e de PMEs lideradas por mulheres no Caribe, há muito poucos dados discriminados por sexo sobre o empreendedorismo agrícola. É necessário melhorar a coleta e a análise de dados confiáveis sobre as empresas rurais de mulheres para compreender suas necessidades e realidades, determinar as políticas que devem ser adotadas, inclusive a geração de melhores indicadores, a avaliação de programas e projetos, a consideração de lições sobre o que funciona, e porquê, e o estabelecimento de mecanismos de retroalimentação e identificar onde estão as oportunidades para aumentar o êxito.

Para fortalecer a gestão empresarial, o marketing e as capacidades técnicas das mulheres empresárias, também é necessário capacitá-las e atualizar suas habilidades. O acesso ao financiamento é uma das limitações mais críticas que as mulheres rurais enfrentam, para quem as modalidades tradicionais, como o sistema “sou-sou”, ainda representam formas válidas e sustentáveis de financiamento.

Organizando-se para o êxito

As mulheres rurais e suas organizações estão se mobilizando para reivindicar seus direitos e melhorar seus meios de subsistência e bem-estar. Estão estabelecendo negócios bem-sucedidos; adquirindo novas habilidades; lutando por seus direitos; dando forma a leis, políticas e programas sobre todos os assuntos que afetam suas vidas, como uma melhor segurança alimentar e nutricional e melhores meios de vida rurais; utilizando métodos agrícolas inovadores e aproveitando as TIC, as redes sociais e as novas tecnologias.

A Rede Caribenha de Mulheres Produtoras Rurais (CANROP), que é uma das instâncias constituintes da Parceria Regional para a Agricultura e o Meio Rural, foi estabelecida há 15 anos para melhorar o nível de vida das produtoras rurais pela capacitação, o intercâmbio cultural, a criação de redes e a promoção do comércio regional e internacional.

Os objetivos da CANROP são os seguintes:

- Proporcionar um fórum para o intercâmbio de informações, ideias e preocupações sobre o desenvolvimento de negócios administrados por mulheres rurais;
- Criar uma marca que identifique os produtos e serviços de seus membros como produtos de qualidade produzidos por mulheres rurais;
- Reunir recursos para a comercialização dos produtos gerados pelos membros da organização;
- Criar programas de capacitação para manter e desenvolver as habilidades interpessoais, técnicas, financeiras e comerciais de seus membros;
- Acessar financiamentos externos de agências doadoras nacionais e multinacionais para apoiar programas de trabalho nacionais; e
- Proporcionar um fórum que facilite a discussão da igualdade e equidade de gênero dentro de cada país e em toda a região.

As mulheres na pesca

Em comparação com outras áreas do mundo, a dinâmica e as características de gênero na pesca de pequena escala estão pouco documentadas no Caribe. As mulheres rurais trabalham principalmente no processamento de diversas espécies de pescados e mariscos. Milhares de mulheres rurais trabalham em mercados de pescado e fábricas de processamento de pescados em toda a região. Também

existem grupos de mulheres rurais envolvidos em esforços voltados para a conservação das tartarugas marinhas.

Mulheres rurais e turismo sustentável

Em muitos países da região, o turismo se transformou em uma das indústrias mais relevantes, uma vez que a persistente turbulência em outros setores econômicos aumentou a importância relacionada ao turismo como estratégia de desenvolvimento econômico, pelo que se tornou cada vez mais crucial para a sobrevivência das economias locais. Há diversos exemplos notáveis de mulheres rurais envolvidas no desenvolvimento de locais, atrações e eventos turísticos no setor rural.

Para um futuro mais sustentável

O envelhecimento no setor agrícola do Caribe é motivo de preocupação. Na maioria dos casos, mais do setenta por cento das agricultoras têm 45 anos ou mais. Em resposta a essa situação, os governos – mediante seus ministérios da agricultura, educação, trabalho e juventude e seus departamentos de justiça – e outras agências de assistência técnica e doadores têm realizado um esforço conjunto para atrair os jovens para os agronegócios. Além disso, várias mulheres jovens estão focando seu olhar em carreiras vinculadas com a gastronomia (chefs e outras).

As mulheres rurais constroem resiliência pela agricultura climaticamente inteligente

Em muitos países do Caribe, as mulheres rurais geram resiliência e praticam a agricultura climaticamente inteligente pela instalação de sistemas de energia fotovoltaica e de coleta e distribuição de água.

As economias das potências coloniais que governavam o Caribe devem grande parte de sua riqueza ao labor dos trabalhadores agrícolas, muitos dos quais eram mulheres rurais. Desde então, nossas economias têm se tornado menos dependentes da agricultura e mais dos serviços financeiros e do turismo, ao ponto que o Caribe foi declarado oficialmente como “a região mais dependente do turismo no mundo”.

Essa distorção na escolha dos motores econômicos gerou diversos impactos negativos que devem ser revertidos, se quisermos economias sustentáveis. Precisamos fechar esse círculo e fazer com que o setor agroalimentar volte a ser o motor do crescimento de nossas economias. Essa transformação não pode ser alcançada sem a abertura de um espaço que permita conversar com as mulheres rurais e assegurar sua participação plena e efetiva na tomada de decisões econômicas, sociais e políticas.

As necessárias contribuições das mulheres rurais

“Tenho trabalhado muito no campo, é assim que conheço as mulheres reais que estão lutando por coisas reais, as quais, de verdade, afetam todo o mundo”

Vandana Shiva

*Soledad Murillo de la Vega**

Compartilhar o conhecimento e a experiência é o maior banquete ao qual possa ser convidada e, por essa razão, quero começar agradecendo ao Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) por me oferecer essa oportunidade. Minha experiência é dupla. De um lado, como acadêmica onde tenho dirigido projetos de pesquisa sobre as mulheres rurais e, por outro, como membro que fui do Comitê Antidiscriminação da Mulher (CEDAW), um organismo perante ao qual foram examinados os Estados para expor suas políticas públicas em termos de igualdade.

Um dos artigos sobre os quais interrogamos os Estados era relacionado à mulher rural (artigo 14 da Convenção) com o que tínhamos acesso ao conhecimento das diversas dificuldades nos diversos âmbitos territoriais e, certamente, à resposta política de cada país. A CEDAW dispõe de uma Recomendação Geral (número 34/2016) sobre os Direitos das Mulheres Rurais, que seria útil para divulgar nos diversos parlamentos, porque inclui educação, emprego, acesso a recursos, como a justiça, a sanidade e, obviamente, as políticas públicas destinadas a favorecer que as mulheres do âmbito rural participem da tomada de decisões.

*Secretaria de
Estado de Igualdade
Ministério da
Presidência,
Relações com as
Cortes e Igualdade
da Espanha

Tive oportunidade de trabalhar por um duplo prisma: primeiro, nos quatro anos no Comitê, onde todos os Estados, sem exceção, deviam responder com dados concretos a esse tema, e, em segundo lugar, pelo meu cargo político como Secretária Geral de Políticas de Igualdade de 2004 a 2008, onde a elaboração da Lei de Igualdade Efetiva entre Mulheres e Homens (Lei Orgânica 3/2007) nos proporcionou informações sobre quais são os desafios pendentes que não estão condicionados a um forte investimento orçamentário, senão por uma decidida vontade política para neutralizar a discriminação das mulheres no meio rural.

1. Não são proprietárias, mas trabalhadoras informais. Uma característica comum das mulheres rurais é que elas compartilham os trabalhos de uma exploração agrícola e de criação de gado pelo matrimônio. Ou seja, são os maridos que pagam a seguridade social, quando há, ou são os maridos os que vão às feiras de gado, fixam os preços e as transações comerciais. Caberia perguntar: Quantas mulheres estão presentes em organizações de agricultores? A maioria das mulheres rurais passa a depender do salário de seu esposo, estando, portanto, imersas na economia informal que procura uma relação matrimonial, onde todos os bens e propriedades estão em nome do cônjuge masculino. Por esse motivo, na Espanha, optou-se por corrigir essa situação e, ao elaborar a Lei de Igualdade, foi incluído um artigo que regulava sua participação em termos de titularidade compartilhada, o que solucionou a onerosa dependência do homem, evitando, dessa maneira, que em caso de divórcio elas ficassem absolutamente desprotegidas.



O melhor procedimento para poder se transformar em interlocutoras das diversas autoridades públicas é passar do individual para o coletivo, porque a própria natureza da atividade agrícola é propensa a se desenvolver em pequenas ou grandes propriedades de terras, mas, em todo caso, sem uma interconexão entre elas, exceto se um produto ou serviço é compartilhado para vender no mercado. As mulheres rurais devem se unir não só em torno do produto final, mas das condições de vida que compartilham para alcançar uma maior qualidade de vida. É urgente se associar, no caso das mulheres rurais."

2. A falta de acesso a recursos. A educação é a primeira condição que permite conhecer os demais direitos, posto que, sem formação, é impossível conhecer que garantias e direitos oferecem as diversas legislações de cada país. A formação profissional nessa matéria ficou reservada aos homens, por entender que era uma economia intensiva de grandes jornadas de trabalho sem períodos de descanso de verão. Não há incentivos para que as mulheres jovens desenvolvam ideias inovadoras em seus locais de origem. Os fluxos da população rural para as cidades ocorrem pela carência de serviços. E se tem demonstrado que o enraizamento populacional depende diretamente das

mulheres, ou seja, dos serviços de saúde e educação, além de um transporte que permita ter acesso a serviços mais exigentes, como complexos hospitalares, ou atenção aos serviços sociais da zona.

3. **A falsa ideia de que as mulheres são um coletivo.** Ao elaborar políticas públicas, ou seja, abordar a governança definida como a ação de um governo onde suas medidas estejam validadas pela participação do cidadão, é comum cometer o mesmo erro: considerar que as mulheres são um coletivo com dificuldades especiais. Não somos um coletivo. Segundo os dados demográficos, nós, mulheres somos a maioria da população em todos os países do mundo, com variações naqueles que sofreram um sério conflito ou têm sua população deslocada. Os governos devem entender que não coletar as contribuições das mulheres rurais, em termos de ideias para melhorar sua própria exploração, representa continuar trabalhando com os prejuízos – não com os dados estatísticos – que, como coletivo, estão mais interessados em seus problemas do que em suas contribuições. Os governos utilizam a oportunidade de facilitar denominações de origem dos produtos agrícolas? Ou seja, recuperam artes e ofícios artesanais que o novo paradigma da sustentabilidade reclama como um novo nicho de mercado? E quem são as que se dedicam com maior resultado a essas inovadoras formas de produção: as mulheres rurais. O que poderia se traduzir em ramos profissionais específicos de uma agricultura ecológica.
4. **A participação na vida política.** Se os governos não abordarem planos de igualdade para as mulheres rurais, é evidente que elas não terão uma participação possível no projeto das estratégias políticas. Mas a vida política se baseia em uma estrutura de lealdades, de apoios, onde o intercâmbio de favores deixa fora de jogo as trabalhadoras do âmbito rural, posto que a divisão territorial, prefeitos, governadores, dirigentes, constituem uma elite formada, de maneira praticamente exclusiva, por homens.
5. **A falta de coletivização dos avanços.** O melhor procedimento para poder se transformar em interlocutoras das diversas autoridades públicas é passar do individual para o coletivo, porque a própria natureza da atividade agrícola é propensa a se desenvolver em pequenas ou grandes propriedades de terras, mas, em todo caso, sem uma interconexão entre elas, exceto se um produto ou serviço é compartilhado para vender no mercado. As mulheres rurais devem se unir não só em torno do produto final, mas das condições de vida que compartilham para alcançar uma maior qualidade de vida. É urgente se associar, no caso das mulheres rurais.

Entretanto, o mais urgente é que os poderes públicos incluam em sua agenda política o meio rural, cada vez mais exposto a um mercado globalizado, onde os direitos humanos correm o risco de se converter em um capítulo de despesa e não no indicador democrático de um governo.



As mulheres rurais do Triângulo Norte da América Central têm um papel fundamental na segurança alimentar e nutricional de suas famílias

Uma aproximação da capacidade de resiliência da segurança alimentar e nutricional em lares rurais liderados por mulheres

*Patricia Palma de Fulladolsa**

*Ricardo Sibrian***

Na área rural, os lares monoparentais encabeçados por uma mulher são o resultado de diversas circunstâncias, como migração, violência, desigualdades de gênero e econômico-sociais, conflitos familiares e sociais, bem como de outras manifestações que desintegram a família. Esses lares enfrentam uma realidade complexa que os expõe a situações de vulnerabilidade econômica e social, com dificuldades na participação nas fontes de trabalho, bem como no acesso aos benefícios de algumas políticas sociais que possibilitem um estado de segurança alimentar e nutricional estável e sustentável.

Pelo Programa de Sistemas de Informação para a Resiliência em Segurança Alimentar-Nutricional na Região do Sistema da Integração Centro-Americana (PROGRESAN-SICA), foi realizado um estudo sobre a capacidade de Resiliência da Segurança Alimentar e Nutricional (RSAN) dos lares rurais no triângulo norte da América Central¹.

* Diretora do
PROGRESSAN-SICA
** Especialista do
Programa de Sistemas
de Informação
para a Resiliência
em Segurança
Alimentar-Nutricional
na Região do SICA
(PROGRESAN-SICA)

1 Sibrian, R. e Patricia Palma. Una aproximación de la capacidad de resiliencia de la seguridad alimentaria y nutricional en hogares liderados por mujeres en el área rural de países del triángulo norte de centroamérica. PROGRESAN-SICA. Julho de 2018.

Esse estudo estima o Índice de Capacidade de Resiliência para lares monoparentais chefiados por mulheres e lares tradicionais, levando em conta quatro pilares: **ativos, acesso a serviços básicos, capacidade de adaptação e redes de proteção social**. Para essa análise foi aplicada a metodologia para medição e análise do índice de resiliência chamada RIMA-II, promovida pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO).

Os resultados mostram que um a cada três lares em El Salvador e cerca de um a cada cinco na Guatemala e Honduras corresponde a um lar monoparental chefiado por uma mulher.

Na Guatemala e Honduras, nos lares monoparentais liderados por mulheres é observada uma maior capacidade de Resiliência da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) do que em lares tradicionais, o que não ocorre em El Salvador. Em síntese, essas foram as principais conclusões:

- Um a cada três lares em El Salvador e cerca de um a cada cinco lares na Guatemala e Honduras corresponde a um lar monoparental chefiado por uma mulher.
- A capacidade de Resiliência em Segurança Alimentar e Nutricional é maior em lares monoparentais chefiados por mulheres do que em lares tradicionais, em áreas rurais da Guatemala e Honduras. O oposto ocorre em El Salvador.

- É necessário fortalecer a capacidade de adaptação e acesso a redes de proteção social dos lares monoparentais, para uma maior Resiliência em SAN.

Apesar das condições e lutas que as mulheres experimentam para participar plenamente de seu entorno social e econômico — as diversas cargas trabalhistas, familiares e domésticas, bem como a luta constante para gozar de seu direito à igualdade de condições —, é notório o fato de que os lares são mais resilientes graças a estratégias desenvolvidas e implementadas pelas mães e chefes de família. É necessário desenvolver, então, políticas públicas voltadas para mulheres e, em particular, para as chefes de família, que tenham efeitos de longo prazo no capital humano.”

Impacto da capacidade de resiliência da SAN e da promoção de políticas públicas em apoio a seu desenvolvimento e estabilidade

A falta de capacidade de Resiliência da SAN afeta principalmente os lares vulneráveis expostos a situações negativas que os impedem de alcançar meios de vida sustentáveis, dispor dos serviços necessários para

o desenvolvimento e ser protegidos pelas redes privadas e públicas existentes. Essa condição se manifesta pela insegurança alimentar e nutricional, medida por indicadores de consumo de alimentos que indicam as contribuições de nutrientes indispensáveis para um desenvolvimento físico adequado dos membros do lar. Apesar das condições e lutas que as mulheres experimentam para participar plenamente de seu entorno social e econômico — as diversas cargas trabalhistas, familiares e domésticas, bem como a luta constante para gozar de seu direito à igualdade de condições —, é notório o fato de que os lares são mais resilientes graças a estratégias desenvolvidas e implementadas pelas mães e chefes de família.

É necessário desenvolver, então, políticas públicas voltadas para mulheres e, em particular, para as chefes de família, que tenham efeitos de longo prazo no capital humano.

Essas ações devem fortalecer a capacidade de Resiliência da SAN pelo fomento do emprego, programas que melhorem as expectativas de trabalho remunerado, facilitem a compatibilidade com cargas familiares e que sejam projetados para reduzir a pobreza com base na estrutura e na condição singular da família chefiada por uma mulher.

No curto prazo, é importante desenvolver políticas públicas que gerem investimentos capazes de reverter o efeito negativo das dimensões de cada um dos pilares acima mencionados e vinculadas à capacidade de Resiliência da SAN nos lares chefiados por uma mulher. Na Guatemala, é especialmente importante fortalecer as redes governamentais de proteção social.

Para os três países, é pertinente o desenvolvimento de programas que melhorem o acesso a serviços básicos, programas de investimento social com ações que gerem receitas e realcem os efeitos positivos da capacidade de adaptação dos lares pela participação da mulher chefe de família e ações para a geração de informações para o monitoramento da capacidade de Resiliência da SAN por pesquisas nacionais de lares.



Desenvolvimento territorial, melhores oportunidades para as mulheres rurais

O rosto da pobreza na América
Latina é, principalmente, indígena

*Susana Pinilla**

As áreas rurais da América Latina (AL) perderam visibilidade e atenção junto à crescente urbanização e concentração da população em cidades do continente. A AL é o segundo continente, depois da América do Norte, cuja população está concentrada em áreas urbanas, com 75% de seus habitantes localizados em cidades¹.

Sem deixar de reconhecer a transcendência do pujante dinamismo das cidades latino-americanas, devemos resgatar a importância estratégica das áreas rurais como cenário para o crescimento econômico e social, com transformação produtiva, competitividade e inclusão social e territorial para o desenvolvimento sustentável.

As áreas rurais albergam a quarta parte da população economicamente ativa (PEA) da América Latina e concentram cerca de 21% da população (129 milhões de pessoas em 2015) em 33 países. Nossas áreas rurais

***Diretora
Representante
do Banco de
Desenvolvimento
da América Latina
(CAF) no Panamá**

1 Daude, C., Fajardo, G., Brassiolo, P., Estrada, R., Goytia, C., Sanguinetti, P., Vargas, J. (2017). RED 2017. Crecimiento urbano y acceso a oportunidades: un desafío para América Latina. Bogotá: CAF. Recuperado de <http://scioteca.caf.com/handle/123456789/1090>

são produtoras de alimentos e conservadoras do ambiente, garantindo a sustentabilidade do planeta.

Suas imensas zonas de terra fértil, abundante de sol e recursos hídricos (33% do planeta), a Amazônia — a maior floresta tropical do mundo e considerada defesa natural diante da mudança do clima —, suas zonas marinhas com espécies muito demandadas e seus vastos recursos minerais são apenas alguns exemplos de por que a AL é considerada a região em vias de desenvolvimento mais bem dotada do mundo².

No ano 2050, a população mundial alcançará 10 bilhões de habitantes, exigindo alimentos para abastecer essa grande demanda. A AL deve se preparar para se transformar em um fornecedor estratégico, considerando as boas práticas ambientais, garantindo a segurança alimentar e a transferência de conhecimento a nossos povos³. O potencial produtivo e de geração de riqueza que as áreas rurais da AL oferecem é muito vasto e devemos aproveitá-lo, transformando-o produtivamente, gerando valor agregado e criando empregos que forneçam melhores receitas para alcançar uma maior inclusão e melhores condições de vida da população. As mulheres rurais são parte essencial para o aproveitamento dessas oportunidades.



O rosto da pobreza na América Latina é o da mulher rural, principalmente indígena. Portanto, para um verdadeiro desenvolvimento rural sustentável, é indispensável orientar ações para a melhoria das condições de vida das mulheres e seu desenvolvimento técnico e produtivo, para o seu progresso como pessoa, como eixo da família rural e como grande contribuinte da economia e da comunidade.”

As mulheres rurais da AL compõem uma população de 58 milhões de habitantes (48% da população rural total da AL) e cerca de 20% pertence a povos indígenas⁴ que, da mesma forma que os homens, estão trabalhando principalmente na atividade agrícola. O número de pessoas ocupadas no setor rural, em termos absolutos, continuou a aumentar nas últimas décadas apesar de, em termos relativos, ter diminuído frente ao crescimento da população urbana, e o peso relativo ao emprego agrícola também vem diminuindo⁵.

2 CAF. (2010). Visión para América Latina 2040. Hacia una sociedad más incluyente y próspera. Caracas: CAF. Recuperado de <http://scioteca.caf.com/handle/123456789/496>

3 Emerging Markets Forum. (2016). El mundo en el año 2050: En busca de una sociedad más próspera, justa y armoniosa. Washington D.C.: HARINDER S. KOHLI. Recuperado de <http://scioteca.caf.com/handle/123456789/904>

4 Nobre, M; Hora, K; Brito, C; Parada, S. 2017. Atlas de las Mujeres Rurales de América Latina y El Caribe: “Al tiempo de la vida y los hechos”. Organización das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). Santiago do Chile. 82 p.

5 OIT (Organização Internacional do Trabalho). 2012. Panorama Laboral América Latina y el Caribe. Lima, Peru. 112 p.

Esse aumento se deve fundamentalmente ao aumento do emprego das mulheres, cuja taxa de atividade média da região passou de 32,4%, em 1990, para 47,5%, em 2010. A participação trabalhista das mulheres rurais cresceu 45% nos últimos 20 anos. Não obstante, esse aumento ainda está muito abaixo do masculino, que alcançava 85,1% em 2010⁶.

A crescente incorporação de mulheres ao emprego agrícola se tem devido principalmente à integração do setor agrícola dos países da região à economia mundial; permitindo que muitas mulheres, pela primeira vez, tenham receitas próprias por meio de um salário e, portanto, autonomia econômica.

O emprego feminino rural na AL é heterogêneo e ocorre em atividades agrícolas, não agrícolas e de autoconsumo que não são contabilizados pelos instrumentos estatísticos tradicionais como uma atividade produtiva, mas doméstica, subestimando a participação feminina real na produção e no mercado de trabalho⁷. Por exemplo, enquanto na Bolívia, no Brasil, no Peru, no Equador e no Uruguai a participação trabalhista feminina na agricultura é alta (superior a 50%); em outros países, como Chile, Cuba e Venezuela, é muito baixa (entre 20% e 30%). Países onde são as mulheres adultas que ocupam esses trabalhos ou, como no caso da Bolívia e da Guatemala, considerados dentre os países com maior incidência de trabalho infantil feminino e de presença de mulheres maiores de 60 anos⁸.

A região também tem grande presença de populações indígenas. Apenas no Panamá, país com 4.054.000 habitantes, as mulheres constituem 49,9% do total da população nacional, com um índice de feminilidade de 99,5. Da população total, 67% vive em áreas urbanas, com presença de 51% de mulheres e 49% de homens. As áreas rurais são habitadas por 33% da população, com presença de 48% de mulheres e 52% de homens⁹.

12,3% (417.559 pessoas) da população panamenha é indígena, com 50,9% de homens e 49,1% de mulheres. Cerca de 195.285 indígenas habitam nas comarcas e o restante, 222.274, residem fora destas. O Panamá dispõe de oito grupos étnicos pertencentes aos povos Kuna, Ngäbe, Buglé, Emberá, Wounaan, Bokota, Teribe/Naso e Bri Bri, os quais estão geograficamente distribuídos dentro e fora das cinco comarcas legalmente estabelecidas, três delas em nível de província (Kuna Yala, Emberá-Wounaan e Ngäbe-Buglé) e duas em nível de corregimiento (Kuna Wargandí e Kuna Madungandí).

Embora o Panamá tenha sido a economia de crescimento econômico mais rápido e sustentável na última década em âmbito mundial (índice de desenvolvimento humano de 0,765 sobre 1), situando-o na 65ª posição entre 187 países no mundo, apresenta desafios de desigualdade (caindo para a 83ª posição), mais ainda quando se dissocia a desigualdade entre homens e mulheres, caindo para o 107º lugar, segundo números da Organização das Nações Unidas (ONU).

6 OIT. 2012. *Id.*

7 OIT. 2012. *Id.*

8 OIT. 2012. *Id.*

9 CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe). 2015. CEPALSTAT.

Essa situação de desigualdade está concentrada em zonas rurais e afeta principalmente às mulheres, aos jovens e, especialmente, à população indígena. Apesar dos esforços para oferecer, à mulher, igualdade de oportunidades, desigualdades marcantes continuam a ser evidenciadas: 49,4% de PEA, frente a 79,7% dos homens, 5,3% de taxa de desemprego feminino frente a 3,3% dos homens, agravando-se a diferença entre os de 15 e 24 anos. 39,6% das mulheres rurais carecem de recursos próprios frente a 14% dos homens. Em zonas urbanas, os percentuais são de 28,1% e de 5,8%, respectivamente.

Ocorreram avanços no que concerne ao acesso a seus direitos fundamentais, mas ainda existe há trabalho por fazer. O analfabetismo diminuiu ao longo dos anos; mas, entretanto, as taxas ainda são altas nas comarcas: Comarca Ngäbe-Buglé, 30,8%; Comarca Kuna Yala, 28,3%; Comarca Emberá, 22,9%. A desnutrição crônica nas comarcas é estimada em 62% em crianças menores de cinco anos, enquanto que no resto do país, chega a 17,7%. A taxa global de fecundidade das mulheres indígenas era de 6,4 filhos por mulher, sendo essa taxa menor (4,6 filhos) nas mulheres indígenas que residem fora das comarcas. Isso devido ao maior acesso a serviços de saúde, oportunidades de emprego, educação e outros benefícios que não são acessíveis àquelas que residem dentro das áreas comarcais¹⁰.

No que se refere à mortalidade infantil, observamos que, dentro das comarcas, é registrada uma taxa de 54,5 óbitos por cada mil nascidos vivos. Fora das comarcas, isso é menor, 33,2%¹¹.

Guardando as particularidades de cada país, o denominador comum do perfil das mulheres rurais ocupadas na agricultura na América Latina é o seguinte¹²:

- São principalmente adultas, embora também seja registrada a presença de meninas menores de 15 anos.
- Baixos níveis de escolaridade, a maioria entre 0 e 5 anos de escolaridade, valores inferiores aos das trabalhadoras urbanas e aos dos homens rurais.
- Alta percentagem de taxas de analfabetismo, especialmente entre mulheres rurais adultas. Segundo a CEPAL/FAO, El Salvador (37,5%), Bolívia (45,8%), Guatemala (60,7%) e Peru (65,9%) registram as maiores taxas de analfabetismo.
- Atividade principalmente agrícola com sobrecarga de trabalho, por divisão sexual do trabalho, que lhes atribui, além das atividades produtivas e de autoconsumo, os cuidados dos filhos, idosos e enfermos da família e da comunidade.

10 INEC (Instituto Nacional de Estadística e Censo). Censo demográfico de 2010. Panamá.

11 INEC. 2010. *Id.*

12 Nobre. *Loc. cit.*

- Receitas baixas ou nulas por trabalhos árduos por trabalharem como familiares não remuneradas na agricultura ou no autoconsumo familiar, como extensão dos trabalhos “domésticos” sem receita e com relação de dependência para com os homens.
- O trabalho assalariado é sobretudo em empregos temporários com baixo nível de cobertura pelos sistemas de proteção social, o que gera insegurança econômica.
- Escasso acesso à propriedade da terra e à gestão de contribuições, tecnologias e conhecimentos técnicos.
- Persistente diferença de receita.
- Dupla discriminação, por ser mulher e por sua condição indígena, e invisibilidade do trabalho que realizam no âmbito reprodutivo, produtivo e para o autoconsumo.

Desenvolvimento territorial sustentável e integral e Plano Mestre do setor agrícola na região ocidental do Panamá como oportunidade para a mulher rural

Alinhada com a visão do governo do Panamá (2014-2019) “Um só país”, o CAF elaborou uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável e integral que promove a geração de valor agregado para promover a produtividade, o desenvolvimento tecnológico, o emprego, as receitas e a competitividade do Panamá.

Depois de viagens de trabalho às diferentes regiões e o estudo de suas potencialidades, foi priorizada a região ocidental, as províncias de Chiriquí, Bocas del Toro, integrando a Comarca Ngäbe-Buglé, para desenvolver uma primeira experiência de ação regional em conjunto entre o setor público e privado para desenvolver o desenvolvimento sustentável e a competitividade regional. Conforme essa ideia, foi criado o Centro de Competitividade da Região Ocidental (CECOMRO), espaço promovido pelos grêmios locais com apoio do CAF e dedicado ao fortalecimento da sua institucionalidade empresarial. Uma experiência que está apresentando resultados surpreendentes em sua curta existência, um modelo que pode ser replicado.

Em coordenação com o Ministério do Desenvolvimento Agropecuário (MIDA) e o CECOMRO, e a pedido de ambos, o CAF financiou um diagnóstico e um roteiro para o reposicionamento da atividade agropecuária nesse território, com a participação técnica do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e levando em consideração que a atividade agropecuária é o motor da produção e da economia local.

A sólida base técnica do diagnóstico realizado pelo IICA, acoplado ao vivo interesse do CECOMRO para reposicionar o setor agropecuário e o claro apoio do

MIDA e do Presidente da República, Juan Carlos Varela, deram origem ao projeto do Plano Mestre do Setor Agrícola da Região Ocidental (PMARO). Para colocá-lo em prática, o MIDA realizou um aporte público de US\$155 milhões, por meio de um empréstimo do CAF — em sua primeira etapa — de US\$27,6 milhões. O Plano conta com o acompanhamento técnico do IICA e a participação do CECOMRO que, além disso, assumiu o compromisso de investir US\$402 milhões em sete anos.

Essa região produz a maior oferta de alimentos no país, e o PMARO priorizou as cadeias agropecuárias com melhores oportunidades: cacau, café, carne, leite, banana e hortaliças. O Plano parte de um intenso programa de investimento para a aplicação das boas práticas agropecuárias, elevando a capacidade tecnológica dos produtores, fechando os hiatos comerciais com uma oferta competitiva nos volumes demandados pelos mercados nacionais e internacionais. Ele beneficiará de maneira direta 15 mil produtores organizados, e seu impacto regional será crucial. Estima-se que das 65 mil pessoas que produzem no setor agrícola (incluindo proprietários e trabalhadores) 53 mil (81%) participarão do PMARO, inclusive mais de 10 mil novos empregos de qualidade no âmbito da fase primária do setor agrícola.

O Plano busca atender as principais fraquezas detectadas, como: alta dispersão e baixo nível associativo nos produtores; baixa produtividade; limitada capacidade para negociar condições; débil organização da oferta e padronização da qualidade; altas quebras nas redes de coletores locais; e baixos preços ao produtor e qualidade pouco uniforme.

O PMARO constitui uma oportunidade para reduzir os hiatos de gênero no setor agropecuário do Panamá. É por isso que o MIDA, o CAF e o CECOMRO têm incorporado a perspectiva de gênero ao projeto, estabelecendo como “princípio e diretriz” do PMARO a equidade social, étnica e de gênero, a partir do que se reconhece, respeita e trata por igual aos diversos grupos étnicos e membros, homens e mulheres, que os compõem e que estão em sua área de intervenção.

Além disso, o programa foi estruturado para que os bens e serviços outorgados sejam equitativos tanto para homens como para mulheres, para que desenvolvam suas potencialidades e capacidades, habilidades e destrezas intelectuais, físicas e emocionais com as mesmas oportunidades sociais, econômicas, políticas e culturais. Ele considera a participação justa e equitativa das mulheres dentro do processo em cada um dos sete programas com um percentual de participação em conformidade com as disposições jurídicas da legislação panamenha. Promove o acesso da mulher rural agricultora à formação técnica, contribuições, equipes e tecnologia e a uma receita decente para melhorar sua condição de vida e a de sua família e para fortalecer sua autoestima e desenvolvimento pessoal e produtivo, contribuindo para a melhoria da produtividade agrícola da região.

Uma das primeiras ações é a capacitação dos funcionários que participam da implementação do Plano em torno da perspectiva de gênero e suas aplicações e promover o equilíbrio de gênero nos modelos do pessoal técnico. O trabalho de prorrogação e transferência tecnológica será uma das principais ferramentas para promover a promoção das mulheres pelo PMARO.

Promover a associatividade e o empreendedorismo das mulheres as permite superar o isolamento e se integrar às associações que apresentem planos de negócio de cadeias para ter acesso a contribuições, ferramentas e tecnologia que permitam aumentar seus ativos e os rendimentos produtivos próprios e da associação. Promove-se a sua participação para a tomada de decisões, inclusive nas agendas, áreas de formalização de títulos de propriedade, acesso ao financiamento, entre outros.

O relacionamento das mulheres com a gestão da água está sendo promovido para a especialização em administração das fontes de água, com transferência de conhecimento em técnicas de irrigação e de coleta de água.

A demanda por mão de obra no curto prazo abre espaço para promover a inclusão da mulher como parte da força de trabalho, promovendo a igualdade salarial, ressaltando o valor da mulher para com a contribuição produtiva e ao desenvolvimento social, ao se comprovar que o dinheiro nas mãos das mulheres aumenta o investimento em melhorias familiares, especialmente de seus filhos (saúde, educação e nutrição), o que melhora o capital humano local.

Proposta de ações de melhorias

Para valorizar as áreas rurais de nossos países, criar riquezas e melhorar as condições de vida da quarta parte da população latino-americana, consideramos recomendável atender aos seguintes pontos:

- Promover políticas e ações públicas para divulgar o potencial das regiões subnacionais: identificando suas riquezas aproveitáveis produtivamente, promovendo a criação de valor agregado que gere emprego e maiores receitas para as populações rurais mais desfavorecidas.
- Levar “estado e mercado”. Estado: com investimentos públicos em infraestrutura de conectividade (rodovias, portos, aeroportos, ferrovias, telecomunicações) e serviços básicos (água e saneamento, saúde, eletricidade, educação); e Mercado: com atração de investimento privado nacional e internacional para os potenciais detectados para o desenvolvimento empresarial e de negócios nas localidades.
- Promover o investimento privado e público na modernização e adoção de tecnologias das atividades agropecuárias pelo uso de práticas ambientais que promovam maior produtividade e a agroexportação.

O rosto da pobreza na América Latina é o da mulher rural, principalmente indígena. Portanto, para um verdadeiro desenvolvimento rural sustentável, é indispensável orientar ações para a melhoria das condições de vida das mulheres e seu desenvolvimento técnico e produtivo, para o seu progresso como pessoa, como eixo da família rural e como grande contribuinte da economia e da comunidade.

Para isso, é necessário:

- Erradicar o analfabetismo e melhorar os níveis de escolaridade e de educação por meio de esforços criativos públicos e privados com base na educação prática técnico-produtiva que renda benefícios de curto prazo.
- Erradicar a desnutrição infantil e materna, levando serviços de saúde e melhorias nutricionais para garantir gerações futuras saudáveis e produtivas.
- Educação de mulheres e homens em matéria nutricional, sexual e reprodutiva.
- Gerar ou ampliar a oferta de serviços básicos de água potável, saneamento, escolas e pré-escolas que permitam diminuir a carga do trabalho doméstico das mulheres.
- Campanhas de comunicação e conscientização em escolas, lares, centros comunitários, igrejas e prefeituras, para promover uma cultura de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres nas tarefas domésticas, no estudo e no trabalho.
- Incorporar as mulheres e suas iniciativas empresariais às cadeias de valor agrícolas, provisionando a assistência técnica e financeira necessária para assegurar a sustentabilidade dos negócios das mulheres dentro das cadeias.
- Fomentar a associatividade empresarial das mulheres rurais, visando um melhor acesso aos mercados e a satisfação da demanda.
- Revisar as estruturas jurídicas que dificultam o acesso das mulheres à propriedade da terra e eliminar os vieses de gênero nas políticas de transformação agrária que excluem as mulheres como beneficiárias diretas.
- Fortalecer as capacidades de liderança, negociação e resolução de conflitos das mulheres rurais a fim de promover seu empoderamento comunitário.

Com o aproveitamento de nossas ricas áreas rurais e o progresso da população, geramos inclusão territorial, econômica e social, equilibrando o desenvolvimento urbano de nossos países.

Com uma maior participação da mulher rural na economia e na sociedade, com envolvimento dos homens nas responsabilidades familiares e domésticas, teremos sociedades mais desenvolvidas e produtivas.

Bibliografia

- CAF. (2010). Visión para América Latina 2040. Hacia una sociedad más incluyente y próspera. Caracas: CAF. Disponível em: <http://scioteca.caf.com/handle/123456789/496>
- CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe). 2015. CEPALSTAT.
- Cliche, G. 2016. Enfoque territorial para el empoderamiento de las mujeres rurales en América latina y el Caribe. Relatório de Consultoria do Centro Latino-Americano de Desenvolvimento Rural (RIMISP). Organização das Nações Unidas para as Mulheres (ONU-Mulheres).
- Daude, C., Fajardo, G., Brassiolo, P., Estrada, R., Goytia, C., Sanguinetti, P., Vargas, J. (2017). RED 2017. Crecimiento urbano y acceso a oportunidades: un desafío para América Latina. Bogotá: CAF. Disponível em: <http://scioteca.caf.com/handle/123456789/1090>
- Emerging Markets Forum. (2016). El mundo en el año 2050: En busca de una sociedad más próspera, justa y armoniosa. Washington D.C.: HARINDER S. KOHLI. Disponível em: <http://scioteca.caf.com/handle/123456789/904>
- FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura). 2011. Comissão de Segurança Alimentar Mundial (CSA). Género, Seguridad Alimentaria y Nutrición. Recomendaciones Políticas. 4 p. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-av040s.pdf>
- IICA (Instituto Interamericano de Cooperación para a Agricultura). 2015. Diagnóstico del Plan Maestro del Agro. Panamá.
- INEC (Instituto Nacional de Estadística e Censo). Censo demográfico de 2010. Panamá.
- Nobre, M; Hora, K; Brito, C; Parada, S. 2017. Atlas de las Mujeres Rurales de América Latina y El Caribe: "Al tiempo de la vida y los hechos". Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). Santiago do Chile. 82 p. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-i7916s.pdf>
- OIT (Organização Internacional do Trabalho). 2012. Panorama Laboral América Latina y el Caribe. Lima, Peru. 112 p. Disponível em: http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/--americas/--ro-lima/documents/publication/wcms_195884.pdf



Do conhecimento à ação: Apoio à mulher na agricultura da América Latina

É importante conhecer suas diferentes
necessidades para criar iniciativas
bem-sucedidas de desenvolvimento
sustentável

*Francisco Rojas**

*Olivia Sylvester***

*Nasmeen Zahari***

Diversas publicações descrevem os importantes papéis das mulheres na agricultura, tanto em seu lar e na comunidade como nacional e internacionalmente. Elas participam de todas as etapas da produção de alimentos, desde a colheita até a venda; guardam sementes e narram contos e assim, no decorrer do tempo, apoiam a segurança alimentar da comunidade. Migram para as zonas agrícolas para desempenhar trabalhos sazonais nas propriedades rurais, dentro e fora de suas comunidades de origem, contribuindo ainda mais para a produção dos alimentos destinados aos mercados nacionais e internacionais.

Apesar da clara relevância da mulher na agricultura e na segurança alimentar, ainda restam três problemas a serem abordados. Primeiro, os conhecimentos e as destrezas de muitas mulheres continuam sendo informados e representados de maneira insuficiente. Segundo, suas necessidades e desafios particulares nem sempre são considerados adequadamente em pesquisas e intervenções

* Reitor
** Pesquisadora
da Universidade
para a Paz, Ciudad
Colón, São José,
Costa Rica

agrícolas. Terceiro, apesar de possuir os conhecimentos dos quais precisamos para apoiar melhor os objetivos de desenvolvimento das mulheres, muitos programas carecem de roteiros claros para a adoção de medidas.

O objetivo deste artigo é contribuir para resolver os três problemas acima mencionados: 1) representando os conhecimentos e as destrezas das mulheres, 2) discutindo os desafios peculiares enfrentados pelas mulheres e 3) oferecendo diretrizes para apoiar melhor as mulheres nas intervenções agrícolas. Este artigo está organizado da seguinte forma: na primeira e a segunda seções, fazemos uma resenha das mulheres, da segurança alimentar e da agricultura, focando em seus conhecimentos, destrezas e desafios singulares; recorremos a casos e exemplos da América Latina, bem como a experiências de pesquisadores na Costa Rica. Na terceira seção, oferecemos um roteiro para apoiar melhor às mulheres nesse campo.

I. A mulher e a agricultura na América Latina

Armazenamento de sementes e manutenção de hortas caseiras. As práticas de guardar sementes e manter hortas caseiras continuam a ser essenciais para

conservar a agrobiodiversidade, o valor cultural e a segurança alimentar (Galluzzi et al. 2010, Phillips 2013). Historicamente, as responsabilidades do lar, inclusive a manutenção do terreno em torno da casa, recaem nas mulheres. Por conseguinte, elas costumam ser as que guardam as sementes e mantêm e cuidam das hortas caseiras. Em 39 estudos de casos na América Latina, Howard (2006) descobriu que são as mulheres que mais comumente manejam essas hortas. Em San Ignacio, localizado no noroeste do México, Buechler (2016) documentou que muitas mulheres contribuem para a economia do lar com suas hortas caseiras e utilizam seu singular acúmulo de conhecimentos na elaboração das estratégias de adaptação necessárias para manter a produção. A pesquisadora Mariana Rodríguez contou que as mulheres bribri de

“É importante conhecer as diferentes necessidades das mulheres na agricultura para criar iniciativas bem-sucedidas de desenvolvimento sustentável. Como afirmam Doss et al. (2018), “simplesmente ter dados sobre o trabalho das mulheres na agricultura não nos indica como aumentar a segurança alimentar ou fortalecer os meios de vida rurais (p. 71)”. Devemos trabalhar com homens e mulheres para inteirar-nos dos singulares desafios que enfrentam e daquilo que requerem para superá-los. Uma área chave do diálogo consiste nas cargas triplas das mulheres. A carga tripla de trabalho de uma pessoa está constituída por: 1) o trabalho fora do lar ou os trabalhos agrícolas, 2) a manutenção do lar e 3) os cuidados dos filhos.”

Yorkin, Costa Rica, constantemente trocam sementes e alimentos com suas vizinhas e que, em contraste com os homens, tendem a manter em suas propriedades rurais várias plantas e animais comestíveis, enquanto muitos homens se concentram principalmente em produzir cultivos comerciais (comunicação pessoal).

Adaptação ao clima. Os drásticos efeitos da mudança do clima na agricultura têm exigido que muitas comunidades agrícolas se adaptem para alcançar a segurança alimentar e econômica. Essas estratégias têm dependido fortemente dos claros conhecimentos e experiências das mulheres, os quais têm proporcionado estratégias únicas e inovadoras de adaptação. No norte de Guanajuato, México, Bee (2014) descreveu como elas utilizam cultivos resilientes ao clima para enfrentar os desafios da mudança do clima e como transmitem esse conhecimento para suas filhas. Além disso, dois grupos organizados de mulheres rurais de Chiapas, México, realizam trocas de seus conhecimentos técnicos a fim de aumentar a agrobiodiversidade para se adaptar a um clima mutável (Lookabaugh, 2017). Nas comunidades rurais quechuas dos Andes peruanos, as mulheres desempenham um papel decisivo no cultivo de diversas variedades de batatas para se adaptar ao clima (Walshe e Argumedo, 2016).

Trabalhadoras migrantes. Em toda a América Latina, numerosos setores agrícolas dependem em grande parte do trabalho realizado por mulheres migrantes. Lee (2010) relata as experiências das mulheres nicaraguenses migrantes que trabalham no setor agrícola da Costa Rica, primordialmente nos setores de mandioca e abacaxi. Como muitas não são documentadas, o único trabalho agrícola disponível para elas é o que os cidadãos ou os migrantes documentados, que têm acesso a um trabalho de melhor pagamento e menos intensivo, não querem realizar. As consideráveis contribuições das mulheres migrantes à segurança alimentar mundial costumam estar unidas às injustiças que enfrentam devido à sua condição legal e/ou gênero. No México, Fleury (2016) destaca a tendência de registrar na planilha as mulheres migrantes como ajudantes agrícolas de seus homólogos homens, o que resulta em um salário menor, embora o trabalho muitas vezes seja igual ao dos homens.

Liderança na justiça alimentar. As mulheres dirigem sindicatos, cooperativas e grupos camponeses de defesa da justiça alimentar em toda América Latina. As cooperativas de mulheres defendem a agroecologia, uma agricultura que apoie a diversificação, a nutrição familiar e o bem-estar social e ambiental (por ex., Calmañana, no Uruguai; Oliver, 2016). A forte liderança feminina dentro de La Vía Campesina, um movimento camponês transnacional, foi importante para criar programas e políticas que apoiam a soberania alimentar, desde o âmbito local até o das Nações Unidas (Desmarais, 2003). No Brasil, as mulheres têm encabeçado um movimento ambiental fundamental para os direitos humanos e a justiça alimentar chamado Marcha das Margaridas; com suas marchas, conseguiram realizações importantes concernentes à participação da mulher na reforma agrícola, nos direitos trabalhistas e na violência contra a mulher (Marcha das Margaridas, 2018).

Cooperação de mulheres e homens, papéis mutáveis e diferenças entre mulheres. A resenha anterior, que apresenta exemplos selecionados da América Latina,

demonstra que as mulheres desempenham papéis fundamentais na agricultura sustentável, na segurança alimentar e na justiça alimentar. Embora seja importante ressaltar essas funções, em nossa análise devemos ter cautela para não generalizar em excesso. Mulheres e homens costumam trabalhar juntos nos trabalhos agrícolas e seus papéis podem ser dinâmicos, dependendo do contexto. Por exemplo, os agricultores indígenas bribri da Costa Rica frequentemente trabalham em grupos compostos por ambos os gêneros nas hortas caseiras e nos campos agrícolas (por ex., Sylvester et al. 2016). Esses grupos mistos também manejam as hortas caseiras em Oaxaca, México (por ex., Aguilar-Støem et al. 2009). Além disso, os papéis baseados no gênero podem mudar com o tempo e podem ser específicos a um contexto. A emigração de homens da Guatemala, por exemplo, aumentou os papéis de algumas mulheres rurais na agricultura comercial (BM, 2015), um fenômeno denominado feminização da agricultura (De Schutter, 2013). A medida que muda a pressão mundial sobre a agricultura, sobretudo em países com uma classe média crescente (Delgado, 2003), torna-se cada vez mais importante compreender as funções dinâmicas das mulheres. Por último, elas não constituem um grupo homogêneo; seus papéis na conservação da agrobiodiversidade, das hortas caseiras, da adaptação ao clima, da agricultura comercial e da justiça alimentar dependem de diferenças individuais (por ex., etapa da vida, nacionalidade, grupo étnico, histórias individuais, afinidades e oportunidades).

II. Desafios singulares enfrentados pelas mulheres

Devemos conhecer as diferentes necessidades das mulheres na agricultura para criar iniciativas bem-sucedidas de desenvolvimento sustentável. Como afirmam Doss et al. (2018), “simplesmente ter dados sobre o trabalho das mulheres na agricultura não nos indica como incrementar a segurança alimentar ou fortalecer os meios de vida rurais (p. 71)”. É necessário trabalhar com homens e mulheres para nos inteirarmos dos singulares desafios que enfrentam e daquilo que precisam para superá-los.

Uma área essencial de diálogo é a carga tripla das mulheres, que está constituída por: 1) o trabalho fora do lar ou os trabalhos agrícolas, 2) a manutenção do lar e 3) os cuidados dos filhos. A pesquisadora Clara Ramin compartilhou conosco um dia na vida de uma agricultora na comunidade Longo Mai, Costa Rica. Muitas delas costumam iniciar seu dia muito cedo, às quatro da manhã, cuidam da casa e dos alimentos na etapa agrícola anterior à colheita e não descansam depois de trabalhar nos campos agrícolas, devido a suas atividades de manutenção do lar e/ou atenção aos filhos (comunicação pessoal). O que Clara descreve não acontece apenas em Longo Mai. Sylvester e García (2018) descrevem tarefas diárias semelhantes que ocupam o tempo das mulheres no território bribri de Talamanca, Costa Rica, onde se levantam às três da manhã para acender o fogo e se preparar para os trabalhos agrícolas. Trabalham nos campos de manhã, voltam para cozinhar o almoço e depois passam a tarde trabalhando em outras tarefas, como secar sementes e moer milho, cacau ou café. A seguir, discutimos as diretrizes para minimizar a carga sobre as mulheres por intervenções na agricultura, bem como a forma de apoiar mais eficazmente suas aspirações e necessidades de desenvolvimento.

III. Diretrizes para adotar medidas destinadas a apoiar mais eficazmente às mulheres na agricultura

- 1) **Conceber a agricultura como um processo de várias etapas.** Com o objetivo de representar de forma precisa os conhecimentos, as destrezas, a liderança e os desafios das mulheres, é fundamental conceituar a agricultura como um processo de várias etapas. Embora um grupo crescente de publicações tenha detalhado as dimensões de gênero nas diferentes etapas da agricultura, foi dada maior ênfase às etapas de trabalho agrícola e colheita de alimentos. Sylvester et al. (2016) descrevem como a agricultura dos indígenas bribri começa por uma etapa anterior à colheita, ou seja, quando as mulheres e os homens se preparam para o dia no campo cozinhando e afiando os facões e as ferramentas, essa última atividade, efetuada por ambos os gêneros. Além disso, a agricultura não para depois de finalizar as tarefas do campo; pelo contrário, as mulheres se dedicam a muitas atividades de processamento dos alimentos depois de trabalhar nos campos, como processar e preparar os alimentos antes de seu consumo ou venda. Por isso, para conhecer a contribuição plena dos homens e das mulheres para a agricultura e a segurança alimentar, as análises devem abranger todas as atividades que possibilitam a agricultura, entre as quais estão: preparar-se antes da colheita, preparar o campo, semear, cuidar dos campos agrícolas e capiná-los, além de colher, processar, preparar, comercializar, compartilhar e vender os produtos.
- 2) **Praticar metodologias sensíveis ao gênero e à cultura.** Praticar uma metodologia sensível ao gênero significa ser sensível às diferentes realidades sociais e econômicas dos homens e mulheres e ajustar nosso programa conseqüentemente. A fim de conhecer essas realidades, devemos conversar com os agricultores e participar de suas rotinas diárias. Enquanto trabalhava com as mulheres bribri na Costa Rica, a autora primária Sylvester descobriu que as pesquisas e as intervenções anteriores eram extrativistas e aumentavam a carga de trabalho das mulheres. Nas intervenções, essas tinham que cozinhar para os estrangeiros, lavar suas roupas, responder suas perguntas e orientá-los com respeito aos costumes comunitários. Além disso, as mulheres explicaram que os forasteiros raras vezes seguiam os horários locais, o que significa que as mulheres tinham que esperar, em casa, até que os estrangeiros acordassem, em torno das sete ou oito da manhã, para preparar a comida e orientá-los em seu trabalho. O fato de os forasteiros não compreenderem os horários das mulheres pode ser consideravelmente inconveniente, pois as mulheres se levantam em torno das três da manhã e, às seis, já estão fora da casa trabalhando nos campos. Por conseguinte, os estrangeiros não só aumentaram a carga de trabalho das mulheres, mas também afetaram o seu trabalho remunerado. Para solucionar esse problema, as colegas bribri de Sylvester sugeriram que, durante a pesquisa, ela ajudasse nas cargas diárias de trabalho (por ex., trabalhar nos campos agrícolas, processar alimentos, lavar), o que lhes proporcionou tempo livre para realizar as entrevistas enquanto Sylvester ajudava com o seu trabalho diário (Sylvester e García, 2018).

- 3) **Trabalhar com as mulheres para entender suas diferenças.** Sem analisar como as situações das mulheres e dos homens diferem, corremos o risco de simplificar a dinâmica de nossos sistemas agrícolas e alimentares. Ao reconhecer a variabilidade das mulheres, podemos identificar os fatores específicos que fomentam ou obstaculizam a posse da terra, o acesso aos recursos e outros aspectos que fortalecem a segurança alimentar (Doss et al., 2018). Conhecer os fatores específicos de um lugar nos ajudará a dirigir melhor nossas iniciativas de desenvolvimento.
- 4) **Documentar a cooperação entre homens e mulheres.** Muitas tarefas agrícolas são colaborações entre os integrantes de ambos os gêneros, portanto, uma análise detalhada se mostra fundamental para representar os homens e as mulheres com precisão (Sylvester et al., 2016). Embora seja informado que, na América Latina, as hortas caseiras são manejadas normalmente por mulheres (Howard, 2006), alguns casos mostram que esses são espaços em que participam ambos os gêneros (por ex., Aguilar-Støem et al., 2009). Sem um panorama completo da cooperação entre homens e mulheres, podemos experimentar resultados imprevistos nas intervenções. Primeiro, podemos representar erroneamente os conhecimentos essenciais das mulheres e dos homens (por ex., homens como jardineiros caseiros ou mulheres como trabalhadoras migrantes). Segundo, se documentarmos somente as diferenças com base no gênero, poderemos criar grandes generalizações, por exemplo, afirmar que as mulheres são as únicas líderes na conservação da agrobiodiversidade ou nas práticas de adaptação ao clima. Tais simplificações têm resultado em mulheres sendo destinatárias unicamente de iniciativas de agricultura sustentável ou de resiliência ao clima, uma prática que posteriormente pode aumentar suas já pesadas cargas de trabalho (Doss et al., 2018).
- 5) **Trabalhar com os homens.** Os problemas das mulheres não existem em um vácuo; mas estão vinculados a redes mais amplas de poder dentro dos lares, das comunidades e das sociedades que envolvem os homens. Por isso, oferecer-lhes um maior apoio significa trabalhar com os homens. Os especialistas no campo mais amplo do gênero e do desenvolvimento têm documentado como o trabalho com os homens pode beneficiar substancialmente os objetivos da igualdade de gênero (por ex., Sweetmam, 2013). Um maior intercâmbio de informações com o campo do desenvolvimento pode ajudar a facilitar roteiros para que os especialistas e profissionais da agricultura trabalhem com os homens. Sweetmam (2013) sugere três áreas chave para abordar alguns dos principais promotores da desigualdade: 1) trabalhar nas masculinidades violentas como parte dos projetos de empoderamento da mulher, 2) apoiar os homens para que sejam maridos e pais responsáveis e 3) trabalhar com os adolescentes. Essas três áreas devem ser valorizadas como prioridades de igual importância no trabalho de extensão agrícola, apoiando o acesso das mulheres à agrobiodiversidade, a cultivos resilientes ao clima, à educação, à tecnologia e à terra.
- 6) **Apoiar os direitos das mulheres.** Muitos trabalhadores agrícolas migrantes na América Latina não são documentados; isso significa que as mulheres

podem se ver obrigadas a aceitar trabalhos que os cidadãos ou os migrantes documentados rejeitam e que essas mulheres não documentadas talvez não sejam remuneradas equitativamente por seu trabalho. As mulheres podem ser registradas como ajudantes de seus homólogos masculinos e, por isso, ganham menos, embora seu trabalho agrícola seja igual ao dos homens (Fleury, 2016). Nesses casos é essencial que os pesquisadores e os profissionais trabalhem na coleta de dados e/ou em intervenções que destaquem as áreas em que os direitos humanos das mulheres ainda não são respeitados. Uma série de convenções sobre direitos humanos é diretamente pertinente ao trabalho das mulheres na agricultura, entre elas: 1) A Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher (CEDAW, 1979) e 2) a Convenção sobre a proteção dos direitos de todos os trabalhadores migrantes e seus familiares (ICRMW, 1990; ONU Mulheres, 2015).

Conclusão

A mulher é fundamental para a agricultura, a segurança alimentar e a justiça social da América Latina. Resenhamos alguns de seus muitos papéis na conservação de sementes, hortas caseiras, adaptação ao clima, agricultura comercial e liderança ambiental. Ressaltamos a tripla carga como um dos desafios singulares que as mulheres experimentam na agricultura. Por último, esboçamos seis diretrizes para adotar medidas destinadas a: 1) apoiar melhor às mulheres na agricultura, 2) trabalhar em prol do objetivo da Agenda 2030, de não deixar ninguém para trás e 3) assegurar-se de que os projetos voltados para a mulher reduzam, em vez de reforçar, as desigualdades existentes.

Referências

- Aguilar-Støen, M; Moe, SR; Camargo-Ricalde, SL. 2009. Home gardens sustain crop diversity and improve farm resilience in Candelaria Loxicha, Oaxaca, México. *Human Ecology* 37:55-77.
- Bee, BA. 2014. Si no comemos tortilla, no vivimos: women, climate change, and food security in central Mexico. *Agriculture and Human Values* 31:607-620.
- BM (Banco Mundial, Estados Unidos da América). 2015. Women in agriculture: the impact of male out-migration on women's agency, household welfare, and agricultural productivity. Washington D.C., 46 p.
- Buechler, S., 2016. Gendered vulnerabilities and grassroots adaptation initiatives in home gardens and small orchards in Northwest Mexico. *Ambio* 45(3):S322-S334.
- De Schutter, O., 2013. The feminization of farming (on-line). Consultado em 19 de junho de 2018. Disponível em <https://www.nytimes.com/2013/03/04/opinion/the-feminization-of-farming.html>.
- Delgado, CL. 2003. Rising consumption of meat and milk in developing countries has created a new food revolution. *The Journal of Nutrition* 133(11):3907S-3910S.

- Desmarais, AA. 2003. The Vía Campesina: peasant women on the frontiers of food sovereignty. *Canadian Woman Studies/Les Cahiers de la Femme* 23(1):140-145.
- Doss, C; Meinzen-Dick, R; Quisumbing, A; Theis, S., 2018. Women in agriculture: four myths. *Global Food Security* 16:69-74.
- Fleury, A., 2016. The overlooked: migrant women working in Mexico (on-line). Tóquio, Japão, UNU. Consultado em 15 de junho de 2018. Disponível em <https://unu.edu/publications/articles/the-overlooked-migrant-women-working-in-mexico.html>.
- Galluzzi, G; Eyzaguirre, P; V, Negri. 2010. Home gardens: neglected hotspots of agrobiodiversity and cultural diversity. *Biodiversity Conservation* 19:3635-3654.
- Howard, P., 2006. Gender and social dynamics in swidden and homegardens in Latin America. In Kumar, BM; Nair, PKR (eds.). *Tropical Homegardens*. Springer. 378 p.
- Lee, SE. 2010. Unpacking the packing plant: Nicaraguan migrant women's work in Costa Rica's evolving export agriculture sector. *Signs* 35(2):317-342.
- Lookabaugh, L., 2017. Talking about the weather in Chiapas, Mexico: rural women's approaches to climate change adaptation. *The Latin Americanist March* 2017:61-80.
- Marcha das Margaridas, 2018. Pautas das marchas (on-line). Consultado em 28 de junho de 2018. Disponível em http://transformatoriomargaridas.org.br/?page_id=243.
- Oliver, B., 2016. The Earth gives us so much: agroecology and rural women's leadership in Uruguay. *Culture, Agriculture, Food and Environment* 38(1):38-47.
- ONU Mulheres. 2015. Derechos humanos de las trabajadoras migrantes (on-line). Consultado em 19 de junho de 2018. Disponível em <http://www.unwomen.org/-/media/headquarters/attachments/sections/library/publications/2016/women-migrant-workers-human-rights-es.pdf?la=es&vs=4402>.
- Phillips, C., 2013. *Saving more than seeds: practices and politics of seed saving*. Taylor & Francis Group. 286p.
- Rocheleau, D; Thomas-Slayter, T; Wangari, E., 1996. Gender and the environment: a feminist political ecology perspective. In Rocheleau, D; Thomas-Slayter, B; Wangari E (eds.). *Feminist political ecology: global issues and local experience*. Routledge. 352 p.
- Sweetman, C., 2013. Introduction: working with men on gender equality. *Gender & Development* 21(1):1-13.
- Sylvester, O; García Segura, AG. 2018. Ulàpeitök: applying Bribri indigenous teachings to an ethnobiology Ph.D. methodology. *Engaged Scholar Journal*. Próxima publicação.
- Sylvester, O; García Segura, AG; Davidson-Hunt, I., 2016. Complex relationships among gender and forest food harvesting: insights from the Bribri indigenous territory, Costa Rica. *International Forestry Review* 18(2):247-260.
- Walshe, R; Argumedo, A., 2016. Ayni, ayllu, yanantin and chanincha: the cultural values enabling adaptation to climate change in communities of the Potato Park, in the Peruvian Andes. *GAIA* 25(3):166-173.

Rumo à igualdade de gênero, um desafio que nos une

A situação das mulheres rurais na
Argentina revela as nossas dívidas
históricas

*Carolina Stanley**

A luta da mulher por sua participação, em igualdade com os homens, na sociedade, é uma luta que leva décadas, mas que hoje tem uma potência arrasadora, um peso sem precedentes em todo o mundo. Na Argentina, vivemos um momento histórico em que a luta pela igualdade de direitos das mulheres se transformou em um dos principais temas da agenda política e, sobretudo, social. O que antes era um tema discutido entre especialistas, hoje faz parte dos diálogos e conversas cotidianas, na mesa de casa, nas escolas, no campo e nas cidades. Porque falar de gênero é muito mais do que falar de violência, é falar, definitivamente, dos direitos humanos.

Sabemos que um país próspero requer uma sociedade igualitária. Como soube propor Kofi Annan, *“a igualdade de gênero é mais do que um objetivo em si mesmo, é uma precondição para enfrentar o desafio de reduzir a pobreza, promover o desenvolvimento sustentável e construir uma boa governança”*.

* **Ministra de
Desenvolvimento
Social, República da
Argentina**

Nesse processo de transformação social e cultural, o Estado desempenha um papel fundamental, não só ao articular as novas demandas sociais, mas também como promotor proativo de políticas públicas que tendam a garantir que

todas as pessoas, independentemente de seu gênero, tenham os mesmos direitos e possam exercer plenamente suas autonomias.

O fato de, hoje, debatermos problemas sociais históricos fortalece a nossa democracia e nossas instituições. De fato, desde o início de nossa gestão, o Presidente assumiu, liderou e promoveu a igualdade de gênero. Temos a responsabilidade, por parte do Estado e de toda a sociedade, de refletir e gerar mudanças que contribuam para fechar hiatos históricos de desigualdade e garantir um país com uma verdadeira equidade, onde cada uma possa escolher com liberdade.

Na Argentina, metade da população é de mulheres e 40% delas são chefes de família. 1.772.107 das mulheres vivem no âmbito rural. No entanto, a desigualdade de gênero se evidencia em várias dimensões:

- **O trabalho não remunerado é tarefa quase exclusiva das mulheres:** As mulheres dedicam quase o dobro de horas que os homens ao trabalho doméstico e de cuidados.
- **No trabalho, as mulheres não têm as mesmas oportunidades que os homens:** As mulheres cobram 23,5% menos que os homens pelo mesmo trabalho. Os homens ocupam 68,8% dos cargos executivos no âmbito privado, enquanto as mulheres, 31,2%.
- **As mulheres não têm a sua integridade física garantida:** Em 2017, 251 mulheres foram assassinadas por ser mulheres e, entre 2008 e 2017, 3.378 filhos e filhas ficaram sem mãe, dos quais, 2.161 (mais de 66%) são menores de 18 anos.
- **O âmbito da tomada de decisões é proeminentemente masculino:** De 24 governadores, 4 são mulheres; 1 juíza é mulher dentre 5 que integram a Suprema Corte de Justiça; 9,4% dos intendentés são mulheres; 37,5% dos assentos no Senado são ocupados pelas mulheres; e 35,6% dos assentos dos Deputados são ocupados pelas mulheres.

Os problemas atuais da mulher rural revelam as dívidas históricas que temos como governo, sociedade civil e setor empresário, não só em termos de autonomia econômica, mas também acerca da superação da pobreza das mulheres, do trabalho doméstico e de cuidados não remunerados, da desigualdade salarial, da discriminação no mercado de trabalho e dos déficits de proteção social.

As mulheres rurais tornam visíveis as múltiplas dimensões da desigualdade de gênero. Embora representem um terço da população mundial e sejam responsáveis pela metade da produção mundial de alimentos, por muito tempo estiveram invisíveis para as políticas públicas.

Em termos de **igualdade econômica**, as mulheres rurais têm menor acesso a recursos produtivos e meios de produção que seus pares homens. Além disso, elas

estão mais expostas à pobreza e ao isolamento do que as mulheres urbanas, uma vez que têm menores possibilidades de acesso a serviços sociais e culturais e a uma melhor infraestrutura.

Além disso, da mesma forma que nas cidades, as mulheres rurais são responsáveis pelo **trabalho não remunerado**, que tende a não ser reconhecido. O trabalho doméstico no campo implica mais tempo e mais esforço ao envolver tarefas mais árduas e complexas do que na cidade. Se considerarmos a **igualdade de gênero na tomada de decisões e na participação do cidadão**, as mulheres rurais têm maiores dificuldades para participar dos espaços de decisão públicos e, portanto, para opinar e tomar decisões nesses âmbitos.

Finalmente, as mulheres rurais se deparam com a **violência de gênero** da mesma forma que as mulheres urbanas, embora os serviços e dispositivos de

assistência integral geralmente se concentrem em lugares de maior densidade populacional. As mulheres rurais podem ser mais vulneráveis a esse problema quando se dificulta o acesso a serviços de assistência e à justiça.

Essa realidade nos questiona e impõe a necessidade de promover uma política abrangente e coordenada que vise eliminar as desigualdades de gênero e promover uma sociedade equitativa. É por isso que estamos avançando em ações e estratégias concretas que institucionalizam esse processo.

Visando hierarquizar e transversalizar a abordagem de gênero em todas as políticas públicas e promover o empoderamento das mulheres, foi criado, em 2017, o Instituto Nacional da Mulher (INAM) para dar continuidade às funções do Conselho Nacional de Mulheres, que funcionou entre 1992 e 2017. O INAM foi criado como uma entidade descentralizada sob a jurisdição do Ministério do Desenvolvimento Social e com função de Secretário de Estado.

A igualdade de gênero é um desafio que me desafia todos os dias. No meu papel de Ministra, para fornecer as ferramentas e o acompanhamento necessários para que cada mulher possa se desenvolver e fortalecer, bem como tomar decisões com liberdade e desdobrar todo o seu potencial em seu projeto de vida.

Na minha própria experiência, no contato diário com as mulheres, tenho testemunhado o capital transformador que todas as mulheres têm, desde aquelas que são o sustento de suas famílias no meio rural ou aquelas que constroem espaços de primeira infância para seus filhos e para que outras mães possam ir trabalhar sabendo que seus filhos estão sendo bem cuidados e mesmo aquelas que geram empreendimentos produtivos, nos quais, a partir de uma ideia, surge um processo que dá vida a toda uma comunidade. A igualdade de gênero também me desafia em meu papel de mãe, para educar meus filhos homens para a igualdade.”

Atualmente, contamos com estatísticas oficiais. Em uma iniciativa conjunta entre o Instituto Nacional de Estatísticas e Censos (INDEC) e o INAM, conjuntamente com a participação de todos os organismos que oferecem assistência às mulheres vítimas de violência de gênero, foi criado e publicado um Registro Único de Casos de Violência Contra as Mulheres, o qual abrange os anos 2013 a 2017, revertendo assim a ausência histórica de informações que torna o problema invisível.

Temos promovido o primeiro Plano Nacional de Igualdade, pelo qual 36 organismos elaboraram conjuntamente um total de 200 compromissos que incluem metas, indicadores e prazos. Desse modo, nosso país dá cumprimento às obrigações internacionais assumidas ao aderir à Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, às recomendações oriundas de organismos como o Comitê CEDAW, o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

O Plano Nacional de Igualdade é mais do que um roteiro, ele constitui um plano de ação para alcançar a equidade entre gêneros na Argentina. Trata-se da primeira vez, em nosso país, que o Poder Executivo promove o compromisso em termos de igualdade de gênero, de forma articulada, estratégica e integral. Além disso, o Plano será monitorado de maneira centralizada por um organismo independente, em virtude da importância que tem não só para o nosso governo, mas para toda a sociedade.

No âmbito do trabalho, o hiato salarial existente é uma dívida pendente. Em muitos casos, o que uma mulher ganha em um ano, um homem que realiza as mesmas tarefas ganha em 8 meses. Além disso, em termos de altos cargos, geralmente há maior presença masculina. Em termos gerais, em nosso país, as mulheres apresentam maiores taxas de desemprego, vínculos mais instáveis com o trabalho remunerado e salários inferiores. Além disso, existe uma alta porcentagem de mulheres que sofreram assédio trabalhista. Foram seus chefes, companheiros ou clientes. Essa realidade geralmente está atada à tradicional crença de que a força de trabalho feminina é de suporte, porque apresenta uma alta instabilidade, carece de capacitação e está limitada pela maternidade. Ou seja, são atribuídos perfis trabalhistas estereotipados que concordam com os papéis historicamente atribuídos a cada gênero.

É por isso que, pelo Executivo, foi enviado ao Congresso Nacional um Projeto de Lei que busca garantir a equidade de salário e oportunidades em todos os aspectos da vida trabalhista e proibir qualquer tipo de discriminação por gênero ou estado civil. O projeto propõe mudanças na Lei de Contrato de Trabalho que acompanham mulheres vítimas de gênero e dão mais flexibilidade às mães e aos pais para cuidar de seus filhos, estabelece licenças por violência de gênero, amplia as licenças maternidade e paternidade por procedimentos de fertilização assistida e adoção e habilita a possibilidade de reduções temporárias de jornada de trabalho com uma remuneração proporcional para mães e pais.

Além disso, estamos promovendo a Iniciativa de Paridade de Gênero na Argentina, a qual faz parte de um conjunto de iniciativas promovidas nos países da região por

uma parceria entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Fórum Econômico Mundial para reduzir os hiatos de gênero no plano econômico. A iniciativa tem como objetivo aumentar a participação das mulheres na economia, reduzir o hiato salarial entre homens e mulheres e promover a participação de mulheres em postos de liderança.

Em 2018, o nosso país liderou o Women 20 (W20), um grupo de afinidade do G20 integrado por uma rede transnacional de mulheres líderes que busca influenciar os grupos de decisão para levar adiante políticas de equidade de gênero. O capítulo argentino do W20 apoia o crescimento econômico com a inclusão de gênero por meio de quatro eixos: trabalhista, digital, financeiro e rural. Além disso, tem por objetivo transversalizar a perspectiva de gênero em todos os grupos de afinidade do G20.

Historicamente, as mulheres têm desempenhado um papel central na reprodução, cuidados e criação das crianças. Por isso, as dificuldades que elas enfrentam e sua falta de empoderamento têm impacto direto e negativo no desenvolvimento das crianças. Há uma comprovada correlação entre o bem-estar e o empoderamento das mães e o desenvolvimento positivo de seus filhos. Para muitas mulheres, a única forma de combinar os cuidados com seus filhos e a geração de receitas é se inserir de maneira informal na economia, com receitas instáveis, frente ao que a possibilidade de ter acesso a um espaço de cuidados para seus filhos é muito difícil. Essa situação se recrudescer para as mulheres rurais, que têm menor disponibilidade de acesso a esses serviços.

É por isso que implementamos o Plano Nacional de Primeira Infância. Um de seus componentes são os Espaços de Primeira Infância, onde as crianças recebem cuidados a partir de uma abordagem integral (assistência nutricional, estimulação antecipada e psicomotricidade, prevenção e promoção da saúde). Atualmente, está sendo fortalecida a abertura desses espaços em âmbitos rurais de nosso país para igualar oportunidades de acesso. O Programa Nacional Primeiros Anos está orientado para o fortalecimento das capacidades de criação de famílias com meninos e meninas de 0 a 4 anos em situação de pobreza. O programa opera em todo o país e gera resultados no apoio à criança em comunidades rurais de Povos Originários. Como parte dessa iniciativa, foram elaborados materiais nos idiomas Pilagá, Wichi e Quom para fortalecer as práticas parentais.

Por outro lado e em termos de acesso à saúde integral, implementamos o Plano de Prevenção da Gravidez Não Intencional na Adolescência. Ele incorpora a perspectiva de gênero e o empoderamento das mulheres transversalmente nos seus diversos objetivos e linhas de ação. Isso é ainda mais relevante para as jovens rurais, as quais têm mais dificuldades de acesso não só a métodos anticoncepcionais, como também às informações que precisam para exercer a sua sexualidade de maneira responsável e autônoma.

Na Argentina temos avançado em torno da ampliação dos programas de receita à infância. Nesse sentido, estão sendo incorporados os filhos e filhas dos trabalhadores independentes (contribuintes autônomos) e temporários ligados

principalmente a atividades rurais. Cabe destacar que esse tipo de programa potencializa o empoderamento das mulheres, uma vez que a titularidade da prestação é sobretudo delas e, portanto, exercem um maior grau de autonomia nas decisões do lar.

A partir do Levantamento Nacional de Bairros Populares, milhares de famílias que vivem em assentamentos vulneráveis podem ter acesso a um certificado de moradia familiar que lhes permite certificar seu domicílio ante qualquer autoridade. Nesse processo histórico, as mulheres são as protagonistas, representando 58% das responsáveis por moradias.

As mulheres representam mais de 70% das titulares de programas sociais e seu acompanhamento é ativamente promovido com o objetivo de fomentar sua autonomia e empoderamento. Além disso, empreendimentos produtivos liderados por mulheres em comunidades rurais vulneráveis e sua comercialização são fortalecidos, promovendo o desenvolvimento local e os princípios de comércio justo.

O Programa Pró-Horta desenvolve ações destinadas às mulheres para a autoprodução de alimentos e comercialização de excedentes de hortas e granjas. Outra linha de ação promove projetos vinculados ao acesso à água pela captação de água da chuva por cisternas, vertentes e mananciais. Essa política tem uma implicação significativa para as mulheres rurais, as quais são tradicionalmente as encarregadas de fornecer água e que, em muitos casos, precisam que caminhar quilômetros para isso.

Por último, outro dos componentes da agenda de gênero que está sendo desenvolvido na Argentina está relacionado à erradicação da violência contra as mulheres. Pela primeira vez em nosso país, foi lançado um Plano Nacional de Ação contra a Violência contra as Mulheres que conta com duas linhas de atuação: por um lado, a prevenção e a educação sobre a igualdade, por outro, o atendimento integral das mulheres em situação de violência de gênero. Ele expressa com clareza a decisão e a vontade do governo de assumir como política de estado o direito de todas as pessoas a viver uma vida livre de violência.

Além disso, temos nos comprometido com familiares das mulheres que morreram vítimas de violência com medidas concretas contra esse flagelo, a Lei Brisa reconhece um benefício econômico mensal aos filhos das vítimas de feminicídio. A violência de gênero deixa centenas de crianças sem mãe. Promover políticas de educação sobre igualdade e acompanhá-los é a nossa prioridade.

O desafio de uma sociedade sem desigualdades deve comprometer a todos nós. Juntamente com as mudanças e avanços protagonizados pelas mulheres, é necessária a participação e o envolvimento dos homens. A incorporação deles na prática da igualdade é um processo do qual, em grande medida, depende o desenvolvimento de uma sociedade democrática. Devemos pensar na complementaridade, o que implica abandonar o masculino e o feminino como um

binômio classificador, como um designador de papéis e demarcador de barreiras e tarefas. O feminino e o masculino como papéis preestabelecidos limitam sonhos, projetos e inquietações. Isso não significa negar as diferenças, mas eleger a igualdade como princípio jurídico, ético e político.

A igualdade de gênero é um desafio que me desafia todos os dias. No meu papel de Ministra, para fornecer as ferramentas e o acompanhamento necessários para que cada mulher possa se desenvolver e fortalecer, bem como tomar decisões com liberdade e desdobrar todo o seu potencial em seu projeto de vida. Na minha própria experiência, no contato diário com as mulheres, tenho testemunhado o capital transformador que todas as mulheres têm, desde aquelas que são o sustento de suas famílias no meio rural ou aquelas que constroem espaços de primeira infância para seus filhos e para que outras mães possam ir trabalhar sabendo que seus filhos estão sendo bem cuidados e mesmo aquelas que geram empreendimentos produtivos, nos quais, a partir de uma ideia, surge um processo que dá vida a toda uma comunidade. A igualdade de gênero também me desafia em meu papel de mãe, para educar meus filhos homens para a igualdade.

Abrir a porta para todo o potencial das mulheres e meninas tem um efeito multiplicador que não só nos beneficia, mas à sociedade em seu conjunto. Por isso, essa luta não pode ser unicamente das mulheres, precisa ser uma bandeira de toda a sociedade.

3

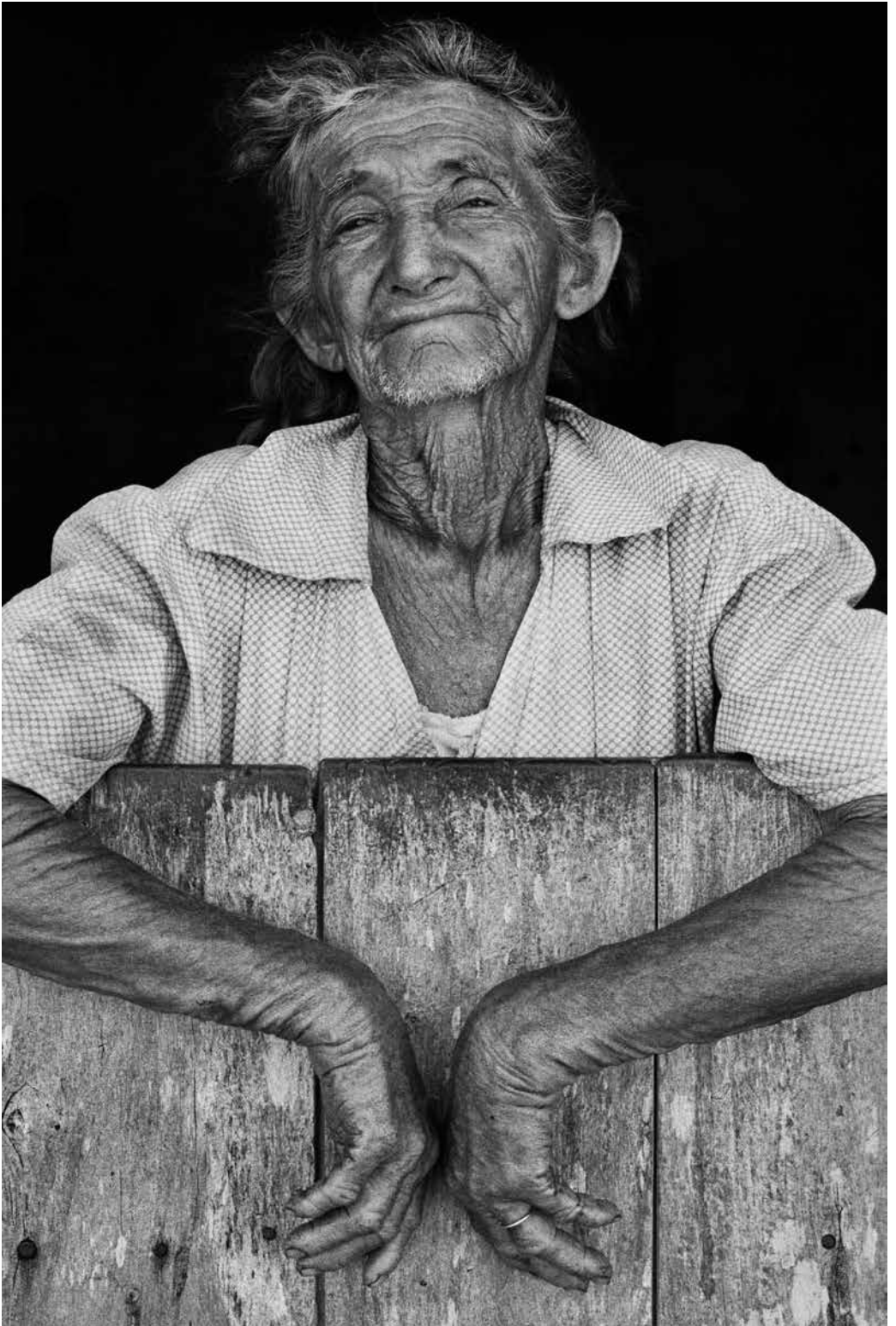
Em nosso DNA

**Trabalhadora rural no
semiárido brasileiro**

Ceará, Brasil

1983

©Sebastião Salgado



O papel fundamental da mulher rural no desenvolvimento do Paraguai

As desigualdades se acentuam na área rural, e as mulheres rurais sofrem com a discriminação frente a seus pares homens no acesso a bens e serviços e na participação na vida social e política

*Silvana Abdo**

Tenho a oportunidade de percorrer o nosso país e compartilhar com muitas de suas mulheres rurais e, ao mesmo tempo, poder apreciar de maneira direta o valor do trabalho que desenvolvem no campo.

É muito claro que, no Paraguai, elas são o pilar invisível da agricultura familiar, da produtividade, do trabalho camponês e da subsistência familiar. Nas conversas que mantemos nesses encontros, sempre concordamos que estamos junto à oportunidade de dar um impulso real ao valor do trabalho da mulher no campo.

Em nosso país 1,3 milhões de trabalhadoras rurais sustentam seus lares e a comunidade com seu trabalho. Essa tarefa é a que buscamos tornar visível e apreciada por políticas públicas, pois as mulheres rurais têm um papel reprodutivo, produtivo e comunitário, realizam um trabalho intenso e assumem uma carga de trabalho de grande importância, muitas vezes invisível e poucas vezes valorizado.

Embora sejam protagonistas importantes e contribuam ativamente para a economia local e nacional, continuam sofrendo com a discriminação refletida na pobreza de

* Primeira Dama
República do
Paraguai



A condição de pobreza das mulheres está diretamente relacionada a fatores socioculturais que incidem na possibilidade de acesso à educação, a serviços básicos, ao crédito, bem como à incursão no mundo trabalhista, à capacitação e à posse da terra. Todos esses fatores limitam as suas possibilidades de se constituir como pessoas com independência econômica e, dessa maneira, gerar receitas e dispor de suas despesas, além de tomar decisões sobre seus recursos produtivos."

receitas, na falta de recursos, na escassez de oportunidades e em outras desigualdades.

São muitos os desafios que, como sociedade, devemos enfrentar, especialmente em relação à mulher no âmbito rural. No Gabinete da Primeira Dama (OPD), estamos trabalhando nesse sentido, tornando-as visíveis e brigando por sua inserção nos diferentes setores da sociedade. Temos a convicção de que melhores oportunidades e maiores acesso e controle sobre a terra por parte delas poderia ajudar na melhoria e no desenvolvimento sustentável das comunidades camponesas.

Queremos garantir seus direitos básicos e sua autonomia econômica, fundamentais para o seu empoderamento e desenvolvimento pessoal.

Os dados proporcionados pelo Ministério da Mulher junto às Nações Unidas, em 2015, ajudam a entender melhor essa realidade: os principais hiatos de gênero no Paraguai foram registrados no acesso e controle de recursos, oportunidades, serviços e participação na tomada de decisões. As desigualdades se acentuam na área rural, e as mulheres rurais sofrem com a discriminação frente a seus pares homens no acesso a bens e serviços e na participação na vida social e política.

No Gabinete da Primeira Dama (OPD), procuramos abranger um modelo integral destinado ao empoderamento das mulheres em todos os âmbitos, contribuindo assim para alcançar a ansiada autonomia real. Estou comprometida em acompanhar as políticas públicas orientadas para o desenvolvimento e bem-estar social, com ênfase no empoderamento da mulher, em especial, nos entornos rurais. Estamos trabalhando e promovendo uma maior liderança das mulheres rurais no Paraguai pela *Lei Nacional N° 5446/2015, de Políticas Públicas para Mulheres Rurais*. Uma lei que nasce graças ao envolvimento das próprias mulheres rurais. A normativa está em etapa de regulamentação para, em seguida, tornar efetiva a sua aplicação.

Situação das mulheres rurais no Paraguai

O artigo 2º da Lei Nacional N° 5446/2015 define a mulher rural como *“aquela a quem seu meio de vida e receitas estão, direta ou indiretamente, relacionados à*

agricultura, à pecuária, ao artesanato ou a outra atividade produtiva desenvolvida no âmbito rural e que está em situação de vulnerabilidade social, econômica e cultural”.

Em conformidade com o relatório elaborado em 2008 pela Organização da Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), as mulheres paraguaias no âmbito rural têm uma histórica luta de reivindicações e organizações. Até o ano 2000 existia somente um grupo de mulheres com representação nacional: a Coordenação de Mulheres Camponesas, que formava parte da organização camponesa mista Movimento Camponês Paraguai. Posteriormente, com a criação da Coordenação Nacional de Mulheres Rurais e Indígenas, as mulheres tiveram seu próprio espaço, alcançando maior visibilidade e, com sua luta, têm conseguido diversos avanços nos serviços de saúde e educação em zonas rurais.

No Paraguai, as mulheres rurais representam 18,23%, onde 47,14% da população é rural, totalizando 1.267.835 pessoas. Cerca de 25,06% dos lares da área rural são chefiados por mulheres, números que são o resultado da revisão de 2015 da projeção da população nacional 2000-2025, elaborado pela Direção-Geral de Estatísticas, Pesquisas e Censos (DGEEC).

A condição de pobreza das mulheres está diretamente relacionada a fatores socioculturais que incidem na possibilidade de acesso à educação, a serviços básicos, ao crédito, bem como à incursão no mundo trabalhista, à capacitação e à posse da terra. Todos esses fatores limitam as suas possibilidades de se constituir como pessoas com independência econômica e, dessa maneira, gerar receitas e dispor de suas despesas, além de tomar decisões sobre seus recursos produtivos.

O empoderamento da mulher, especialmente da mulher rural, pela aplicação da *Lei N° 5446/2015* é uma prioridade que temos. Proporcionar-lhes mais acesso a recursos econômicos significa, para elas, uma oportunidade real que lhes permitirá exercer seus direitos sociais e econômicos. Para as trabalhadoras, isso representa uma aposta para o futuro.

Iniciativas para o empoderamento das mulheres rurais paraguaias

Levando em conta os desafios enfrentados pelas mulheres rurais em busca de espaços e progresso pessoal e profissional, no Paraguai, estamos trabalhando por diversas instituições governamentais. Lançamos um grande desafio, que consiste no empoderamento econômico e social das mulheres rurais.

Como parte das ações temos realizado para empoderar nossas mulheres rurais, focamos em eixos fundamentais para a conquista de mais espaços e da inclusão econômica, social e cultural. Assim, nossas ações, projetos e legislação ajudarão a reduzir vulnerabilidades. Almejamos ser um agente de transformação que ajude a modificar e erradicar costumes arraigados pelo tempo na cultura paraguaia.

- Políticas públicas para mulheres rurais

A *Lei Nacional N° 5446/2015 de Políticas Públicas para Mulheres Rurais* é uma lei que surge graças ao trabalho e participação ativa das mulheres rurais. Seu principal objetivo é promover e garantir os direitos econômicos, sociais, políticos e culturais das mulheres rurais fundamentais para o seu empoderamento e desenvolvimento. Essa legislação é sumamente importante para reivindicar o trabalho das mulheres rurais, as quais estão em desvantagem por múltiplas dificuldades e/ou barreiras, o que tem propiciado a constituição da Comissão Interinstitucional de Aplicação da Lei (CIAL) para articular ações entre 15 instituições do Estado cujas gestões estão destinadas a favorecer as mulheres rurais.

Entre os principais resultados e avanços dessa lei, podemos mencionar a assistência técnica, financeira, produtiva, organizacional e comercial, a capacitação de gestão de marketing e o acesso à tecnologia.

Embora existam resultados tangíveis, o que se fez até o momento abrange apenas pouco mais de 1% do total das mulheres rurais. Confiamos que, com essa ferramenta e com base no esforço, os resultados possam crescer de maneira exponencial em nossa gestão.

- O projeto Kuña Katupyry

É um projeto no qual tenho me envolvido desde o início de minhas atividades como Primeira Dama, em cooperação com o Banco Nacional de Fomento, e que tem como principal objetivo facilitar o acesso ao financiamento de atividades econômicas de mulheres em condições de pobreza, sem a necessidade de garantias reais e em condições vantajosas, sendo beneficiárias as mulheres entre 18 e 75 anos de idade, em condições de pobreza e que exijam recursos financeiros para implementar suas atividades econômicas. Esses recursos devem ser direcionados para atender as necessidades de capital operacional e pequenos investimentos para o desenvolvimento de atividades econômicas no setor rural e urbano de todo o país. Tenho a convicção de que o Kuña Katupyry é uma ferramenta muito importante de empoderamento para as mulheres pelo fortalecimento de suas atividades econômicas.

O empoderamento das mulheres rurais como presente e futuro

A participação da mulher rural no desenvolvimento do campo é uma realidade tangível e inegável. Ela trabalha, produz, mantém seu lar e promove o crescimento de sua comunidade. É hora de que essa figura laboriosa seja reconhecida como crítica para a nossa economia.

O futuro das trabalhadoras rurais em nosso país aponta fortemente para o fortalecimento desse setor e para a conquista de maiores espaços, com lideranças à frente de mais organizações que permitam visibilizar o papel fundamental cumprido pela mulher rural paraguaia.

Estamos convencidos de que a nossa gestão no OPD permitirá o desenvolvimento das mulheres rurais e que esse trabalho de empoderamento persistirá no tempo, gerando oportunidades para esse setor até agora vulnerável e discriminado.

Empoderar nossas mulheres rurais contribuirá para a mudança que promovemos em nosso Paraguai, acabando, dessa maneira, com a desigualdade que nos fere a todos e gerando uma nova realidade para o bem-estar geral de todo o nosso povo.



Assim eu me entrelacei com os fios e teares das mulheres rurais argentinas

Em Nova York, Milão, Londres ou Paris, é dado cada vez mais valor a roupas que renovam as técnicas ancestrais

*Verónica Alfie**

Graciela Carrasco vive nas terras rubras e secas do noroeste argentino. Como outras mulheres de Belén, em Catamarca, fia e tece... Tece ponchos e sonhos. E o faz com paciência e orgulho.

As mulheres de seu povo tecem com lãs de lhamas e ovelhas da mesma forma como faziam suas avó e tataravós, há 200 anos ou mais. Obter o fio, tingi-lo com as cores das folhas e das flores do campo e se sentar ao tear requer tempo e conhecimento (paciência!). A tradição passou de geração em geração nessa pequena cidade, o berço do poncho argentino e, como diz Graciela: “é o que fazemos todos os dias. De segunda à segunda”.

Enche-lhe de satisfação (orgulho!) ter tecido o poncho que o Presidente da Argentina levou como presente ao Papa Francisco, quando o visitou em Roma. Aquele foi um verdadeiro acontecimento em todo o povoado. Graciela tinha o sonho — e assim o conta em um vídeo no YouTube! — de que os ponchos argentinos chegassem a todo o mundo.

E, bem, a minha empresa de modas, Veroalfie, está trabalhando com ela e sua gente para isso.

* Designer de moda
Criadora da marca
Veroalfie
Buenos Aires,
Argentina

Um dia abordei o povo de Graciela e de seu esposo, Ramón, com um monte de ideias criativas e talvez atrevidas: queria deixar as mulheres da comunidade interessadas em agregar valor àqueles ponchos artesanais com um toque de design e de moda. Eu francamente pensei que me custaria muito, mas eu expus o projeto e elas me disseram, com o entusiasmo que as caracteriza, “para amanhã temos uma amostra”. Foi o início de uma parceria só com ganhadores.

Já trabalhamos juntas há quatro temporadas!

Eu gosto de trabalhar com as mulheres de Belén, um povoado a 2.750 metros acima do nível do mar que está quase como parado no tempo. Quando vamos até lá para fazer uma coleção, bebemos mate juntas e comemos empanadas que elas fazem. É viver uma experiência: a comida, os odores, os sabores, o lugar, a forma como se tece...



Para os empresários de qualquer setor, é cada vez mais relevante agregar valor; eles precisam gerar e promover novas tendências de todo tipo, que, como em nosso caso, vão além da moda. Trata-se de tendências culturais. Trata-se de inovar. Isso porque se vão impondo os gostos desses novos consumidores cada vez mais informados, que reclamam qualidade, que, mais do que objetos, querem comprar experiências, que são respeitosos para com o ambiente e exigem conhecer a forma como se produzem os bens e serviços que adquirem. Nos mercados de moda mais desenvolvidos, como os de Nova York, Milão, Londres ou Paris, cada vez mais se dá mais valor a roupas inspiradas e que adotam técnicas ancestrais. É uma inclinação que tem sua ancoragem em costumes repetidos e herdados geração após geração, por centenas de anos.”

É bom recordar que cada região da Argentina tem uma forma diversa de tecer. Em Tucumán, outra província do noroeste, os teares são circulares, em Catamarca, são quadrados. E são mais ainda diferentes e antigos os dos povos localizados ao norte de meu país, na Bolívia ou no Peru.

Gerar valor, compreender os consumidores

Para os empresários de qualquer setor, é cada vez mais relevante agregar valor; eles precisam gerar e promover novas tendências de todo tipo, que, como em nosso caso, vão além da moda. Trata-se de tendências culturais. Trata-se de inovar. Isso porque se vão impondo os gostos desses novos consumidores cada vez mais informados, que reclamam qualidade, que, mais do que objetos, querem comprar experiências, que são respeitosos para com o ambiente e exigem conhecer a forma como se produzem os bens e serviços que adquirem. Os mercados

internacionais pedem cada vez mais por produtos que refletem a identidade do país onde foram desenvolvidos. Compreender isso abre mercados, mas, sobretudo, gera empregos e receitas para grupos esquecidos ou ignorados simplesmente porque vivem em zonas remotas, longe dos centros de poder das cidades.

Nos mercados de moda mais desenvolvidos, como os de Nova York, Milão, Londres ou Paris, cada vez mais se dá mais valor a roupas inspiradas e que adotam técnicas ancestrais. É uma inclinação que tem sua ancoragem em costumes repetidos e herdados geração após geração, por centenas de anos.

Estou segura de que você já percebeu isso. A cada temporada, entram em moda os estampados navajos ou os detalhes astecas, as túnicas gregas, as blusas com bordados ciganos, as bolsas colombianas, os jeans bordados ou as joias étnicas e com sabor tribal. A receita é a diferenciação, mas também se volta para a essência, para as raízes, ao que nos é próprio e fala de nossas origens.

Claro que eu não inventei isso. Nos Estados Unidos, por exemplo, uma grande loja chamada Anthropologie, com uma visão semelhante à descrita, abriu seu primeiro ponto em 1992 e hoje possui 200 lojas em várias partes do mundo. A prestigiosa empresa assegura que seu cliente é “uma mulher com mentalidade criativa, que quer se parecer com a ela mesma, não com as massas. Tem um senso de aventura sobre o que usa e, embora para ela a moda seja importante, está ocupada demais desfrutando a vida para ser governada pelas últimas tendências”.

Pois bem, hoje, eu vendo meus produtos na Anthropologie. Quando fiz a oferta, disseram-me: ‘comparamos a essência de cada país’.

Como conseguimos mostrar a essência do país, se fazemos as fotos de moda da mesma forma que em qualquer cidade? Se eu sou uma designer argentina, onde tenho que mostrar minha nova coleção? A resposta é muito simples: em Catamarca, em Jujuy ou onde quer que eu tenha obtido a inspiração ou os materiais para criar minhas roupas. Por isso tive êxito. Se não trabalho com as mulheres rurais de meu país e mostro suas formas de vida e suas paisagens, não vendo nada. As fotos de estúdio estão superadas.

A paisagem apreciada nas fotografias de nossa última coleção — a terra seca, as montanhas nuas, as estradas vermelhas e sem pavimentação, os cactos e as casas de tijolos vermelhos — é apenas parte daquilo que vendemos, ou melhor, que promovemos. O mesmo com os materiais originários da Argentina e da região dos Andes, como lãs de lhamas, de vicunhas e de guanacos, tão típicas de nosso altiplano. São os ponchos e xales únicos e diferentes que dizem ao mundo qual é a nossa essência, de que somos feitos e de onde viemos.

Creio, em síntese, que o que se deve fazer é voltar às origens, e voltar às origens é trabalhar com as comunidades rurais. É isso o que podem fazer — e já estão fazendo — os designers modernos e autênticos de cada país da América Latina. Esse será o futuro por muitos anos a mais; a moda seguirá refletindo as diferentes partes do mundo.

Nossos países têm experiências formidáveis, como os chapéus Panamá, feitos por hábeis mãos equatorianas com a palha toquilla, hoje, símbolo de elegância. Sua oferta tem se multiplicado com variedades de cores e desenhos, diferenciando-se sobretudo pela qualidade e a flexibilidade da fibra.

Cada região tem sua particularidade, e o desafio é levar isso para a moda e é para isso que existimos, os designers. Queremos que, com nosso apoio, tudo isso se converta em uns viveiros de ofícios artesanais que se transformam em moda. Somos os únicos que conectamos as artesãs com um mundo talvez alheio, mas certamente muito competitivo, como o da moda.

Compreendemos que a moda hoje precisa mostrar como vivem essas mulheres rurais, o que há por trás de uma coleção, o que há por trás de uma marca. Na realidade, há equipes de trabalho e parceria com as artesãs que dão vida a nossos desenhos. O nome da pessoa que fez a peça fica impresso nas etiquetas e é mencionado em nosso site. Elas nos vendem os cachecóis ou os ponchos e nós os colocamos nos mercados internacionais, mas elas mantêm suas lojas e participam de feiras artesanais.

Atualmente, com apoio do governo, as próprias tecelãs rurais estão se organizando e preparando um programa para criar uma marca do país e para isso contam com a minha colaboração e a de outras pessoas. Eu as apoio no design para que façam sua própria coleção.

Vinte anos de trabalho conjunto

Sempre gostei de coisas feitas à mão, bordados, cerâmicas, velas. Gosto também de materiais nobres e bons, como as lãs de alpaca ou de lhama. Atraem-me as coisas nativas, embora eu também goste de lançar projetos e de criar marcas. Eu presto atenção ao mercado e escuto as consumidoras.

Minha experiência com grupos de mulheres rurais remonta a uns 20 anos. Primeiro, trabalhei no Peru e, em seguida, na Argentina, sobretudo no noroeste, em Catamarca e Jujuy.

Agrada-me trabalhar com elas em seu próprio habitat, em vez de trazê-las até Buenos Aires. Queremos conhecer suas histórias, ver seus filhos, construir uma relação, perceber como se sentem em termos de valor, vê-las se empoderar. É incrível. Minha postura não é dizer que elas devem fazer isso ou aquilo, mas fazer com elas uma coleção e apoiá-las para que possam vender seus produtos fora de suas comarcas.

As técnicas com que fazem os nossos produtos são valiosas; são autênticas e, quanto mais naturais, mais vendem. E devo ser muito enfática: isso já não é artesanato, é moda. Trata-se de levar o artesanato para outro nível, convertendo-o em moda, em moda para o mundo.

Assim como eu alcancei o sucesso trabalhando com os povos originários, muitos outros designers podem dar contribuições maravilhosas, compreendendo que essas artesãs e esses artesãos são o melhor capital de cada um de nossos países. Trabalho com seis ou sete grupos em diferentes regiões do país, nem todos constituídos por mulheres; também há homens. Todos merecem ser ouvidos, todos devem ser ouvidos.



A mulher que chorava com um olho

Se não tivesse ficado órfã,
talvez tivesse sido escritora.
Ou atriz. Era uma grande
contadora de histórias

*Pilar Álvarez Molero**

Pilar Huertas atravessou lentamente sua rua de madrugada e bateu na porta da casa da frente. Uma de suas irmãs a abriu:

- Maria, eu já dei à luz — ela lhe disse.
- Mas por que não me avisou...?
- Ah, mulher, não é nada.

Com 28 anos e o marido na guerra, Pilar acabava de dar à luz, sozinha, à sua filha Belén. Assim como tinha sido com seu primogênito, Juanico, que teve com 23. Pepa, a seguinte, quase não nasce. Nasceu com duas voltas do cordão umbilical no pescoço, com a face roxa. Em seguida, viram outros quatro: Paco, Adela, Antonio e Jorge. Nasceram, esses sim, com a ajuda de alguma vizinha ou de suas irmãs. Todos em sua casa, em sua própria cama.

Ela, nascida em 1914, tinha boa infância até que o caminho foi abruptamente interrompido. Seu pai, Paco, era um comerciante com possibilidades. Ele tinha um matadouro, uma charcutaria e a hospedagem Las Campanas, uma pousada em pleno centro da cidade de Granada, ao sul da

* Jornalista.
Correspondente de
gênero do jornal El
País, Espanha

Espanha. Mas o homem ficou viúvo com sete filhos e outro a caminho, que não chegou a nascer. Pilar tinha só três anos quando sua mãe morreu, dizem que de puro esgotamento.

Eles se mudaram de Granada para o povoado Domingo Pérez. Ali vivia outra família que ajudou a criar os órfãos de Paco, suas seis filhas e a única descendência masculina, até que o homem casou-se novamente. Havia oliveiras e trigo para cultivar, cresciam as lentilhas e os chícharos, uma leguminosa parecida com ervilhas com a qual se alimentavam os animais. Em Pérez, Paco abriu uma mercearia, uma sapataria e uma nova pousada. Mas no povoado de uns 600 habitantes não havia maneira de dar continuidade à educação das meninas em uma época em que o analfabetismo orbitava entre 70% dos menores de 10 anos na Espanha¹ e centrado sobretudo nas mulheres. O futuro da maioria era se ocupar do lar e da descendência. Esse foi o destino de Pilar, tingido de negro por uma promessa.

“Meu deus, se todos eles regressarem saudáveis, sempre vestirei luto”. Seu único irmão e os esposos de duas de suas irmãs estão lutando na frente. Assim como o seu recente marido, Juan. Era um homem que não entendia de lados, talvez por isso acabou lutando em ambos.

Todos voltaram com vida. E ela vestiu seu eterno uniforme negro – saia longa, meias grossas, blusa e cardigã, sandálias de tela e sola de borracha – que lhe fazia parecer uma anciã com apenas 25 anos. Passaram muitas necessidades econômicas.

“

Basta olhar para trás para comprovar todas as coisas que mudaram. Mas há muitas que infelizmente continuam iguais. Trabalhos como os que minha avó fazia e continuam fazendo milhões de mulheres não são remunerados. São cozinheiras, limpadoras, cuidadoras e administradoras do lar. E os salários que as mulheres ganham hoje para trabalhar no campo, quando ganham, estão muito abaixo daqueles dos homens.”

Durante um ano, viajou de trem à cidade com sua filha Belén nos braços. Algumas vezes não tinha dinheiro para pagá-lo, mas não podia deixar de ir. Precisava visitar seu marido na prisão, levar-lhe comida, tabaco e um pouco de apoio.

Todo era para alimentar o inimigo. Em um dia de junho, enquanto Juan estava arando o trigo, um grupo de homens desceu a serra e exigiu comida. Eram maquis, o movimento

¹ Dados extraídos do Relatório de alfabetização e escolaridade da Espanha (1887-1950), de Narciso de Gabriel <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:ZZ1z0BNyiNUJ:https://www.mecd.gob.es/dctm/revista-de-educacion/articulosre314/re3141100462>.

de resistência armada ao franquismo que sobreviveu oculto após a Guerra Civil Espanhola.

Juan desceu ao povoado e voltou com bacalhau, pão e alguns animais abatidos. Alguém chamou a Guarda Civil e o meteram preso por um ano.

A viagem de Domingo Pérez até Granada, que agora se completa em apenas meia hora pela estrada, representava andar oito quilômetros por dentro do campo até o povoado vizinho de Iznalloz, de onde partia o trem para a capital. E quase uma hora a mais de sacolejos nos bancos de madeira do vagão de terceira classe, sob o calor extremo do verão e o frio intenso no inverno. Pilar sentava-se no último banco e rezava para que não a vissem. O dia que o bilheteiro pediu a sua passagem e ela não tinha, lançou o único grande embuste de sua vida: “Ah, desculpe, com a menina, ou o perdi”.

Entre a guerra, o longo serviço militar posterior que Juan teve que cumprir e o período no cárcere, passaram-se diversos anos sem que soldo entrasse na casa. Viviam das poucas oliveiras que tinham, da ajuda das irmãs de Pilar e da mãe de Juan. O pai de Pilar, Paco, faleceu quando ela era adolescente. Apesar de tudo, nunca faltou a ninguém um prato de comida.

Passou a guerra, passou o cárcere. Seguiram nascendo filhos. Pilar se levantava todos os dias para fazer uma enorme panela de migalhas de pão com alho ou pães de batata. Esse era o café da manhã de todos e o almoço que Juan levava para o dia na lavoura, ao que logo o acompanhou seu primogênito, Juanico, que começou a trabalhar no campo com oito anos. Se as galinhas tivessem botado algum ovo, as batatas eram servidas acompanhadas. Quase todas as manhãs, eram apenas batatas com um pouco de café com leite da cabra que vivia no estábulo, no térreo da casa. A janta era quase sempre um cozido de grão de bico com toucinho e osso de presunto. O frango e a carne nobre do porco eram reservados para os dias de festa.

Quando terminava de cozinhar, Pilar Huertas arrumava o fogo com palha esquentar a casa. Fazia as camas de lâ. Afofava cada colchão por um bom tempo para que as tiras não embolassem e acabassem se acumulando nos pés ou na cabeceira da cama. Esfregava o chão de joelhos. Também se agachava para lavar uma cesta diária de roupas no rio. Depois, as compras. Na loja, só dispunham de bacalhau, açúcar ou arroz. O verdadeiro supermercado saía da própria horta e dos animais do estábulo. Em maio, a casa era toda caiada. Ela se encarregava de alimentar os porcos e limpar os chiqueiros, quando Juan não podia. Era importante cevá-los para que o abate rendesse em dezembro.

Conforme as crianças cresciam, dedicava-se a ler no parco tempo livre. Alguém havia lhe presenteado com Don Quixote em dois volumes com as capas brancas desgastadas. Pilar se sentava em uma cadeira e passava as páginas devagar. Ela tentava fazer isso todos os dias, com a luz que entrava pela janela ou na penumbra, junto ao fogo.

Também visitava a igreja diariamente, por uma mistura de convicção cristã e fuga. Sua filha, Pepa, assegura que era o único local em que podia estar em silêncio, sem o barulho das crianças, as cantilenas do marido ou as fofocas das vizinhas. Contudo, ela se sentia uma mulher de sorte.

— Tenho sete filhos, como sete flores, minhas crianças não têm defeitos — dizia ela.

— Mamãe, não exagere — replicava Pepa.

— Mulher, quero dizer que nenhum é vesgo, ou coxo. Não têm defeitos.

Em seu povo, há um dito para gente assim. Aqueles que não têm muito, mas a alegria de que todos a seu redor continuam vivos, saudáveis e não passam fome. “Essa não tem do que se queixar, essa chora com um olho”, dizia-se, e ainda se diz, em Pérez. Se não tivesse ficado órfã, talvez tivesse sido escritora. Ou atriz. Era uma grande contadora de histórias. Narrava sua infância de órfã e as andanças de Fernandico, o menino que seu pai contratou para trabalhar no campo e que adotaram como a um outro irmão. Aquilo era melhor do que um televisor, aparelho que ainda não havia chegado ao povo. Suas filhas tinham que brigar com as amigas para poder sair para brincar na rua. Elas preferiam ficar escutando as histórias de Pilar Huertas junto ao fogo.

O uniforme negro lhe acompanhou sempre, como o pequeno coque no qual prendia o cabelo. Somente ao final de sua vida, sem que percebesse, ela abandonou o luto. Suas filhas uma vez a vestiram em uma blusa com pequenas flores brancas ou uma saia xadrez cinza, quando ela já estava doente. Com 51 anos, começou a desenvolver mal de Parkinson, que a consumiu por uma década. Primeiro perdeu a sensibilidade nos dedos, depois, sua língua travou, em seguida chegaram os passos trôpegos.

Nos últimos tempos, apenas falava e quase não reconhecia ninguém. Mas continuava a contar histórias com gestos. Levava a mão fechada no queixo e ria. “Sim, sim”, murmurava. Estava imitando a cara do namorado grandão que sua filha Pepa havia arrumado, era sua forma de dizer que aquele rapaz de boa índole, que primeiro foi padeiro e depois trabalhou em um banco, havia caído em suas graças.

Pilar Huertas morreu pouco depois de Pepa e seu namorado Paco, meus pais, casarem-se. Eu nunca conheci a mulher que lia Don Quixote em seu tempo livre, embora sempre pense em sua história. Temos direitos que nossas avós não tiveram. Com a idade que ela teve o seu primeiro filho, 23 anos, eu acabava de terminar a Universidade e vivi um ano na Itália, aprendendo o idioma, viajando pelo país e arredores e fazendo teatro. Eu herdei seu afã por contar histórias e sua paixão pela leitura. Se não fosse pela paixão daquela matriarca de negro que afofava as camas todos os dias e se retirava para a paróquia, eu hoje não estaria escrevendo sobre grandes mulheres anônimas que, como ela, foram as pioneiras de um mundo fechado e que promoveram o avanço da Espanha rural, empobrecida e em branco e preto, que ficou devastada após a guerra.

Basta olhar para trás para comprovar todas as coisas que mudaram. Mas há muitas que infelizmente continuam iguais. Trabalhos como os que minha avó fazia e continuam fazendo milhões de mulheres não são remunerados. São cozinheiras, limpadoras, cuidadoras e administradoras do lar. E os salários que as mulheres ganham hoje para trabalhar no campo, quando ganham, estão muito abaixo daqueles dos homens. Na Espanha, elas estão sobrerrepresentadas na faixa de 400 a 1.000 euros (455/1.138 dólares dos Estados Unidos) frente aos homens, majoritários entre os que ganham de 1.001 a 1.400 euros (1.139/1.593 dólares dos Estados Unidos)².

Apesar dos grandes avanços da sanidade, ainda um em cada cinco nascimentos no mundo é realizado sem a assistência de uma parteira capacitada. Foram quase 31 milhões de nascimentos não atendidos em 2016³, com mulheres arriscando suas vidas e a de seus filhos. Como o que se passou com minha avó há quase um século, ao cruzar a rua e bater à porta de sua irmã María: “Mas por que não me avisou?...”

2 Dados extraídos do Ministério da Agricultura do governo da Espanha https://www.mapama.gob.es/es/desarrollo-rural/temas/igualdad_genero_y_des_sostenible/

3 Dados da Unicef, Maternidade e Saúde <https://data.unicef.org/topic/maternal-health/delivery-care/>



Mais mulheres na agricultura para alimentar o mundo

As mulheres do mundo inteiro têm um impacto significativo em um modo de vida que, em grande parte, é considerado dominado por homens

*Dana Bolden**

No seu modesto sítio de 60 hectares, localizado na província chinesa de Hebei, Wu Gui Qin está mudando a imagem da agricultura. Aqui, no campo ondulante, à quilômetros do centro urbano mais próximo, esta agricultora de 65 anos de idade semeia alguns dos cultivos de milho mais produtores da China.

Assim como muitos pequenos agricultores, esta mulher incansável, capaz de desempenhar muitas tarefas ao mesmo tempo, usa muitos chapéus. Ela é meticulosa em quanto ao uso de nutrientes e à proteção para garantir a saúde dos cultivos, a eficiência da gestão da água e a conservação do solo. Ela vigia de perto os sistemas meteorológicos e as pragas invasoras. Todos os dias ela caminha atenta pelo campo e compartilha os seus conhecimentos cada vez mais vastos com as pessoas da sua aldeia. De fato, a senhora Qin é famosa por oferecer orientação e assessoramento a outros agricultores de forma desinteressada, especialmente às mulheres jovens que tentam marcar diferença nessa atividade.

Por causa dos seus esforços, hoje em dia a sua aldeia e as zonas que a rodeiam se encontram no meio de uma surpreendente renovação econômica e agrícola.

* Vice-Presidente
Sênior de Assuntos
Externos e
Sustentabilidade
Corteva
Agriscience

Nas fazendas locais, o rendimento está aumentando, mais jovens e mulheres encontram trabalho sustentável na área da agricultura e produzem alimentos nutritivos a um ritmo nunca antes visto neste canto remoto do país.

É claro que a história da senhora Qin não é única. As mulheres do mundo inteiro têm um impacto significativo em um modo de vida que, em grande parte, é considerado dominado por homens. O Banco Mundial referiu em um informe recente:

“As mulheres representam quase metade dos agricultores do mundo e, durante as últimas décadas, tem aumentado a sua participação na agricultura. O número de famílias agricultoras com chefes mulheres também aumentou, já que mais homens tem migrado para as cidades. Como principais cuidadoras de suas família e comunidades, as mulheres oferecem alimentos e nutrição; elas constituem o laço humano entre fazenda e mesa.”

A contribuição das mulheres nunca foi tão necessária. De fato, quando estiver jantando esta noite, considere algumas realidades desanimadoras: quase 7.700 milhões de pessoas no mundo inteiro anseiam um sustento parecido ao seu. Nos próximos 30 anos, é provável que esse número chegue aos 10.200 milhões.

Para pôr isso em perspectiva, equivale a adicionar outra Índia e outra China ao nosso planeta durante a vida da maioria de nós. Vamos precisar de muita comida – não só no mundo em desenvolvimento, senão também em nossas economias mais fortemente desenvolvidas. Ninguém é imune à ameaça da escassez e à insegurança alimentar.



*Como eliminamos a desigualdade?
Tomar consciência é o primeiro passo. A mensagem forte e clara expressada pelas mulheres agricultoras do mundo inteiro é que precisam maior comunicação para expor os desafios e oportunidades que elas enfrentam”*

Tenha paciência comigo, porque eu ainda tenho mais dados alarmantes para lhe apresentar. Alimentar esta crescente população mundial requererá, entre outras coisas, converter uma maior área de terreno natural em terras de cultivo. É estimado que durante as próximas três décadas vamos ter que transformar, mínimo, uma área do tamanho do México em fazendas. Se a produção agrícola não é administrada eficientemente, essa área poderia aumentar ao tamanho do Canadá (cinco vezes maior que o México).

Um número maior de pessoas. Uma quantidade maior de alimentos requerida. Uma maior necessidade de terras e recursos. Mais pressão ao meio ambiente. Isso parece desanimador porque afetará o lugar e a forma de viver das futuras gerações.

Na realidade, a agricultura se encontra em uma encruzilhada. Ninguém pode ver o futuro, mas o que sim sabemos sobre a agricultura e a produção de alimentos é que a situação atual não vai parar. Nos próximos 20 anos teremos que duplicar a produtividade para manter esse caminho, sem deteriorar os recursos terrestres, hídricos nem atmosféricos que permitem a produção de alimentos.

A boa notícia é que no setor e na cadeia de valor agrícolas contamos com uma visão inovadora e capital intelectual para criar um mundo sustentável ambientalmente e seguro em quanto à alimentação.

É verdade que durante os próximos 30 anos não seremos capazes de alimentar o mundo sem um número maior de mulheres dedicadas à atividade agrícola. De fato, segundo a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, se as agricultoras são dadas o mesmo acesso aos recursos de produção como a terra, água e créditos financeiros que têm os homens, elas podem produzir entre 20% e 30% mais alimentos. Só isso tiraria 150 milhões de pessoas de condições de fome, número que poderia aumentar significativamente quantas mais mulheres participam na agricultura.

Empoderar às agricultoras e animar à mais mulheres jovens para desenvolver carreiras agrícolas é essencial para a missão da Corteva Agriscience. Com o objetivo de entender melhor a situação atual das produtoras do mundo e estabelecer um ponto de partida para medir o crescimento delas no futuro, o ano passado encargamos uma pesquisa para conhecer a vida e as preocupações das mulheres rurais em 17 países das cinco regiões do mundo.

Segundo a nossa pesquisa, chamada “as mulheres na agricultura em todo o mundo,” porém elas estejam muito orgulhosas de fazer parte da agricultura, as mulheres percebem uma discriminação generalizada, independente da geografia, que oscila entre 78% na Índia à 25% nos Estados Unidos.

Somente a metade das agricultoras que participaram da pesquisa no mundo inteiro afirmou que atingiam o mesmo grau de sucesso que os seus colegas homens, enquanto só 42% disseram que, em geral, os homens e mulheres recebiam as mesmas oportunidades. Quase um terço das entrevistadas disse que passariam dez anos ou mais antes de que as mulheres comesçassem a atingir um nível de igualdade com relação aos agricultores homens.

Outra descoberta importante da pesquisa foi uma diferença de renda considerável. 40% das produtoras do mundo afirmou que sua renda era significativamente menor à dos homens.

36% das agricultoras disse que tinha menos acesso a financiamentos, e uma porcentagem maior disse que a falta de formação em matérias agrícolas disponível

para mulheres constituía um dos principais obstáculos para o seu crescimento e sucesso.

O desejo de se formar surgiu como a necessidade mais mencionada entre as que participaram da pesquisa para eliminar a disparidade de gênero. Nos 17 países, muito mais da metade das participantes manifestou essa necessidade, e essa cifra era maior nos países Brasil, Nigéria, Quênia, México e África do Sul.

Porém os resultados da nossa pesquisa não tenham sido surpreendentes, sem dúvida sinalizaram a necessidade urgente de efetuar uma reforma e atingir a igualdade. Então, como eliminamos a desigualdade? Tomar consciência é o primeiro passo. A mensagem forte e clara expressada pelas mulheres agricultoras do mundo inteiro é que precisam maior comunicação para expor os desafios e oportunidades que elas enfrentam.

Isso é uma grande oportunidade para dedicar mais tempo e atenção à corteva.com, o site da nossa empresa, com a finalidade de mostrar curtas-metragens convincentes sobre as agricultoras do mundo, que administram operações agrícolas de sucesso, assim melhorando as suas comunidades locais e inspirando novas gerações de produtores agrícolas.

O objetivo é publicar histórias como as da Sra. Qin, da China, e da Pratima Devi, da Índia, que mantem um equilíbrio entre a sua vida de trabalho, família e comunidade, enquanto também administra um cultivo de arroz bem-sucedido; histórias como a de Eunice Wangui Murunga, do Quênia, que escreve uma crônica da sua travessia de risco e renovação pessoal, quando tenta levar à prática a sua paixão pela agricultura; histórias como a de Marilyn Hershey, que dirige uma fazenda de laticínios florescente na periferia da zona metropolitana da Filadélfia a traves da linha telefônica 800-cattle.

Peco-lhes que leiam estas e outras grandes historias, disponíveis na nossa página: <https://www.corteva.com/thisismystory.html> e que compartilhem os artigos do *This is My Story* (Essa é a minha história) nas suas redes sociais.

A divulgação dessa informação é essencial. Nada resulta mais propicio do que compartilhar as histórias comovedoras e motivadoras das mulheres que estão mudando a cara da agricultura.

É claro que a consciência só chega até certo ponto. Por meio da nossa pesquisa sobre as mulheres agricultoras sabemos que elas precisam de mais assistência e formação na área.

Um programa de formação que apresentamos na Zâmbia, junto com uma Organização Não Governamental (ONG), parece ser muito prometededor. Foi criado para ajudar os pequenos produtores e agricultoras a irem além da agricultura para subsistir. Atualmente, 80% dos 1,4 milhões de agricultores desse país tem cultivos de milho, más só 27% produzem suficiente para vender. Neste sentido,

a dificuldade maior que eles enfrentam é a falta de acesso aos materiais que aumentam a produção, às boas práticas de administração de cultivos e aos laços com os mercados agrícolas, particularmente em zonas remotas.

Com a finalidade de enfrentar esses desafios, trabalhamos com Muzika, nossa ONG-sócia, no lançamento do Programa de Adoção de Sementes Avançadas de Milho da Zâmbia (*Zambia Advanced Maize Seed Adoption Program, ZAMSAP*), uma aliança com base comunitária. O ZAMSAP oferece aos produtores sementes de milho híbrido, serviços de assessoria e formação em agronomia básica e conhecimentos financeiros e de mercados.

Quase 60% dos participantes são mulheres e jovens e, até o presente momento, mais de 200 grupos de agricultores, quase 60 grupos de jovens e 11 escolas participaram do Programa. Os participantes semeiam em parcelas experimentais e cuidam delas; além disso, recebem formação básica para aumentar o rendimento, reduzir as perdas pós-colheita e melhorar seus meios de vida. O Programa foi criado baseado em uma iniciativa parecida desenvolvida na Etiópia, que melhorou a qualidade de vida de mais de 12 mil agricultores do país inteiro.

No Brasil, em parceria com a Fundação Dom Cabral, uma das melhores escolas de negócios, e também com a Associação Brasileira de Agronegócios, apresentamos a Academia de Liderança das Mulheres do Agronegócio, onde as produtoras aprendem técnicas de liderança, novas práticas agrícolas e princípios agronômicos e as políticas públicas mais recentes que influenciam a agricultura, a sustentabilidade e o planejamento estratégico.

Na Índia lançamos um programa de orientação e formação dirigido às agricultoras que inclui aprendizagem e novas práticas que elas podem aplicar imediatamente nas suas próprias fazendas. Além do mais, cada uma das participantes age como mentora e se compromete a transmitir os seus conhecimentos às outras mulheres da sua comunidade, assim como faz a senhora Qin na China.

Na América do Norte temos em andamento algumas iniciativas de formação e desenvolvimento para apoiar as mulheres, entre elas a chamada Grow by Farm Her, pela qual são formadas mulheres jovens entre 16 e 22 anos de idade que mostram entusiasmo por um futuro na área da agricultura. Durante os eventos, que duram um dia, elas podem formar laços com colegas, escutar palestras e se reunir com líderes do setor industrial. Na Ucrânia apresentamos um programa similar, numa aliança com o grupo local de educação nos campos de ciência, tecnologia, engenharia e matemática.

Achamos que existe a oportunidade de que estes e outros programas cresçam e se multipliquem no mundo inteiro: uma mulher, uma agricultora, uma líder da comunidade e uma mentora, tudo junto.

De fato, isso terá que acontecer. Precisamos da participação das mulheres na agricultura. É mais do que uma questão social e econômica, porém compreendamos

que esses aspectos sozinhos já são de muita importância. A final, a questão é conseguir que as vidas de todos os habitantes do planeta sejam sustentáveis em quanto à saúde, produção e nutrição.

Temos numerosas oportunidades, mas também é muito o que está em jogo. Em primeiro lugar temos que atuar imediatamente e coletivamente para garantir que o caminho traçado para as mulheres seja conhecido, produtivo e rentável em nossas fazendas e nas comunidades rurais de todo o planeta.

Meu nome é Epsy, como minha avó, uma valente mulher rural

As mulheres do campo
continuam lutando, hoje, pelo
mesmo que Miss Epsy na
década de 40

*Epsy Campbell**

Na Jamaica, ficaram sua mãe e seus numerosos irmãos. Cruzou o mar com seu pai. Tinha apenas dez anos, mas já trazia a incumbência de se ocupar dos ofícios domésticos enquanto seu pai, engenheiro de máquinas, trabalhava na ferrovia no Atlântico costarriquenho.

Hoje, teria 100 anos. Era a minha avó. Eu me chamo Epsy, como ela. Não cheguei a conhecê-la, mas, dela, tenho lembranças que me foram transmitidas por meu pai e minhas tias, e posso assegurar que é um dos eixos centrais da minha vida.

Miss Epsy representa, para mim, um símbolo das mulheres rurais; essas mulheres que, desde bem pequenas, precisam fazer trabalhos de adultas e fazê-lo sem descanso e sem muitas possibilidades para estudar ou se preparar para ter melhores condições de vida. Miss Epsy... Mulher. Negra. Migrante.

E se passou à minha avó o mesmo que a todas as mulheres das zonas rurais. Viveu com seu pai na província de Limón, em um local costeiro chamado Cahuita. Aos 17 anos, terminou juntando-se e, logo em seguida, casando-se com meu avó, tendo vários filhos. Primeiro 6 e, depois, aos 40 anos, chegou uma filha a mais, minha tia Beatriz. Tinham

* **Vice-presidenta
República da
Costa Rica**

uma propriedade rural enorme em Playa Negra. Saía muito cedo para o campo com seu marido e regressava tarde, para voltar a fazer os ofícios que havia feito no dia anterior e no anterior. Era a primeira a levantar, e a última a deitar. Dizem que trabalhava incansavelmente para que seus filhos e netos não tivessem as mesmas dificuldades.

Aquela mulher forte e sábia, que conhecia plantas medicinais e curas e que, nos fins de semana, ia à igreja impecavelmente vestida, morreu surpreendentemente aos 48 anos, mas legou a seus filhos — sobretudo para tia Beatriz e meu pai — o amor pela terra e o campo. A mim, legou-me, acredito, a paixão pelo trabalho, a determinação, o compromisso, o não saber ficar quieta...

Todos os netos herdamos a sua enorme energia vital, mas eu, na verdade, sinto-me ainda mais marcada, pois levo o seu nome.

Batalhas na casa

Posso dizer que as minhas primeiras batalhas política, ganhei em minha própria casa. Sou parte de uma família numerosa — cinco irmãs e dois irmãos — e desde que tenho memória, parece-me injusta a distribuição das responsabilidades no lar. Segundo minha mãe, uma das primeiras frases que aprendi foi: “Não é justo!” Não é justo que nós, as irmãs, lavemos a louça e eles não; não é justo que, enquanto eles só limpam o pátio, nós temos que ajudar na cozinha; não é justo que nós arrumemos as camas e eles não. Não é justo! Não é justo! Recordo o dia em que minha mãe compreendeu que aquela garotinha um dia a deixaria louca e concordou em aliviar os meus trabalhos na cozinha e me colocou para limpar o pátio com meus irmãos. Senti-me a menina mais realizada do planeta. Assim me nasceu a consciência dentro de uma família de muitas mulheres, em uma família de

Como Ministra das Relações Exteriores, tenho orgulho em comentar que identificamos um eixo de nossa política exterior para o período 2018-2022 denominado Da Inclusão Social, a Cultura e o Empoderamento Econômico e Político das Mulheres. Esse é um exemplo de como alguém adota uma posição no governo para conseguir colocar a agenda das mulheres como um eixo prioritário; e não só para visibilizá-las, mas para buscar recursos, para voltar a colocar o desenvolvimento rural como um assunto fundamental e proporcionar ferramentas a essas mulheres que estão lutando com as próprias unhas. Queremos que tenham liderança política e voz nesses espaços onde se tomam decisões, porque é muito fácil ver a realidade por um local cômodo, sem saber o que ocorre no mundo cotidiano.”

nossa capital. Cresci em São José, não em Puerto de Limón, ainda que minhas raízes estejam no Caribe costarricense.

Meu pai sempre cuidou para que eu e meus irmãos tivéssemos consciência de que éramos pessoas negras, que isso nos dava um valor adicional e que não devíamos permitir que ninguém nos discriminasse por isso. O fato de ser pessoas negras (em uma cidade sobretudo branca) foi um tema sempre presente em nossos diálogos familiares, embora talvez em outras famílias, talvez fosse melhor não falar do assunto... Meu pai sempre dizia a mim e a minhas irmãs que éramos lindas e inteligentes e, juntamente, com minha mãe, cuidaram de nos dar uma educação holística, algumas estudaram ballet, outras, dança e, outras, música. Eles acreditavam que devíamos nos preparar melhor do que a média porque a vida exigiria mais de nós do que do resto. Creio que a minha consciência é herdada e construída desde o âmbito familiar.

Eu não seria eu, se não tivesse sido uma mulher negra. E ser negra sempre fez com que me sentisse feliz e segura.

Ativismo jovem

Quando estava no quarto ano do ensino secundário, fiz uma viagem e comprei uma bolsa azul com uma frase em letras grandes: “Never underestimate the power of a woman”. E eu ia feliz por toda a parte com minha bolsinha azul e com o que agora julgo ter sido a minha primeira bandeira política: “Nunca subestime o poder de uma mulher”.

Iniciei meu ativismo político muito jovem e teve que fazê-lo como minha mãe, primeiro de Tanisha e, depois, de Bernardita. (Meu pai me dizia que eu era muito inteligente, mas engravidei logo depois de iniciar meus estudos universitários!). Com filhas pequenas, não tinha muito tempo livre, mas nunca deixei de ser ativista. Produto de meu casamento antecipado, fui morar em Limón e, ali, envolvi-me com organizações ambientais e de mulheres e, juntamente com outras companheiras, fundamos uma das primeiras organizações de mulheres negras. As mulheres rurais nos interessavam de maneira particular, precisamente porque estávamos em uma zona rural.

Mais tarde, de volta a São José, estabeleci um vínculo mais articulado com os grupos de mulheres. Eram os princípios dos anos 90 e tínhamos longas discussões, por exemplo sobre sexismo e racismo e como eles se cruzavam. Em 1995, participei na Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher, em Pequim, China, que teve como grande objetivo promover os objetivos de igualdade, desenvolvimento e paz para todas as mulheres do mundo, em interesse de toda a humanidade.

Eu já estava convencida de que a transformação da humanidade passa por uma maior participação das mulheres; uma maior participação em tudo, não apenas em umas coisas e em outras não. Suponho que, se os homens têm uma perspectiva, nós temos “outra” perspectiva, e devemos ter as mesmas oportunidades.

Pela minha posição

Quando alguém provém de grupos historicamente discriminados – embora eu certamente não tenha tido uma vida trágica, muito pelo contrário –, possui um compromisso e um vínculo especial com eles. Desde muito cedo, compreendi que as mulheres afrodescendentes, as mulheres indígenas e as mulheres rurais enfrentam dificuldades adicionais do que por si só têm as mulheres em geral, e seria preciso um esforço extraordinário para diminuir ou hiatos, não só com os homens, mas entre as próprias mulheres.

É mentira que todas estamos em igualdade de condições. Mas não é só isso; em nossos países, o desenvolvimento está centralizado na cidade e nos esquecemos do campo; nem mesmo quando comemos, pensamos que alguém teve que cultivar esse alimento.

As necessidades das mulheres rurais são evidentes e, porém, a primeira reclamação delas é que as reconheçam como produtoras, pois na maioria dos casos são vistas simplesmente como ajudantes na produção, embora sejam as responsáveis mais imediatas pelo campo.

Nesse reconhecimento de seu importante papel, é necessário que elas tomem a palavra; devemos propor como lhes dar voz, ou seja, como colocar sua realidade em primeiro plano. O que não está em primeiro plano, simplesmente, não é um problema a resolver.

Em minha atual qualidade de Vice-Presidente da República e Chanceler, me ocupa e preocupa a forma como se articulam as mulheres com os grandes acordos internacionais, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 ou os relacionados à mudança do clima. Quem é mais afetado pela mudança do clima do que pelas mulheres que vivem no campo? Quem têm maiores necessidades, quando falamos dos aspectos mais elementares, como saúde e educação?

Esses compromissos que os países assumem no plano internacional, devemos transformá-los em realidade, porque do contrário as nossas mulheres se transformam em simples dados: em 5% ou 20% de algo e ninguém se lembra de María, Juana ou Sharon, ou outras diversas mulheres de carne e osso, porque se convertem em uma cifra.

Em termos de política pública, trata-se de voltar os olhos para essas mulheres para quem é difícil se deslocar para centros urbanos para reclamar seus direitos, porque elas têm as maiores dificuldades, porque são as mais pobres e as que precisam carregar sobre os ombros todo o peso das carências de suas comunidades. Porque vivem onde, talvez, sequer existem estradas, escolas ou clínicas, onde às vezes não há água nem eletricidade.

Como Ministra das Relações Exteriores, tenho orgulho em comentar que identificamos um eixo de nossa política exterior para o período 2018-2022

denominado Da Inclusão Social, a Cultura e o Empoderamento Econômico e Político das Mulheres. Esse é um exemplo de como alguém adota uma posição no governo para conseguir colocar a agenda das mulheres como um eixo prioritário; e não só para visibilizá-las, mas para buscar recursos, para voltar a colocar o desenvolvimento rural como um assunto fundamental e proporcionar ferramentas a essas mulheres que estão lutando com as próprias unhas. Queremos que tenham liderança política e voz nesses espaços onde se tomam decisões, porque é muito fácil ver a realidade por um local cômodo, sem saber o que ocorre no mundo cotidiano.

Se temos um compromisso, devemos materializá-los com atos. Devemos dar espaço aos temas das mulheres. Estamos diante dos desafios da democracia, do desenvolvimento e da inclusão para cumprir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Empoderá-las

Talvez seja muito simples dizer que as mulheres rurais devem se empoderar. De que medidas práticas estamos falando? Empoderá-las não é um ato político em si mesmo, é oferecer condições concretas para que, por exemplo, possam produzir, vender o que produzem ou ter acesso a crédito.

É ter políticas públicas que lhes garanta o acesso à propriedade da terra e com acompanhamento real. Se aos produtores homens o acesso ao crédito é difícil, às mulheres, é mais. É assegurar-lhes condições de crédito que elas possam encarar. É construir mercados onde possam vender o que produzem e receber um preço decente.

É criar condições para que possam promover o turismo rural, com casas dignas para a sua família e visitantes, onde possam compartilhar sua cultura, sua experiência e sua forma de vida.

É criar espaços nos partidos políticos para que possam expressar sua própria perspectiva do local, da prefeitura ou do município.

É promover as redes de cuidados para que não sejam as únicas responsáveis pelas crianças, os doentes e os idosos.

Se queremos empoderá-las, não as esqueçamos nunca. Devemos tê-las sempre presentes em tudo o que fazemos e promovemos, pensemos quantos recursos de nossos orçamentos chegam às mulheres rurais. E assim sim, eu diria, estaremos comprometidos com as mulheres rurais.



Declaração dos Direitos dos camponeses para melhor a situação das mulheres rurais do mundo

O objetivo da Declaração é contribuir para melhorar as condições de vida dos camponeses e trabalhadores rurais, das mulheres e dos jovens

*María Fernanda Espinosa Garcés**

Um dos maiores desafios assumidos pelos países-membros da Organização das Nações Unidas tem sido o avanço da implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para a Agenda 2030. Desde que eu assumi a Presidência da 73ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas em setembro de 2018, eu estabeleci sete prioridades para o ano de acordo com a Agenda 2030: trabalho decente; pessoas com deficiência; ação para o meio ambiente; migrantes e refugiados; igualdade de gênero; juventude, paz e segurança; e renovação da ONU.

Nesse enquadramento, trabalhamos para a realização do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável no. 5: “Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.”

Como a quarta mulher a assumir a Presidência deste órgão principal, tenho dedicado o meu trabalho às mulheres e meninas do mundo. Alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres e meninas contribuirá decididamente ao avanço da Agenda 2030 e será um grande catalizador que assegurará o bem-estar de todas as pessoas em um planeta sustentável.

* Presidenta da 73ª
sessão da Assembleia
Geral da ONU
Guatemala



Como a quarta mulher a assumir a Presidência da Assembleia Geral da ONU, tenho dedicado o meu trabalho às mulheres e meninas do mundo. Alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres e meninas contribuirá decididamente para o progresso da Agenda 2030, constituindo-se no grande catalisador que garantirá o bem-estar de todos em um planeta sustentável.”

Eu considero que a Assembleia Geral, no seu papel de órgão mais representativo e democrático da ONU e do sistema multilateral, tem um papel fundamental na promoção da igualdade de gênero e do empoderamento das mulheres.

Na Septuagésima Terceira Sessão da Assembleia Geral, o fio condutor da minha gestão será aproximar à ONU as pessoas com ações que mostram que o multilateralismo funciona e que o seu trabalho tem como resultado ações positivas para a comunidade global e local.

Nesse sentido, estou trabalhando para fomentar a liderança política das mulheres e transformando as normas sociais para acelerar o empoderamento das mulheres. Há também o imperativo de acabar com a violência contra as mulheres e meninas e oferecer acesso a uma educação de qualidade, principalmente para meninas em situações vulneráveis.

Um dos setores que enfrentam mais dificuldades no mundo, fruto da discriminação, da falta de acesso à terra e serviços básicos e a clara falta de reconhecimento as suas contribuições, são as mulheres rurais. Isso a pesar de que elas constituem um quarto da população mundial, ou seja, mais ou menos 1.900 milhões¹.

As mulheres rurais garantem a água nos lares, cuidam das fontes, cultivam grande parte dos nossos alimentos e trabalham com o gado menor. Elas não alimentam somente as suas famílias, senão comunidades locais.

Pelo seu trabalho, as mulheres rurais são fundamentais para melhorar a produtividade agrícola e a segurança alimentar – fatores fundamentais para reduzir os níveis de pobreza em suas comunidades. Apesar da sua enorme contribuição, a maioria das mulheres têm um trabalho invisibilizado, desvalorizado e mal pago. Nos países em desenvolvimento, as mulheres rurais representam quase 43% da mão de obra agrícola.

Se as mulheres dos países em desenvolvimento tivessem o mesmo acesso aos materiais de produção que os homens, poderiam aumentar o rendimento de

¹ FAO (2011) *O Estado Mundial da Agricultura e da Alimentação 2010-2011. As Mulheres na Agricultura: Superar a Brecha de Gênero em prol do Desenvolvimento.*

suas empresas entre 20% e 30%. De acordo com os objetivos de desenvolvimento sustentável, melhorar o acesso das mulheres aos materiais de produção é fundamental para combater a fome.

Além das cifras, é importante conhecer o dia-a-dia das mulheres rurais. Quando eu estava preparando a Conferência Mundial de Mulheres em Beijing, eu tive a oportunidade de trabalhar com mulheres rurais, principalmente indígenas amazônicas do Equador; algo que levou a uma importante reflexão.² É evidente que as Conferências da ONU tem sido momentos oportunos para desenvolver, da base, uma rede complexa de atores e reflexões sobre as necessidades da mulher rural, e a relação com os debates regionais e internacionais sobre a mulher indígena e o desenvolvimento sustentável.

Abordamos, entre outras coisas, a necessidade de garantir a proteção eficaz e o uso do conhecimento das mulheres, assim como também as tecnologias relacionadas à biodiversidade, à promoção da investigação sobre o papel, o conhecimento e à experiência das mulheres na colheita e produção de alimentos, o uso da terra. Porém talvez para as mulheres a coisa mais importante era que, para elas, a tradição era um bem estratégico, não só para resolver problemas específicos de saúde e nutrição, por exemplo, mas como uma forma de preservar a natureza e a cultura.

Em 2012, durante a Comissão da Condição Jurídica e Social da Mulher, os Países-Membros não conseguiram concretar um documento final (conclusões acordadas) da reunião cujo assunto era precisamente a mulher rural, porém nesse mesmo órgão subsidiário do ECOSOC impulsamos a resolução apresentada pelo Equador com o apoio de outros países sobre “As mulheres indígenas: agentes chave para a erradicação da pobreza e fome”. Foi muito oportuno, inclusive para os esforços desenvolvidos depois na conferência Rio+20.

Anos depois, com a Rede de Mulheres Rurais do Equador e a Rede de Mulheres Rurais da América Latina e do Caribe, forjamos um compromisso para trabalhar para uma Década da Mulher Rural.

Neste recorrido sempre foi claro que as Mulheres Rurais são agentes fundamentais para alcançar a redução da pobreza e a segurança alimentar. Elas são o motor das comunidades rurais. Mas também têm menos acesso aos bens, educação e a todos os serviços.

Foi um privilégio enorme presidir sob a sessão em que aprovamos a “Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Camponeses, Camponesas e Outras

2 Espinosa, María Fernanda. “Indigenous Women on Stage: Retracing the Beijing Conference from Below.” *Frontiers: A Journal of Women Studies*, vol. 18, no. 2, 1997, pp. 237–255. JSTOR, JSTOR, www.jstor.org/stable/3346977. Consulta: 14 de janeiro 2019 https://www.jstor.org/stable/3346977?read-now=1&seq=1#page_scan_tab_contents

Pessoas que Trabalham nas Áreas Rurais”³ em dezembro de 2018. Esta Declaração procura garantir a proteção dos direitos de todas as populações rurais, inclusive as camponesas e os camponeses, os pescadores artesãos, nômades, trabalhadores agrícolas e povos indígenas, entre outros.

O objetivo dessa Declaração é contribuir com a melhora das condições de vida dos camponeses e trabalhadores de zonas rurais, das mulheres e da juventude. Dessa forma facilitamos a atenção dum setor enorme da população mundial, com níveis altos de pobreza e carência de necessidades básicas; no caso específico das mulheres, níveis altos de discriminação.

A aprovação dessa Declaração constitui também uma contribuição importante ao esforço internacional de apoio à agricultura familiar e camponesa (em grande parte nas mãos de mulheres), e proteger a biodiversidade. Aborda também os direitos de saúde, educação, água potável e moradia, assim como serviços financeiros, tecnologias e mecanismos para proteger o ambiente.

Esta Declaração deveria ser promovida e implementada como um mecanismo adicional nos esforços de erradicação da pobreza e da fome nas zonas rurais, e também para a redução da desigualdade: objetivos prioritários na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Segundo o relator especial sobre o direito à alimentação, Olivier de Schutter, a Declaração sugere uma contribuição enorme em quanto a bem-estar para os camponeses em pelo menos quatro dimensões. A sua implementação permitirá a proteção da agricultura familiar a pequena escala e facilitará um acesso maior aos meios de produção aos camponeses. Consiste um guia de políticas no marco do direito internacional, que também contribui ao reconhecimento dos camponeses e dos trabalhadores rurais, homens e mulheres.

Especificamente, o Artigo 4 da Declaração refere aa erradicação de todas as formas de descriminação das camponesas; o empoderamento das mulheres e sua capacidade de gozar plenamente seus direitos humanos; a participação das mulheres na concepção e execução dos planos de desenvolvimento em todos os níveis; o acesso igualitário ao nível mais alto possível de saúde física e mental; o acesso à segurança social, à educação, às oportunidades econômicas, à participação em todas as atividades comunitárias; o acesso igualitário aos serviços financeiros, créditos e empréstimos agrícolas, serviços de comercialização e as tecnologias apropriadas; o acesso igualitário à terra e aos recursos naturais; ter um trabalho decente, gozar de igualdade de pago e recorrer às apresentações sociais e ter acesso à atividades que geram renda; e estar protegidas contra qualquer forma de violência.

Particularmente, a Declaração reconhece o relacionamento especial dos camponeses e outras pessoas que trabalham em zonas rurais com a terra, à

3 Texto em espanhol: <http://undocs.org/sp/A/C.3/73/L.30>

água e à natureza com a que estão ligados e da qual dependem para subsistir. Assim também, a Declaração reconhece as contribuições das camponesas e dos camponeses ao desenvolvimento, conservação e melhora da biodiversidade, que constituem a base da produção alimentar e agrícola do mundo inteiro. Além disso são reconhecidas as suas contribuições à garantia do direito a alimentação adequada e a segurança alimentar, que são fundamentais para alcançar os objetivos de desenvolvimento acordados internacionalmente, entre eles a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável.

Várias organizações camponesas e de mulheres, regionais e mundiais, assim como também Organizações não Governamentais que tem acompanhado o processo, comemoram a aprovação da Resolução, pelo seu reconhecimento do papel preeminente dos camponeses e camponesas para oferecer soluções para as múltiplas crises que enfrentamos hoje: alimentar, ambiental, social e econômica. Más além da Declaração dos Direitos dos Camponeses, é indispensável o reconhecimento das mulheres rurais pela sua contribuição a segurança alimentar, ao progresso econômico e social, e a proteção da biodiversidade.

Por outro lado, em março de 2018, durante a Comissão da Condição Jurídica e Social da Mulher, finalmente foi aprovada a Declaração sobre os desafios e perspectivas para implementação da igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres e meninas rurais. La a comissão finalmente atua para fortalecer os marcos legais, jurídicos e de políticas sobre a mulher rural, e também a voz coletiva e a liderança de todas as mulheres e meninas rurais e a sua participação ao tomar decisões.

A Comissão acorçoa a comunidade internacional a aumentar a cooperação internacional e dedicar recursos ao desenvolvimento das zonas rurais e da agricultura e a pesca sustentável, e a apoiar os pequenos agricultores, especialmente agricultoras, pecuaristas e pescadoras dos países em desenvolvimento, particularmente países menos adiantados.

12 de março de 2019 realizei na Organização das Nações Unidas o Evento de Alto Nível sobre “Mulheres no Poder,” uma ocasião especial para fomentar a participação política das mulheres e, é claro, das mulheres rurais.

Progredimos, mas devemos continuar trabalhando para alcançar a igualdade de gênero, erradicar a discriminação e a violência contra as mulheres, assegurar uma vida plena para mulheres rurais, desenvolver políticas publicas que empoderem a mulher rural e melhorem as suas condições de vida, para que elas possam continuar contribuindo na construção de um mundo mais justo e na paz.



Como eu aprendi a ver a agricultura (e tudo o mais) como uma questão de gênero

Um agricultor precisa de muitas coisas para ter êxito — entre as quais boa terra, boas sementes e bons animais, ajuda confiável, ferramentas, tempo e *know-how* — e a maioria das mulheres agricultoras não tem acesso igual a qualquer dessas coisas

*Melinda Gates**

Aquele foi um dos melhores conselhos que eu já recebi — mas, naquela ocasião, ele me pegou desprevenida.

Quando a nossa fundação tinha apenas alguns anos de idade, o ex-Diretor do Programa Mundial de Alimentos disse a uma de minhas colegas: “Se a fundação não prestar atenção nas diferenças de gênero na agricultura, vocês acabarão fazendo o que muitos outros fizeram no passado, que é jogar seu dinheiro fora. A única diferença é que vocês jogarão fora muito mais.”

Bill e eu iniciamos a nossa fundação para combater a pobreza e a doença no mundo. Investimos em agricultura porque cerca de 75% das pessoas mais pobres do mundo vivem em áreas rurais, sendo que a maioria delas depende da agricultura ou da lavoura para a própria subsistência. Tornar suas propriedades mais produtiva pode ajudá-las a comer mais, a ganhar mais e a viver melhor.

Sinto-me constrangida em dizer isso agora, mas, na ocasião, eu não pensava muito nas desigualdades de gênero com relação ao nosso trabalho contra a pobreza. Definitivamente, eu não pensava nelas com relação à agricultura. Aposto que, se você me pedisse para fechar os olhos e imaginar um dos agricultores que estávamos tentando ajudar, eu o teria imaginado como um homem.

* Copresidenta
Fundação Bill &
Melinda Gates

A verdade é que, estatisticamente falando, pelo menos na metade do tempo eu deveria estar imaginando uma mulher — e com frequência, uma mãe. E também é verdade que, embora seja duro para qualquer um viver da lavoura de uma pequena propriedade familiar, os dados mostram que isso é especialmente difícil para as mulheres. Um estudo pioneiro de 2011 da [Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação](#) mostrou que a renda das mulheres agricultoras nos países em desenvolvimento é de 20% a 30% mais baixa que a dos homens.

Por que existe esse hiato de gênero? Não é que os homens sejam inerentemente melhores agricultores. O fato é que um agricultor precisa de muitas coisas para ter êxito — entre as quais boa terra, boas sementes e bons animais, ajuda confiável, ferramentas, tempo e *know-how* — e a maioria das mulheres agricultoras não tem acesso igual a qualquer dessas coisas.

As barreiras que se opõem à caminhada das mulheres agricultoras assumem muitas formas. Alguns países ainda têm leis e costumes que impedem as mulheres de herdar terra. As normas culturais indicam que mulheres e homens tendem a cultivar diferentes lavouras e a criar diferentes espécies de animais — e como a pesquisa agrícola tende a focar-se nas lavouras de alta margem que os homens cultivam, tem havido menos inovação nas lavouras de margem mais baixa a que as mulheres se dedicam.

“

As barreiras que se opõem à caminhada das mulheres agricultoras assumem muitas formas. Alguns países ainda têm leis e costumes que impedem as mulheres de herdar terra. As normas culturais indicam que mulheres e homens tendem a cultivar diferentes lavouras e a criar diferentes espécies de animais — e como a pesquisa agrícola tende a focar-se nas lavouras de alta margem que os homens cultivam, tem havido menos inovação nas lavouras de margem mais baixa a que as mulheres se dedicam.”

A lista continua. As mulheres com frequência têm menos poder decisório em casa, inclusive em matéria de orçamento familiar, o que dificulta para elas investir nos insumos de que precisam. As normas culturais também indicam que mulheres nunca são apenas agricultoras: espera-se delas que, todos os dias, gastem horas e horas pegando água e madeira, cozinhando e cuidando dos filhos, o que lhes deixa menos tempo para fazer outras coisas, inclusive na agricultura.

Todos esses aprendizados foram uma revelação para Bill e para mim. Tínhamos começado pensando que oferecer a melhor tecnologia era a melhor maneira de ajudar os agricultores a aumentar sua renda. Mas o potencial para uma revolução agrícola não está apenas na melhoria dos insumos, como

as sementes; está no poder das mulheres que as plantam. Portanto, os nossos esforços precisavam colocá-las no centro de tudo.

Desde então, fizemos numerosas doações desenhadas especificamente para refletir as realidades das vidas das mulheres agricultoras. Ajudamos, por exemplo, um de nossos parceiros, a Farm Radio International, a criar um programa de rádio que ensinava às mulheres boas práticas no cultivo de tomates. Ao criar o programa, eles também pesquisaram a hora em que as mulheres poderiam ouvir rádio, sabendo que, se colocassem o programa no ar quando os homens estavam em casa e controlavam o dial, as mulheres acabariam não conseguindo as informações de que necessitavam.

Outro programa que apoiamos, o Pathways, operado pelo nosso parceiro CARE, deu um passo adiante. Ele não somente ensinou as mulheres a como se tornar melhores agricultoras —também ensinou os maridos a ver suas mulheres como parceiros em pé de igualdade. Viajei para Malawi para ver o funcionamento desse programa e passei algum tempo com uma agricultora de nome Patricia. Patricia me disse que o programa a estava ajudando a ganhar acesso a novas habilidades e sementes. Ela também me falou do impacto que isso teve no seu casamento.

Depois de participar de alguns exercícios de igualdade de gênero, o marido de Patricia chegou à conclusão de que, ao recusar-se a investir na parte dela na lavoura e ao sobrecarregá-la com outras tarefas domésticas, ele tinha prejudicado o potencial da sua propriedade agrícola e impedido sua mulher de obter uma renda melhor. Ele prometeu mudar.

Na época em que visitei seu povoado, Patricia tinha quadruplicado sua colheita e estava planejando expandir sua lavoura ainda mais. E, mesmo reconhecendo que as novas habilidades e sementes certamente tinham desempenhado um papel importante no processo, igualmente importante, disse-me ela, era o fato de que agora ela tinha “um marido colaborativo”.

Hoje, quando eu fecho os olhos e imagino um agricultor, imagino Patricia — e procuro fazer com que minhas colegas também assim imaginem. Porque, quando você passa a entender melhor quem faz a agricultura, é muito mais fácil elaborar soluções para ajudá-lo a ter êxito.

Meu novo livro, *The Moment of Lift*, defende a priorização da igualdade de gênero no mundo todo. Eu acredito que, quando levantamos as mulheres, estamos levantando a humanidade. E como a história de Patricia demonstra tão poderosamente, algumas vezes tudo o de que se precisa para levantar as mulheres é parar de empurrá-las para baixo.

Mulheres rurais da Nova Zelândia: passado, presente e futuro

Juntas, trabalham para desenvolver seu potencial e superar os desafios do isolamento

*Sarah Paterson**

A Nova Zelândia é um país abençoado com belezas e recursos naturais que fazem dele um dos destinos turísticos mais importantes e produtor de diversos dos alimentos, bebidas e fibras mais procurados no mundo¹.

Ao dirigir pelas zonas rurais da Nova Zelândia, você poderá apreciar um grande número de prósperas empresas agrícolas, projetos turísticos, pequenas empresas e comunidades locais. Além disso, verá operações agrícolas que utilizam alta tecnologia junto a encostas cobertas por vinhas e plantações florestais ao lado de vastas extensões de arbustos nativos. A função essencial desempenhada pelo setor primário e o turismo no bem-estar econômico, social e cultural do país é evidente.

No entanto, embora nosso ambiente natural nos proporcione valiosos recursos e impressionantes paisagens, o êxito do setor primário e a resiliência de nossas comunidades rurais provém de nossa gente.

Um conhecido refrão maorí (*he aha te mea nui o te ao, he tangata he tangata he tangata*) diz: “o que é mais importante no mundo? A gente, a gente, a gente”.

* Especialista em agricultura
Especialista em política comercial e relações com contrapartidas, Nova Zelândia

¹ As ideias e os pontos de vista compartilhados por aqui são resultado de um conjunto de entrevistas realizadas com mulheres rurais líderes desse país.

O setor agropecuário do país, que ocupa um dos primeiros lugares no mundo, é resultado do trabalho árduo e da determinação de várias gerações de mulheres e homens neozelandeses, sobre cujas costas isso foi erigido.

Ao resumir o passado, o presente e o futuro das mulheres rurais da Nova Zelândia, surgem três temas chave: a resiliência, o reconhecimento e a adaptação.

Resiliência

A história das mulheres no campo e nas comunidades rurais do país é de resiliência. Historicamente, as propriedades agrícolas eram familiares, como acontece com muitas empresas agrícolas hoje em dia.

Para as gerações anteriores de agricultoras, a vida era muito difícil, uma vez que o trabalho que realizavam era extremamente duro.

Helen Clark, ex-Primeira Ministra da Nova Zelândia e chefe do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), recorda que seus avós formavam uma parte integrante da mão de obra agrícola, atendiam à sua família, deviam ser razoavelmente autossuficientes e fabricavam tudo o que precisavam, inclusive a manteiga.

Ao mesmo tempo, participavam das atividades de suas comunidades e achavam formas de se conectar com outras mulheres para oferecer apoio e compartilhar suas experiências. Uma delas ia a cavalo, muitas vezes com uma criança pequena, às reuniões do Instituto Nacional da Mulher na localidade.

Em nossa história, há numerosos exemplos de mulheres rurais que realizaram coisas extraordinárias para manter suas famílias, empresas agrícolas e comunidades nos tempos difíceis.

As mulheres que se uniram ao “exército de terra” ofereciam assistência nas propriedades rurais para manter o fluxo de suprimentos de alimentos nas duas guerras mundiais. Outras, dedicavam-se a costurar e a

As consequências da participação das mulheres nas empresas agrícolas e nas comunidades rurais e sua contribuição para elas foram de grande alcance para a segurança alimentar e o avanço econômico e social. A experiência da Nova Zelândia mostra a contribuição significativa das mulheres à resiliência das propriedades rurais e comunidades locais. Reconhecer e valorizar ainda mais suas capacidades, papéis e experiência lhes abre mais oportunidades para realizar novas contribuições. Continuar eliminando as barreiras que dificultam sua participação e apoiá-las para desenvolver seu pleno potencial será fundamental para que se adaptem com êxito aos futuros desafios e oportunidades.”

cuidar das hortas para vestir e alimentar a sua família e os trabalhadores agrícolas. Algumas cuidavam da propriedade rural em situações de doença ou perda do esposo ou do casal, como uma mulher que realizou a ordenha matinal, depois de que seu esposo faleceu por causa de um infarto na noite anterior. Pergunte a qualquer pessoal em uma comunidade rural; elas poderão contar numerosas histórias semelhantes de resiliência e determinação.

Embora na vida moderna muitas das dificuldades enfrentadas pelas mulheres historicamente tenham sido superadas, a agricultura atual ainda requer uma grande resiliência para manejar altos e baixos, como as condições meteorológicas, a volatilidade dos preços, o mercado mutável e os requisitos regulamentares. As mulheres rurais continuam realizando atividades para ajudar a si mesmas e estabelecer organizações comunitárias que apoiem as famílias e as comunidades rurais, desenvolvam suas habilidades e conhecimentos e as ajudem a superar seu isolamento social.

A Rural Women New Zealand é uma organização que oferece amizade, apoio e oportunidades de aprendizado. Ela começou em 1925 como a Divisão para a Mulher da União dos Agricultores, em resposta às adversidades enfrentadas por muitas agricultoras, em particular as que viviam em zonas isoladas, lidando com pouca ajuda com a solidão e a doença.

Indubitavelmente, seus fundadores estariam orgulhosos de saber não só que a organização continua operando até hoje, mas também que, em 2018, Katie Milne, produtora leiteira com uma posição de liderança no setor industrial, foi eleita a primeira presidente do grupo Agricultores Federados da Nova Zelândia, sucessor atual da União dos Agricultores.

Juntas, as mulheres rurais trabalham cada vez mais para desenvolver seu potencial e enfrentar os desafios do seu isolamento. Por exemplo, o Agri-Women's Development Trust (AWDT), fundado em 2009, tem como objetivo equipar e apoiar as mulheres para que alcancem avanços em termos econômico, social e ambiental no setor primário e nas comunidades rurais. O AWDT desenvolve programas que capacitam as mulheres com as ferramentas, os conhecimentos e a confiança que precisam para ser líderes e realizar novas contribuições.

A Rede de Mulheres Produtoras de Leite constitui outro exemplo de união feminina. Essa rede de membros e voluntários de todo o país tem como objetivo empoderar as explorações agrícolas por conexões e conhecimentos.

Reconhecimento

Atualmente a atenção está focada em aumentar o reconhecimento e a conscientização das contribuições das mulheres rurais, inclusive a que elas realizam para êxito das empresas agrícolas. As mulheres estiveram no centro das comunidades rurais da Nova Zelândia e foram fundamentais para nosso setor primário; não obstante, as premissas tradicionais em torno dos papéis dos homens

e das mulheres geralmente indicam que essa contribuição para a agricultura e a produção é subestimada ou negligenciada.

Um exemplo disso, proporcionado por Kimberly Crewther, Diretora Executiva da Associação de Empresas Leiteiras da Nova Zelândia, é a percepção de que o homem é o “produtor”, enquanto a mulher é a “esposa do produtor”. Apesar disso, nas três gerações de sua família que têm se dedicado à produção de leite, as mulheres têm atuado como sócias, cumprindo uma função essencial na empresa, com suas próprias áreas de conhecimentos especializados. Sua avó, uma jovem da cidade, tornou-se membro do exército da terra que manteve em operação as propriedades rurais leiteiras na guerra; em seguida, casou-se com um produtor e continuou contribuindo em grande monta para gestão da fazenda. A mãe de Kimberly, que operava o programa de melhoria genética do gado da fazenda, passava os verões manejando o maquinário de compactação de feno e forragem, ordenhava as vacas e elaborava os orçamentos da fazenda, assim, era nada menos que uma sócia plena da empresa.

A atitude frente aos papéis dos homens e das mulheres na agricultura está mudando. Existe uma maior consciência sobre a valiosa contribuição das mulheres para as empresas agrícolas e uma maior aceitação do desvio por parte dos homens e das mulheres de seus papéis tradicionais. Quando são dirigidas por equipes de esposo-esposa, as propriedades rurais familiares são cada vez mais consideradas uma parceria.

Para distribuir o potencial das mulheres, elas mesmas devem aprender a reconhecer e valorizar suas habilidades e experiência. Lindy Nelson, fundadora e Diretora Executiva do AWDT, tem observado numerosos exemplos do grande impacto da participação plena e da contribuição das mulheres nas empresas agrícolas e comunidades rurais. Tem visto mulheres que contribuem para o fortalecimento da viabilidade financeira das propriedades rurais e das empresas rurais que fazem parte de importantes projetos econômicos regionais, que ajudam a formular políticas públicas e a determinar cada vez mais estratégias de negócios pela sua participação no plano da governança.

A geração seguinte de mulheres está desenvolvendo novas formas de fazer as coisas, como a mobilização de esforços colaborativos dirigidos a promover iniciativas e projetos específicos de mudanças na comunidade. No setor está sendo desenvolvida uma tendência crescente entre as mulheres de mais idade para liderar importantes projetos e iniciativas empresariais nas comunidades rurais, com base em sua experiência. Mulheres de todas as gerações, que se fazem ouvir e cumprem visíveis papéis de liderança, inspiram e motivam outras a fazer o mesmo. Além disso, muitas mulheres líderes que desenvolveram suas capacidades no setor rural desempenham funções de direção no governo e no setor industrial de seu país, bem como no âmbito internacional.

É necessário trabalhar mais para que se normalize a liderança das mulheres, para que sua nomeação a um posto de direção deixe de ser uma notícia e para que se reconheçam e valorizem as habilidades e a experiência das mulheres rurais.

Adaptação

Dos meados ao final do século XX, a natureza da agricultura da Nova Zelândia mudou significativamente, o que gerou transformações mais amplas de natureza social, cultural, ambiental, política e econômica. Por exemplo, para competir no cenário mundial sem subsídios nem outras redes de segurança, a agricultura teve que se converter em uma empresa comercial, mais do que em um estilo de vida.

Embora tal evolução tenha gerado muitos benefícios, inclusive o fortalecimento da competitividade das exportações e a sustentabilidade do setor primário, as mudanças também podem produzir um maior isolamento físico e social nas mulheres rurais.

As habilidades que os trabalhadores das propriedades rurais e dos serviços de apoio precisam também têm mudado com o tempo, o que pode obstaculizar ainda mais a participação das mulheres, quando não conseguem ter acesso facilmente à capacitação ou carecem do tempo ou da oportunidade para obter os conhecimentos que precisam.

Neste sentido, o peso desse cumprimento também variou muito, o que afeta a agricultura familiar, uma vez que, por exemplo, complica a participação dos filhos na propriedade rural ou a contribuição dos outros membros da família. Com frequência, as demandas da agricultura podem dificultar a participação contínua das mulheres na comunidade e suas conexões mais amplas. Além disso, elas começaram a realizar mais trabalhos fora da propriedade rural para complementar as receitas desta.

As jovens maori convidadas a assumir pela primeira vez papéis de liderança na gestão da agricultura ou a regressar às operações de agricultura familiar ou dos iwis também precisam de apoio. Mavis Mullins, que ao longo de sua carreira tem administrado uma bem-sucedida empresa contratante de tosquia e desempenha um papel de liderança na agricultura da Nova Zelândia, destacou a importância de ajudar as jovens profissionais maori altamente qualificadas a se integrar ao redor do setor primário para que aprendam o idioma e conheçam os sistemas relacionados às atividades terrestres.

Mavis compartilhou um excelente exemplo de como a união de habilidades agrícolas e competências profissionais levou a uma importante inovação. Uma jovem fisioterapeuta qualificada a visitou e assumiu um emprego como manipuladora de lã e aprendiz de tosquia. Imediatamente, ela identificou a necessidade de avaliar adequadamente as exigências físicas das diversas tarefas realizadas no galpão de tosquia e desenvolveu programas personalizados de aptidão física e treinamento que permitiriam ao pessoal se preparar melhor para realizar suas funções e minimizar as lesões trabalhistas.

Para se adaptar e prosperar em um mundo que muda rapidamente, é necessário elaborar políticas públicas que fortaleçam o papel que as mulheres rurais podem desempenhar em algumas áreas chave:

- conectividade digital;
- acesso a oportunidades de aprendizado permanente;
- enfoques integrados de desenvolvimento regional; e
- elaboração de perfis de mulheres rurais bem-sucedidas.

Fortalecimento da conectividade digital

A nova tecnologia da informação pode oferecer soluções para reduzir o isolamento e melhorar o acesso a conhecimentos; entretanto, embora vivamos em um mundo cada vez mais digitalizado, muitas mulheres rurais ainda não são capazes de se conectar à Internet.

Incrementar a conectividade se mostra essencial para proporcionar às mulheres os conhecimentos e as ferramentas que precisam. Onde ela está disponível, a tecnologia tem demonstrado sua capacidade de transformação em termos das contribuições e o bem-estar das mulheres.

O crescimento do comércio eletrônico tem potencial para conectar com mais eficácia as mulheres rurais com o mercado, enquanto a sua maior participação nas empresas agrícolas lhes oferece mais oportunidades para participar do projeto e do desenvolvimento de nossos produtos e serviços e formular histórias que vinculem melhor as propriedades rurais aos consumidores.

Acesso a um aprendizado permanente

É provável que, no futuro, a maneira como desenvolveremos as habilidades e os conhecimentos seja muito diversa da forma como fazemos atualmente. Atualmente, os fornecedores e as instituições de capacitação exploram como melhor apoiar o aprendizado permanente, por exemplo, por um maior uso de ferramentas de aprendizado on-line e o desenvolvimento de microcredenciais. As mulheres rurais devem ter um fácil acesso à capacitação e ao apoio para adotar as novas tecnologias e participar da economia digital, a fim de evitar o surgimento de novos obstáculos à sua participação.

Os governos podem promover a formulação de âmbitos de políticas que fomentem o aprendizado permanente e garantam o acesso das mulheres rurais a oportunidades de aprendizado que satisfaçam suas necessidades.

Enfoques integrados de desenvolvimento regional

Na Nova Zelândia, bem como em todo o mundo, existe um enfoque crescente em como desenvolver e sustentar as regiões, uma vez que cada vez mais pessoas se mudam para as cidades. Os investimentos na infraestrutura e na manutenção dos serviços rurais (inclusive de educação e saúde) são essenciais para assegurar que mesmo as comunidades mais remotas possam prosperar.

Os governos podem ajudar a garantir que as oportunidades de desenvolvimento regional sejam examinadas por múltiplas perspectivas e a considerar com calma os impactos sociais e culturais das iniciativas econômicas e ambientais propostas nas comunidades locais. Além disso, podem assegurar que as mulheres rurais participem do projeto e do desenvolvimento das políticas e dos programas que influenciam a sua vida.

Em muitas partes do mundo, as mulheres continuam enfrentando a discriminação quanto ao acesso à terra e sua propriedade, ao crédito e a oportunidades de capacitação. Existem provas de que, se as mulheres tivessem o mesmo acesso a recursos e educação que os homens, haveriam aumentos significativos na produtividade e na segurança alimentar. Continuar trabalhando para eliminar a discriminação de gênero é fundamental, uma vez que suas consequências são custosas não só para as mulheres envolvidas, mas também para toda a sociedade.

Elaboração de perfis de mulheres rurais bem-sucedidas e modelos a seguir

O futuro êxito do setor rural depende da participação crescente das mulheres e meninas nas empresas agrícolas e nos setores de serviços que as respaldam, inclusive o empresarial e de ciência, tecnologia e comercialização. É possível proporcionar uma grande inspiração às mulheres, compartilhando histórias das que as precederam. As empresas, o governo e as comunidades podem trabalhar juntos para aumentar a visibilidade do papel e da contribuição das mulheres rurais.

Conclusão

As consequências da participação das mulheres nas empresas agrícolas e nas comunidades rurais e sua contribuição para elas foram de grande alcance para a segurança alimentar e o avanço econômico e social. A experiência da Nova Zelândia mostra a contribuição significativa das mulheres à resiliência das propriedades rurais e comunidades locais. Reconhecer e valorizar ainda mais suas capacidades, papéis e experiências lhes abre mais oportunidades para realizar novas contribuições. Continuar eliminando as barreiras que dificultam sua participação e apoiá-las para desenvolver seu pleno potencial será fundamental para que se adaptem com êxito aos futuros desafios e oportunidades.



Uma história de luta efetiva e afetiva pelos direitos de todas

Carta aberta às mulheres rurais que lutam e sonham com um mundo melhor

*Rita Teixeira**

Meu nome é Rita Teixeira, sou do estado do Pará, no norte do Brasil, minhas origens sempre estiveram vinculados ao trabalho no campo e para o campo. Cresci e continuo a crescer pela agricultura. Tenho semeado e plantado desde sempre. Tenho realizações e dores. Entre as dores, a mais literal é a que tenho nas costas, em decorrência do trabalho (sempre pesado) no campo com meus pais. Mas a dor pela falta de direitos também é latente. Por isso, respiro profundamente e sigo em frente. Atravesso uma luta efetiva e afetiva.

Respondo a um convite do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), e faço isso com carinho e esperança, na forma de uma carta aberta. Resumo uma longa história de vinte anos no Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense (MMNEPA). Eu, Rita, dedico meus dias e minhas noites, entrego minha vida à materialização de uma sociedade justa e igualitária, onde as mulheres tenham direitos (como o acesso à saúde e o reconhecimento de seus saberes tradicionais) e políticas que garantam a sua integridade física, moral e cívica, bem como o acesso à terra, à água e a uma vida abundante.

*** Movimento das Mulheres do Nordeste Paraense (MMNEPA) Pará, Brasil**

Luto não só porque nasci e cresci em um ambiente carente. Faço-o porque o conformismo não cabe em mim e porque não posso (nem quero) calar a minha voz interior... Afinal, minha voz ressoa em muitas mulheres. Em toda mulher

rural que sente na pele o que eu sinto, e em todas as mulheres não rurais, urbanas, que, graças à empatia — essa habilidade tão feminina —, podem se colocar em nosso lugar e abraçar a nossa luta. A união feminina é fundamental.

Assim, juntamente com mulheres de diversas idades e instituições especializadas, comprometo-me a transformar a nossa realidade. Sonho com a reestruturação da sociedade patriarcal, a qual, acredito, é ainda mais violenta e injusta nos territórios que habito.

Uma ferramenta para alcançar a autonomia

Violência, urgência e injustiça. Transformação, direito, dedicação. Essa meia dúzia de palavras estão entre as mais comuns da minha fala e da minha vida. Estão em meu discurso, nos de minhas companheiras, em nossa pele, em nossos sonhos e em nossas rotinas. São feitas de dor e da vontade de mudar e prosperar, nutrem a esperança, a certeza de que é possível. Porque sim, podemos. Sabemos que temos o direito e não nos cansamos de buscar e experimentar ferramentas para alcançar a nossa liberdade e prosperidade. Os caminhos são diversos; cito aqui apenas um deles.

A “cartilha agroecológica” é um exemplo prático da possibilidade de evolução. Aparentemente, trata-se de algo muito simples: um caderno de anotações e de planejamento para a organização e o monitoramento do tempo, do investimento e dos ganhos financeiros de uma agricultora familiar.

Mas é muito mais do que isso: é um instrumento político e pedagógico que incentiva a agricultora a conquistar sua visibilidade, sua força e sua autonomia.

É um projeto do grupo de trabalho Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia com o Centro de Tecnologias Alternativas e a Universidade Federal de Viçosa (Minas Gerais) que dispõe do apoio da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e de Desenvolvimento Agrário (SEAD).

Esse instrumento foi criado após um ano de pesquisas de campo, na “Zona da Mata Mineira”, confirmando o poder e a força da produção feminina no chamado território da agricultura familiar.

Luto não só porque nasci e cresci em um ambiente carente. Faço-o porque o conformismo não cabe em mim e porque não posso (nem quero) calar a minha voz interior... Afinal, minha voz ressoa em muitas mulheres. Em toda mulher rural que sente na pele o que eu sinto, e em todas as mulheres não rurais, urbanas, que, graças à empatia — essa habilidade tão feminina —, podem se colocar em nosso lugar e abraçar a nossa luta. A união feminina é fundamental.”

Em outras palavras, é uma ferramenta derivada da liderança das mulheres nas propriedades rurais agroecológicas do Brasil para as mulheres dos setores agroecológicos do Brasil.

É um caderno, mas também um espelho para que elas possam se ver como são: potentes. E, reconhecendo-se assim, poderosas, para viver dessa maneira.

Atualmente, os cadernos são utilizados nas cinco regiões do Brasil (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul) e, portanto, em todos os estados amazônicos.

Seu uso é monitorado e incentivado, bem como o intercâmbio de saberes e experiências das mulheres que as utilizam.

Dessa ação participam um total de mil mulheres, as quais agora se reconhecem não como “ajudantes” de seus maridos, mas como protagonistas e merecedoras de seus direitos. Graças aos cadernos, temos comprovado que as mulheres produzem quase o dobro dos homens. Mas, além disso: o “libreto” indica à agricultora a possibilidade ou não de fechar novos contratos, ou analisar a sazonalidade dos cultivos, os quais estão mudando em função das mudanças climáticas.

É importante destacar que o caderno não só melhora a autoestima feminina no âmbito trabalhista, mas também no pessoal. A emancipação social daquelas que aderiram ao formato é evidente.

Companheiras emancipadas

Recordo de maneira muito especial a história de uma companheira do estado do Amazonas, oriunda da localidade de Careiro Castanho: Dona Nega. Ela tem 49 anos e uma vida nova, conquistada com a ponta do lápis, no papel do caderno e na enxada. Ela se descobriu como uma mulher forte e que alcançou o conhecimento por suas experiências. O resultado foi a emancipação.

Dona Nega frequenta os seminários da Casa do Rio, entidade filantrópica do estado do Amazonas que promove a experiência da cartilha agroecológica. Dona Nega e seu caderno são aliados. Diariamente, ela anota suas realizações em seu caderno e em sua vida. Diariamente, ela planeja, sonha, nutre sua autoestima e sua sabedoria. Como a metodologia do caderno estimula a valorização dos “saberes naturais” ou “ancestrais” e, assim, proporciona (ainda mais) incentivo e confiança para que as mulheres façam a agricultura (e a vida) evoluir para algo mais cuidadoso, sem violência para a Terra, para elas, para o meio e para o ser humano. Tudo está relacionado a ciclos, à unidade, à nutrição e à saúde, em seus sentidos mais amplos (e femininos).

Lembro também da Dona Benedita, conhecida como Bena, na comunidade de Igarapé Mirim. É uma mulher de muitíssimo poder e êxito, uma mulher de luta. É, ela, uma liderança comunitária, uma referência e inspiração em seu município. Depois do uso do caderno, essa agricultora ampliou de maneira impressionante

não só seu poder de produção, mas também o de comercialização. Ela vende seus produtos em casa, de porta em porta e em feiras. É incansável, admirável, compartilha seus saberes e soma-se a outras mulheres na luta por mais autonomia e emancipação.

Não poderia falar sobre mulheres inspiradoras sem mencionar e homenagear à agricultora Regiane Guimarães, líder rural assassinada em 1996. Sem dúvida, essa foi a maior perda e o maior pesar de nossa luta. Um homem a executou e, em seguida, foi executado por policiais. Violência atrás de violência, entretanto, os chefes do crime continuam impunes. Passaram-se mais de vinte anos, todos sabem quem são. E todas sabemos que eles querem exatamente o oposto do que queremos. Queremos que o nosso valor e o nosso potencial sejam reconhecidos, que os nossos direitos sejam reconhecidos.

Para isso, nos unimos. No decorrer da jornada, fica muito claro que união é sinônimo de poder. Se hoje eu sou assistente social, ativa, diplomada, é porque tive o apoio de muitas mulheres que acreditaram (e acreditam) em mim e, dessa forma, fizeram com que eu também acreditasse em meu potencial. Entre minhas realizações pessoais, meu diploma é a mais valiosa. E não é minha, mas de todas nós. Daí a importância de se reunir presencialmente e trocar experiências. Sentadas em roda, compartilhamos dúvidas e conhecimentos, nós nos damos umas às outras. É, repito, um processo afetivo e efetivo.

Nossas rodas, nossos encontros são espelhos. Uma maneira de nos vermos, de existir, evoluir.

A capacidade de mobilização e organização feminina não tem limites. E — veja bem — é a organização, é a luta, é a união. É a dor e a realização. A agroecologia também é uma mulher, é feminina. E, nesses territórios, a tão popular agroecologia já não é novidade, senão a única realidade. Sim, mais uma vez. Desta vez com êxito. Agora, imagine o quanto maior poderia ser esse êxito se houvessem políticas públicas de apoio ao desenvolvimento, projetos de capacitação e incremento. Imagine!

É bom sonhar e agir para transformar. Nossos cadernos contam com o apoio de instâncias como o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar). Eles nos ajudam na comercialização dos produtos com preços justos. São apenas dois apoios. Imagine se fossem 20, 200 ou 2.000? O Brasil é grande.

Outras iniciativas também são essenciais nessa batalha, como: ANA (Articulação Nacional de Agroecologia), RMERA (Rede de Mulheres Empreendedoras Rurais da Amazônia). Sim, batalha. Porque não é fácil ter voz, muito menos nos fazer ouvir. Nós, as mulheres, entendemos que o diálogo (ter voz, se fazer ouvir, ouvir e fazer) é o caminho. E é simplesmente por isso que estou aqui, com minhas palavras e a luta e o sonho de todas as minhas companheiras e de todos os seus descendentes e antepassados.

Vale a pena sonhar

É claro que imaginar faz parte do plano e do sonho. Portanto, novamente, faço o convite: imagine uma realidade diferente, com essas palavras (e realidades) que escrevi (e repeti) aqui. Refiro-me à transformação, ao direito, à dedicação. Incluindo somente elas em seu pensamento. Nesse cenário, inclua água, terra, saúde, segurança. Mulheres políticas e na política (porque há uma clara diferença). Imagine a Regiane viva, a Dona Bene ainda mais próspera, a Dona Nega com uma autonomia ainda maior. Esse presente será melhor para todos. E, como parte do exercício, pense no presente e no futuro sem essa transformação que buscamos, sem as realizações de nossa luta. Pense em nós, mulheres rurais, pense em ti. Na sua mesa, na sua comida, no que te nutre, no que nos nutre. Não é uma cena fácil, certo? Eu sei.

Eu não sei se por causa da minha voz ou pela minha maneira de escrever, você percebeu isso... Sou negra, mulher, pobre. Recebo negativas com muita frequência, diariamente enfrento preconceito, supero adversidades. Sou a filha caçula de Dona Perpetua e do Senhor Teixeira, agricultores que, hoje, têm 78 anos. No início desta carta, comentei que vivemos de plantar e colher (frutos, conhecimentos, saberes, experiências etc.). Comecei cedo, ajudando meus pais e, depois, fui carregada pela energia as mulheres do nordeste do Pará, especialmente Dona Francisca, ou simplesmente Francia, minha amada professora e amiga de caminho e de vida.

O trabalho na agricultura exige sempre muitas horas de trabalho diárias e em minha família não foi diferente. Recordo muito bem quando plantávamos mandioca para fazer farinha, melancia, goiaba e pimenta. O trabalho começava às sete da manhã e terminava lá pelas cinco da tarde, com, no máximo, duas horas de descanso. Meus irmãos e eu sempre ajudamos nossos pais, carregávamos as mercadorias até o veículo que, por falta de acesso e boas rodovias, não chegava até a nossa casa. Também fiz diversos outros trabalhos no campo.

Desde muito cedo, compreendi a riqueza e a dor do campo. Percebi que o nosso poder, que o nosso valor não era reconhecido, que a mulher rural era forte, mas não era vista. Eu sou uma mulher rural e, se apareço nos espelhos que aqui tenho mencionado, se apareço no espelho de minha casa, se reflito minhas companheiras e elas se refletem em mim, isso prova que não sou invisível. Você, por exemplo, pode me ver. Você está me vendo por esse texto, por minhas palavras. Você pode ver a mim e a todas as mulheres rurais. Você pode nos ouvir, está nos ouvindo.

Agradeço que me ouçam. E espero a resposta. Quero, queremos, precisamos dialogar. Mas, por favor, não pela Internet, porque o acesso à comunicação é tão escasso por aqui quanto o acesso à água, à terra, aos direitos femininos...

Assim, convido você a essa transformação. Meu chamado é por um mundo ideal, assim como a minha luta, a nossa luta, também. Um mundo com alimentos livres de agrotóxicos, desigualdades, violência, injustiça. Tem a ver comigo, uma mulher

nascida e criada no campo, para o campo, com elas, minhas companheiras, com você, com você. Com todxs (assim, com “x” para não denotar gênero). Pode parecer que está longe. Mas não está. Acredite! Nós acreditamos.

Muito obrigado.

Rita Teixeira

48 anos

Lutadoras
Mulheres rurais no mundo
Impresso em Grupo Nacion
São José, Costa Rica
Setembro de 2019
